

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUANA MARGARETE GEIGER

**A REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA: MUDANÇAS
POLÍTICO-ECONÔMICAS E A NOVA ORDEM REGIONAL (2011-2021)**

Porto Alegre

2022

LUANA MARGARETE GEIGER

**A REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA: MUDANÇAS
POLÍTICO-ECONÔMICAS E A NOVA ORDEM REGIONAL (2011-2021)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutora em Ciência
Política.

Orientadora: Prof^a. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

Fabiano Pellin Mielniczuk

**COORDENADORA SUBSTITUTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA**

Silvana Krause

Geiger, Luana Margarete
A República Popular Democrática da Coreia: Mudanças
Político-Econômicas e a Nova Ordem Regional
(2011-2021) / Luana Margarete Geiger. -- 2022.
194 f.
Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Política Internacional. 2. Nordeste Asiático. 3.
Península Coreana. 4. Coreia do Norte. 5. Política
Externa e de Segurança. I. Danilevicz Pereira,
Analúcia, orient. II. Título.

LUANA MARGARETE GEIGER

**A REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA: MUDANÇAS
POLÍTICO-ECONÔMICAS E A NOVA ORDEM REGIONAL (2011-2021)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutora em Ciência
Política.

Orientadora: Prof^a. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS/PPGCP

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS/PPGCP

Prof. Dr. Leonardo Granato
UFRGS/PPGPP

Prof. Dr. Pedro Vinícius Pereira Brites
FGV RI/SP

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), por proporcionarem seis anos de formação qualificada nos níveis de mestrado acadêmico e doutoramento; além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por fornecer as bolsas de pesquisa que viabilizaram as atividades desenvolvidas ao longo desses anos.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, agradeço por depositar confiança em meu trabalho e possibilitar a minha inserção nas linhas e projetos de pesquisa que são em grande medida responsáveis por minha formação mais fundamental como pesquisadora e analista, e que dão enquadramento à tese aqui apresentada. Sou grata pelos ensinamentos sobre rigor acadêmico, pela conscientização sobre a função da pesquisa ao Estado brasileiro e pelos esforços didáticos em sala de aula.

Ao Prof. Dr. Paulo G. F. Visentini, sou grata por oportunizar a minha inserção no Núcleo Brasileiro de Estratégia & Relações Internacionais (NERINT); pela crucial colaboração bibliográfica à tese; e pelo papel fundamental ao longo da minha trajetória acadêmica – quando fui introduzida ao trabalho do Professor, por meio de suas publicações e ainda durante o bacharelado em Relações Internacionais, não imaginava que eventualmente me tornaria aluna e assistente de pesquisa do núcleo que fundou.

Agradeço aos Professores que aceitaram participar da banca examinadora e que, portanto, dedicaram o seu tempo à consolidação desta pesquisa. Expresso minha gratidão ao Prof. Dr. Leonardo Granato por atenciosamente aceitar fazer parte dos processos de qualificação e aprovação final deste trabalho. Ao Prof. Dr. Pedro V. P. Brites, cuja pesquisa sobre a península coreana teve indispensável papel basilar ao desenvolvimento das perspectivas de análise aqui representadas, agradeço pela generosidade e gentileza com a qual abriu portas para a minha participação em alguns de seus projetos acadêmicos. Sou grata também aos colegas com os quais compartilhei a experiência desafiadora que termina com a submissão desta tese. Ao Prof. Dr. Gabriel P. Adam e à Prof.^a Dra. Ana R. F. Simão, sou grata pelos conselhos e primeiros incentivos – há mais de dez anos – à atividade de pesquisa.

A trajetória acadêmica que culmina nesta tese não teria sido possível sem o apoio de meus pais, Lenio Geiger e Lorena Stein Geiger, ao conjunto de decisões que gradualmente me constituíram pessoal e profissionalmente. Sou grata por viabilizarem que o meu empenho fosse concentrado em atividades em cujo impacto acredito.

*Social science is a perpetual quest to understand the world.
If one subscribes to this view, then there is little doubt that
investigating North Korea is never a waste of time.*

Virginie Grzelczyk (2018)

RESUMO

O presente trabalho analisa as mudanças político-econômicas estabelecidas pelo governo Kim Jong Un na Coreia do Norte, diante da nova correlação de forças, inerente ao processo de transição do ordenamento internacional, e os seus impactos sobre as dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas do Nordeste Asiático. Concentrando-se principalmente na primeira década de governo do terceiro líder norte-coreano (2011-2021), o estudo analisa a forma com que a política *Byungjin* representa um ajuste na estratégia nacional do país que, ao anunciar o desenvolvimento paralelo do elemento de dissuasão nuclear e da modernização econômica, visou a criar condições para, no longo prazo, articular a inserção internacional da Coreia do Norte. A pesquisa parte de uma fundamentação político-econômica histórica do Nordeste da Ásia, destacando as origens da lógica própria com que operam as relações entre os Estados regionais, os principais processos estruturantes da sua geografia econômica, bem como as dinâmicas de poder em meio à reestruturação da ordem internacional e a nova configuração geopolítica do Nordeste Asiático no pós-Guerra Fria. No contexto da ascensão asiática como eixo dinâmico da economia global, interpreta-se o novo perfil de inserção externa da Coreia do Norte, principalmente a virada diplomática de 2018, por meio da interação com os principais atores do Nordeste Asiático: Coreia do Sul, China, Estados Unidos, Japão e Rússia. Permeiam o trabalho concepções teórico-conceituais sobre as relações internacionais do continente asiático, a geopolítica, a geoeconomia e o impacto dos processos revolucionários no sistema internacional. A tese que se propõe é que as dinâmicas regionais são redimensionadas pelas mudanças político-econômicas inauguradas pelo governo Kim Jong Un, pois, ao dotarem a Coreia do Norte de uma nova condição geopolítica, geram ajustes ao perfil de sua atuação externa, impactando as complexas relações regionais.

Palavras-chave: Coreia do Norte. Nordeste Asiático. *Byungjin*. Diplomacia das Cúpulas.

ABSTRACT

The present work analyzes the political-economic changes established by the Kim Jong Un government in North Korea, given the new correlation of forces inherent to the ongoing transition process in the international order, and its impacts on the geopolitical and geoeconomic dynamics of Northeast Asia. Focusing mainly on the first decade of the third North Korean leader (2011-2021), the study analyzes the way in which the Byungjin policy represents an adjustment in the country's national strategy that, by announcing the parallel development of nuclear deterrence and economic modernization, aimed at creating conditions for, in the long term, articulate the normalization of the peninsula. The research is introduced from a historical political-economic analysis of Northeast Asia, highlighting the origins of the unique logic with which the relations between regional states operate in Asia, the main structuring processes of their economic geography, as well as the dynamics of power in the midst of the restructuring of the international order and the new geopolitical configuration of Northeast Asia in the post-Cold War period. In the context of the Asian rise as a dynamic axis in global economy, North Korea's new foreign policy profile is interpreted, especially the summit diplomacy 2018-2019 and interactions with the main actors in Northeast Asia: South Korea, China, the United States, Japan and Russia. The work is permeated by theoretical conceptions considering the International Relations of the Asian continent, geopolitics, geoeconomics and the impact of revolutionary processes in the international system. The thesis that is proposed is that regional dynamics are resized by the political-economic changes inaugurated by the Kim Jong Un government because, as North Korea gains bargaining power, adjustments are generated to the profile of its foreign policy.

Keywords: North Korea. Northeast Asia. Byungjin. Summit Diplomacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - A Centralidade da Península Coreana no Nordeste Asiático.....	71
Mapa 2 - A República Popular Democrática da Coreia (RPDC).....	75
Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB e Avanço Populacional na Coreia do Norte (1990-2020)	95
Gráfico 2 - Composição da Estrutura Industrial Norte-Coreana (1990-2020)	96
Gráfico 3 - Tendências do Comércio Externo Norte-Coreano (1990-2016)	97
Mapa 3 - Localização dos Maiores Mercados na Coreia do Norte.....	118
Mapa 4 - Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Desenvolvimento Econômico na Coreia do Norte.....	124
Tabela 1 - O Complexo Industrial de Kaesong.....	138
Tabela 2 - Concentração do Comércio Exterior Norte-Coreano entre 2000 e 2016 (%).....	150
Gráfico 4 - Maiores Parceiros Comerciais da Coreia do Norte entre 2000 e 2016 (%).....	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
APEC	Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico
AUKUS	Pacto de Segurança Austrália - Reino Unido - Estados Unidos
BRI	Belt and Road Initiative
BRF	Belt and Road Forum
CEF	Fundo de Cooperação Econômica China-Eurásia
CIA	Central Intelligence Agency
EUA	Estados Unidos da América
EPCN	Exército Popular da Coreia do Norte
FOIPS	Free and Open Indo-Pacific Strategy
ICBM	Míssil Balístico Intercontinental
IED	Investimento Externo Direto
KCNA	Korean Central News Agency
KEDO	Korean Peninsula Energy Development Organization
KOTRA	Korea Trade-Investment Promotion Agency
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PCT	Partido Coreano dos Trabalhadores
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Quad	Quadrilateral Security Dialogue
RCEP	Regional Comprehensive Economic Partnership
RPC	República Popular da China
RPDC	República Popular Democrática da Coreia
THAAD	Terminal High Altitude Area Defense
TMD	Theatre Missile Defense
TNP	Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares
TPP	Parceria Trans-Pacífico
TRADP	Tumen River Area Development Project
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD	Dólares dos Estados Unidos
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA DE SUA RELEVÂNCIA.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	21
1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	22
1.4 HIPÓTESES.....	22
1.5 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	24
1.6 METODOLOGIA.....	26
2 EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS: DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS E GEOECONÔMICAS DO NORDESTE ASIÁTICO	29
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	29
2.2 O SISTEMA TRIBUTÁRIO E A ORDEM INTERNACIONAL SINOCÊNTRICA.....	35
2.3 A PRIMEIRA ONDA DESCOLONIZADORA ASIÁTICA E OS PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS.....	42
2.3.1 A Política Externa dos Estados Revolucionários.....	47
2.4 A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA E A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO (1970-1991).....	52
2.5 A REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL E A NOVA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA DO NORDESTE ASIÁTICO (1991-)... ..	56
3 AS MUDANÇAS POLÍTICO-ECONÔMICAS DO GOLVERNO KIM JONG UN... 	73
3.1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL (1948-1994).....	75
3.2 A MARCHA PENOSA E OS AJUSTES ECONÔMICOS EXPERIMENTAIS DE KIM JONG IL (1994-2011).....	83
3.2.1 A Oscilação entre os Mercados Privados e a Economia Planificada nos Anos 2000.....	86
3.3 A ASCENSÃO DE KIM JONG UN E A POLÍTICA BYUNGJIN.....	99
3.3.1 O Reequilíbrio Institucional Doméstico.....	102
3.3.2 A Política Nuclear Norte-Coreana: do Isolamento ao Palco Central.....	106
3.3.3 O Projeto de Modernização Econômica.....	111

4 O NOVO PERFIL DE INSERÇÃO INTERNACIONAL NORTE-COREANO	134
4.1. A COREIA DO SUL E A DIPLOMACIA DAS CÚPULAS	136
4.2 O PAPEL DA CHINA E OS LIMITES DA COOPERAÇÃO ECONÔMICA	144
4.3 DONALD TRUMP E A ESTRATÉGIA POR TRÁS DA VIRADA DIPLOMÁTICA .	153
4.4 A REEMERGÊNCIA RUSSA E OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO INFRAESTRUTURAL DO EXTREMO ORIENTE.....	158
4.5 OS INTERESSES DO JAPÃO NA QUESTÃO COREANA.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	182

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se enquadra aos esforços teóricos concentrados na construção de meios de compreensão acerca das estratégias nacionais da República Popular Democrática da Coreia – aqui em grande medida referida como Coreia do Norte – em meio à transição sistêmica originada na década de 1970, focalizando as estratégias adotadas pelo país no século XXI, em especial a primeira década do governo de Kim Jong Un (2011-2021). As análises conduzidas partem da fundamentação histórica das dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas da região Nordeste da Ásia e o seu papel estruturante para a política externa norte-coreana, que é contextualizada em termos de seus imperativos domésticos, condicionantes externos, centralidade regional e impactos sistêmicos. Parte-se da identificação de lacunas intelectuais em termos de contribuições analíticas político-econômicas que também elucidem sobre a complexidade das dinâmicas internas, as microrrelações e os interesses em disputa durante o processo de formulação da estratégia nacional norte-coreana. Desde as reflexões sobre a ordem regional, se desdobra a interpretação acerca do projeto de Estado norte-coreano e sua etapa contemporânea de busca pela inserção internacional.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA DE SUA RELEVÂNCIA

O esforço explicativo desenvolvido ao longo do trabalho tem como tema central a primeira década de governo de Kim Jong Un na Coreia do Norte e as mudanças político-econômicas que ele estruturou – considerando suas origens e impactos regionais. Desde que assumiu a liderança do país, em 2011, Kim Jong Un inaugurou a política *Byungjin*, que prevê o desenvolvimento concomitante do programa nuclear e da economia nacional. Sob tais preceitos, o país buscou desenvolver capacidade satisfatória de dissuasão e, ao mesmo tempo, colocou em prática uma série de medidas de flexibilização e modernização econômica, com vistas a preparar o ambiente doméstico às etapas subsequentes do projeto de desenvolvimento. Ao realizar as adaptações necessárias diante da nova correlação de forças internacionais, além de garantir a manutenção do seu modelo de desenvolvimento, o país avançou em direção a um novo estágio de sua estratégia nacional. A partir da percepção de que a sua soberania estaria assegurada e de que se havia conquistado alavancagem suficiente para negociar

melhores termos para a sua reinserção externa, Kim Jong Un retornou à mesa de negociações em 2018.

Ao manter-se no topo das agendas diplomáticas, de forma a atrair atenção para a necessidade de negociar a situação na península coreana, o país busca, no longo prazo, a estabilização e a normalização das relações com a comunidade internacional, enquanto também obtém garantias das potências regionais sobre a manutenção de seu sistema nacional. Enquanto os ajustes político-econômicos garantiram a sobrevivência do regime e a estabilidade no plano doméstico, o desenvolvimento nuclear produziu efeitos aos cálculos e às interações entre as potências regionais em diferentes níveis. Para as análises propostas, são considerados como atores regionais, nomeadamente, a República Popular da China, a República da Coreia, a Federação Russa e o Japão, além dos Estados Unidos da América, ator extrarregional de acentuada presença, com interesse e influência na região.

Na península coreana, pivô estratégico do Nordeste Asiático (KANG, 2004b), as maiores potências globais se encaram e, de acordo com os seus interesses particulares, realidades do cenário sistêmico ou circunstâncias conjunturais, interagem de forma convergente, competitiva ou divergente – evidenciando a complexidade singular do Nordeste da Ásia, em que os nexos regional e global se sobrepõem constantemente. A realidade geopolítica das duas Coreias, estrategicamente posicionadas como apêndice regional e, portanto, zona de influência ininterruptamente disputada, condiciona historicamente as suas políticas nacionais e externas.

A região do nordeste da Ásia detém a maior concentração global de capacidades militares e econômicas. Apesar de similaridades político-culturais históricas e dos níveis de complementaridade das cadeias produtivas de suprimento – desenvolvidas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e possivelmente em curso de reversão, relativa a partir da segunda década do século XXI –, desde o fim do sistema tributário sinocêntrico, o Nordeste Asiático esteve sobrecarregado e, por vezes, paralisado por vastas disparidades e por posicionamentos divergentes acerca da formação de um regime securitário (KIM, 2004) ou de processos de integração regionais.

A partir do final do século XIX, a península coreana passou a ser um dos principais pontos de fricção geopolítica e tornou-se ponto central no conflito entre grandes potências. Ao menos quatro outras nações apresentaram interesse na península que, desde então – quase de forma contínua –, foi foco de disputas regionais e globais,

incluindo três principais guerras¹, travadas até a primeira metade do século XX (MANSOUROV, 1995; ARMSTRONG, 2006). As origens da questão coreana, amplamente conhecida, estão fundamentalmente atreladas ao fato de que, a partir da sua anexação pelo Japão em 1910, os coreanos perderam a autonomia sobre a unidade política que haviam ocupado por séculos. Os quadros de instabilidade e tensões em torno da península resultam dos esforços – e conseqüentes reações – do Estado norte-coreano em reverter a sua condição de poder frente às potências globais, que também compõem o seu imediato entorno estratégico.

A histórica singularidade da península segue atual: sub-região em permanente conflito desde a Guerra da Coreia (1950-1953), cujas fronteiras foram congeladas conforme o armistício de 1953², que não oficializou a paz entre as Coreias. Esta realidade faz com que a geopolítica – no sentido utilizado no século XIX, de conflito por territórios claramente demarcados – siga viva no Nordeste Asiático (ARMSTRONG, 2006). Apesar do escalonamento periódico – e calculado – das tensões, ressalta-se que no período pós-Guerra Fria não eclodiram guerras na região e que os recentes avanços político-econômicos e diplomáticos norte-coreanos indicam uma nova condição para as suas interações regionais. A emergência de um novo cenário no Nordeste Asiático, em que a superação do estado de paralisação regional seja viabilizada, passou a ser contemplada a partir dos engajamentos diplomáticos de 2018 e 2019, que culminaram nos históricos encontros entre Donald Trump e Kim Jong Un, e motivaram as engrenagens das relações entre os principais atores regionais, na busca por garantir a contemplação dos seus respectivos interesses durante as negociações envolvendo o futuro da península.

Como herdeira do *ethos* anticolonialista que resultou na Guerra da Coreia, a Coreia do Norte mantém a busca pelo desenvolvimento por vias autônomas, com o seu centro de decisões nacionalizado e baseando-se em um modelo econômico socialista, em contraposição direta à ordem internacional capitalista e globalizada. A política externa norte-coreana é subordinada aos objetivos de seu projeto de Estado. Nesse

¹ Guerra Sino-Japonesa (1894-1895); Guerra Russo-Japonesa (1904-1905); Guerra da Coreia (1950-1953).

² Ao final da Guerra da Coreia, o impasse alcançado entre as forças do Norte e do Sul culminou na assinatura do armistício de julho de 1953, entre o Comando das Nações Unidas, os norte-coreanos e os chineses. A linha militarmente demarcada se tornou o novo limite entre as Coreias. A Guerra, portanto, não trouxe soluções aos problemas que a motivaram, restaurando apenas o *status quo* anterior, sem estabelecer um tratado de paz (CUMINGS, 2005). A Coreia do Sul não fez parte da assinatura do armistício por não concordar com a permanência do estado de divisão da península.

sentido, manipula os níveis de tensão regional e calcula suas interações internacionais com vistas a favorecer a sua posição relativa, conforme os diferentes contextos externos. Manter-se como prioridade na pauta da agenda diplomática das grandes potências, portanto, faz parte do objetivo de atrair atenção para a necessidade de renegociação de sua inserção externa, que necessariamente passa pela anuência dos Estados Unidos.

O desenvolvimento nuclear do país – ao desafiar a autoridade da ordem nuclear estabelecida pelo Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que compõe a rede de instituições e regimes estruturantes do ordenamento mundial liberal – garante sua frequente presença no debate securitário global. Apesar dos diversos e frequentes diagnósticos prevendo o colapso do regime, especialmente conforme cresceu a rigidez do regime de sanções internacionais, a Coreia do Norte demonstrou resiliência frente aos desafios internos e resistência às pressões externas, além de promover modesta recuperação nacional por meio de uma cautelosa transição político-econômica interna, paralela ao paulatino avanço em seus programas nuclear e de mísseis balísticos. A prioridade estratégica nacional é garantir a sobrevivência do seu projeto de Estado por meio da dissuasão, viabilizar o desenvolvimento econômico por vias autônomas e promover a sua inserção internacional na condição de Estado nuclear.

A política nuclear representa um dos elementos da estratégia de sobrevivência nacional desde o período pós-Guerra da Coreia. O seu projeto de Estado tem como base um conjunto de princípios e diretrizes que guiam as políticas em nível doméstico e externo, cuja origem está enraizada nos impactos socioeconômicos e psicossociais gerados pelo colonialismo japonês, pela divisão da península após a Segunda Guerra Mundial nos moldes da bipolaridade da Guerra Fria e pela Guerra da Coreia. Uma vez iniciado, o desenvolvimento nuclear apresentou evolução gradual, mantendo sua fundamentação e seus fins, sendo utilizado diversas vezes para alcançar objetivos de curto prazo, como a barganha por concessões e auxílio externo. Em seu aspecto mais fundamental, a política nuclear apresenta objetivos de longo prazo, como a consolidação de sua posição de força para um subseqüente processo de abertura que não se traduza no suicídio político do regime.

O princípio que guia as políticas norte-coreanas deriva do *Juche*, filosofia política que visa a autossuficiência e a independência política, econômica, ideológica e de defesa. As raízes do *Juche* estão profundamente ligadas à história moderna da Coreia e remontam aos diferentes contextos em que o país teve a autonomia e a autoafirmação

como objetivos principais (ARMSTRONG, 2008), sobretudo durante o período colonial e a Guerra da Coreia.

Nas últimas décadas, a Coreia do Norte teve de se ajustar a duas grandes alterações geoeconômicas, como a desintegração da União Soviética, que é a primeira, em nível de importância. A segunda, complementarmente, diz respeito ao fato de que, como resultado do processo de reforma e abertura iniciado ao fim da década de 1970 na China, as relações econômicas da Coreia do Norte passaram a se desdobrar em grande medida com economias de mercado. A ascensão chinesa teve papel fundamental na recuperação norte-coreana, após as crises da década de 1990, e na providência de itens básicos para a população, a partir dos anos 2000, por meio das trocas comerciais, realizadas principalmente na fronteira terrestre em Dandong. Diante das novas configurações geopolíticas e geoeconômicas, o país tem estruturado ajustes que respondam e, ao mesmo tempo, tirem vantagem das novas realidades, enquanto ganha tempo e procura por conjunturas mais favoráveis ao engajamento externo – como ocorreu em 2018.

A política *Byungjin*, que prevê o desenvolvimento paralelo das capacidades nucleares e da economia nacional, foi oficialmente adotada em março de 2013, durante uma sessão plenária do Comitê Central do Partido Coreano dos Trabalhadores (PCT). O então recém inaugurado governo Kim Jong Un apresentou a política como diretriz central para solucionar os problemas energéticos, baseando-se na independência da indústria de energia nuclear, ao mesmo tempo em que são aprimorados os armamentos nucleares (CHEON, 2013). Além disso, estabeleceu-se a recuperação da estrutura do Partido Coreano dos Trabalhadores – colocado em segundo plano durante a política anterior (*Songun*³) – em relação às Forças Armadas, conduzindo a um novo equilíbrio entre civis (Partido) e militares (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015).

O engajamento diplomático materializado em 2018, a partir de uma série de encontros de alto escalão e cúpulas bilaterais, demonstra alterações em curso no ambiente geopolítico do Nordeste Asiático. Embora os seus avanços tenham sido rapidamente frustrados, as aproximações evidenciaram o potencial para o estabelecimento de novos padrões de relacionamento entre a Coreia do Norte e os demais atores regionais, particularmente ao lograr dialogar inclusive com o presidente norte-americano Donald Trump, que até 2017 realizava abertas ameaças militares ao

³ A política *Songun* foi oficialmente introduzida em 1998 por Kim Jong Il e priorizava o setor de defesa, alinhando a base de poder do Estado ao Exército Popular da Coreia.

governo Kim Jong Un (SHIN; MOON, 2019). Dado o histórico de escassos avanços práticos dos acordos alcançados – a exemplo da manutenção dos exercícios militares conjuntos entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos e da resposta norte-coreana transmitida por meio de uma série de testes de mísseis de curto alcance realizados ainda em 2019 – é improvável que Pyongyang recue em relação aos seus projetos dissuasórios enquanto não receber garantias indispensáveis⁴.

É fundamental que se atente ao momento em que se deu o engajamento diplomático norte-coreano – apenas após a relativa maturação de sua capacidade de dissuasão. Apesar do aprofundamento do uso do *brinkmanship*⁵ e da evolução do desenvolvimento dos programas nucleares e missilísticos, principalmente entre 2016 e 2017, as prioridades políticas de longo prazo incluem a normalização das relações diplomáticas com os Estados Unidos, a conclusão de um tratado de paz com a Coreia do Sul e consequente alteração do *status quo* na península, além da reinserção internacional da Coreia do Norte como potência nuclear incontestada.

O acesso à economia global é entendido como dependente do consentimento norte-americano e do avanço prático das negociações diplomáticas. Enquanto não recebe garantias, porém, Pyongyang observou os exemplos do Iraque e da Líbia – que foram desarmados e depois atacados – e, frente a esse cenário, mantém o seu programa nuclear como contraestratégia. Logo, torna-se crescentemente improvável identificar prontidão, da parte norte-coreana, em desistir do desenvolvimento nuclear. Além da barganha que convertia congelamentos nucleares em compensações econômicas, a natureza política e diplomática do desenvolvimento dissuasório tem caráter mais substancial.

Entre as principais justificativas quanto à pertinência do presente estudo destaca-se a centralidade do Leste Asiático como palco de disputa pela hegemonia regional – envolvendo China, Rússia, Japão, Coreias e Estados Unidos – que, conforme apontado por Fiori (2018), deverá ser o embrião da competição pelo poder global na segunda metade do século XXI. O Nordeste Asiático possivelmente representa a região mais pertinente aos acontecimentos do período pós-Guerra Fria, sendo a península coreana, encravada entre as maiores potências mundiais, palco das projeções de poder que

⁴ Entre as garantias esperadas, Harrison (2002) destaca a redução ou remoção da ameaça de ataque preemptivo por aeronaves norte-americanas, por meio de, por exemplo, acordos de controle de armas a serem firmados com os Estados Unidos.

⁵ *Brinkmanship* representa o risco compartilhado de guerra em que cada uma das partes empurra a outra mais estreitamente para a beira de um conflito, a fim de forçar o outro lado a capitular (BRITES, 2018).

caracterizam o processo de transição do sistema internacional em curso desde a década de 1990. Como pivô geoestratégico da região, as políticas colocadas em prática pela Coreia do Norte impactam as dinâmicas regionais.

A reemergência e transferência do eixo dinâmico da economia global para a Ásia faz com que alterações na balança de poder regional repercutam diretamente sobre o sistema internacional, incidindo sobre a distribuição de poder – polaridade – e afetando os padrões das interações – polarização. O Nordeste Asiático é crucial para o estudo da ordem internacional contemporânea – configurando-se como um dos eixos prioritários para as relações Estados Unidos – China.

Devido à sua posição geoestratégica – e especialmente em momentos de redução dos níveis de tensão na península –, a Coreia do Norte é frequentemente apontada pelos atores regionais como parte importante de projetos de interligação infraestrutural, especialmente considerando a já evidente latência econômica da região. Há interesse, por parte das potências do Nordeste Asiático, em superar os dilemas securitários e promover maior integração, de forma a reduzir custos de transporte e promover o desenvolvimento de áreas isoladas e economicamente mais atrasadas – como o Nordeste Chinês e o Extremo Oriente Russo, por exemplo. O avanço de tais projetos depende, entre outros fatores, da cooperação com Pyongyang, que por meio de provocações securitárias relembra sobre a necessidade de retomar o engajamento diplomático.

A complexidade das dinâmicas regionais, marcada pela interdependência econômica contraposta a alinhamentos securitários e a diferentes modelos de desenvolvimento, somou-se às trocas nas lideranças das potências regionais (Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos) no início da terceira década do século XXI. Os novos líderes não priorizam o diálogo com Pyongyang ou não apresentam agendas claras em relação à questão coreana, dificultando avanços diplomáticos. Fenômenos recentes como a competição entre a China e os Estados Unidos no campo tecnológico e a oposição entre a Rússia e os Estados Unidos na Ucrânia, no entanto, aceleram a tendência de criação de uma nova geografia econômica global, incentivando a cooperação entre economias não tradicionais, como Pequim, Moscou e Pyongyang.

Entende-se que a relevância do tema para o meio acadêmico é justificada pela importância do Nordeste da Ásia para a compreensão das dinâmicas de poder em curso no sistema internacional no século XXI. Faz-se imprescindível produzir meios adequados de análise e compreensão contextualizada, proporcionando base científica à formulação de posicionamentos frente aos desdobramentos em curso, ao desenho de

cenários conjunturais e à construção de informado pensamento estratégico sobre os países que compõem a região. A presente pesquisa visa a substanciar interpretações sobre a península coreana na primeira metade do século XXI. Adicionalmente, a contribuição social da pesquisa está atrelada ao desenvolvimento de visões próprias sobre a conjuntura regional e à instrumentalização destas em favor dos interesses nacionais – lembrando que, com destacado papel regional na América do Sul, é sensível a posição do Brasil em meio ao cenário de crescente pressão sistêmica e de competição entre grandes potências.

Nas últimas décadas, circunstâncias internas e externas desencadearam mudanças na política econômica norte-coreana que por vezes passam despercebidas em análises viciadas na ótica da bipolaridade ou no foco nuclear. Com o estudo proposto, de análise das dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas do Nordeste Asiático, a partir das mudanças político-econômicas da linha *Byungjin*, pretende-se transcender as perspectivas puramente securitárias e contribuir com uma temática com pouca produção científica disponível. Busca-se, assim, esclarecer os imperativos domésticos da política externa da Coreia do Norte, introduzindo também o nível das microrrelações e contradições entre os principais atores nacionais.

1.2 OBJETIVOS

Visando a estruturar uma análise do Nordeste da Ásia sob o ponto de vista político-econômico e a partir da centralidade norte-coreana, definiu-se como objetivo geral explicar de que forma a política *Byungjin* impacta as dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas do Nordeste Asiático. Determinou-se como recorte temporal o período que vai de 2011, a partir da chegada de Kim Jong Un ao poder, até 2021, quando consolida a sua primeira década de governo. Para aprofundar a pesquisa, são elencados os seguintes objetivos específicos: a) refletir sobre o desenvolvimento histórico da região do Nordeste da Ásia; b) analisar as mudanças político-econômicas do governo de Kim Jong Un; c) fornecer elementos para a compreensão da estratégia norte-coreana no longo prazo; d) interpretar os avanços diplomáticos iniciados em 2018 entre Pyongyang e as potências regionais.

1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo proposto visa a analisar as relações político-econômicas da região do Nordeste Asiático a partir da centralidade geopolítica da Coreia do Norte. A tese que embasa o estudo é a de que as dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas regionais são redimensionadas pelas mudanças político-econômicas estabelecidas por Kim Jong Un, pois ao fortalecerem a capacidade de dissuasão da Coreia do Norte e iniciarem um processo de modernização econômica, dotam-na de uma nova condição geopolítica, alterando o seu perfil de atuação na busca pela inserção internacional e impactando as dinâmicas regionais.

1.4 HIPÓTESES

A hipótese central que permeia a pesquisa propõe que o governo de Kim Jong Un parte de uma estratégia nacional histórica que, por meio da política nuclear e da modernização econômica – política *Byungjin* –, atribui nova condição geopolítica à Coreia do Norte, que, por sua vez, representa um ponto-chave para incrementar as dinâmicas geoeconômicas da região Nordeste da Ásia. A linha *Byungjin* representa um ajuste em relação às políticas que já orientavam o projeto nacional norte-coreano e responde a transformações estruturais sistêmicas, contendo objetivos de curto, médio e longo prazo.

No curto prazo, as modernizações militares e econômicas obtidas a partir do novo reequilíbrio entre as duas principais instituições aptas a exercer influência na formulação da política externa norte-coreana – o Partido Coreano dos Trabalhadores (PCT) e o Exército Popular da Coreia do Norte (EPCN) – garantem a sobrevivência político-econômica e a soberania do país.

As modernizações atreladas à linha *Byungjin* buscam promover o desenvolvimento norte-coreano a partir da garantia de sua soberania, obtida pelo elemento dissuasório atrelado ao programa nuclear e, também, a partir de sua sobrevivência político-econômica, evitando a deflagração de crises desestabilizadoras. O projeto nuclear se tornou profundamente arraigado à economia política norte-coreana. O controle de armas nucleares é visto como uma decisão vital e um elemento indispensável para restabelecer certo equilíbrio estratégico regional e garantir autonomia securitária. Considerando a assimetria de forças em relação às grandes

potências e a experiência com ingerências externas, ressalta-se a consciência criada no sentido de garantir a própria integridade física do Estado norte-coreano. Uma vez alcançada uma capacidade de dissuasão considerada satisfatória, o país segue para a etapa seguinte do seu projeto nacional ao buscar maior dinamismo econômico, conforme anunciado por Kim Jong Un em 2018.

No médio prazo, busca-se superar o isolamento por meio do reconhecimento diplomático e da suspensão das sanções internacionais, ou seja, negociar a questão coreana com os demais atores regionais. Uma vez que objetivos militares e econômicos estão equanimente refletidos na política externa do país, busca-se dar seguimento ao processo de reinserção internacional da Coreia do Norte, doravante a estabilização das relações com a comunidade internacional e subsequente atração de investimentos externos para setores estratégicos da economia norte-coreana, caracterizando o novo perfil de atuação do país. A continuidade do projeto de avanço econômico depende da superação do bloqueio econômico externo ao país, que já esgotou suas capacidades nacionais de promover renovações significativas.

A nova condição geopolítica norte-coreana é alcançada justamente quando o país obtém capacidade satisfatória de dissuasão, conseqüentemente elevando o seu *status* internacional. Ao realizar o sexto teste nuclear e os primeiros com mísseis balísticos intercontinentais com capacidade de atingir o espaço continental dos Estados Unidos, Pyongyang altera o equilíbrio regional e inaugura ajustes em sua política externa. O Estado norte-coreano, como ator internacional, tem sido frente e centro no ambiente estratégico regional, como resultado direto do seu programa nuclear.

O novo perfil de atuação do país, que está diretamente atrelado à sua nova condição geopolítica, inaugura uma nova etapa na evolução de seu projeto de Estado. A Coreia do Norte passa, então, a deter maiores condições de transferir esforços à pauta do desenvolvimento econômico e da estabilização externa, retomando negociações regionais, buscando a normalização das relações entre as Coreias e uma maior aproximação com os Estados Unidos. Busca-se agora equilibrar a já conhecida importância estratégica do país à sua relevância econômica, que se torna paulatinamente a nova prioridade nacional.

No longo prazo, objetiva-se substituir o Armistício, assinado ao final da Guerra da Coreia, por um Acordo de Paz com os Estados Unidos que coloque fim ao estado permanente de guerra e inclua garantias de segurança, aceitação internacional e respeito ao seu modelo de Estado. Na esteira de um Acordo de Paz, busca-se o

estabelecimento de relações diplomáticas e econômicas com os Estados Unidos e, subsequentemente, com os demais membros da comunidade internacional.

1.5 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Com o intuito de promover interpretações sobre dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas regionais, o estudo considera uma concepção histórica do Nordeste Asiático, analisando o seu desenvolvimento a partir do sistema tributário sinocêntrico, anterior ao sistema internacional Westfaliano. Os países do Leste da Ásia tiveram séculos de experiência como unidades políticas formais e as suas experiências históricas como soberanas, economicamente interconectadas, geograficamente definidas, e administradas de forma centralizada, são anteriores às dos Estados do Ocidente, resultando em identidades nacionais ainda mais profundamente enraizadas e visões particulares sobre hierarquia e ordenamentos interestatais.

Chama-se a atenção para a necessidade de transgredir a comum aplicação de modelos baseados na experiência europeia para explicar as dinâmicas da região, particularmente conforme cresce a centralidade do Leste da Ásia para os estudos internacionais. Neste sentido, utiliza-se o arcabouço construído por Arrighi (1996; 2007), Kang (2004a; 2007; 2010; 2013), Braudel (2009), Cumings (1984; 1987; 2005; 2020), Halliday (1994; 1999) e Lankov (2013), que retratam a lógica própria com que operam as Relações Internacionais da Ásia, diferenciando-as dos padrões ocidentais tradicionalmente utilizados nas análises de política externa.

Parte-se da perspectiva de que os países do Leste Asiático interpretaram a ascensão chinesa como centro gravitacional regional no século XXI com maior naturalidade do que previam as teorias sobre o balanceamento de poder. São priorizados, nesta pesquisa, autores que trabalham com a ideia de que, em função de sua milenar centralidade cultural, política e econômica, os países do Leste Asiático apresentam interpretações próprias sobre as relações internacionais e, ainda, que subscrevem à necessidade de construção de aportes teóricos que permitam análises mais adequadas acerca de suas políticas externas – especialmente conforme aumenta a indispensabilidade das dinâmicas da região nas análises sobre as relações internacionais contemporâneas.

Ao propor a análise de uma região que abrange três Estados que passaram por processos revolucionários, sofreram transformações estruturais internas e apresentaram inflexões em seus posicionamentos internacionais, importa incorporar ao marco teórico-conceitual concepções sobre as assimetrias nas relações de poder. As dificuldades provenientes dos desníveis internacionais são especialmente agudas nos Estados recentemente independentes e representam a raiz de sua atuação política no cenário externo, em busca de condições de desenvolvimento (BRUCAN, 1974).

Os Estados revolucionários, por sua vez, buscam alterar os padrões das relações interestatais. O caráter distinto de suas políticas externas não se encontra apenas nos objetivos que definem para si ou na ideologia que expressam, mas também na recorrência de tensionamentos durante a estruturação de suas políticas externas. A pressão da homogeneidade da ordem internacional globalizada, que os percebe como fundados sob uma base político-econômica e social distinta, afeta a construção de suas políticas internas e externas (HALLIDAY, 1999). Além dessas considerações, procura-se atentar à estrutura social interna, não considerando, portanto, o Estado como uma unidade social monolítica, mas sim permanentemente complexa, tanto os Estados socialistas quanto os capitalistas (BRUCAN, 1974).

A pesquisa se insere na vertente teórica que se debruça sobre a análise dos impactos das revoluções no sistema internacional, dos processos por elas desencadeados e a forma com que pautam as estratégias de política externa dos demais Estados. Em especial, trata-se aqui de uma das experiências remanescentes, que sobreviveram à crise do socialismo como sistema político após a desintegração da União Soviética. Busca-se explicar, assim, como as estratégias do regime norte-coreano foram reestruturadas diante dos diferentes cenários internacionais e interpretar os seus cálculos diplomáticos. Busca-se, também, produzir uma apreciação sensível que considere a estrutura e os processos envolvidos na formulação de política externa na Coreia do Norte e que superem simplificações sobre a complexa realidade de seu ambiente doméstico.

O trabalho utiliza a geopolítica como categoria de análise, considerando a combinação de elementos geográficos e processos políticos. As análises são também permeadas por perspectivas geoeconômicas, em que a base material, historicamente construída, é ponto central, sendo a ordem econômica um importante ponto de influência e orientação às demais ordens, como elaborado por Braudel (2009). Também com base na obra de Fernand Braudel, pressupõe-se o processo de transição em curso no ordenamento mundial, considerando a longa duração como divisão temporal.

O trabalho, assim, é orientado teórico-conceitualmente por compreensões acerca da singularidade da construção histórica dos países do Leste Asiático, das dimensões geopolítica e geoeconômica nas interações entre os Estados, dos desníveis de poder, das complexidades domésticas, destacando a existência de disputas internas pelo poder e interesses conflitantes envolvidos na condução da política externa e do impacto dos processos revolucionários no sistema internacional.

Realizou-se a definição da vertente teórica tendo em mente a busca por: elucidar a consciência psíquica nacional, historicamente originada e construída na Coreia do Norte; a habilidade norte-coreana de interpretação das disputas de poder no sistema internacional; a sua condição e situação frente aos demais atores; os seus objetivos de longo prazo e prioridades vitais; a resiliência político-econômica em meio a diferentes crises; a sofisticação de suas atividades econômicas externas; e, também, as microrrelações do jogo político interno do país. Superando comparações quantitativas sobre o comércio e a produtividade, por exemplo, o marco teórico do estudo fornece os elementos necessários a uma análise que considere o desenvolvimento das dinâmicas entre os modelos político-econômicos dos diferentes atores regionais e as suas interações com a Coreia do Norte.

1.6 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para avaliar a hipótese central apresentada compreende uma análise histórica, que considera as origens dos Estados de que trata, seu modelo de desenvolvimento, influências, eventos históricos que o condicionaram, bem como o impacto de suas experiências na formulação política no contexto atual. Essa perspectiva não vê as políticas dos Estados, portanto, como naturais ou imutáveis, e sim como consequências de desdobramentos internos e externos históricos (HALLIDAY, 1994).

Para a estruturação da pesquisa proposta, é utilizada a vertente qualitativa, que atribui significado aos fenômenos, mediante descrição densa (LIMA, 2003). Conforme Goldenberg (2004), o método qualitativo visa a compreensão interpretativa das experiências dentro do contexto em que elas acontecem. Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações, com o objetivo de compreendê-las em seus próprios termos – fundamental para os estudos asiáticos. O estudo das dinâmicas regionais do Nordeste da Ásia abrange diversas categorias de análise e perspectivas

multidimensionais. Uma vez que o presente estudo realiza apreciações sobre estratégias nacionais de diferentes Estados, a pesquisa qualitativa possibilita a exposição da complexidade das conjunturas, bem como a reflexão acerca das interações e a interpretação de particularidades dos comportamentos dos Estados (OLIVEIRA, 2007).

Utiliza-se o método hipotético-dedutivo, partindo de uma abstração teórica e criando uma hipótese a ser testada por meio das evidências de aproximação empírica – fontes documentais e bibliográficas. A pesquisa é de tipo explicativa, que detém como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. De acordo com Gil (2008), esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade ao explicar a razão, o porquê das coisas – embora seja também o mais complexo e delicado.

No que se refere às técnicas de coleta de dados, escolheu-se a de documentação indireta, que pode ser realizada pelo emprego de pesquisa bibliográfica e documental. Como aborda Gil (2008), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está na possibilidade de realizar uma cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla – especialmente quando os fenômenos são geograficamente distantes, como é o caso dos países do Nordeste Asiático. Para o desenvolvimento deste trabalho, são utilizados livros, artigos científicos e teses. A pesquisa documental, por sua vez, é importante para a elaboração do aporte empírico, a partir de dados de agências e *sites* governamentais dos Estados pesquisados.

Para alcançar os objetivos definidos, propõe-se a estruturação do estudo em três capítulos, além dos capítulos de introdução e de conclusão. O primeiro capítulo apresenta a evolução histórica das dinâmicas geopolíticas e geoconômicas do Nordeste Asiático, contendo os fundamentos históricos e teóricos, bem como as categorias de análise e os conceitos utilizados ao longo do trabalho. Destaca-se as apreciações realizadas sobre as heranças do sistema tributário sinocêntrico, as breves considerações sobre geopolítica e geoeconomia como categorias de análise, os impactos dos processos revolucionários nas Relações Internacionais, as assimetrias de poder no sistema internacional e o processo de transição em curso no ordenamento internacional, vinculado às análises de longa duração.

O segundo capítulo trata da conjuntura político-econômica da Coreia do Norte, com ênfase na primeira década do governo de Kim Jong Un (2011 – 2021), explicando, tanto as origens quanto as consequências regionais do projeto de Estado norte-coreano, partindo de uma contextualização histórica e culminando nos ajustes de política externa

promovidos a partir de 2017. A explanação parte da compreensão do *ethos* que levou à fundação do Estado norte-coreano ainda no início do século XX, aborda a estratégia externa de triangulação adotada durante o período da Guerra Fria, o desmantelamento soviético e a subsequente crise nacional dos anos 1990, a recuperação econômica iniciada nos anos 2000 e viabilizada tanto pela ascensão chinesa quanto por flexibilizações econômicas domésticas, e, por fim, concentra-se nas mudanças político-econômicas inauguradas por Kim Jong Un, a partir da segunda década do século XXI.

O terceiro e último capítulo parte das elucidações anteriores e apresenta uma análise conjuntural, historicamente contextualizada, das relações entre os principais atores do Nordeste Asiático – Coreia do Sul, China, Estados Unidos, Rússia e Japão – e a Coreia do Norte. Foi dado destaque principal à fase de aproximação entre Pyongyang e o Ocidente, que teve ápice entre 2018 e 2019, às diferentes estratégias e interesses nacionais em jogo, bem como aos condicionantes que frustraram o alcance de avanços tangíveis durante as negociações.

2 EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS: DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS E GEOECONÔMICAS DO NORDESTE ASIÁTICO

O primeiro capítulo do trabalho apresenta uma breve análise político-econômica do Nordeste Asiático, centrada nos processos históricos de maior relevância, para a posterior apreciação relativa à República Popular Democrática da Coreia. Tendo como ponto de partida as heranças da ordem mundial sinocêntrica pré-capitalista, vigente até a chegada das potências ocidentais à região, o capítulo se divide em três partes principais. Primeiramente, retoma-se sucintamente o funcionamento e as características principais do milenar Império Tributário chinês, que definiu a ordem regional e em que se inseria a península coreana até o período de sua colonização pelo Japão, o seu processo de desintegração e a conseqüente transição para um novo ordenamento mundial. A segunda parte analisa os processos de reação às imposições externas e ao colonialismo na Ásia, versando sobre o significado das revoluções nacionais para os Estados que as conduzem e o seu papel nas relações internacionais como um todo. Por fim, analisa-se o período pós-Guerra Fria e as dinâmicas mais recentes de poder no Nordeste Asiático, realçando o advento da transferência do núcleo dinâmico da economia global para a Ásia e a sua ascensão na ordem capitalista e globalizada em meio ao processo de transição em curso no sistema internacional.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

O poderio dos Estados e as relações de poder que envolvem uma região dependem da interação entre política e espaço. A condição geopolítica de um Estado, por sua vez, é determinada principalmente por sua capacidade militar e de influência política. Para analisar a situação da Coreia do Norte na região Nordeste da Ásia, utiliza-se a geopolítica como categoria de análise.

Operacionaliza-se o conceito de geopolítica como consequência da interação entre configurações geográficas e processos políticos, considerando o atual período de transição do sistema internacional sob uma perspectiva multipolar. Cohen (2015) aborda o impacto mútuo entre geografia e política, explicando que as dinâmicas de uma região são determinadas pelas políticas praticadas pelas grandes potências. Essas políticas, por

sua vez, são dirigidas pelos recursos presentes ou pela localização estratégica da região. O caráter geoestratégico que detém a Coreia do Norte, como ponto de encontro entre grandes potências, é contemplado por essa abordagem.

As configurações geográficas são compostas por características e padrões geográficos nas regiões multiniveladas que elas formam. Os processos políticos, por sua vez, incluem forças que operam no nível internacional e doméstico e que influenciam o comportamento dos Estados. Ambos são dinâmicos e se influenciam mutuamente. A geopolítica trata das consequências dessa interação entre geografia e processos políticos, relacionando a diversidade de conteúdo e a escala de definições geográficas com o exercício de poder político e identificando as estruturas espaciais por meio das quais se desdobram os jogos de poder (COHEN, 2015).

Considerando a geopolítica como a subordinação da política internacional dos Estados ao fator geográfico, Merle (1981) retrata o poder dos Estados como dependente da relação que se estabelece, pela força das coisas, entre cada coletividade política e o espaço – que por sua vez é considerado sob três aspectos diferentes e complementares: a dimensão, a configuração e a situação. Enquanto a dimensão envolve fatores objetivos de poder como o tamanho e o conteúdo (recursos) de um espaço, a configuração refere-se às barreiras naturais e obstáculos físicos que cercam o território da unidade estatal. O autor aponta a situação, contudo, como o principal aspecto na condição geopolítica dos Estados. A situação diz respeito à respectiva posição dos Estados no terreno, influenciando na capacidade de intervenção militar e explicando muitas vezes os níveis de influência política que detêm. Há, portanto, uma estreita relação entre as características de um território e os seus níveis de poder, ainda que esta relação não seja unívoca. Assim, um Estado controlando uma importante via de comunicação, dispõe de uma preciosa vantagem no plano estratégico.

Tais considerações acerca da geopolítica auxiliam a explicar a posição estratégica norte-coreana no Nordeste Asiático e a sua experiência como região de disputas por controle. A partir da alteração da condição geopolítica do país, contudo, a Coreia do Norte logra superar o tamanho reduzido do seu disputado território montanhoso. O programa nuclear norte-coreano acaba por impor revisões nas estratégias políticas, militares e econômicas de seus vizinhos. Conforme Brucan (1974, p. 141, tradução nossa):

Na política internacional dos nossos tempos, o posto de grande potência está principalmente atrelado a dois elementos: potencial econômico-tecnológico e

armas nucleares. O resultado foi uma transformação importante no exercício do poder nacional. Seria um erro, porém, avaliar o poder nacional exclusivamente em tais termos. No mundo contemporâneo, a participação em organizações internacionais, como as Nações Unidas, e em sistemas socioeconômicos mundiais, em pactos militares ou em blocos de defesa regional são parte do poder nacional [...].

A península coreana representa um dos principais eixos geopolíticos e de tensão do Nordeste Asiático – os outros dizem respeito às disputas sobre o Mar do Sul da China e o Estreito de Taiwan. A única alternativa às pressões dos Estados Unidos a Pyongyang consiste em integrar a Coreia do Norte às dinâmicas do Nordeste Asiático, que passou por um processo de convergência econômica e tecnológica entre Japão, China, Coreia do Sul e Rússia (VISENTINI, 2007).

A geopolítica representa, assim, a análise da interação entre configurações e perspectivas geográficas e processos políticos. Aludindo a uma maior integração da Coreia do Norte ao Nordeste Asiático, capaz de destravar o potencial econômico da região e retomar projetos de interligação infraestrutural por meio da coordenação de investimentos, incorpora-se às análises a concepção geoeconômica.

Embora exista como prática desde as primeiras ordens regionais, no campo teórico, a geoeconomia não se constitui como objeto de estudo ou campo de análise consolidado. Introduce-se a acepção do conceito – fio condutor das análises aqui propostas – enfatizando uma interpretação geoeconômica que incorpora elementos causais geográficos e materiais. Longe de se pretender esgotar as definições contidas no escopo reflexivo de uma abordagem geoeconômica, procura-se situar a perspectiva de análise empregada na pesquisa ao mesmo tempo em que se contribui com a construção do conceito.

Permeiam o presente estudo os elementos de análise explanados por Braudel (2009), que identifica o peso crescente da ordem econômica, cuja primazia é reforçada na modernidade. Ainda que não governe a totalidade da sociedade ou determine, por si só, as demais ordens – culturais, sociais, políticas – a base material as influencia e as orienta. O autor atribui aos Estados papéis duradouros, de longo prazo, que não representam vocações naturais; porém, são lentamente consolidadas, e como herança, apresentam uma história já desenhada, um estado de coisas por vezes muito antigo e de difícil rompimento. Explicar as relações geoeconômicas dos Estados que compõem o Nordeste Asiático, nesse sentido, exige que se recue no tempo, de forma a compreender

suas realidades estruturais de poder, a partir das quais constroem suas estratégias nacionais, regionais e internacionais.

Considera-se a década de 1970 como ponto histórico em que tem início o processo de transição em curso no sistema internacional – contexto em que está situado o recorte temporal definido para as análises propostas. Os anos de 1973 e 1974 marcam o momento aproximado da inversão sistêmica, o pico culminante da divisão do tempo em ciclos seculares (*trend* secular), avaliado por Braudel (2009) como, entre as possibilidades de divisão do tempo, o recorte que melhor situa cronologicamente e possibilita realizar as compreensões sistêmicas em que o presente estudo se enquadra. As análises de longa duração não se detêm a esclarecer movimentos particulares ou isolados, abarcando múltiplas alterações e conservando, ao longo do tempo, coerência. Dizem respeito, assim, a processos cumulativos. O ciclo secular iniciado em torno de 1896 entra em um período de longa crise e regressão a partir da década de 1970, marcando o início de uma desestruturação, ainda em curso nas primeiras décadas do século XXI.

A introdução ao conceito de geoeconomia é conhecidamente associada ao trabalho de Edward Luttwak (1990), que fez uso do termo para descrever como a grande arena de rivalidade entre os Estados, no sistema internacional pós-Guerra Fria, seria predominantemente econômica, e não militar. De forma semelhante, porém atentando para o retorno da competição – e não ao fim da história de Fukuyama (1992) – Huntington (1993) apontou a tendência de que no período pós-Guerra Fria os principais conflitos de interesse entre as grandes potências envolviam questões econômicas. Nesse sentido, em um mundo em que cresce a improbabilidade de conflitos militares entre as grandes potências, o poder econômico se torna crescentemente importante como definidor de primazia e subordinação entre os Estados.

A última década expôs de forma mais óbvia as limitações do paradigma liberal da interdependência e suas convicções sobre o abandono de políticas de poder em favor de um mundo mais cooperativo e integrado nos moldes de uma ordem liberal. Em contraste, o que se viu foi o aumento simultâneo da interdependência e da competição estratégica. Como lembram Scholvin; Wigell (2019), os primeiros teóricos da geoeconomia – alguns mencionados acima – previram que o fim da Guerra Fria traria transformações na maneira com que os conflitos ocorrem, e não o fim dos conflitos em si.

O conceito de geoeconomia representa tanto uma prática estratégica quanto um paradigma de análise (SCHOLVIN; WIGELL, 2019). Enquanto instrumento de análise, transcende noções puramente quantitativas ou securitárias, tradicionalmente empregadas nas interpretações de política externa, ao reconhecer as características geográficas e econômicas como variáveis fundamentais. O conceito de geoeconomia apresenta significado contestado entre os acadêmicos e é considerado um conceito ainda em construção. A forma com que os Estados utilizam o seu poderio econômico em busca de objetivos geoestratégicos permanece um aspecto relativamente pouco estudado das Relações Internacionais contemporâneas. Esta política de poder alternativa expande a compreensão de controle físico do território como a única variável da obtenção de poder e segurança, apontando a relevância dos laços econômicos entre os Estados.

Para Metri (2017), embora respondam ao mesmo problema – relações de poder complexas – a forma com que os dilemas se apresentam em um determinado momento para cada unidade política não é a mesma. As ações conscientes e planejadas são distintas, assim como também o são as autoridades centrais. A geografia representa uma das razões para isso, uma vez que cada autoridade está assentada em um território único que tem base em uma posição específica relativa. Ao envolverem o mesmo tabuleiro geográfico, as diferentes posições relativas geram inserções e percepções diversas, que por sua vez resultam em estratégias distintas. O dinamismo da competição interestatal faz com que as estratégias de uma mesma autoridade central tendam a sofrer adequações e reestruturações contínuas, em um quadro de permanente necessidade de reflexão geoestratégica.

As considerações de Braudel (1969) sobre o espaço como um imperativo, aproximam a sua teoria a uma forma de síntese do pensamento geoeconômico, combinando a noção de coerção geográfica aos fenômenos econômicos e sociais que definem a história e, ainda, considerando a geografia como uma estrutura dinâmica, e não estática, cujos movimentos podem ser percebidos em análises de longa duração. Ao considerar a distribuição de recursos econômicos como fator central para a compreensão da competição interestatal, concede-se uma nova dimensão para a economia nas reflexões sobre a distribuição de poder em nível global. Em termos práticos, a direção dos fluxos de investimento ou padrões de comércio, por exemplo, determinam relações de poder adjacentes (BRITES; JAEGER, 2020).

Ponderando sobre as iniciativas geoeconômicas, por vezes antagônicas, dos Estados, Metri (2017) argumenta que não há atividade econômica que ocorra à revelia

de um espaço geográfico pautado por processos políticos regulares, tornando-se o pensamento econômico, assim, impregnado de raciocínio geográfico e estratégico. A geoeconomia depende das características territoriais próprias de cada unidade política e de seus respectivos territórios econômicos. O tipo de inserção econômica de uma unidade político-territorial, no sistema internacional, combinado à compreensão dos condicionantes econômicos internos, constituem aspectos fundamentais para a reflexão acerca das estratégias econômicas voltadas à transformação das forças produtivas e militares.

A presente tese faz uso do conceito de Geoeconomia como uma extensão da geopolítica, que por sua vez se refere ao estudo dos padrões de distribuição e configuração de poder no sistema internacional em que o espaço é também uma variável. A ideia de geoeconomia enfatiza a relevância do poder econômico como fator de análise, como demonstrado por Blackwill; Harris (2016), representando o uso sistemático de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos – ainda que, sob a perspectiva geoeconômica, o poder econômico seja também um fim e não apenas um dos meios para a obtenção de poder político. São considerados também os efeitos das ações econômicas das demais nações nos objetivos políticos de um Estado. É sob este entendimento que a geoeconomia diz respeito tanto a uma forma de análise como a uma política nacional.

O recente retorno do conceito às análises das Relações Internacionais está atrelado às potências emergentes e suas estratégias de projeção de poder e influência, primariamente geoeconômicas. Pequim lidera a utilização desta ferramenta de política externa (BLACKWILL; HARRIS, 2016). Apesar do recente crescimento da utilização acadêmica do termo – em grande parte associada à ascensão chinesa e ao emprego de seu poder material, visando a influência política e objetivos estratégicos –, a geoeconomia como prática ou dinâmica é antiga. Não há ainda, no entanto, consenso completo sobre a definição do termo ou a melhor forma de conceituá-lo (BEESON, 2018), sendo o presente trabalho parte dos esforços neste sentido.

Entende-se, assim, que a dimensão da geografia econômica por trás das interações internacionais é central para a compreensão das relações de poder e merece receber renovados esforços teóricos qualitativos. Observar os diferentes modelos e sistemas de desenvolvimento, direcionamento de fluxos de investimento; padrões de trocas comerciais; complementaridades econômicas; e a construção de infraestrutura para o transporte de mercadorias e energia, por exemplo, permite identificar a influência

de aspectos econômicos nas relações de poder estudadas pela geopolítica clássica. Os Estados do Nordeste da Ásia se encontram em um espaço economicamente latente e interligado. O aquecimento econômico, porém, não necessariamente se traduz em coesão política – a existência de modelos de desenvolvimento econômico e de alinhamentos político-securitários divergentes expõem contradições que, por vezes, esfriam as dinâmicas regionais.

A península coreana, com destaque particular à Coreia do Norte, é considerada pivô geopolítico e geoeconômico regional, revelando a complexidade das interações entre as potências – que são tanto regionais quanto globais. Os desdobramentos de sua política econômica durante a última década, ao inaugurar novas etapas em sua estratégia nacional, apresentam impactos aos cálculos geoeconômicos de seus vizinhos.

2.2 O SISTEMA TRIBUTÁRIO E A ORDEM INTERNACIONAL SINOCÊNTRICA

Anteriores ao avanço do sistema capitalista, as relações internacionais do Leste Asiático se desenvolveram sob lógicas próprias, formando um sistema regional liderado pela China, o chamado Império do Meio. Os Estados do Leste Asiático apresentam longa evolução histórica comum originada no sistema tributário sinocêntrico, matriz cultural das unidades políticas que o compunham. Considera-se que estudos contemporâneos sobre a região pressupõem a compreensão de sua lógica e dinâmicas próprias, considerando que muitos de seus principais atores representam unidades geograficamente definidas e centralmente administradas desde muito antes dos Estados europeus.

A consideração do sistema de relações interestatais caracterizada por dinâmicas de longo prazo é essencial para que se estabeleçam as bases para a compreensão da ascensão da região e conseqüente transformação do sistema internacional para além da capacidade explicativa das teorias baseadas na experiência ocidental. Ao transformar – e não destruir – o sistema regional de relações internacionais, a incorporação subordinada da região ao sistema globalizado resultou em uma formação político-econômica híbrida (ARRIGHI, 2007), que por sua vez gerou o ambiente favorável para o deslocamento de poder para os países do Leste da Ásia – primeiramente de forma centrada no Japão e, depois, na China.

Como se procura demonstrar, a ordem regional asiática foi vastamente diferente do sistema de Estados modernos que se instalou no Ocidente, influenciando a visão de mundo de seus Estados. A concepção moderna e ocidental de relações internacionais emergiu nos séculos XVI e XVII, quando a estrutura medieval da Europa se dissolvia em um grupo de Estados de força aproximadamente equivalente, não havendo autoridade forte suficiente para o domínio sobre os demais atores – origem, por exemplo, de concepções sobre o balanceamento de poder, menos como escolha e mais como inevitabilidade, segundo Kissinger (2011). O conceito de soberania e a formal igualdade jurídica entre os Estados tornaram-se a base do direito internacional e da diplomacia, propagadas a partir da Europa.

Nesse sentido, Amin (2011) argumenta que o mundo moderno produz uma imagem de história universal fundada na proposição de que o capitalismo é o primeiro sistema social a conectar o mundo – o que não condiz com as experiências afro-asiáticas. As sociedades avançadas anteriores ao século XVI constituíam sistemas regionais e detinham natureza profundamente similar, em que a fonte de riqueza provinha do poder, e não o contrário, como acontece na ordem mundial originada por volta de 1500.

As unidades políticas que formaram o sistema regional do Leste Asiático no milênio passado eram reconhecidas entidades soberanas com poder sobre determinadas áreas geográficas. Em 400 A.C. já existia, na China, ao menos um vago conceito de Estado. Por sua vez, Coreia, Japão e Vietnã utilizavam palavras semelhantes⁶ – todos derivados do mesmo caráter chinês – para designar a ideia de país. Juntos, esses três Estados constituíam o núcleo interior da ordem regional sinocêntrica, recebendo significativa e direta influência cultural e política da China. Outros Estados que faziam parte do sistema, porém, encontravam-se geograficamente distantes do centro chinês da época – como os atuais Estados da Tailândia e de Mianmar –, não receberam o mesmo nível de influência (KANG, 2007).

Os principais atores do sistema foram, portanto, Estados nacionais que conduziram relações internacionais formais e legais entre si e aos quais o reconhecimento internacional como nação legítima era um componente importante de sua existência. [...] Assim, Estados nacionais de variados tamanhos e capacidades tecnológicas existiam em um sistema internacional baseado no reconhecimento formal e regulado por um conjunto de normas. Como veremos, do Japão à atual Tailândia, e por mais de seis séculos, esse

⁶ Para os coreanos, *kuk*, para os japoneses, *koku* ou *kuni*, para os vietnamitas, *quoc*, e para os chineses *kou* (KANG, 2007).

sistema funcionou essencialmente da mesma maneira (KANG, 2007, p. 27, tradução nossa).

Para Arrighi (2007), um dos grandes mitos das ciências sociais ocidentais é que os Estados nacionais e sua organização em um sistema interestatal são invenções europeias. Excetuando alguns Estados que foram criados por potências coloniais europeias – como a Indonésia, a Malásia e as Filipinas –, os Estados mais importantes do Leste Asiático – China, Japão, Coreias do Norte e do Sul, Vietnã, Laos, Tailândia e Camboja – eram Estados nacionais muito antes de suas contrapartidas europeias. Ademais, existiam conexões, diretas ou por meio da centralidade chinesa, relações diplomáticas e comércio, mantidos por princípios, normas e regras compartilhadas e que regulavam as interações mútuas em um sistema autossuficiente.

A chave da questão é que as relações internacionais do Leste Asiático enfatizavam a hierarquia formal entre as nações, permitindo uma considerável igualdade informal. Este sistema foi materialmente baseado e foi reforçado por meio de séculos de práticas culturais. Com a China como o Estado dominante e os estados periféricos como estados secundários ou "vassalos", desde que a hierarquia fosse observada, havia pouca necessidade de guerra (KANG, 2007, p.25, tradução nossa).

Nesse sentido, os domínios separados que o sistema tributário centrado na China unia eram suficientemente próximos para influenciar uns aos outros, porém distantes o suficiente para que não assimilassem ou fossem assimilados. O sistema tributário proveu a região com estruturas de interação político-econômica livres o suficiente para dotar os seus componentes periféricos com considerável autonomia em relação ao centro chinês. Apesar de serem membros periféricos do sistema, Japão e Vietnã também competiam com a China no exercício de atribuir títulos imperiais – o Japão estabeleceu padrões de relacionamento semelhantes ao tributário com o Reino de Ryukyu e o Vietnã fez o mesmo com o Laos (ARRIGHI, 2007).

O poder material representa um dos principais componentes do sistema internacional do Leste Asiático. A China era, de longe, o maior, mais poderoso e mais tecnologicamente avançado país do Leste Asiático – senão do mundo. Historicamente, foi o centro econômico, político, diplomático, da inovação tecnológica e da construção cultural. Com capacidade para se expandir muito mais do que o fez, o fator determinante da decisão chinesa de não conquistar demais regiões foi política – e não

tecnológica (KANG, 2007). Sobre o sistema tributário chinês, Amin (2011, p. 23, tradução nossa) elabora:

Em particular, parece-me que [...] constituía um mundo por si só. Tinha um centro próprio (China), caracterizado por uma forte centralização política (mesmo que este último sob a pressão de forças centrífugas internas explodisse de tempos em tempos, sempre foi reconstituído), e suas periferias (especialmente o Japão) mantinham uma relação com China muito semelhante à da Europa medieval com o Oriente civilizado.

As relações internacionais do Leste Asiático foram organizadas no sistema tributário chinês pela dinastia Han (206 A.C. – 220 A.C.), que institucionalizou e aplicou sistematicamente o seu entendimento acerca do ordenamento regional. Conforme o sistema evoluía, a condução de suas relações exteriores era alterada para atender às necessidades de diferentes situações na medida em que surgiam. Desde o período Han, é possível observar que a península coreana não representava ameaças à China, não exigindo que fossem estabelecidas organizações militares contra potenciais invasores – como aconteceu no Nordeste e no Norte da China. O significado da Coreia para os chineses estava atrelado à sua localização estratégica, facilitando o transporte de elementos da cultura chinesa ao Japão e gerando, assim, retornos de longo prazo (TWITCHETT; FAIRBANK, 1986).

O destino geopolítico da Coreia como Estado peninsular sempre esteve sujeito ao vórtice da China e do Japão. Enquanto a China manteve um relacionamento em grande parte pacífico com a Coreia via sistema tributário, o Japão demonstrava determinação em posicionar-se fora da ordem chinesa, enviando correspondentes oficiais à China em nome do que chamava de Imperador Japonês – diferente dos demais, que enviavam reis, por sua vez subordinados ao único Imperador do sistema tributário, o chinês (INOGUCHI, 2006). Durante grande parte da história chinesa, o Japão representou um satélite intermitentemente inativo, de menor significância que a Coreia ou o Vietnã (ADSHEAD, 2000).

Conforme Cumings (2005), a Coreia era o mais importante dos Estados associados, considerada modelo de Estado tributário e seu principal aliado. A sua influência sobre o Japão, nesse período, era significativamente maior que a influência do Japão na Coreia. Assim como a Coreia tinha um rei, também considerava o líder japonês um rei – ilustrando a visão de igualdade formal, por parte dos coreanos, em relação ao Japão. Esse relacionamento, porém, não detinha substancial importância aos

olhos dos coreanos, que se identificavam como relativamente superiores e mais próximos da fonte civilizacional chinesa.

Em contraste com a competição militar e a expansão territorial características das dinâmicas europeias, observou-se no Leste da Ásia a quase ausência de competição militar e de expansão geográfica. Antes da incorporação subordinada ao sistema europeu, a região viveu um período de paz quase ininterrupta por trezentos anos – à exceção de duas invasões japonesas à Coreia, que por sua vez precipitaram duas guerras sino-japonesas (1592-1598 e 1894-1895) (ARRIGHI, 2007).

A infrequência de guerras está associada à ausência de ambição para construir impérios ultramarinos como forma de competição entre os atores regionais ou de se engajar em corridas armamentistas. Ainda assim, existia competição no Leste Asiático – a exemplo da tentativa japonesa (1600-1868) de criação de um sistema tributário de comércio centrado no Japão em detrimento da China. Por meio da absorção de *know-how* tecnológico e organizacional para a agricultura, mineração e manufatura, originários da Coreia e da China, o Japão buscava se tornar uma versão menor do Império Chinês, ideológica e materialmente. Este tipo de competição impulsionou o desenvolvimento do Estado e da economia nacional, mas não levou à alteração para um sistema baseado na expansão territorial, como aconteceu na Europa. Embora a China tenha expandido o seu território e consolidado novas fronteiras, Arrighi (2007) aponta que estes foram realizados de forma limitada e com o propósito de transformar as suas fronteiras – até então de difícil defesa – em periferias pacificadas. Uma vez que os objetivos foram atingidos, por volta de 1760, portanto, as expansões cessaram.

Entre os anos 1000 e 1500, o sistema internacional foi, para Amin (2011), claramente composto pelos três principais blocos de sociedades avançadas (China, Índia e Oriente Médio), aos quais se pode acrescentar um quarto, a Europa, cujo desenvolvimento se deu de forma extremamente rápida. É nessa última região, marginal até o ano 1000, que transformações qualitativas de todos os tipos se cristalizaram e inauguraram o capitalismo. A expansão das fronteiras externas da Europa, mediante a conquista das Américas, as grandes incursões no Oceano Índico e o estabelecimento de contatos diretos com o sistema sinocêntrico, são face oposta de transformações na estrutura interna da economia europeia, que em 1648 se convertia em um sistema de Estados-nações e tornava-se o modo prevalecente de dominação e acumulação (ARRIGHI, 1996).

Os relacionamentos entre os Estados do Leste Asiático se caracterizavam por dinâmicas de longo prazo – que também contrastam nitidamente com as experiências ocidentais – e resultaram na amplamente reconhecida primazia chinesa em termos de organização de Estado e da economia nacional, principalmente entre os séculos XVIII e XIX. A subsequente incorporação desse sistema às estruturas globalizantes europeias transformou, porém, não destruiu o padrão de relações regionais pré-existentes. O resultado, conforme Arrighi (2007), foi um sistema político-econômico híbrido, que por sua vez providenciou um ambiente favorável para o posterior renascimento do Leste Asiático e a conseqüente transformação do mundo para além da possibilidade de explicação baseada unicamente na experiência ocidental.

Conforme Kang (2010), o início da era moderna na Ásia no período 1368-1841, durante as dinastias chinesas Ming e Qing e até o início das Guerras do Ópio entre o Reino Unido e a China, é representado pela culminação de séculos de construção dos Estados na região e o período em que o sistema internacional do Leste Asiático esteve mais completo e desenvolvido. Kissinger (2011) aponta que no auge da sua grandeza imperial, ao fim do século XVIII, a China havia se transformado em uma grande potência militar e, após expandir-se a norte e a leste, estabelecendo uma profunda esfera de influência chinesa na Mongólia, no Tibete e na atual região de Xinjiang, a China ocupava uma posição predominante na Ásia. A riqueza e a extensão, no entanto, atraíram a atenção dos impérios ocidentais. Pela primeira vez na história, a China se defrontou com invasores que não almejavam tirar o lugar da dinastia chinesa, mas substituir o sistema sinocêntrico por uma visão inteiramente nova de ordem internacional.

No espaço de uma década, o Império do Meio passara de uma posição de proeminência a objeto de contenda de forças coloniais rivais. Suspensa entre duas eras e duas concepções distintas de relações internacionais, a China lutava por uma nova identidade e, acima de tudo, por conciliar os valores que marcavam sua grandeza com a tecnologia e o comércio nos quais teria de basear sua segurança (KISSINGER, 2011, p. 45).

Conhecido como o Século da Humilhação, o período iniciado com a Guerra do Ópio em 1839, terminou apenas com a reunificação do país sob o regime socialista em 1949. A China se dividia entre a sua própria ordem regional, dinâmica e autônoma, e a ordem mundial europeia, que iniciava a penetração direta. Como aponta Adshad

(2000), a invasão vinha de duas direções. Além dos europeus, americanos e japoneses que chegavam pela costa, havia o avanço russo no interior asiático.

A ruína da ordem regional sinocêntrica ocorreu rapidamente em meados do século XIX. A agressiva expansão das potências ocidentais e as fraquezas inerentes aos Estados do Leste Asiático criaram duradouro caos na China – com as potências ocidentais dividindo-a e limitando sua capacidade de ação, desfazendo o sistema tributário.

O Século da Humilhação foi caracterizado pelo progressivo enfraquecimento do governo central, forçado a assinar uma série de tratados que privilegiavam unilateralmente as potências europeias, privando a China de autonomia para conduzir as suas relações externas. Com a imposição dos tratados conhecidos por sua natureza desigual, o sistema tributário tradicional foi substituído por um sistema em que a China não estava mais no centro, como árbitro, mas no centro como alvo da política de poder imperialista europeia no Leste Asiático (ZHANG, 1991).

O ponto final para a ordem sinocêntrica se deu pela perda do seu espaço periférico. A expansão europeia por meio do imperialismo britânico, francês e russo – que mais tarde foi também acompanhado pelo expansionismo japonês – atingiu as áreas periféricas chinesas a partir dos anos 1870 (ZHANG, 1991). Nas primeiras décadas após o colapso imperial, a China tentou ocupar maior espaço na ordem mundial westfaliana e no sistema econômico global. Nesse momento, porém, o Japão, que já há meio século havia lançado suas aspirações modernizantes, colocou em prática sua pretensão de hegemonia asiática (KISSINGER, 2014).

A Coreia, por sua vez, manteve a sua política de isolamento e as suas fronteiras fechadas até 1876 (LEW, 2000), quando o Império Japonês impõe o Tratado de Ganghwa, obrigando a Coreia a estabelecer relações diplomáticas e comerciais (DUDDEN, 2005), de forma a favorecer as atividades econômicas japonesas, além de buscar enfraquecer os laços existentes entre a Coreia e a China (EDWARDS, 2010). Segundo Cumings (2005), esse ponto marca o início da Coreia moderna, marcada pelo fato de que os seus líderes não podiam mais moldar os eventos nacionais e, pela primeira vez na sua história, a península passa a ser gerida a partir de forças externas. Ressalta-se que o sistema anterior pressupunha proteção externa, uma hierarquia inconsciente e natural entre as unidades regionais e independência real nas atividades domésticas. O sistema imposto pelo Japão, no entanto, era o de equidade fictícia e

subordinação real, o que era agravado pelo fato de que os coreanos historicamente se consideravam os mentores culturais do Japão.

A anexação da Coreia pelo Japão em 1910 encerrou oficialmente o período de autonomia da península, durante o qual suas instituições e seu modo de vida eram fundamentados na influência e na proteção recebidas da China. Inibindo a soberania e a autonomia da Coreia, as ações coloniais japonesas foram consideradas ilegítimas e humilhantes pela população. A luta anticolonialista que emerge nesse período, portanto, estabelece as bases políticas e sociais que guiaram a Coreia pós-1945 e culminaram na Revolução Coreana.

Conforme ressalta Visentini (2014), as relações internacionais da Ásia devem ser analisadas a partir de sua experiência histórica de anticolonialismo, nacionalismo, socialismo, desenvolvimento econômico e a forma com que engendraram suas relações diplomáticas. Contemporaneamente, a diplomacia asiática tem como um dos seus mais sólidos postulados – aceitos praticamente pela totalidade dos Estados da região, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que representam a afirmação da concepção Westfaliana das relações internacionais. “De fato, se observarmos com cuidado, cada um dos itens retoma, de forma atualizada, os princípios da Paz de Westfália de 1648, que consagram o Estado como principal ator da política internacional” (VISENTINI, 2014, p. 88). O autor aponta, assim, que os postulados Westfalianos sobre soberania são matizados pelos conceitos asiáticos de hierarquia e estabilidade, numa visão sistêmico-diplomática de longo prazo.

Por meio de uma análise historicamente informada, refere-se à recente liderança regional chinesa como um fenômeno que apresenta precedentes na ordem sinocêntrica, notavelmente durável, de relativa estabilidade, regionalmente aceita e frequentemente benéfica aos atores que a compunham. O processo de ascensão asiática em curso no século XXI conta, porém, com a sobreposição de estruturas mais complexas e que condicionam a polarização regional.

2.3 A PRIMEIRA ONDA DESCOLONIZADORA ASIÁTICA E OS PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS

Após a breve análise do funcionamento do Leste Asiático pré-moderno e dos efeitos gerados pela imposição da ordem Westfaliana à região, é possível que as reflexões sejam conduzidas aos movimentos de resistência que procuraram romper

relações com o sistema ao qual foram subordinados. Por meio da reconfiguração das estruturas sociais estatais, estes movimentos visavam, entre outros imperativos, criar condições menos assimétricas de interação no meio externo.

Como aponta Visentini (2014), um novo cenário estratégico emergiu na Ásia desde a Primeira Guerra Mundial, tendo como causas o triunfo da Revolução Soviética (1917), o início da Revolução Chinesa e o enfraquecimento das potências coloniais, reforçados pela ambição do Japão em se tornar a grande potência naval do Oceano Pacífico. No mesmo sentido, Brites (2018) aborda o papel balizador da atuação do Japão nas dinâmicas regionais, estruturando a ordem regional a partir do poder gravitacional que exercia, determinando assim, em grande medida, os efeitos geopolíticos que redefiniram a região após a Segunda Guerra Mundial. O processo de descolonização na Ásia seria, assim, um dos elementos fundadores da nova fase das relações regionais.

A expansão japonesa na Ásia que iniciou ainda no final do século XIX teve influência decisiva na geopolítica asiática após a II Guerra Mundial. Em uma dimensão, pois é da resistência à ocupação japonesa que nascem os movimentos de resistência, em sua grande maioria comunistas. Em outro sentido, o mandato colonial japonês estabeleceu mecanismos de governança que acabaram por implicar na transformação das relações regionais. Desse processo, a divisão na península coreana talvez seja o maior exemplo. Mais do que isso, a brutalidade da ocupação japonesa, que se valeu do ópio, agentes biológicos, de gases asfixiantes, do extermínio e de estupros coletivos, configura-se como um marco na edificação de um sentimento de resistência ao colonialismo no Leste Asiático (BRITES, 2018, p. 37).

Quando, na década de 1930, o Império Japonês se retirou do sistema mundial e passou a buscar – por meio de suas colônias – o seu próprio desenvolvimento, o semblante do Nordeste Asiático foi transformado. As possibilidades demarcadas pela criação de sua própria divisão regional do trabalho e os altos níveis de crescimento industrial gerados acabaram por marcar o desenvolvimento do Leste Asiático desde então. No período entre 1935 e 1945 teve início a revolução industrial coreana, de cima para baixo, trazendo consigo mudanças sociais que estão na origem dos conflitos que levaram à Revolução Coreana. Como aborda Cumings (1984; 1987), indústrias pesadas foram construídas na Manchúria e na região norte da península coreana, enquanto o sul da península recebeu indústrias leves e Taiwan se tornou uma economia altamente agrária – respondendo pelo segundo lugar na exportação internacional de açúcar na época, atrás apenas de Cuba.

A experiência colonial japonesa proveu uma espécie de modelo para o desenvolvimento direcionado pelo Estado, em ambas as Coreias e também em Taiwan. Diferente dos países europeus, o Japão colonizou países vizinhos, tornando factível uma integração estreita entre a metrópole e as colônias. Uma burocracia colonial altamente articulada, disciplinada e penetrante foi responsável pela condução do desenvolvimento, mantendo a sociedade à distância – o que ajuda a explicar a subsequente, pós-1945, pronunciada centralização em Taiwan e nas Coreias. A partir da tríade que envolvia a organização estatal, o sistema bancário central, combinados com os conglomerados *zaibatsu*, promoveram a industrialização da Coreia e de partes da Manchúria. Nos anos 1920, a produção de arroz foi consideravelmente expandida na Coreia (CUMINGS, 1984).

O Japão foi uma das poucas potências imperiais a alocar indústria pesada moderna em suas colônias, aportando instalações hidroelétricas, indústria química e a produção de aço, na península coreana e na Manchúria. A proximidade geográfica com o Japão e o interior chinês contribuiu para o subsequente crescimento industrial coreano. Em 1945, a infraestrutura industrial da Coreia, ainda que viesada aos interesses metropolitanos, estava entre as melhores desenvolvidas entre os países do terceiro mundo. Os japoneses realizavam o gerenciamento das colônias por meio dos *zaibatsu*, grandes bancos e estruturas estatais coloniais, além de utilizar uma ideologia de incorporação, enfatizando o princípio estruturante da família e da filiação ética. A influência desse padrão pôde ser observado na industrialização pós-Primeira Guerra Mundial em Taiwan – movimento *New Life* –, na Coreia do Sul – movimento *New Spirit* nos anos 1970 – e na Coreia do Norte – o corporativismo familiar (CUMINGS, 1984).

A partir da década de 1930, aproximadamente, o Império Japonês passou a investir em grande escala na península coreana. Naquele momento, a Coreia era vista como uma base posterior natural para o futuro avanço do Império em direção à China e, segundo aborda Lankov (2013), Tóquio não considerava a possibilidade de que a Coreia poderia vir a se tornar uma nação independente novamente. Como resultado dessa visão, em 1945 a parte Norte da península se tornou a região mais avançada em termos industriais, fora do Japão, de todo o Leste da Ásia. Enquanto isso, a metade sul da península ainda era uma região agrícola subdesenvolvida.

Após a Segunda Guerra Mundial e a derrota japonesa, em apenas dois anos os imperativos da economia política do período da colonização japonesa já se reafirmavam

na região. Formuladores políticos norte-americanos, entre eles o Secretário de Estado do Presidente Harry S. Truman, Dean Acheson, detinham uma concepção econômica sobre como a Coreia e outras partes do *hinterland* asiático poderiam ser aproveitadas para a restauração do Japão e também para a reconstrução da ordem pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a China não detinha a base industrial integrada necessária para a guerra e o Japão, possuindo uma base industrial, representava uma exceção entre os países da Ásia. A região, que durante o colonialismo japonês estava organicamente integrada de acordo com a divisão do trabalho estabelecida por Tóquio, contudo, na década de 1950 já não apresentava mais a unidade econômica pré-Segunda Guerra Mundial (CUMINGS, 1987).

Sobre o movimento de descolonização, Visentini (2011) assinala três grandes ondas, com características políticas e implantação geográfica específicas e cronologicamente subsequentes. A primeira onda ocorreu nos anos que seguiram a Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1950, sobretudo na Ásia oriental e meridional, onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu. O movimento de emancipação nacional, nessas regiões, foi marcado por grandes enfrentamentos armados e revoluções, adquirindo sobretudo um conteúdo socialista, como ocorreu na China, na península coreana e no Vietnã, ou nacionalista, casos da Índia e da Indonésia. Conforme Brucan (1974), o sistema socialista tem como base organizacional nações que não buscam apenas preservar sua identidade nacional, mas que o consideram como o modelo socioeconômico que oportuniza a realização de seus potenciais políticos, econômicos e culturais, latentes ou oprimidos no passado.

Somente após um século inteiro, a China interrompe o ciclo de subordinação internacional com a revolução anticolonial liderada por Mao Tsé-Tung e a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949. Com a Revolução Chinesa, os Estados Unidos tornaram o Japão o seu principal aliado regional, influenciando a sua industrialização e atrelando a si o desenvolvimento econômico e militar do país. Em seguida, emergiram disputas que envolveriam os Estados Unidos e os Estados pós-revolucionários chinês e soviético.

A preexistência de unidades nacionais no Leste Asiático tornou os impactos do colonialismo e de ingerências externas ainda mais intensos. A derrota do Império Japonês em 1945 gerou expectativas pela independência na Coreia – que foram dissipadas quando da divisão arbitrária da península nos moldes da Guerra Fria e da

posterior ocupação pelas duas superpotências da ordem bipolar, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Os desdobramentos pós-Segunda Guerra Mundial não seguiram a trajetória disposta pelos planejadores do colonialismo japonês para o Nordeste Asiático. Nos anos 1950, a situação geopolítica havia sido drasticamente alterada – antes sob a dominação de uma única potência imperial, o território pertencente ao Japão tornou-se quatro Estados soberanos que, ademais, estavam em lados opostos nas confrontações ideológicas e militares da Guerra Fria. A divisão da península coreana em dois Estados mutuamente antagônicos esteve no coração da ordem bipolar. O embargo econômico à Coreia do Norte acompanhado da ausência de reconhecimento diplomático, efetivamente desmembrou o esquema de integração regional ativamente promovido pelos japoneses antes de 1945 (YANG, 2006).

A Coreia do Norte, cuja data oficial de fundação é 1948, observou a recuperação japonesa com crescente preocupação, especialmente considerando a possibilidade de reestabelecimento do papel de dependência da Coreia em relação ao Japão. Adentrando a década de 1950, havia receios na Coreia do Norte de que os Estados Unidos trariam de volta o militarismo japonês para transformá-lo em uma base militar voltada à condução de agressões na Ásia para o benefício norte-americano. Também havia desconfiança quanto aos interesses comuns dos Estados Unidos e do Japão, por trás dos *slogans* de livre comércio, para subjugar a península coreana novamente. Como argumenta Cumings (1987), a Guerra da Coreia representou o embate entre estes antagonismos e a resistência contra o emergente sistema hegemônico, acabando por reverter as, então, prioridades de Washington de estabelecer uma área de livre comércio na região que envolvesse a península coreana. Endureciam-se, assim, os limites para a atuação da zona de influência norte-americana. Por algumas décadas, os baluartes pareciam impermeáveis, porém com o passar do tempo, imperativos econômicos sistematicamente encontraram brechas nas divisões securitárias.

Como ressaltado por Nahm (1993), os regimes rivais na Coreia dividida realizavam reivindicações conflitantes acerca da legitimidade, com ambas as partes buscando a unificação da península nos moldes de seus respectivos sistemas políticos, sociais e econômicos. Enquanto o Sul justificava as suas reivindicações declarando que a sua unidade política havia sido estabelecida pela maior parte do povo coreano, o Norte reivindicava que a RPDC havia sido inaugurada com o apoio da totalidade do povo coreano – remetendo ao histórico de luta, da península ainda unificada, contra o

colonialismo japonês. É nesse contexto que tem início a Revolução Coreana (1950-1953), a partir de uma série de provocações e ataques, ao longo do paralelo 38° entre Norte e Sul.

Embora o *ethos* da Revolução Coreana envolvesse a península como um todo, representando um fenômeno nacional, a divisão da Coreia fez com que a lógica da revolução ficasse restrita à Coreia do Norte, que preservou os seus imperativos e preceitos básicos. O impasse resultante da assinatura do armistício que dava fim à Guerra da Coreia em 1953, marca a separação definitiva das duas Coreias, definindo o seu padrão de interação e influenciando em grande medida o comportamento externo dos países desde então.

2.3.1 A Política Externa dos Estados Revolucionários

As análises de política externa pressupõem considerar o conjunto de relações – políticas, econômicas, diplomáticas, militares, culturais e ideológicas, além das dinâmicas entre os principais atores domésticos – que as constituem. Apesar da igualdade formal, os Estados possuem posições diferentes na hierarquia de poder mundial. É partindo desta realidade que os Estados formulam e executam suas políticas externas. Os projetos nacionais, articulados interna e externamente, por sua vez, ajustam os movimentos do sistema internacional. A influência mútua entre as forças que operam no sistema internacional, assim, define qualitativamente os padrões de interações interestatais.

Considera-se a perspectiva de Amineh; Houwelling (2010), em que os conceitos de política externa contêm respostas a três questões principais, que implicam em uma autodefinição, e dizem respeito (i) à situação do cenário internacional, (ii) à posição de um Estado em relação aos demais atores e (iii) à melhor forma que um Estado pode se posicionar no sistema global, visando a alcançar as maiores vantagens possíveis.

Versando sobre os desafios dos processos de integração à ordem mundial, Brucan (1974) enfatiza a desigualdade entre os Estados como a primeira e fundamental característica do sistema internacional. A desigualdade entre os Estados estaria na raiz da política na arena internacional, presente em todas as formas de relações interestatais – intimidação ou coerção, cooperação e intercâmbio, integração ou desintegração. A desigualdade e os padrões comportamentais de conflito e cooperação estão presentes no conceito de integração supranacional de Brucan, caracterizado como um processo de

tomada de decisões da nação em relação a entidades maiores e mais abrangentes, que contenham atores de diferentes tamanhos e níveis de desenvolvimento. Processos de integração podem atingir o resultado esperado quando a cooperação prevalecer sobre o conflito. Essa superação e o desenvolvimento de projetos como esse dependem da superação de dois obstáculos, sendo o primeiro a desigualdade entre os Estados e, o segundo, a necessidade de que as aspirações políticas, econômicas e culturais dos envolvidos sejam contempladas.

Utilizando a base teórica de Braudel (2009), Pereira e Xerri (2020) destacam a importância de incorporar ao debate sobre o sistema internacional – historicamente construído e constituído, desde sua origem, por relações desiguais de poder – a análise de outras categorias que explicam as rupturas históricas com a, lentamente consolidada, hierarquia entre Estados: as Revoluções – tidas como processos de transição.

Contemplar as Revoluções como categorias de análise pressupõe considerar os elementos materiais das relações entre os Estados e a divisão internacional do trabalho, que dialeticamente é justificada pela economia mundial capitalista ao mesmo tempo em que a sustenta. A busca pela via do desenvolvimento autônomo, desconectado desta lógica capitalista representa uma experiência histórica concreta, resultante do domínio e da ampla apropriação das condições modernas de desenvolvimento. As revoluções desafiam e influenciam a trajetória do sistema interestatal capitalista, apresentando reflexos de longo prazo (PEREIRA; XERRI, 2020). As Revoluções influem sobre a base econômica mundial que condiciona os processos históricos, lançando luz sobre as suas contradições.

Como apontam os autores, determinadas experiências revolucionárias, que persistem em suas vias autônomas, demonstraram a possibilidade de efetivamente desvincular-se da economia-mundo capitalista e, ao exemplificarem esta possibilidade, desafiam-na e transformam, gerando reações que visam a reestabelecer os padrões anteriores. O seu impacto é destacado quando o projeto revolucionário supera a existência do bloco socialista liderado pela União Soviética e cuja solidariedade revolucionária facilitava a inserção destes Estados. No Nordeste Asiático, China e Coreia do Norte são exemplos disso, pois, “a seu modo e a partir de condições diversas, buscam construir um modelo alternativo, pautado por ideais socialistas” (PEREIRA; XERRI, 2020, p.59).

Em sua obra acerca do impacto das revoluções sociais no sistema internacional, Halliday (1999) aponta que por grande parte da história moderna as revoluções

representaram fator importante, lado a lado com as guerras, no curso da política mundial. Além de aspirar transformações internas em suas sociedades, as revoluções também buscavam alterar as relações entre os Estados. Para além de promover conflitos interestatais ou mudanças em demais Estados, objetivou-se alterar as normas, de variadas formas, com as quais Estados e populações interagiam.

Trazendo à tona a importância de considerar questões históricas e materiais na análise da política externa dos Estados pós-revolucionários, Halliday (1994) salienta a constante reimposição da homogeneidade – considerando o Estado revolucionário como heterogêneo frente à força homogênea da ordem internacional capitalista à que se opõe. Ou seja, até que a ordem interna do divergente Estado revolucionário seja revertida à convencional ordem mundial, Estados revolucionários e não revolucionários permanecem em conflito.

O fato de que eles introduzem tréguas, abandonam retóricas internacionais e participam diplomaticamente não significa, porém, que os Estados revolucionários foram inteiramente “socializados”. Um breve olhar sobre os registros de longo-prazo dos Estados revolucionários mostra que, enquanto a ordem interna pós-revolucionária se mantém intacta, eles continuam a representar um desafio ao sistema de outros Estados (HALLIDAY, 1994, p. 138, tradução nossa).

Ainda sobre a política externa dos Estados revolucionários, Visentini (2016) salienta que:

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na ausência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. [...] Neste sentido, inspiram forças políticas de outros países, tanto simpatizantes como adversárias (VISENTINI, 2016, p. 116).

Como elaborado por Halliday (1994) acerca da importância de se considerar o elemento internacional quando analisando ordens sociais ou políticas, o nível internacional não se torna relevante apenas em tempos de provação – seja devido a ameaças externas, invasões ou competição econômica –, porém também na constituição de um Estado estável e autônomo. Com relação ao impacto externo das revoluções, a questão mais importante não está em suas ações propriamente ditas, mas na força do exemplo. Mesmo quando estes Estados não buscam promover o seu modelo

externamente, o simples conhecimento sobre o que foi alcançado age como catalisador e perturba a ordem estabelecida.

Como ferramenta para a compreensão das políticas externas dos principais atores do Nordeste Asiático, faz-se uso da teoria de Brucan (1974), que sustenta que as relações entre os Estados detém também caráter sistêmico e ocorrem dentro de uma estrutura, o sistema internacional. Nesse sentido, as interações devem ser analisadas como parte de um coerente, unificado, complexo e dinâmico sistema, cujos imperativos as influenciam. O padrão das relações entre Estados e a natureza do sistema internacional são resultado final das forças em operação tanto em torno quanto dentro de suas unidades básicas – os Estados nacionais –, em concordância com a estrutura, as capacidades e as relações de poder prevalentes em um dado momento. Ao estruturarem suas políticas externas, os Estados devem, portanto, levar em consideração o panorama cultural externo em cada período histórico, bem como a distribuição de poder entre os atores e demais elementos do sistema internacional.

O caráter distinto da política externa dos Estados revolucionários não se encontra apenas nos objetivos que define para si ou na ideologia que expressa, mas também na recorrência de tensões e constrangimentos externos durante a estruturação do seu perfil de atuação externa. A pressão pela homogeneidade, portanto, afeta a construção da política interna e externa, ameaçando o Estado revolucionário enquanto esse for percebido como fundado sob uma base político-social distinta (HALLIDAY, 1999).

A respeito da contribuição específica do Estado com a política internacional, será considerada a abordagem de Brucan (1974), que o divide em três facetas: caráter nacional, interesse nacional e poder nacional. Apesar do caráter nacional, o autor destaca a natureza histórico-social – e não biológico-hereditária – da nação, cujo perfil psíquico – ou, consciência nacional – deve ser entendido a partir do contexto das condições particulares da sua existência e de seu desenvolvimento histórico. O interesse nacional, por sua vez, compreende os objetivos fundamentais da atividade de uma nação na política internacional. O seu conteúdo, por conseguinte, pode ser aprendido mediante o estudo das relações sociais e nacionais que os originam. Esse conteúdo também é histórico e socialmente relativo. Destaca-se que os fins que uma nação persegue fora de suas fronteiras representam a extensão ou extrapolação dos interesses nacionais ao cenário mundial. No que tange às relações entre Estados, posto que há diferenças e desníveis, a política internacional leva a marca da desigualdade nacional e é movida por

ela. A terceira categoria relacionada ao papel que a nação desempenha na política internacional é a base do poder nacional. Esta base é definida por seus componentes: tecnológico-materiais – potencial militar, situação geográfica, recursos naturais, população, produção industrial e agrícola, ciência e tecnologia –; forças militares e armamentos; base moral nacional e coerção política; prestígio internacional e capacidade diplomática. O real valor do poder nacional, que nunca está constituído por um único elemento, depende, contudo, da capacidade política que se tenha para utilizá-lo.

Os processos revolucionários que marcaram as relações internacionais do Nordeste Asiático na primeira metade do século XX, nesse sentido, partem em certa medida da consciência nacional formada durante o período hierárquico, porém autônomo, do sistema tributário sinocêntrico. O interesse nacional voltado para a independência e o desenvolvimento autônomo, como resultado do rompimento com a ordem capitalista globalizada, provém originalmente desse período histórico em que experimentaram relações sociais menos desiguais. As revoluções visam prover condições para alterar a base do poder dos Estados a partir do desenvolvimento nacional, alterando também as suas relações exteriores a partir de condições mais favoráveis, obtidas da transformação do seu *status* internacional. Conforme Braudel (2009), as relações de força entre os Estados derivam de estados de coisas por vezes muito antigos. Para uma economia, uma sociedade, uma civilização, ou mesmo um conjunto político – assim, um passado de dependência, uma vez vivido, revela-se difícil de ser rompido.

Nos últimos cem anos, a Ásia foi marcada por grandes acontecimentos de importância internacional, entre eles a emergência do Japão como potência industrial e militar em 1905, a Guerra do Pacífico (1937-1945) ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial, a Revolução Chinesa (1949), a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1946-1975), além de várias outras no subcontinente indiano. Na sequência, conforme Visentini (2015, p. 49):

Importantes alterações estratégicas, de alcance regional e mundial, também ocorreram, como a cisão sino-soviética e a aliança sino-americana, em meio à constituição de potências nucleares. Um amplo e diversificado processo de modernização econômica e política provocou a ascensão de potências regionais e mundiais, no quadro de recuperação das nações asiáticas e da reafirmação de princípios de soberania, características do sistema vestfaliano (papel soberano do Estado-nação).

Como ponto central das análises aqui propostas, a Coreia do Norte, ao contrariar os interesses das grandes potências e ir de encontro às ordens econômicas, jurídicas e nucleares por elas estabelecidas e codificadas, o país é identificado, pelos defensores do *status quo*, como uma ameaça à autoridade da ordem vigente. Além da diplomacia nuclear, a própria existência da Coreia do Norte e a continuidade de seu modelo de desenvolvimento, representam desafios à homogeneidade internacional. Conforme Harrison (2002), a Coreia do Norte desafia duas generalizadas suposições norte-americanas. A primeira sendo a visão de que os Estados Unidos devem ser tratados com deferência; e, a segunda, a ideia de que a democracia liberal, bem como a globalização econômica baseada em princípios de mercado, representa a ordem universal das coisas.

2.4 A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA E A ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO (1970-1991)

Atentar-se ao período que se inicia na década de 1970 é de crucial importância para o entendimento do período de transição sistêmica iniciado com o fim da Guerra Fria e que representa plano de fundo para o ajuste político-econômico norte-coreano no século XXI. Nesse sentido, refere-se nesta subseção às origens do processo de declínio da ordem que pautou as relações internacionais durante a bipolaridade e que, no século XXI, viria a apresentar tendências multipolares.

A crise de acumulação dos anos 1960 e 1970, marcaram o início da crise estrutural que ainda marca o período de transição do sistema internacional na primeira metade do século XXI. No Leste da Ásia, a ampla industrialização da Coreia do Sul e a reemergência do Japão como potência economicamente dominante, o líder da chamada revoada dos gansos, marcam a drástica alteração do panorama geoeconômico regional.

Os estágios formativos de uma hegemonia sistêmica, como a dos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial, são conhecidamente marcados por imperativos militares-estratégicos – a exemplo da própria Guerra da Coreia. Conforme o sistema hegemônico amadurece, interações automáticas e orientações de reforço mútuo passam a se desenvolver – não baseadas na força militar, mas em complexas relações de caráter primordialmente econômico. No Nordeste Asiático, ao final da Guerra Fria, as barreiras da bipolaridade já haviam sido parcialmente erodidas por estas interações econômicas. Como exemplo, Cumings (1987) menciona os bilhões de dólares

provenientes do comércio informal entre a China, Taiwan e a Coreia do Sul nos anos 1980, apesar da ausência de relacionamentos políticos e da permanência das oposições militares. Em grande medida, as forças econômicas já conduziam a região nesta época.

O período que se iniciou na década de 1970 é transformador. Após investir na recuperação europeia e do Japão – que recebeu auxílio tecnológico e financeiro, além da abertura do mercado norte-americano às suas exportações, contribuindo com o seu processo de modernização econômica, o qual dependia da associação com Washington –, os Estados Unidos perdem poder relativo na economia mundial, especialmente em termos comerciais. Nesse contexto, os Estados Unidos rompem com a estrutura da governança financeira global estruturada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e procuram reestruturar a sua hegemonia. Para o Japão, inicialmente, esse contexto permitiu o crescimento de sua inserção econômica internacional, por meio do fortalecimento do processo de subcontratação japonesa – desnacionalização de sua base industrial – que transferiu tecnologia e formou uma rede informal de divisão de trabalho, com características próprias, na região. Assim, à medida que os Estados Unidos procuravam avançar em um processo de reestruturação geopolítica e geoeconômica, o Japão avançou em um projeto de articulação econômica no Leste Asiático (ARRIGHI, 1996; BRITES, 2018).

A causa eficiente (primeira) da interdependência no Leste Asiático é a Grande Crise. Ela decorre da desvinculação do dólar ao ouro (1971) e de sua vinculação ao petróleo (1974) – o que garantiu a demanda da moeda estadunidense. Com o concurso da Terceira Revolução Industrial – e, portanto, da Crise do Fordismo, característico da Segunda Revolução Industrial – adveio a segmentação da produção e a desnacionalização da base industrial. Os EUA passaram a exportar dólares e a importar mercadorias (MARTINS; GEIGER, 2020, p. 32).

O crescimento econômico levou os Estados regionais a buscarem estratégias de inserção internacional com bases autonomistas, o que Huntington (1996) definiu como o processo de afirmação asiática. A recuperação do Japão também resultou no aumento do déficit comercial dos Estados Unidos em relação ao Japão – quadro que gerou atritos entre Tóquio e Washington, com o Japão passando a representar um competidor à economia norte-americana.

Para enfrentar os desequilíbrios do comércio bilateral com o Japão, os Estados Unidos implantaram políticas que tinham como objetivo diminuir a

expansão das exportações japonesas ao mercado dos Estados Unidos [...]. Por exemplo, os Estados Unidos negociaram com o Japão, restrições “voluntárias” das exportações japonesas aos Estados Unidos, maior liberalização das importações por parte dos japoneses, o acesso mais livre de investimentos americanos no Japão (OLIVEIRA; MIYAZAKI, 2018, p. 96).

Uma das principais características da política econômica do Leste Asiático desde os anos 1990 é a sobreposição da ascensão chinesa e da estagnação econômica do Japão. Com o passar dos anos, Japão e China trocam suas posições como superpotência econômica regional. Tal fenômeno marca uma nova era nas relações entre Tóquio e Pequim. Por aproximadamente um século e meio, o Japão encontrava uma China fragilizada por derrotas militares, pelo colapso do seu sistema dinástico, por guerras civis e pelas consequências dos seus projetos internos, como a Revolução Cultural⁷. Em contraste, durante este mesmo tempo, o Japão embarcava em um período de rápida modernização e, desde era Meiji, forjou um Império, iniciou o seu processo de reconstrução após a derrota na Segunda Guerra Mundial e emergiu como o líder da chamada revoada dos gansos, padrão de desenvolvimento econômico do Leste Asiático pós-Guerra. As transformações estruturais dos anos 1990, contudo, impactaram e alteraram esses padrões. A ascensão chinesa alterou o modelo da revoada dos gansos, que tinha o Japão como centro (LAM, 2006).

O modelo da revoada dos gansos explica que, conduzidos pela difusão internacional de tecnologia, um país em desenvolvimento aprimora suas estruturas industriais e de exportação, ao passo em que transfere suas indústrias obsoletas para países sucessores. O Japão representava o líder deste modelo, seguido pelo próximo escalão de Novos Países Industrializados (NPI), como a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, que por sua vez são seguidos pelo próximo grupo, que inclui a Tailândia, a Malásia, as Filipinas e a Indonésia. Estes países são frequentemente vistos como parte da cadeia de produção japonesa (LAM, 2006).

Considerando a estrutura político-econômica do Leste Asiático – que dependeu dos insumos industriais japoneses e do aparato securitário dos Estados Unidos e que se encontra atualmente em transformação, a partir da emergência chinesa –, mudanças na relação Japão-China não apenas apresentam implicações profundas para a região, mas

⁷ A Revolução Cultural resultou no retorno de Mao Zedong à posição central do poder na China, depois de uma década de conflitos sociopolíticos violentos e expulsões de revisionistas e opositores do pensamento Maoista.

também para a estrutura global de poder (CHIANG, 2019). Os níveis de interdependência econômica entre o Japão e a China foram estabelecidos desde a década de 1970, quando o Japão se tornava o líder econômico do Leste Asiático e passava a se preocupar com a estabilidade regional. A China, por sua vez, necessitava de capital, de tecnologia, e do modelo de gestão japonês. É nesse sentido que dependiam um do outro e, a partir dessa realidade, optaram por um modelo de concertação regional que se baseava em impedir a supremacia de um sobre o outro e a interferência de atores extrarregionais.

Como região, o Leste Asiático presencia desde 1979 o maior período de estabilidade desde as Guerras do Ópio (1839-1841); as instituições multilaterais regionais são fortalecidas e crescem as relações econômicas, culturais e políticas entre os países da região. A China emergiu rapidamente como grande potência regional, desde a introdução do processo de reforma e abertura em 1978, com média de 9% de crescimento econômico ao ano até a primeira década do século XXI, conforme apontado por Kang (2007), investimentos externos passaram a fluir em direção à China ao passo em que as exportações chinesas inundaram os mercados mundiais. Além de modernizar o seu aparato militar, Pequim passou a fazer parte de uma série de instituições regionais e internacionais, tornando-se crescentemente visível na política internacional.

Na década de 1980 o capital do Leste asiático formou um novo tipo de organização transnacional de negócios, uma organização profundamente enraizada nas vantagens históricas e geográficas da região, que combinava os benefícios da integração vertical com a flexibilidade das redes comerciais informais (ARRIGHI, 1996). A origem de algumas das principais características das relações internacionais no Leste Asiático remonta a este período. Dentre as quais, destaca-se:

(a) os laços informais entre elites governamentais – ilustrados na diplomacia interpartidária. (b) Os acordos formais entre Ministérios das Relações Exteriores – expressos, por exemplo, no *ASEAN Regional Forum* e no *Belt and Road Forum* (BRF), que se constituem como verdadeiros mecanismos de governança econômica regional. (c) A presença de transnacionais como expressão da integração das cadeias produtivas de multinacionais como Softbank (Japão), Huawei (China), Samsung (Coreia do Sul). [...] Além das características referidas, uma das marcas deste tipo de relação é a baixa predisposição dos Estados de empregar a Força entre si. Contudo, isto não se aplica a países fora deste vínculo – caso dos EUA (MARTINS; GEIGER, 2020, p. 31).

Os processos desencadeados na década de 1970 pavimentaram o caminho do sistema internacional, e do Nordeste Asiático durante a fase de transição da ordem internacional inaugurada na década de 1990 – quando os padrões de liderança econômica regional se invertem e são aprofundados os laços entre os Estados da região. Desde a década de 1980, a Ásia oriental têm se constituído como centro do dinamismo econômico mundial, levando à emergência de novos polos de poder e reconfigurando novas relações de poder regionais e globais.

2.5 A REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL E A NOVA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA DO NORDESTE ASIÁTICO (1991-)

A última parte do capítulo abrange o processo de transição sistêmica pós-Guerra Fria, em que a ascensão chinesa, amplamente debatida nas análises de política internacional, representa um dos fenômenos mais importantes para a reconfiguração da ordem internacional do século XXI. Alicerçando-se nas análises realizadas ao longo do capítulo, é possível que se considere o processo de incremento relativo das capacidades econômicas, militares e políticas da China como uma reemergência. A ascensão chinesa faz parte de um longo ciclo de incorporação do país ao sistema mundial moderno – que inicialmente se deu de forma subordinada. Após a Revolução de 1949 e as modernizações iniciadas em 1978, porém, a China volta a assumir importância e centralidade regional, projetando-se globalmente. Importa, assim, entender as dinâmicas e os impactos da ascensão de uma nova grande potência no Leste Asiático, que faz com que o século XXI seja comumente referido como o século asiático ou o século do Pacífico.

A dissolução da União Soviética representou, em si, o mais importante fenômeno geoeconômico do pós-Segunda Guerra (BARU, 2012), tornando as décadas seguintes marcadas por alterações nas rivalidades estratégicas, ecoando em profunda instabilidade internacional (PEREIRA; XERRI, 2020). Os fenômenos atualmente em curso na Ásia, apesar de articulados ao conjunto de transformações globais, apresentam formas próprias. Ao passo em que o Japão foi deixando de ser o seu centro dinamizador, a China emerge, gradualmente, como polo articulador da região, com base na economia e no resgate de seu papel histórico (VISENTINI, 2015).

O impacto estrutural da transição de poder e da globalização acentua as incertezas e complexidades das políticas regionais das grandes potências. As forças

centrípetas das crescentes interações econômicas e da interdependência tensionam contra as forças centrífugas que tendem em direção à proteção da identidade nacional e da soberania. Somam-se a isto as amplamente diferentes noções sobre resolução de conflitos entre os Estados do Nordeste da Ásia. Na ausência de conflitos diretos entre grandes potências, as políticas externas das potências regionais estão sujeitas a pressões que competem entre si, enquanto procuram se ajustar nos realinhamentos do pós-Guerra Fria (KIM, 2007).

Para Arrighi (1996), dois acontecimentos se destacaram por subverter o panorama intelectual nas últimas décadas. O primeiro seria o inesperado declínio da União Soviética como um dos principais centros de poder mundial e, o segundo, a ascensão gradual do Leste Asiático como o epicentro de processos de acumulação de capital em escala mundial. Para o autor, faz-se necessário transcender a superficialidade da hegemonia ocidental na Ásia –, enfatizando a ancestralidade pré-moderna dos atuais Estados do Leste Asiático. A partir de uma reconceituação do capitalismo, o autor levanta questionamentos acerca da tese sobre a perda de poder dos Estados-nações como um aspecto significativo da expansão econômica do Leste Asiático liderada inicialmente pelo Japão na década de 1970. Em graus variados e modos diversos, considerou o Japão e os chamados Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) como Estados semi-soberanos, por representarem protetorados militares dos Estados Unidos, devido à sua semi-soberania ou por admitirem funções de entrepostos industriais, comerciais ou financeiros. Assim, “[...] a Pax Americana no Leste Asiático transformou a periferia do antigo sistema sinocêntrico de ‘comércio-tributo’ na periferia de um sistema centrado nos Estados Unidos [...]”. (ARRIGHI, 1996, p.113).

A reincorporação da China às economias de mercado global e regional trouxe de volta ao sistema internacional um Estado cuja importância demográfica, abundância de mão-de-obra e potencial de crescimento ultrapassavam por ampla margem todos os outros países que atuavam na região, inclusive os Estados Unidos. Em algumas décadas, a China demonstrou condições de retomar a posição de forte polarizador de meios de pagamentos que foi na pré-modernidade e no início da modernidade (ARRIGHI, 1996).

A respeito da incorporação da China ao sistema político moderno, Arrighi (1996) destaca o caráter relativamente recente deste fenômeno, considerando as raízes comuns profundas na geografia e na história da região. O Leste Asiático herdou sua configuração política, econômica e cultural do sistema de comércio-tributo que por

séculos regulou suas diversas jurisdições políticas. Tal compreensão comum segue influenciando no modo pelo qual operam as relações interestatais regionais, bem como da região com Estados que não pertencem ao Leste Asiático.

A fluidez simultânea das lideranças regionais indicava alterações para os padrões de interação, o que foi refletido, por exemplo, no aumento do dinamismo diplomático entre os atores a partir dos anos 2010, ainda que questões históricas permaneçam sem definição. Em função das diferenças históricas e práticas, os elementos de conflito entre os países da região são difíceis de serem eliminados. A economia política do Nordeste Asiático evoluiu notavelmente desde o fim da Guerra Fria e, ainda que o aquilo que Calder (2016) chama de lacuna institucional ou organizacional tenha persistido, bem como os conflitantes interesses nacionais, a ascensão chinesa contribuiu para a complexidade das interações regionais ao aumentar o nível de entrelaçamento econômico.

A política externa adotada pelos Estados Unidos, e seguida pelas elites ocidentais, em relação à China no pós-Guerra Fria, não visava a contenção, mas a integrá-la à ordem econômica global. Cientes do crescimento chinês em curso, a lógica que permeou esta política considerou que a China eventualmente se tornaria um ator importante da ordem liberal. Como argumenta Mearsheimer (2019), os arquitetos desta perspectiva não previram, porém, que esta decisão carregava em si as sementes que minariam, pouco a pouco, a ordem liberal. Após aproximadamente uma geração ter sido investida em uma introdução amena da China ao mercado e capital internacional como forma de socializar os chineses à ordem internacional liderada pelos Estados Unidos, a China passa a ser vista por grande parte das lideranças norte-americanas como um rival global. O futuro da relação Pequim-Washington irá determinar muitos dos parâmetros para os desenvolvimentos na península coreana e entre as Coreias e a China (WESTAD, 2021).

A ascensão do Japão como potência econômica não foi acompanhada no mesmo nível em termos militares ou políticos, fazendo com que não se tornasse uma potência geoeconômica. Diferente de Tóquio, Pequim logrou converter o seu sucesso econômico ao campo geopolítico durante a Crise Financeira Asiática de 1997⁸, evento-chave do

⁸ O superávit das economias exportadoras do Leste Asiático com os Estados Unidos conduziram às pressões de Washington pela valorização de suas moedas, visando a diminuir o déficit comercial norte-americano. A Crise Asiática de 1997 eclodiu em consequência do aumento da dependência das moedas locais ao dólar (MEDEIROS, 1998) e sua crescente exposição às volatilidades dos fluxos do capital transnacional.

panorama geoeconômico pós-Guerra Fria. Percebendo a oportunidade para alavancar suas vantagens, o país estendeu linhas de crédito aos Estados asiáticos afetados pela crise, enquanto manteve sua taxa de câmbio estável, com vistas a promover a recuperação regional enquanto estimulava o crescimento econômico internamente. Quando entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, com apoio dos Estados Unidos, a China já representava uma potência geoeconômica, tendência que foi favorecida ainda mais pelos efeitos da crise financeira de 2008 e as crises da dívida na Europa (BARU, 2012). Ao invés de se separar deste processo, a China utilizou a globalização para se tornar indispensável ao funcionamento da economia mundial (CLEGG, 2009).

O quadro econômico geral que emerge é aquele em que a China se tornou o centro e o ponto de montagem final para uma extensa rede multinacional manufatureira, o que criou uma interdependência comercial e de investimento entre a China e seus parceiros – tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que dois lados se beneficiam das relações econômicas responsáveis pela dependência, concomitantes posições divergentes no âmbito político, diplomático ou securitário, aumentam os níveis de complexidade nas dinâmicas regionais (DITTMER, 2010).

A ordem global se encontra em um ponto de inflexão, com o processo de reversão da hegemonia ocidental conforme o poder se desloca – do Leste para o Oeste e do Norte ao Sul – e a China emerge como fator determinante para as transformações globais do século XXI. O novo ímpeto multipolarizante ainda não é suficientemente forte e os Estados Unidos também renovam os seus esforços na busca permanente pela supremacia estratégica. As primeiras décadas do século XXI, nesse sentido, são marcadas pela intensidade da contradição entre a interdependência e a rivalidade entre as potências, sendo o Leste Asiático a região em que a situação multipolar esteve mais avançada (CLEGG, 2009).

O crescimento chinês, e sua transformação em uma grande potência, debilitou a distância entre os níveis de poder entre os Estados Unidos e os demais polos de poder. A reemergência russa no século XXI viria a adicionar à crescente tendência multipolar do sistema internacional. Estados que temem as operações voltadas a convertê-los em democracias liberais (*regime change*) e demais formas de interferência, se apoiam mutuamente e buscam formas de desviar da agenda liberal. As resistências em Pequim em Moscou a este tipo de investida, em nível doméstico e também em áreas vizinhas ou

estratégicas, são particularmente relevantes. Além de criar dilemas entre os dois países e o Ocidente, a clivagem também incentiva a busca pelo enfraquecimento de instituições que representem a ordem capitalista liberal (MEARSHEIMER, 2019).

Sobre o posicionamento político-econômico na estrutura de poder mundial, Visentini (2019) elabora que a desarticulação do processo globalizante iniciado nos anos 1990, a partir crise econômica catalisada em 2008, se observa crescente assertividade de países do eixo industrial emergente, cujo núcleo duro é composto por China e Rússia.

Rússia e China são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e, assim como a Índia, potências nucleares. A China mantém seu regime socialista com um projeto de desenvolvimento multifascético globalizado, com altas taxas de crescimento, que já tornaram o país a segunda economia do mundo. E esse avanço produtivo está sendo acompanhado do incremento tecnológico e de capacidade de defesa. O Estado chinês abarca 22% da população mundial e goza de estabilidade interna e de autonomia internacional. E seu projeto de desenvolvimento “socialista de mercado” se semelhante à NEP soviética dos anos 1920 (Nova Política Econômica), só que internacionalizada. Suas conexões comerciais, financeiras e tecnológicas, tanto com os países capitalistas desenvolvidos como os em desenvolvimento, têm transformado a geoeconomia mundial, em particular nas áreas periféricas. [...] Já a Rússia representa mais uma potência *reemergente*, pois é herdeira da superpotência soviética derrotada, após severo enfraquecimento e declínio nos anos 1990. A capacidade tecnológica, a indústria aeroespacial e armamentista, bem como capacidade de defesa, a tornam o único Estado com capacidade de rivalizar estrategicamente com os Estados Unidos (VISENTINI, 2019, p. 15).

A ascensão chinesa, e de outras economias emergentes na Ásia e nos demais continentes, denota mudanças estruturais no lócus de crescimento da economia mundial, gerando consequências geopolíticas (BARU, 2012). Conforme avança o declínio da liderança norte-americana, os Estados ascendentes não apresentam capacidade individual de substituí-la, apresentando suas próprias contradições, fraquezas (LI, 2008) e prioridades, como a necessidade de dar seguimento aos seus processos de desenvolvimento. Importa observar, ainda, que a Ásia não constitui um bloco, concentrando vários núcleos de poder que constituem as bases para um sistema multipolar (VISENTINI, 2015).

Durante as primeiras décadas do século XXI, o Nordeste Asiático passa a contrapor grandes nações emergentes – cujo crescente peso econômico entra em conflito com a ordem política mundial preexistente – e o eixo industrial desenvolvido,

composto por potências industriais mais antigas, como o Japão e a Coreia do Sul, gerando um quadro de crescente competição intercapitalista. Este quadro, bem como as tensões securitárias envolvendo a península coreana, estão enquadradas em antagonismos globais. Existem, nesse sentido, dois níveis de clivagens internacionais – não exatamente superpostas – um político e outro econômico (VISENTINI, 2019). A complexidade do Nordeste da Ásia está em grande medida atrelada a esta realidade, em que países que fazem parte do sistema de alianças norte-americano se tornaram economicamente interdependentes do centro gravitacional chinês.

Sobre os processos de transição de poder, Kang e Ma (2018) apontam seletividade e parcialidade na forma com a qual acadêmicos convencionais da área de relações internacionais tendem a examinar os registros históricos sobre eventos semelhantes e tirar conclusões – consideradas – sistemáticas sobre a ascensão e a queda de potências no sistema internacional. Os autores apontam a necessidade de que mais perguntas sejam realizadas pra que se compreenda de forma mais aprofundada a complexidade da região leste da Ásia e o comportamento de suas potências em meio à ordem internacional contemporânea.

Levando em conta as reflexões sobre a evolução histórica do Leste Asiático e suas noções particulares sobre hierarquia e ordem internacional – remetendo à ordem regional sinocêntrica –, Kang (2007) reforça que a ascensão chinesa não representou caráter desestabilizador regional, uma vez que ao dinamizar as interações econômicas, o crescimento do país foi, ao menos em parte, acomodado. Uma constelação de interesses e particular conjunto de identidades estariam por trás deste comportamento geral.

A transição de poder na Ásia, nesse sentido, já aconteceu, de forma rápida e pacífica, conforme demonstram os dados sobre a participação da China no PIB regional – que aumentou de 8% em 1990 para 51% em 2014 –, concomitante ao declínio do Japão. A integração da economia chinesa aos países da região se deu paralelamente ao declínio do gasto relativo, em termos de porcentagem do PIB, com defesa e à priorização de soluções diplomáticas – no lugar de militares – no Leste Asiático. O declínio do comprometimento norte-americano com a região – corrigida com o pivô asiático anunciado em 2012 por Obama – demonstra a falta de profundidade de creditar a estabilidade regional à presença dos Estados Unidos na região (KANG; MA, 2018).

No entanto, para Kang (2007), as estratégias dos Estados do Leste Asiático em relação à China variam. A ausência de balanceamento está atrelada ainda a interesses específicos, considerando que além de potenciais ameaças, potências ascendentes

apresentam oportunidades. Segundo o autor, os atores regionais preferem uma China forte devido ao seu papel estabilizador – uma China fraca instiga outros países a buscar maior influência e controle na região.

A identidade também é central na definição de como os Estados regionais interpretam a ascensão da China. Os Estados regionais veem a reemergência chinesa como o centro gravitacional do Leste Asiático como natural. A China tem uma longa história como o Estado dominante e, embora as relações com os seus vizinhos não tenham sido sempre amistosas, o país detém uma visão de mundo em que é possível ser o país mais poderoso na sua região e ainda manter relações estáveis com outros Estados nela (KANG, 2007, p. 4, tradução nossa).

Como salienta Dittmer (2010), enquanto resolutamente se opunha às tentativas de imposição de valores ocidentais a nações orientais, e sem deixar de lado os seus interesses nacionais, a China respondeu aos apelos por um comportamento de ator responsável. A crise financeira global de 2008-2009 impulsionou a ascensão do país, que lidera e financia o mundo em desenvolvimento, por meio de fluxos de investimento, auxílio ou de comércio, contribuindo com a emergência de novas dinâmicas globais.

A transição sistêmica para uma ordem com tendências multipolares no século XXI apresenta características econômicas diferentes daquelas observadas durante o período da Guerra Fria, com destacada interdependência econômica entre os Estados Unidos, os seus aliados asiáticos, e a China. Nesse sentido, Mearsheimer (2019) compara o período iniciado nos anos 2010 com a situação europeia antes da Primeira Guerra Mundial, em que havia consideráveis interações econômicas na Europa de forma geral e, particularmente, entre os atores que viriam a se enfrentar no conflito armado.

Na visão de Khanna (2019), o ano de 2017 representará o marco histórico da ordem mundial liderada pela Ásia. “Em maio daquele ano, sessenta e oito países representando dois terços da população mundial e metade do seu Produto Interno Bruto (PIB) se reuniram em Pequim para a primeira cúpula da *Belt and Road Initiative* (BRI)” (KHANNA, 2019, p. 7). A reunião de líderes asiáticos, europeus e africanos simbolizou o lançamento do maior projeto de investimento em infraestrutura na história humana. Coletivamente, os governos reunidos se comprometeram a gastar trilhões de dólares na próxima década para conectar os maiores centros populacionais do mundo – o que o autor chamou de uma nova era da Rota da Seda.

Ao participarem da BRI, Khanna (2019) sustenta que os Estados tacitamente reconhecem a China como uma potência global, mas estão longe de uma hegemonia. A

China não é, historicamente, uma potência colonial. Diferente dos Estados Unidos, o país é profundamente cauteloso quanto aos emaranhamentos externos. A estratégia por trás da construção de uma infraestrutura global, bem como os investimentos em fontes energéticas alternativas, é diminuir as dependências externas. Sobre a emergência de um sistema asiático liderado pela China:

A ordem global envolve a distribuição de poder e como esse poder é governado. A âncora da ordem global não é necessariamente um único país ou conjunto de valores, como foi o caso da atual ordem internacional liberal ocidental em declínio. Em vez disso, os fundamentos da ordem global emergente são os sistemas dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia – todos ao mesmo tempo. Cada um fornece serviços vitais em todo o mundo, como proteção militar, investimento financeiro e desenvolvimento infraestrutural. Em vez de uma superpotência simplesmente desaparecer para ser substituída por uma sucessora, estamos vivendo – pela primeira vez na história – em uma ordem verdadeiramente multipolar e multicivilizacional na qual América do Norte, Europa e Ásia representam partes importantes do poder. A Ásia não está substituindo os Estados Unidos ou o Ocidente – mas os está moldando agora tanto quanto eles já a moldaram no passado (KHANNA, 2019, p. 15, tradução nossa).

Ressaltando que a ausência de uma percepção geral de ameaça não exclui a existência de distintos padrões de relacionamento com a China, Kang (2007) utiliza o exemplo da política exterior sul-coreana, cujos temores em relação a uma maior militarização do Japão aparentam ser maiores que aqueles relacionamos ao poder militar chinês. Para Calder (2016), a resposta dos Estados Unidos à ascensão das capacidades político-militares chinesas, representa o maior desafio de longo prazo ao *status quo* no Nordeste Asiático, que apresenta uma lacuna em termos de organizações internacionais que garantam a estabilidade regional.

Em contraste com a histórica postura norte-americana de utilizar coerção e isolamento para eliminar o avanço militar e nuclear da Coreia do Norte, China e Coreia do Sul demonstraram, em diferentes situações, considerar o engajamento como estratégia mais efetiva. Ademais, a península coreana detém longo histórico de relações próximas e estáveis com a China. Contemporaneamente, tanto Pyongyang quanto Seul apresentam laços culturais, econômicos e diplomáticos com Pequim – não sem contradições ou preocupações, especialmente por parte das Coreias, que apresentam elevados níveis de dependência econômica em relação ao país. Em contraste, as dificuldades em relação ao relacionamento com o Japão ainda não foram resolvidas. A presença norte-americana complica, porém não altera fundamentalmente essas

dinâmicas (KANG, 2007). As dinâmicas políticas do Nordeste Asiático se aceleram conforme o papel da China como centro de poder cresce e os Estados Unidos declinam enquanto superpotência. No Japão, por sua vez, existem tensões acerca do perfil pacifista sob a proteção norte-americana e pressões por parte da direita política, que defende posturas estratégicas mais ativas no país (HABIB, 2010).

A crescente evidência da ascensão chinesa e do fenômeno de transição de poder alerta os Estados Unidos sobre a necessidade de fortalecer os laços com o Japão e de conter militarmente a China por meio de mecanismos internacionais. Nesse sentido, o ambiente securitário pós-Guerra Fria começa a se assemelhar com aquele do final do século XIX, no qual China e Japão competiam pela hegemonia regional e em que o Japão, buscando se sobressair, se aliava ao *hegemon* extra-regional da época, o Reino Unido (CHUN, 2010).

A complexidade do Nordeste Asiático está diretamente atrelada à sobreposição de interesses de Estados poderosos. As estratégias em jogo se tornam, por vezes, contraditórias, conforme crescem os laços econômicos entre países com modelos socioeconômicos conflitantes. Os diferentes interesses dos atores domésticos também exercem pressão sobre as políticas adotadas para a região e adicionam novas camadas de dificuldade ao avanço das negociações securitárias regionais. A maturação do programa nuclear norte-coreano, aliada a fatores fundamentais como a ascensão chinesa, resultou no remodelamento das interações entre os atores regionais, tornando a dinâmica regional ainda mais complexa. Dessa forma, a Coreia do Norte representa o eixo central da instabilidade resultante da articulação entre as grandes potências em meio ao processo de transição em curso no sistema internacional.

Assim, pode-se afirmar que o contexto estratégico do Nordeste Asiático tem sido determinante para alterações mais amplas nas dinâmicas político-securitárias do continente asiático. Mais do que isso, a afirmação norte-coreana e a busca pelo estabelecimento da primazia por parte dos Estados Unidos mantêm a dissuasão nuclear como elemento crucial para a polarização regional (BRITES, 2018, p. 247).

Ao buscar contribuir com o desenvolvimento do conceito de geoeconomia – e o considerando como vertente da geopolítica – as análises elaboradas ao longo do processo de pesquisa partem de pressupostos de natureza geopolítica. A situação do Nordeste Asiático e a condição norte-coreana na região depende da compreensão do impacto mútuo entre geografia e política, que compõem as dinâmicas regionais

(COHEN, 2015). A localização e os recursos de uma área estão entre as origens mais básicas da orientação política dos Estados. O caráter geoestratégico que detém a Coreia do Norte, como ponto de encontro entre grandes potências, é elucidado por essa abordagem.

A geopolítica representa, assim, a análise da interação entre configurações e perspectivas geográficas e processos políticos. As configurações geográficas são compostas por características e padrões geográficos das regiões multiniveladas que elas formam. Os processos políticos, por sua vez, incluem forças que operam no nível internacional e doméstico e que influenciam o comportamento dos Estados. Ambos são dinâmicos e se influenciam mutuamente. A geopolítica trata das consequências dessa interação entre geografia e processos políticos, relacionando a diversidade de conteúdo e a escala de definições geográficas para o exercício de poder político e identificando as estruturas espaciais por meio das quais se desdobram os jogos de poder (COHEN, 2015).

Considerando a geopolítica como a subordinação da política internacional dos Estados ao fator geográfico, Merle (1981) retrata o poder dos Estados como dependente da relação que se estabelece, pela força das coisas, entre cada coletividade política e o espaço – que por sua vez é considerado sob três aspectos diferentes e complementares: a dimensão, a configuração e a situação. Enquanto a dimensão envolve fatores objetivos de poder como o tamanho e o conteúdo (recursos) de um espaço, a configuração refere-se às barreiras naturais e obstáculos físicos que cercam o território da unidade estatal. O autor aponta a situação, contudo, como o principal aspecto na condição geopolítica dos Estados. A situação diz respeito à respectiva posição dos Estados no terreno, influenciando na capacidade de intervenção militar e explicando muitas vezes os níveis de influência política que detêm. Há, portanto, uma estreita relação entre as características de um território e os seus níveis de poder, ainda que esta relação não seja unívoca. Um Estado controlando uma importante via de comunicação, assim, dispõe de uma preciosa vantagem no plano estratégico.

Tais considerações acerca da geopolítica auxiliam a explicar a posição estratégica norte-coreana no Nordeste Asiático e a sua experiência como região de disputas por controle. A partir da alteração da condição geopolítica do país – obtido a partir de sua política nuclear – contudo, a Coreia do Norte logra superar o tamanho reduzido do seu disputado território montanhoso. O programa nuclear norte-coreano logra impor revisões nas estratégias políticas, militares e econômicas de seus vizinhos.

Conforme a análise de Brucan (1974), o posto de grande potência na política internacional está principalmente atrelado a elementos como o potencial econômico-tecnológico e o desenvolvimento de armas nucleares, o que resulta em transformações importantes no exercício do poder nacional. Adicionalmente, o poder nacional também se tornou crescentemente dependente da participação em organizações internacionais, sistemas socioeconômicos mundiais, pactos militares ou em blocos de defesa regional, como alguns exemplos.

Estas concepções auxiliam a contextualizar processos centrais para as análises realizadas por este estudo, como a inserção da China em organismos internacionais conhecidos por representar o *status quo* na ordem liberal capitalista principalmente no início do século XXI. Adicionalmente, também servem como ferramenta para que se interprete a busca pelo desenvolvimento nuclear na Coreia do Norte. No pós-Guerra Fria, a normalização das relações da Coreia do Sul com a China e a Rússia é acompanhada por debates sobre uma integração entre as economias do nordeste da China, o extremo oriente da Rússia e a península coreana. O grande impedimento para a realização desta visão de regionalismo, como elaboram Kotkin; Armstrong (2006), está no último sobrevivente do regionalismo socialista, a Coreia do Norte.

No vórtice dos interesses políticos e securitários das potências regionais, a península coreana impacta a capacidade de adaptação do Nordeste Asiático às alterações nas estruturas das relações internacionais – que é mais lenta que em demais regiões – primariamente em função da permanência da não resolução do conflito intercoreano. Dentre os dilemas encontrados pelos atores regionais, o norte-coreano representa o mais agudo de todos – pois é existencial (SNYDER, 2008).

A península coreana representa um dos principais eixos geopolíticos e de tensão do Nordeste Asiático – os outros dizem respeito às disputas sobre o Mar do Sul da China e o estreito de Taiwan. A única alternativa às pressões dos Estados Unidos a Pyongyang consiste em integrar a Coreia do Norte às dinâmicas do Nordeste Asiático, em que ocorre um processo de convergência econômica e tecnológica entre Japão, China, Coreia do Sul e Rússia (VISENTINI, 2007).

No Leste Asiático, o poder terrestre chinês encontra o poder marítimo norte-americano e os pontos focais deste antagonismo encontram-se na península coreana e em Taiwan. A pressão sistêmica sobre a região é atenuada conforme a China, ainda nas primeiras etapas do desenvolvimento de suas capacidades marítimas, gera alterações no equilíbrio de poder regional. Os desdobramentos em Taiwan e na Coreia do Norte

constituem a dobradiça em que repousa o equilíbrio de poder regional (KAPLAN, 2012).

Como elabora Westad (2021), boa parte dos países do Leste Asiático concordam que a erupção de uma guerra na península coreana arruinaria o progresso econômico da região como um todo, que crescentemente se desenvolve como o novo núcleo de crescimento e inovação, demonstrando os níveis dos riscos envolvidos no atual estado das dinâmicas regionais cujo centro são as Coreias. Os prejuízos do desencadeamento de um conflito armado, potencialmente de difícil conclusão, seria de difícil compensação, se sobrepondo até mesmo aos maiores casos de sucesso econômico na região e com efeitos que também alcançariam a economia norte-americana de forma significativa.

A região abrange a maior parte dos processos de produção globais e das redes de comércio, sendo notavelmente marcada por crescentes níveis de interdependência, construída sobre relações políticas de antagonismo e o aumento de tensões securitárias. Apesar de aumentarem os gastos militares, de forma geral os Estados mantêm uma concepção ampla que prioriza a economia como fonte de segurança, além de enfatizar aspectos securitários não tradicionais, de maior caráter cooperativo. As duas décadas de intensa institucionalização reforçaram – e não enfraqueceram – as soberanias estatais, criando modelos híbridos, de difícil caracterização, em que normas, instituições e práticas locais, ocidentais e globais formam as arenas econômicas e securitárias. O caráter híbrido também se torna evidente na forma com que os Estados respondem à ascensão chinesa e à presença norte-americana na região no pós-Guerra Fria, optando por combinar elementos dicotômicos de contenção indireta e engajamento ativo. Compreender as dinâmicas regionais pressupõe, assim, observar os efeitos da globalização ao mesmo tempo e que se considera a hierarquia entre os Estados, as marcas das tendências universalizadoras em adição ao pluralismo e a competitividade em meio à cooperação e vulnerabilidade mútua (FOOT; GOH, 2018). Apesar da falta de um regionalismo institucionalizado, o Nordeste Asiático viveu um período de paz relativa nas últimas décadas em função da ascensão chinesa como um ator regional responsável (KIM, 2006) que transformou o panorama geopolítico e geoeconômico da Ásia.

O sucesso da condição dos Estados Unidos como grande potência envolveu, segundo Agnew (2003), derrotar ou debilitar Estados fortes – nos anos 1940, a Alemanha nazista e o Império do Japão, nos anos 1980, a União Soviética. No pós-

Guerra Fria, as políticas econômicas norte-americanas estão erodindo o desenvolvimento orientado pelo Estado no Japão e na Coreia do Sul. Enquanto isso, a China, inicialmente estimulada em grande medida pela abertura norte-americana às suas exportações, desviava o seu curso em direção à abertura econômica, porém mantendo a orientação político-econômica centrada no Estado.

Conhecido pelos altos níveis de complexidade, o Nordeste da Ásia detém uma série de características paradoxais, entre elas o potencial para o desenvolvimento de redes de integração regional – no entanto, avanços nesta direção dificilmente são obtidos –; as populações dos diferentes países apresentam profunda conexão em relação ao passado milenar – a região segue, porém, marcada pela desconfiança mútua entre governos e as divergências securitárias de longa-data são exacerbadas pela falta de mecanismos de segurança (HUAIGAO; KAISHENG, 2020).

Ao fim da Guerra Fria, a estrutura de poder do Nordeste Asiático era marcada pelo predomínio de uma superpotência (Estados Unidos) e coexistência de três grandes potências regionais (Rússia, China e Japão). Desde a primeira década do século XXI, desde 2003, mais especificamente, como elaboram Huaigao; Kaisheng (2020), observa-se o enfraquecimento da posição dos Estados Unidos, que deve se manter na década de 2020 e evoluir para uma estrutura de poder composta por duas superpotências e três grandes potências regionais (Rússia, Japão e Coreia do Sul). O estreitamento da lacuna de poder entre a China e os Estados Unidos levou os Estados Unidos a considerar a China como sua principal competição na região e no mundo – conforme três aspectos essenciais: competição militar, competição entre sistemas multilaterais e alianças bilaterais e a competição entre a *Belt and Road Initiative* e a Estratégia para o Indo-Pacífico.

Neste sentido, as alianças com o Japão e a Coreia do Sul são críticas à estratégia dos Estados Unidos para a região, o que explica os esforços que despense para fortalecer a cooperação trilateral com os dois países. No entanto, segundo Huaigao; Kaisheng (2020), alguns sinais apontam para a natureza debilitante destas relações, especialmente desdobramentos domésticos como o histórico revisionismo no Japão, o foco do Presidente Sul-Coreano Moon Jae In no relacionamento com a Coreia do Norte e, também, a política de *America First* de Donald Trump. A importância das relações bilaterais dos Estados Unidos na Ásia está, também, na busca por evitar ficar de fora de possíveis novos quadros multilaterais.

Uma vez que o objetivo dos Estados Unidos na Ásia está atrelado a prevenir a expansão marítima da China e que, para manter sua posição de supremacia no Leste Asiático os norte-americanos necessitam dependem se deu poder marítimo – diferente do teatro europeu –, como elabora Grygiel (2006), e podem utilizar apenas algumas bases de apoio na região, aumentando a importância das alianças com o Japão e a Coreia do Sul.

A partir da segunda década do século XXI, o Nordeste Asiático passou por uma transição de lideranças na China, na Rússia, no Japão, na Coreia do Norte e, um pouco mais tardiamente, nos Estados Unidos, com importantes impactos para a geopolítica regional de curto e médio prazo. A eleição⁹ de Putin para uma terceira gestão na Rússia, em março de 2012, repercutiu consideravelmente em termos de ativismo regional, com o lançamento de nova política para a Ásia, lançada durante encontro da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) em Vladivostok, encorajando investimentos do Japão, China e Coreia do Sul no extremo oriente e nas reservas energéticas da Sibéria. Foram intensificados os encontros com o Primeiro Ministro do Japão, Shinzo Abe, e as sanções ocidentais que seguiram à anexação da Crimeia em 2014 levaram ao aprofundamento das ligações da Rússia com a China (CALDER, 2016).

A ascensão de Xi Jinping à Presidência na China em março de 2013, levando a ações mais assertivas no que tange a expansão marítima, à *Belt and Road Initiative* e também à criação de instituições regionais de financiamento, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Fundo da Rota da Seda e o Fundo de Cooperação Econômica China-Eurásia (CEF). A reeleição de Shinzo Abe para o cargo de Primeiro Ministro no Japão em dezembro de 2012 também trouxe consequências para o nível de interação regional, com o aprofundamento do diálogo com a Rússia, iniciando a série 2 + 2, de encontros periódicos entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores dos dois países. Abe também logrou obter melhoras marginais no relacionamento com a China – apesar das crescentes tensões marítimas – e concluir, em 2015, um acordo de compensações históricas à Coreia do Sul – embora instabilidades políticas tenham impedido sua implementação. Nos Estados Unidos, as tendências globais foram refletidas na eleição de Donald Trump em 2016. Trump deu preferência a acordos bilaterais de caráter mais estreito, refletindo interesses norte-americanos

⁹ Eleito pela primeira vez para o termo 2000-2004, a segunda gestão de Putin englobou o período entre 2004 e 2008 (CALDER, 2016).

concretos, em lugar de estruturar amplas instituições regionais e globais (CALDER, 2016).

Por diversas razões, é turva, no mínimo, a divisão entre questões regionais e globais no Nordeste da Ásia. A região é composta – senão geograficamente, estrategicamente – por três dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que também são três dos cinco Estados nucleares originais blindados pelo regime do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. O Nordeste da Ásia é vitalmente importante aos interesses econômicos e securitários de Washington, sendo que o papel dos Estados Unidos permanece representando fator crucial nas equações geoestratégicas e geoeconômicas regionais (KIM, 2007).

O mapa abaixo ilustra a posição de centralidade da Península Coreana na região Nordeste da Ásia. Destaca-se a tríplice fronteira terrestre entre a Coreia do Norte, o Nordeste Chinês e a Rússia, próximo a um dos últimos pontos de acesso a águas quentes no Extremo Oriente russo; bem como, a proximidade da península em relação ao Japão.

Mapa 1 – A Centralidade da Península Coreana no Nordeste Asiático



Fonte: CALDER; YE (2010).

A Coreia do Norte, como argumenta Kaplan (2012), representa o verdadeiro pivô do Leste Asiático, cujos desdobramentos podem afetar o destino da região por décadas. Projetando-se da Manchúria como uma espécie de apêndice geográfico natural, a península coreana comanda o tráfego marítimo do nordeste chinês e, mais particularmente, detém em suas mãos a abertura do Mar de Bohai, onde se encontra a maior reserva de petróleo *offshore* da China. O aumento das interações entre a Coreia do Norte e as potências regionais tem potencial para refletir no aumento do dinamismo econômico do Nordeste da Ásia, tendo o Mar do Japão como centro.

As relações internacionais da região leste da Ásia desafiam simples explicações ou descrições, apresentando características duais e híbridas. Em função destas

complexidades, Foot; Goh (2018) propõem que a região seja analisada por meio de abordagem não paradigmáticas que possam atravessar as divisas entre teorias, níveis de análise, áreas e disciplinas, desenvolvendo perguntas de pesquisa e enquadramentos que privilegiem a fluidez ontológica e que elevem epistemologicamente o estudo dos processos, de forma a refletir a sua importância na formação das situações globais. Nesse sentido, é necessário que se olhe também para dentro dos Estados, para as interações entre distribuições de poder em diferentes níveis, normas e práticas – estudando a conjunção e os interstícios entre categorias de análise domésticas, regionais e globais, em que formações sociais se encontram e interagem, formando as sutilezas inerentes ao Leste Asiático.

O primeiro capítulo desta pesquisa buscou traçar, em linhas gerais, os principais desdobramentos das relações internacionais do Leste Asiático, ressaltando alguns de seus processos de maior relevância e impacto global. A análise realizada extrapola a maior parte da literatura convencional de teoria das Relações Internacionais, que apontam o caráter desestabilizador da emergência de uma potência regional, e utiliza a perspectiva de que as relações entre os Estados do Leste Asiático se dão a partir de padrões históricos pré-europeus. Neste sentido, a China ascendente estaria sendo acomodada – e não balanceada – pelos atores regionais, devido aos interesses comuns que provêm do senso de identidade e confiança provenientes de séculos de funcionamento do sistema tributário chinês e da ordem mundial sinocêntrica. A sobreposição desta realidade histórica ao sistema de alianças pós-Segunda Guerra Mundial e à guerra tecnológica entre China e Estados Unidos desde a segunda década do século XXI, recalibram a complexidade regional.

3 AS MUDANÇAS POLÍTICO-ECONÔMICAS DO GOLVERNO KIM JONG UN

Partindo de considerações históricas sobre o Nordeste Asiático, o terceiro capítulo afunila as análises de forma a elucidar a evolução político-econômica da Coreia do Norte desde a sua fundação em 1948 até a primeira década do governo Kim Jong Un. O capítulo é introduzido por meio da análise do período de reconstrução nacional pós-Guerra da Coreia, no contexto da Guerra Fria, os setores priorizados pelo regime e sua conexão com os legados econômicos da colonização japonesa. A segunda seção do capítulo abrange os anos 1990, período de crise generalizada no país, e os primeiros ajustes econômicos experimentais realizados em resposta às transformações em curso no sistema internacional. A resultante oscilação entre os mercados privados e a economia planificada, nos primeiros anos do século XXI, é apresentada na terceira seção. A última parte do capítulo engloba os primeiros dez anos da administração Kim Jong Un e as atualizações colocadas em prática no âmbito da estrutura doméstica de poder, da estratégia de política externa e da política econômica nacional.

Examinar a evolução político-econômica ao longo de três gerações de lideranças norte-coreanas possibilita a visualização das conexões entre o ambiente externo e os desdobramentos nacionais nas diferentes conjunturas internacionais e regionais. As adaptações e transições realizadas nos níveis de política doméstica e externa, possibilitaram que o projeto de Estado sobrevivesse, levando o país da beira do colapso à reabilitação econômica, ao subseqüente desenvolvimento de um programa nuclear e aos encontros diplomáticos históricos com os maiores líderes mundiais do início do século XXI. O governo Kim Jong Un mantém os preceitos mais fundamentais das administrações anteriores (Kim Il Sung e Kim Jong Il), porém promove ajustes que refletem a condição nacional frente ao estado de forças do Nordeste da Ásia a partir dos anos 2010.

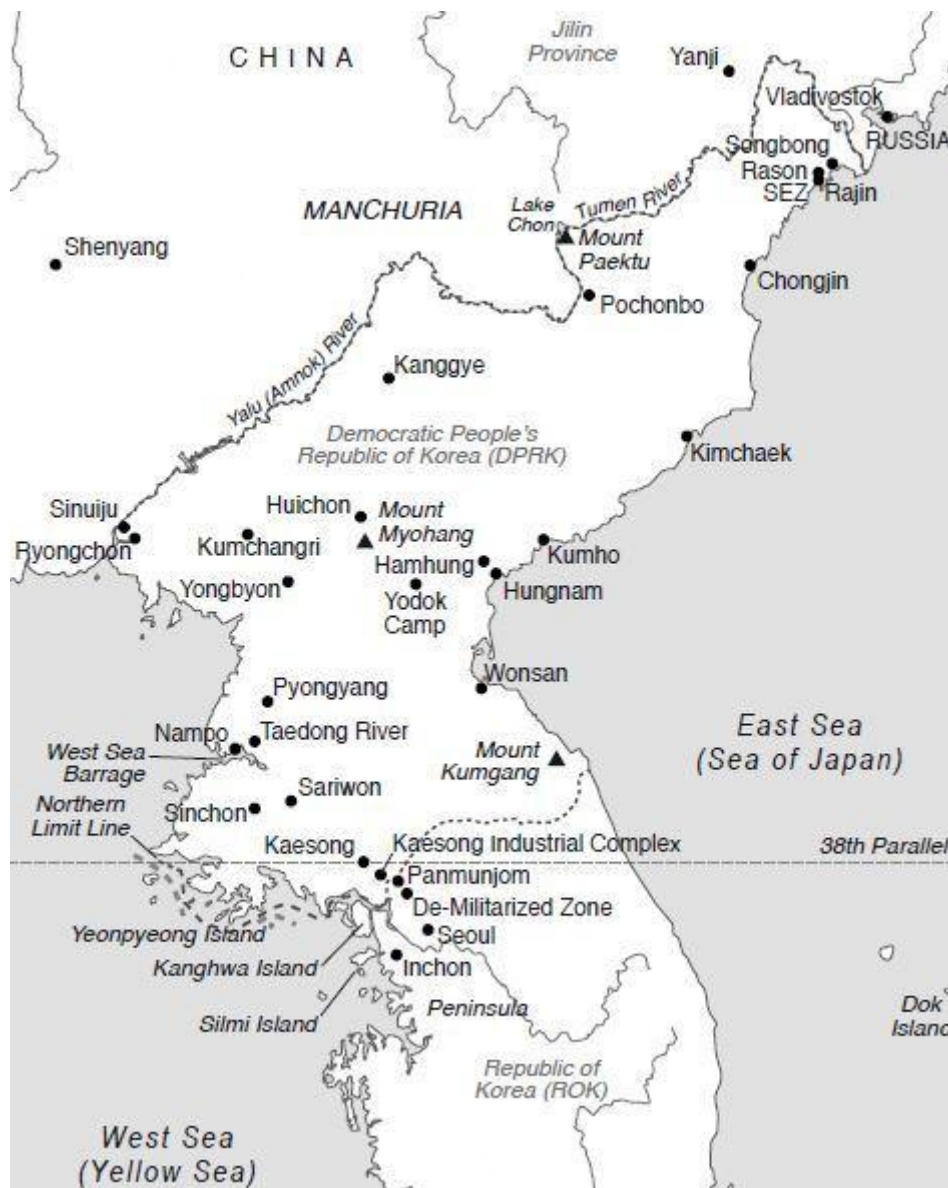
Especialmente considerando a nova etapa do desenvolvimento nacional iniciada na última década – que supera simples medidas de enfrentamento às crises ou tratamentos de curto prazo aos sintomas dos problemas econômicos nacionais – Grzelczyk (2018) aponta a necessidade de revisão dos modelos de análise tradicionais para que seja possível perceber a transição em andamento na Coreia do Norte. Está em curso uma lenta, porém recrescente aceitação entre os especialistas de que as abordagens até o momento utilizadas pelas iniciativas multilaterais fracassaram e de que

a Coreia do Norte já detém poder de dissuasão nuclear. O autor sugere que seja adicionada uma nova camada analítica, que permita a percepção de que as fontes da sobrevivência norte-coreana são mais profundamente enraizadas do que se tem identificado. Nesse sentido, o sucesso em garantir a manutenção do regime está longe de ser improvável ou impossível, pois a Coreia do Norte fabrica as suas decisões de política externa especificamente tendo em mente interesses nacionais e a sua sobrevivência em diferentes conjunturas, e o tem feito desta forma desde sua fundação em 1948. A cristalização das narrativas em torno do paradigma puramente securitário durante a Guerra Fria, da possibilidade de colapso nos anos 1990 e da busca pela desnuclearização no século XXI, no entanto, acabou não gerando explicações adequadas sobre as políticas econômicas por trás da sobrevivência do Estado norte-coreano.

Mantém-se, no país, uma ligação inseparável entre a busca por segurança, desenvolvimento e legitimidade na condução da política externa. O comprometimento com a estratégia de sobrevivência exige que diferentes conjunturas sejam encaradas com pragmatismo e flexibilidade. Neste sentido, Pyongyang já desenvolveu uma variedade de estratégias para lidar com a necessidade de capital, entre elas o *brinkmanship*, a barganha pelo envio de auxílio, a cooperação *tit-for-tat*, o comércio internacional de armas, os apelos por ajuda humanitária, bem como os projetos de *joint-ventures*, com empresas chinesas e sul-coreanas (KIM, 2007).

O mapa a seguir apresenta o território norte-coreano, de forma a ilustrar os seus condicionantes geográficos e pontos de maior relevância político-econômica ou securitária. Destaca-se a cidade de Kaesong e seu Complexo Industrial, próximos à Coreia do Sul; Pyongyang no centro-oeste do país, além da região de Rason e o porto de Rajin, na tríplice fronteira com a Rússia e a China. Observa-se, também, o limite entre as Coreias, próximo ao Paralelo 38, a Zona Desmilitarizada e a proximidade da capital sul-coreana, Seul, da fronteira.

Mapa 2 – A República Popular Democrática da Coreia (RPDC)



Fonte: FORD (2018).

3.1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PARA A RECONSTRUÇÃO NACIONAL (1948-1994)

A primeira seção do capítulo abrange o período que se inicia com a fundação da República Popular Democrática da Coreia e compreende o governo Kim Il Sung. Desde a década de 1950, a política externa norte-coreana é pautada diretamente por seus imperativos domésticos de sobrevivência de seu projeto de Estado. Estes, por sua vez, estão atrelados à garantia de segurança do regime, busca pelo desenvolvimento nacional

em linhas autônomas e pela inserção externa, nesta ordem. No imediato pós-Guerra da Coreia, a necessidade de reconstrução nacional levou o país a utilizar o legado material remanescente do período colonial japonês e buscar auxílio externo nos termos da bipolaridade, utilizando-se da triangulação entre os seus dois grandes parceiros – URSS e China – como forma de barganha na negociação por recursos econômicos e de defesa. As origens do regime e do Estado norte-coreano estão enraizadas na luta anticolonial, que de certa maneira ainda acompanha os objetivos nacionais fulcrais mais de sete décadas depois.

A estrutura de poder interna do Estado norte-coreano, conforme previsto por sua Constituição, é dividida em três pilares principais: o Gabinete, o Partido e o Exército. O Gabinete de Ministros, braço executivo do Estado, é responsável pela implementação das políticas econômicas e pela administração geral do Estado, conforme orientação estratégica do Partido. Desde 1972, a Constituição passou a prever também a função de Presidência.

A Coreia do Norte apresenta um modelo econômico socialista dirigido pelo Estado e com base em planos de longo prazo voltados a enfatizar o desenvolvimento da indústria pesada. Os primeiros passos da reestruturação econômica pós-colonial foram em grande medida possibilitados pela cooperação técnica com a União Soviética e, sobretudo, por especialistas norte-coreanos que haviam adquirido experiência industrial durante o período da colonização japonesa. Os recursos recebidos pelo Norte da União Soviética e da China, porém, não se comparam aos níveis recebidos pelo Sul, provenientes dos Estados Unidos e do Japão (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015). Parte considerável do auxílio soviético e – inicialmente em graus menores – chinês, era provida indiretamente, por meio de trocas comerciais subsidiada, o que impossibilita que a escala deste apoio seja estimada com precisão (LANKOV, 2013).

Desde a sua fundação, até um pouco antes do fim da Guerra Fria, a estrutura industrial do Estado norte-coreano foi organizada em torno da indústria pesada, em detrimento da indústria leve e da agricultura. Como alicerce para tal decisão destaca-se o entendimento de que a indústria pesada representa a base para o desenvolvimento econômico, para a conquista de uma economia nacional independente e, após a Guerra da Coreia, a única forma de resistir ao bloqueio norte-americano à Coreia do Norte (KIM; LEE, 2008). Durante as primeiras décadas após a divisão da península, o

objetivo de reunificação também informava a decisão de concentrar os esforços em torno da indústria pesada.

Como nos demais países socialistas nesse período, a infraestrutura administrativa e industrial do recém-fundado regime norte-coreano foram baseadas em modelos soviéticos. Embora a República Democrática Popular da Coreia tenha sido proclamada em 09 de setembro de 1948, grande parte de seu aparato governamental já estava erguido um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial. O programa econômico de rápida industrialização sob um governo autárquico se encaixou bem ao passado de relativo isolamento da península – que origina a designação de Reino Eremita (*Hermit Kingdom*) – e respondeu à necessidade de fechamento das fronteiras em relação à economia mundial após algumas décadas de abertura durante o período colonial (CUMINGS, 2005).

A atividade econômica e a inserção internacional da península coreana colonizada era otimizada conforme os interesses do Império do Japão, em detrimento, portanto, do desenvolvimento local de longo prazo. Os centros industriais, por exemplo, eram comumente construídos próximos a portos que facilitassem o escoamento ao Japão, sem considerar necessidades regionais. Na mesma linha, embora a extensão ferroviária tenha aumentado em aproximadamente quatro vezes entre 1911 e 1939 (de 1.087 Quilômetros para 3.831 Quilômetros), a construção foi realizada principalmente do sul em direção ao norte, de forma a acessar o continente asiático e a transportar bens da Manchúria para o Japão. A participação da Coreia na economia mundial era baseada no papel de fornecedora de matéria prima para a industrialização do Japão, onde os produtos recebiam os processamentos finais. Quando os japoneses deixaram a península, os coreanos herdaram técnicas agrícolas e de mineração, além de infraestrutura básica – mas eram carentes de qualificação em áreas como engenharia e gestão (SCHWEKENDIEK, 2011).

A divisão da península em duas partes geológica e economicamente distintas, com o Norte montanhoso e, portanto, rico em recursos minerais e com potencial para a produção de energia hidroelétrica; e o Sul plano, tornando-se o coração agrícola e têxtil da península. Os antigos investimentos japoneses na indústria pesada acabaram por beneficiar mais o Norte, enquanto a Coreia do Sul herdou modernizações agrícolas. As estruturas econômicas diametralmente opostas são refletidas nas estatísticas do pós-Segunda Guerra na península, em que o Norte era responsável por 95% da produção de aço, 85% da produção química, 80% da produção de carvão e 90% da produção de

energia hidroelétrica¹⁰, enquanto o Sul apresentava 65% da produção agrícola e 80% da produção de bens de consumo (SCHWEKENDIEK, 2011).

O núcleo opaco do pensamento político-econômico norte-coreano e pilar fundador de sua filosofia-política é expressado pelo Juche (*Chuch'e*), que pode ser traduzido como a busca por autossuficiência e independência política (*chaju*), independência econômica (*charip*) e independência militar (*chawi*). O termo emergiu por volta de 1955 e ganhou proeminência nos anos 1960 – quando da triangulação entre Moscou e Pequim. Como argumenta Cumings (2005), o uso esporádico do termo pode ser identificado ainda antes de 1955, em ambos Norte e Sul da península. Importa ressaltar que a concepção Juche está atrelada ao seu antônimo *sadaejuŭi*, que expressa a ideia de subserviência e dependência em relação a potências externas. De natureza subjetiva, o termo representa o pensamento que deve preceder e determinar as decisões, definindo aquilo que é simultaneamente moderno e autenticamente coreano – de difícil tradução para outros idiomas, porém fundamental para a compreensão de sua visão de mundo.

O significado do Juche é próximo ao conceito coreano de *chajusŏng*, que também transmite a ideia de espírito independente, cujo histórico de utilização no país remonta ao período pré-Guerra da Coreia, quando a propaganda do Partido Coreano dos Trabalhadores anunciava que a Coreia havia perdido o seu *chajusŏng* – e deveria retomá-lo. Durante o governo de Kim Jong Il, o termo seria resgatado, representando o fim das condições que garantiam a sobrevivência norte-coreana durante a existência do bloco soviético, bem como para justificar o modelo de planejamento central como meio para garantir o *chajusŏng* nacional, como base que fornece as condições necessárias para a não subordinação à economias externas. O conceito, em sua origem, também dá destaque à forma com que os coreanos adotaram ideias e estruturas japonesas e soviéticas e as transformou para a sua concepção de economia nacional auto-contida. Superando a teoria, a Coreia do Norte oferece o melhor exemplo no mundo pós-colonial, de retirada consciente do sistema capitalista mundial visando a estruturar uma economia independente e auto-contida, resultando na economia autárquica mais industrializada do mundo – retratada por Cumings (2005), como uma retirada com desenvolvimento e para o desenvolvimento.

¹⁰ Em 1943, o Japão construiu na região Norte da península coreana uma estrutura que representou, na época, a maior planta energética hidroelétrica da Ásia. A bandeira nacional da Coreia do Norte ilustra esta estrutura, ao lado de demais elementos do nacionalismo norte-coreano (SCHWEKENDIEK, 2011).

Embora os soviéticos tenham fornecido auxílio durante a década de 1940, o desenvolvimento da economia foi crescentemente dominado por coreanos que haviam obtido capacitação técnica e experiência em antigas indústrias da colonização japonesa. O Norte foi capaz de utilizar habilidades e conhecimento deste período em benefício de sua revolução social pós-colonial. Como aponta Cumings (2005), o Departamento de Estado norte-americano sabia quem eram os maiores especialistas e figuras mais poderosas da indústria pesada na Coreia do Norte. Entre eles, Chŏng Il-yong, o chamado rei da indústria norte-coreana, que havia sido engenheiro sob os japoneses, além de Chŏng Chun-t'aek e Yi In-uk. Com o fim do período colonial e ainda antes da Guerra da Coreia, o Primeiro Plano Bienal (1947-1949), por sua vez, foi projetado na parte norte da península sob a direção de um ex-professor de economia da Universidade Imperial de Keijo, Kim Kwan-jin. Em 1950, dos noventa e três coreanos em uma lista parcial da Federação da Indústria e Engenharia da Coreia do Norte, trinta e cinco apresentavam mais de cinco anos de experiência em antigas indústrias japonesas. Demais técnicos japoneses que não fugiram também foram alocados para diferentes áreas econômicas.

A reconstrução do país após a Guerra da Coreia foi pautada pelo Movimento *Chollima*¹¹ que, como considera Bae (2004), alcançou os objetivos do primeiro Plano Econômico Quinquenal (1957-1961) com um ano de antecedência. Ao final da década de 1950 e grande parte dos anos 1960, a economia norte-coreana demonstrava estar direcionada a se tornar um modelo singular de economia nacional autocentrada, socialista e autossuficiente (KIM, 2007). Importa lembrar que, já nos anos 1950, a Coreia do Norte apresentava a economia mais avançada da Ásia continental, que era então marcada por regimes ditatoriais pobres (LANKOV, 2013).

O Movimento *Chollima* foi lançado 1957, quando foram promovidos aumentos da produção com base em recursos domésticos – via proposta por Kim Il Sung, em oposição à outras alas do Partido que propunham empréstimos externos, ou a diminuição do ritmo de crescimento, como os únicos caminhos possíveis no período de reconstrução. O Movimento *Chollima* se tornou a linha geral de avanço econômico no país, marcado pelo incentivo à inovação e por acelerar a produtividade, solidificando a base industrial que lideraria a economia norte-coreana (CHOE; PAK, 2018).

¹¹ Originário da mitologia chinesa, *Chollima* representa um cavalo voador e foi mencionado nos discursos de Kim Il Sung como símbolo da velocidade com a qual o país avançaria em direção à prosperidade no período pós-Guerra da Coreia.

O Plano Trienal (1954-1956) e o Primeiro Plano Quinquenal que o seguiu (1957-1961) enfatizavam a reconstrução nacional e o desenvolvimento da indústria pesada, devastada pela Guerra da Coreia. A produção de bens de consumo não foi priorizada durante as primeiras décadas do regime. A combinação do enfoque em grandes indústrias com o recebimento de considerável auxílio proveniente do bloco soviético impulsionou a economia e resultou em uma das maiores taxas de crescimento globais entre os anos 1950 e 1960. A indústria norte-coreana cresceu 25% ao ano na década seguinte à Guerra da Coreia e em torno de 14% entre 1965 e 1978. Conforme aborda Cumings (2005), o crescimento anual da indústria se deu em taxas próximas a 40% durante o Plano Trienal (1954-1956) e a 36% durante o subsequente Plano Quinquenal (1957-1961). O apoio de Pyongyang à China em meio à intensificação da cisão sino-soviética levou a cortes no auxílio enviado por Moscou e, em consequência, à queda da produtividade na Coreia do Norte, que teve de estender em três anos o seu Primeiro Plano de Sete Anos (1961-1967). Ainda assim, o seu crescimento ainda superava as taxas sul-coreanas, para a preocupação dos oficiais norte-americanos (CUMINGS, 2005).

Conforme ressaltado por Lankov (2013), até a metade dos anos 1960 não havia dúvidas a respeito da superioridade – em termos de indicadores macroeconômicos básicos – do norte socialista em relação ao sul capitalista. Ao final dos anos 1960, contudo, a economia norte-coreana adentrou processo de desaceleração. A estagnação no Norte se deu concomitantemente aos avanços econômicos no Sul – realidade que trouxe importantes consequências estratégicas. A lacuna em termos de eficiência econômica cresceu rapidamente e se tornou importante determinante da situação política dentro e ao redor da península coreana. O abandono do Plano Econômico de Sete Anos (1971-1976) em 1975, marcou um importante ponto de inflexão para a economia norte-coreana. A alteração no panorama regional causada pelas reformas de Deng Xiaoping na China somou-se aos desafios enfrentados por Pyongyang neste período (BAE, 2004).

Nos primeiros anos após o fim da Guerra da Coreia, como aponta Lankov (2013), havia expectativa no Norte de que a intenção de reunificação coreana levaria a uma instauração revolucionária, também, no Sul. No início dos anos 1970, porém, ficou claro que o sul-coreano médio ainda era anticomunista e que as expectativas norte-coreanas não se concretizariam no curto ou médio prazo. Entendendo que algum tipo de coexistência provisional seria necessário, os líderes norte-coreanos alteraram a sua

estratégia em relação a Seul e passaram a conduzir negociações intercoreanas secretas com a Coreia do Sul. Em julho de 1972, lançaram um Comunicado Conjunto que teoricamente comprometia ao Norte e ao Sul com o objetivo de uma eventual unificação pacífica. Apesar de seu caráter retórico, este acontecimento marca o primeiro passo na concepção do diálogo intercoreano. A política de não reconhecimento mútuo das soberanias se mantém até os dias de hoje, porém desde 1972 Pyongyang e Seul mantêm contato direto por meios variados.

Conforme eram exauridas as condições para o desenvolvimento industrial extensivo baseado em tecnologia e instalações herdadas da colonização japonesa ou providas pela União Soviética, voltou-se, então, ao Ocidente e ao Japão para a importação de novas estruturas. Em 1971, adquiriu-se um complexo petroquímico francês; em 1973, uma fábrica de cimento; e, em 1977, foi solicitada ao Japão a venda de uma usina siderúrgica integrada – pedido que foi negado pelos japoneses. Eventualmente, as importações causariam problemas de pagamento das dívidas externas e os seguintes planos econômicos de sete e dez anos não alcançaram as taxas de crescimento inicialmente projetadas. A competição por legitimidade na península passou a exigir reações da economia norte-coreana. As primeiras importações de capital e tecnologia, realizadas nesse contexto, geraram déficit comercial de USD 1.3 bilhões com países não socialistas e USD 700 milhões com países socialistas, entre 1972 e 1975 (CUMINGS, 2005; KIM, 2007).

Ainda assim, como argumentado por Cumings (2005), informações da Central Intelligence Agency (CIA) apontavam que as taxas de crescimento das duas Coreias eram similares até pelo menos 1976. Outras fontes reportaram crescimento equivalente até o ano de 1986. A produção total – que não considera dados sobre qualidade ou produtividade – de eletricidade, carvão, fertilizantes, ferramentas mecânicas e aço no Norte era comparável ou maior à produção sul-coreana, mesmo apresentando metade da população, até os primeiros anos da década de 1980.

Em 1980, durante o VI Congresso do Partido Coreano dos Trabalhadores, o filho do primeiro casamento de Kim Il Sung, Kim Jong Il, foi publicamente nomeado para a Presidência do Politburo, o Secretariado do Comitê Central e a Comissão Militar – ou seja, foi abertamente apontado como o sucessor da liderança do país. O terreno para a transição de poder havia sido preparado ao longo dos anos 1970, quando o futuro governante foi introduzido e imerso em atividades do Partido, sendo a sua ascensão ao poder coordenada por esta instituição. Publicamente, a sua emergência se deu em 1972.

Neste período, os oficiais que posteriormente auxiliariam a garantir a segurança do novo líder, quando da morte de Kim Il Sung, já ocupavam as principais lideranças do governo (LANKOV, 2013).

No âmbito do novo Plano Econômico de Sete Anos (1978-1984) e da nova legislação para o estabelecimento de *Joint Ventures* em setembro de 1984, a Coreia do Norte decidiu atrair investimentos e aumentar as trocas comerciais internacionais visando a atrair tecnologia e capital externos (AHN, 2012). Além disso, o Norte decidiu responder positivamente à proposta de diálogo realizada pelo Presidente da Coreia do Sul Chun Doo-Hwan, aceitando avançar a cooperação comercial e econômica entre os países, bem como a oferta sul-coreana de prover *commodities* e tecnologia ao Norte (BAE, 2004).

O diálogo teve fim já em 1985, mesmo ano em que Gorbachev ascende ao poder na União Soviética e dá início à sua política de reformas e melhoras ao relacionamento com os Estados Unidos. De forma combinada, estes eventos produziram danos à economia norte-coreana, contribuindo para o fracasso de seu Segundo Plano Econômico de Sete Anos (1978-84), que foi estendido até 1986. A tentativa de enfrentar as dificuldades com a atração de capital externo, assim, não atingiu os seus objetivos. O encerramento total do auxílio alimentar soviético em 1987 e a imposição de que os pagamentos fossem realizados em moeda forte a partir de 1991, por sua vez, contribuíram com o declínio econômico que marcou o final dos anos 1980 e se aprofundaria na década seguinte (AHN, 2012).

No ano anterior ao início do novo governo, em 1993, deflagrou-se a chamada Primeira Crise Nuclear, inaugurando um novo padrão de relacionamento entre Pyongyang e o Ocidente. A tensão teve início quando a Coreia do Norte recusou a solicitação realizada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) de inspeções especiais em duas localidades não registradas e que supostamente poderiam estar funcionando como instalações para o despejo de lixo nuclear. No mesmo ano, o país anunciou sua retirada do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Como argumenta Ahn (2012), Pyongyang detinha motivos internos suficientes para causar tensões internacionais e desviar a atenção de seu declínio econômico ao mesmo tempo em que buscava negociar benefícios que garantissem sua sobrevivência por meio da amenização de seus problemas energéticos e alimentares.

Reconhecendo o fracasso do terceiro Plano Econômico de Sete Anos (1987 – 1993) – que foi estendido até 1995 –, Kim Il Sung promoveu reorientações que viriam a

ser importantes à recuperação econômica na década seguinte. Primeiramente, declarou que maior atenção seria despendida aos setores agrícola, da indústria leve e ao comércio externo. Buscou-se normalizar o relacionamento com a Coreia do Sul, enquanto as primeiras instruções sobre o desenvolvimento da Área Econômica de Livre Comércio de Rajin-Sonbong eram pronunciadas (BAE, 2004).

A Primeira Crise Nuclear foi solucionada quando o Ocidente decidiu por auxílio econômico extensivo a Pyongyang, bem como diálogos de alto-nível, o levantamento das sanções econômicas e o suprimento de dois reatores de água leve (AHN, 2012). Por meio do Acordo de Genebra, celebrado em 21 de outubro de 1994, os Estados Unidos e a comunidade internacional se comprometeram a fornecer anualmente 500.000 toneladas de petróleo bruto e 1 milhão de toneladas de grãos à Coreia do Norte (BAE, 2004). A desaceleração produtiva dos anos 1980 foi seguida por uma década de graves crises socioeconômicas, em meio à qual ocorreu a primeira transição de liderança na Coreia do Norte.

3.2 A MARCHA PENOSA E OS AJUSTES ECONÔMICOS EXPERIMENTAIS DE KIM JONG IL (1994-2011)

A transição do ordenamento do sistema internacional inaugurado pela desintegração da União Soviética teve impacto direto sobre a Coreia do Norte, representando a perda de seu maior parceiro externo e um baque ao seu modelo de desenvolvimento. Às transformações no ambiente externo somaram-se desastres climáticos que comprometeram a produção agrícola, o falecimento de Kim Il Sung em 1994 e o esgotamento das capacidades econômicas domésticas. Marcados pelo colapso econômico, os anos 1990 são referidos como o período da Marcha Penosa no país. Multiplicaram-se, nesse período, previsões sobre o colapso do regime – tendência que se manteve ao longo das décadas seguintes e teve influência sobre a não formulação de estratégias específicas voltadas a Pyongyang, especialmente por parte de Washington. É neste contexto delicado que se dá o primeiro processo de sucessão de poder, planejado ao longo das décadas anteriores, que culmina na ascensão de Kim Jong Il ao governo do país e, por consequência, no primeiro ajuste político-ideológico norteador do país, a política *Songun*.

O declínio da União Soviética ao fim dos anos 1980, que culminaria em sua dissolução e na divisão do bloco socialista nos anos subsequentes, trouxe amplas

repercussões para Pyongyang, representando um choque macroeconômico repentino que inaugurou um período de declínio produtivo (KIM, 2007) que apenas passou a ser revertido na década seguinte. Com as transformações na ordem internacional, Pyongyang perdeu cerca de 70% de seu mercado externo, além de sofrer a ruptura repentina de grande parte do auxílio alimentar e dos carregamentos de petróleo bruto a preços subsidiados. Com a falta de matéria-prima, agravada pelo fim do envio de peças de reposição, a produção industrial foi significativamente reduzida nas fábricas – muitas deixaram de funcionar – e o sistema de distribuição de alimentos – uma das funções fundamentais da economia planejada – colapsou (BAE, 2004).

Uma vez que o país não divulga dados estatísticos, a escala exata da crise econômica é disputada entre os estudiosos. Para Lankov (2013), pode-se considerar, de forma aproximada, que ao fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, o rendimento das safras e a produção industrial representavam apenas metade dos níveis alcançados no início da década de 1990. Sem precedentes no país, a crise combinava as transformações do panorama externo com períodos de secas, inundações e, conseqüentemente, de fome no país.

Em meio a este contexto, conforme se buscava consolidar a transição de poder em torno de Kim Jong Il, foi formulada a política *Songun*, codificada na Constituição revisada de 1998, diminuindo consideravelmente o papel do Partido e acrescentando funcionalidade à organização militar. Além disso, após o domínio do Partido sobre a formulação política norte-coreana durante grande parte do governo Kim Il Sung, com as novas orientações, a Comissão Nacional de Defesa detinha controle direto sobre instituições como o Ministério das Forças Armadas e as organizações de Segurança do Estado e Segurança Popular, que antes estavam mais fortemente atreladas ao Partido ou ao Gabinete. Conforme a função do Partido era reduzida, a Comissão Nacional de Defesa se tornou o mais importante corpo governante nacional, com os militares obtendo maior relevância no comando do país (CHOI; SHAW, 2010).

A proposta da política *Songun* não representava simplesmente a suplantação do Partido, mas a utilização da organização militar para garantir apoio à nova liderança em um cenário de crise. Ainda durante o período de luto oficial após a morte de seu pai, Kim Jong Il necessitava de proteção política e apoio dos principais líderes militares para assegurar sua posição no poder. A separação da Comissão Nacional de Defesa do Comitê Central Popular foi realizada por meio de revisão à Constituição de 1992. A intenção de tornar o Exército mais poderoso já era indicada alguns anos antes do

falecimento de Kim Il Sung, com a transferência da liderança militar à Comissão Nacional de Defesa (AHN, 2012). A priorização do setor militar se deu em função da necessidade de garantir que o regime norte-coreano não colapsasse, auxiliando a assegurar sobrevivência durante um período de alta vulnerabilidade. Além disso, alterar o equilíbrio institucional representou uma forma de assegurar apoio renovado ao novo líder durante a transição de poder.

O papel da organização militar foi crucial frente à Marcha Penosa da década de 1990 e, sob o controle direto de Kim Jong Il, foi incumbida de importantes atribuições relacionadas à economia nacional, sendo mobilizada como força de trabalho em obras públicas, atividades de trabalho intensivo e relacionadas à produção agrícola. Os militares também receberam a complexa tarefa de obter fluxos de moeda estrangeira, o que foi realizado em grande medida por meio de *trading companies* controladas por oficiais do alto escalão militar. Com a sistematização do sistema *Songun* e a expansão das atividades das *trading companies*, um grupo pequeno de elites militares – que lucravam com as atividades realizadas no exterior em nome do regime – se tornaram figuras influentes no país (CHOI; SHAW, 2010).

Conforme Bae (2004), na metade dos anos 1990, a economia militar passou a responder por 60% da produção nacional. A indústria química pesada e a produção de munições representavam a última fortaleza que a Coreia do Norte poderia mobilizar para reconstruir sua economia. Visava-se a estruturar um sistema que mobilizasse temporariamente os recursos econômicos militares para a reconstrução econômica.

Enquanto isso, medidas econômicas experimentais, limitadas à região da Área Econômica Livre de Rajin-Sonbong, começavam a ser implementadas. Em 01 de julho de 1997, alguns mecanismos legais passaram a ser colocados em prática, como a flexibilização da taxa de câmbio, além de seu ajuste – o que não era realizado há décadas – de 2,21 wons para 210 wons por dólar; a aplicação de preços de mercado para alguns produtos e a permissão para que atividades de mercado acontecessem em setores específicos – indústria de alimentos e acomodação, serviços de reparo e manutenção, artesanatos, entre outros (CHOI; SHAW, 2010).

No contexto de alterações mais amplas em seu ambiente externo, agravadas pela Crise Financeira Asiática em 1997, a política externa norte-coreana também passou por ajustes. A crise tornou o país crescentemente aberto a conexões econômicas externas, incentivando o crescimento do intercâmbio intercoreano e realizando alterações em uma série de legislações, além da Constituição, de forma a prover enquadramento jurídico

aos investimentos externos. Embora a Coreia do Norte tenha recebido investimento externo desde os anos 1970, foi a partir da década de 1990 que o incentivo para tal passou a ocorrer de maneira mais substancial. Em 1998, por exemplo, foram realizadas onze emendas constitucionais nesse sentido. Em 1999, as legislações de *Joint Production* e *Joint Venture* foram ajustadas para permitir projetos também fora da área de Rajin-Sonbong (KANG, 2004a).

Desde o fim da Guerra Fria, a distância entre a proporção estrutural da indústria pesada em relação à indústria leve e à agricultura tem sido estreitada. A crescente necessidade de encadear novos ciclos de crescimento, tendo em vista a sustentabilidade do regime, influenciou sobre a estrutura econômica historicamente baseada na indústria pesada. Esta inflexão na estrutura industrial, segundo Kim; Lee (2008), representa uma tendência conforme o país busca superar o isolamento prolongado da economia internacional por meio da normalização do relacionamento com os Estados Unidos, e procura ampliar as opções entre as estruturas industriais que apresentam vantagens comparativas no mercado externo.

Os ajustes colocados em prática frente ao cenário de crise dos anos 1990 foram modestos, porém relevantes. Como resultado, o país não apenas recuperou a estabilidade na década seguinte, como também obteve crescimento, de baixa intensidade, possibilitado em grande medida pela emergência dos mercados privados. Nos anos 2000, após o período mais sensível de transição de poder, estas medidas viriam a ser ampliadas, respondendo aos desafios do século XXI.

3.2.1 A Oscilação entre os Mercados Privados e a Economia Planificada nos Anos 2000

Os anos 2000 foram marcados pelo aprofundamento das respostas do governo norte-coreano aos problemas econômicos que marcaram a década de 1990. No âmbito doméstico, novas medidas de ajuste à gestão econômica foram anunciadas. Em nível externo, foi promovida maior aproximação com os vizinhos do Nordeste Asiático em busca de cooperação econômica para a renovação nacional. O início do século XXI também é marcado pelo recrudescimento das relações com Washington a partir da inflexão política do governo de George W. Bush após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e pela deflagração da Segunda Crise Nuclear na península coreana.

Visando a superar vulnerabilidades sociais e superar a crise dos anos 1990, foi promovida maior abertura à cooperação econômica internacional, inclusive na forma de ajuda realizada por ONGs, mas, principalmente, buscando restaurar os níveis de comércio exterior e recuperar a obtenção de moeda forte (FRANK, 2015). Foram, assim, renovadas as tradicionais relações do país com a China e a Rússia, que passavam por um momento de distanciamento e, além disso, passou-se a responder positivamente à *Sunshine Policy* lançada pelo governo Kim Dae-jung na Coreia do Sul em 1997. Segundo Bae (2004), a nova postura partia da percepção de Kim Jong Il de que a participação em uma cúpula intercoreana poderia resultar em importantes desdobramentos para a economia nacional. Os encontros diplomáticos com a China (29-31 de maio de 2000), com a Coreia do Sul (13-15 de junho de 2000) e com a Rússia (19 de julho de 2000), de fato, influenciaram positivamente a economia, com o influxo de recursos energéticos, alimentos e moeda estrangeira, levando a Coreia do Norte a voltar a apresentar crescimento econômico e industrial. A crescente ênfase em tecnologias científicas e posturas pragmáticas com relação à necessidade de atualizar o pensamento em termos de gestão foram primeiramente declaradas por Kim Jong Il durante uma visita a Xangai em janeiro de 2001 (BAE, 2004).

A doação de 500 cabeças de gado – transportadas por meio da Zona Desmilitarizada entre as Coreias – pelo Grupo Hyundai em junho de 1998, segundo Bae (2004), facilitou a reunião entre Kim Jong Il e o seu Presidente Honorário Chung Joo-young, em outubro do mesmo ano. A Cúpula Intercoreana realizada em 2000 marcou a retomada das relações econômicas e resultou na Declaração Conjunta de 15 de Junho. Nesta ocasião pode-se observar a estratégia norte-coreana de utilização dos ganhos obtidos na cooperação com o Seul para atrair investimentos. A aproximação bilateral e o consequente fim de cinco décadas de hostilidades foram capitalizadas para facilitar a nova política de relativa flexibilização e, no longo prazo, para beneficiar as demais conexões externas da economia norte-coreana.

O crescimento dos níveis de comércio intercoreano pode ser observado a partir de 1998 e foi seguido pelo aumento das trocas com a China, nos anos seguintes. Entre 1997 e os primeiros anos do século XXI, aproximadamente USD 300 milhões foram recebidos da comunidade internacional como auxílio humanitário (BAE, 2004). Somados, estes desdobramentos contribuíram com a normalização da situação socioeconômica ao longo dos anos 2000 na Coreia do Norte. Esta discreta inflexão nas trocas econômicas passou em grande medida sob os radares midiáticos da época.

Enquanto a Coreia do Norte convivía com a Marcha Penosa, a crise asiática 1997-1998 atingia a Coreia do Sul, que elegeu um candidato da oposição à presidência. Como aponta Frank (2015), os coreanos em ambos os lados do paralelo 38 estavam prontos para uma nova era do relacionamento bilateral e o resultado foi a inauguração de uma série de projetos econômicos intercoreanos, como a Zona Industrial de Kaesong e a utilização do Monte Kumgang como atração turística para a população do Sul. A disposição em promover aproximações era sem precedentes nos dois países, que priorizaram objetivos político-econômicos:

[...] o Norte concordou em vender a beleza de sua natureza e o trabalho do seu povo aos capitalistas do Sul. O Sul, por sua vez, concordou em fornecer crucial moeda forte e tecnologia ao regime que repetidamente ameaçava transformar Seul em um mar de fogo e que estava mantendo um exército que buscava ativamente adquirir armas nucleares. Com isto em mente, é difícil exagerar a singularidade desta cooperação intercoreana. Em termos de estabilidade, a Coreia do Norte claramente correu o maior risco. Sul-coreanos afluentes e indústrias sul-coreanas brilhantes e supermodernas em seu território contrastavam nitidamente com as estabelecidas imagens propagandísticas sobre a Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, dada a natureza fechada do Norte, a interação diária com 50 mil trabalhadores norte-coreanos representou uma bonança à inteligência sul-coreana (FRANK, 2015, p. 19, tradução nossa).

Após as primeiras flexibilizações ensaiadas nos anos 1990, algumas das principais dificuldades encaradas pelo país em termos de seu funcionamento econômico interno foram oficialmente endereçadas por meio das Medidas de Melhorias à Gestão Econômica de 2002 – em que o governo central lançou ajustes aplicados à política de precificação, salários e gestão. A introdução de um sistema de precificação significou que a maioria dos preços passava a ser atrelada também aos preços de mercado. Também em 2002 foram anunciados o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Sinuiju, em setembro, o novo enquadramento legal da área de Geumgangsán como um distrito turístico, em novembro e a designação da Zona Econômica Especial de Kaesong, também em novembro. Como argumenta Bae (2004), esta reorganização do sistema econômico foi desenhada tendo em mente a criação de espaços operacionais diversificados, em que a economia planejada e a economia de mercado pudessem funcionar de forma combinada, em áreas restritas.

Em função das novas medidas adotadas no início dos anos 2000, uma larga gama de opiniões sobre a direção futura da economia norte-coreana foi produzida. O regime declara, no entanto, buscar construir a sua própria versão de um Estado socialista. A participação do setor privado na economia nacional, que era estimado em 4% em 2000, cresceu rapidamente. Com o abandono do sistema público de distribuição na metade dos anos 1990 e a adoção de novas flexibilizações, cresceu a importância dos mercados agrícolas para a economia como um todo. Conforme aponta Kang (2004a), muito do que foi formalizado legalmente em 2002, porém, representa o enquadramento oficial de atividades que já faziam parte do cotidiano no país.

Paralelamente, o lançamento do míssil Taepodong-1, em 1998, exacerbava o debate sobre a produção de armas de destruição em massa pela Coreia do Norte. Em outubro de 2002 deflagrou-se a chamada Segunda Crise Nuclear, quando o governo dos Estados Unidos considerou que uma afirmação, ouvida pelo então Assistente do Secretário de Estado, James Kelly, em uma visita à Coreia do Norte. A afirmação abordava o direito norte-coreano, bem como qualquer tipo de armamento mais poderoso, representava uma admissão de que o país detinha um programa nuclear em andamento.

A crise foi, para Ahn (2012), acima de tudo, iniciada pela pressão excessiva de Washington e, então, manipulada pelos norte-coreanos visando a melhorar a sua condição socioeconômica e, ainda, preparar o terreno para que as medidas liberalizantes fossem refreadas. Importa lembrar que em janeiro de 2002, George W. Bush incluiu a Coreia do Norte, ao lado do Irã e do Iraque, na lista dos países que representavam as maiores ameaças aos Estados Unidos e seus interesses, o chamado Eixo do Mal (BUSH, 2002).

Para Agnew (2003), a política global contém em seu próprio significado o senso de uma escala que supera a simples localização em que os Estados e demais atores interagem – diplomacia, ação militar, cooperação, envio de auxílio, atividades monetárias e fiscais, regulação legal, etc. – com a intenção de exercer influência, estender poder político, econômico ou moral, por exemplo. Os espaços do globo são, assim, divididos, rotulados e organizados em hierarquias de locais com maior e menor relevância, muitas vezes, por acadêmicos, geógrafos ou líderes políticos. Este enquadramento estaria no núcleo do pensamento geopolítico moderno.

Para ilustrar o seu ponto, o autor elenca alguns exemplos, entre os quais o enquadramento do Iraque, Irã e Coreia do Norte como as âncoras do Eixo do Mal, além

da prévia rotulação como Estados Pária. Mais importante que a precisão empírica, Agnew (2003) destaca, foi construir a imagem de Estados ameaçadores, que por sua vez justifique novas doutrinas de política externa que prevejam a possibilidade de ações preventivas contra esses Estados.

A retirada do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em janeiro de 2003, se deu em resposta à decisão da Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana (KEDO), de findar do fornecimento de petróleo bruto¹² o que havia prejudicado os avanços na construção do projeto em Sinuiju (BAE, 2004).

Conforme a situação se alterava, com o aumento do escrutínio exercido sobre as atividades norte-coreanas no início dos anos 2000 – e, particularmente, após o primeiro teste nuclear em 2006 – a Coreia do Norte adaptou as suas redes comerciais e passou a apoiar-se consideravelmente em corretores e fornecedores taiwaneses. Isto foi refletido no platô das exportações de Taiwan para a Coreia do Norte entre 2005 e 2007, ao mesmo tempo em que o comércio com o Japão se deteriorava (HASTINGS, 2016).

Embora considerasse que a retirada oficial da Coreia do Norte do TNP – o primeiro país a fazer isto – pudesse criar precedentes perigosos, a linha dura em Washington assumiu que com o fim do auxílio norte-americano, Pyongyang não demoraria a entrar em colapso. No entanto, como demonstrado por Lankov (2013), os diplomatas norte-coreanos foram exitosos na tarefa de encontrar substitutos. Entre 2002 e 2010, a ajuda passou a chegar por remessas enviadas da Coreia do Sul e, posteriormente, da China, compensando o repentino encerramento da assistência alimentar e econômica proveniente dos Estados Unidos.

As relações econômicas intercoreanas adquiriram caráter mais oficial e institucionalizado como resultado direto da nova legislação que tornou Kumgang uma área designada ao turismo, da proclamação de Kaesong como uma Zona Econômica Especial, que não demorou a receber empresas sul-coreanas, do anúncio oficial do Pacto de Cooperação Econômica em agosto de 2003 e do compartilhamento de uma visão positiva sobre a possibilidade de reconexão das ferrovias e estradas ligando a península (BAE, 2004).

¹² O acordo resultante da Segunda Crise Nuclear, o *Agreed Framework*, abordava o estabelecimento de um organismo multilateral responsável por implementar os termos acordados, a Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana, ou *Korean Peninsula Energy Development Organization* (KEDO) (SNYDER, 2008).

No âmbito das microrrelações nacionais, além da inflexão voltada ao setor militar, houve um aumento nas disputas entre os principais entes políticos da Coreia do Norte. Este conflito se desenrolou mais claramente, como destacam Choi e Shaw (2010), nos diferentes destinos de dois oficiais, o reformista Pak Bong Ju – Primeiro Ministro durante o período entre abril de 2003 e abril de 2007 – e o bem conectado líder do Partido, Jang Song Thaek. Sob a liderança do Primeiro Ministro Pak, as flexibilizações econômicas continuaram por vários anos, mesmo após a Segunda Crise Nuclear, e abrangeram a revisão de salários, maior autonomia para fazendas cooperativas e fábricas, a expansão de pequenos lotes para a agricultura e mercados públicos, além do contínuo crescimento do comércio intercoreano. Conforme apontam Choi e Shaw (2010), durante este período cresceu a oposição entre ideários políticos entre reformistas do Gabinete e tradicionalistas do Partido. No início de 2004, Jang Song Thaek foi removido de sua posição no Partido, indicando uma vitória política da ala reformista.

Embora controladas, as reformas já não eram limitadas a áreas periféricas da economia e aos poucos passavam a afetar parcelas maiores da população. Embora algumas medidas econômicas, como as que impactavam salários e preços, possam ter surgido em resposta a protestos populares, não se tratavam de ações *ad hoc*, demonstrando, como conclui Kang (2004a), que as mudanças foram debatidas e planejadas internamente pela liderança do regime – e não simplesmente acatadas, ou reativas. O governo norte-coreano começava a demonstrar que objetivos militares e econômicos não estão necessariamente em oposição e podem ser buscados concomitantemente. Tal reflexão é importante para que se compreenda que as mudanças não se deram apenas de baixo para cima.

Um importante subproduto da Segunda Crise Nuclear foi o lançamento do Diálogo das Seis Partes¹³ em 2003, reunindo os países envolvidos na crise em andamento – China (a anfitriã durante as negociações), Estados Unidos, Rússia, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte – com o objetivo coletivo oficial de criar as bases diplomáticas para a eventual desnuclearização da península. Apesar de considerar esperada a baixa efetividade do diálogo, Lankov (2013) aponta que as negociações

¹³ O Diálogo das Seis Partes é produto do esforço multilateral entre China, Estados Unidos, Japão, Rússia, Coreia do Sul e Coreia do Norte, na busca por soluções pacíficas aos impasses envolvendo o programa nuclear norte-coreano. Não reverberando em resultados concretos, o diálogo multilateral foi em grande medida descontinuado em 2009.

tiveram papel positivo para o abrandamento das tensões e foram responsáveis pela criação de um fórum em que questões securitárias envolvendo a Coreia pudessem ser discutidas mais abertamente. No mesmo sentido, a criação do fórum refletia a relevância da questão para o equilíbrio regional.

O fim do auxílio norte-americano manteve o nível de tensão bilateral entre 2002 e 2006, ano em que Pyongyang realiza o seu primeiro teste nuclear, dando início ao processo de fabricação de crises visando renegociar a sua situação internacional com os Estados Unidos. A diplomacia nuclear acontecia concomitantemente aos primeiros anos da *Sunshine Policy*. Lançada em 1997, pelo presidente sul-coreano Kim Dae-jung e refletindo o pensamento político da chamada geração 386¹⁴, a política teve continuidade durante a administração subsequente, de Roh Moo-hyun (2002-2008) e, conforme Lankov (2013), se baseou na visão de que uma abordagem menos agressiva iria persuadir o Norte a instituir reformas de larga escala em sua economia, similares às que haviam sido empreendidas na China e no Vietnã, abrindo caminho para a potencial unificação, gradual e gerenciável.

O objetivo declarado da *Sunshine Policy* era encorajar a evolução gradual da Coreia do Norte por meio da ajuda unilateral e de concessões políticas. O nome da política refere-se a uma das fábulas de Esopo, “O Vento Norte e o Sol”. Na fábula, o vento norte e o sol discutem sobre quem é capaz de remover a capa de um viajante. O vento norte sopra forte, mas não consegue, pois o viajante aperta ainda mais o manto para se proteger. O sol, porém, aquece o ar, obrigando o viajante a retirar o manto desnecessário (LANKOV, 2013, p. 163, tradução nossa).

As reformas do Primeiro Ministro Pak Bong Ju entravam em conflito com interesses econômicos dos militares e das elites do Partido, além de dependerem fortemente de parceiros e auxílio externos. A crise nuclear, como abordam Choi e Shaw (2010), talvez propositalmente, garantiu efetivamente que a agenda de reformas não fosse adiante. Com o aumento do isolamento internacional após o primeiro teste nuclear conduzido em 2006, o conflito entre as alas pró-reforma e os isolacionistas tradicionais se acirrou, com os reformistas paulatinamente perdendo espaço. Em 2005, Jang Song Thaek retornou aos círculos internos de poder, enquanto crescia a pressão sob o Primeiro Ministro. Em 2007, Pak Bong Ju foi dispensado e o Gabinete perdeu a

¹⁴ A geração 386 representa parte da população sul-coreana, nascida na década de 1960, que cursou o ensino superior na década de 1980 e que na década de 1990 detinha 30 e poucos anos. A jovem geração que elegeu Kim Dae-jung denunciava as desigualdades sociais e a subserviência às potências externas, detendo visões de centro-esquerda e nacionalistas (LANKOV, 2013, p. 158-159).

autoridade sobre a economia. O Partido, então, assumiu o controle econômico e as reformas foram encerradas ou revertidas.

Com o retorno de Jang Song Thaek, o status do Partido voltou a ser gradativamente fortalecido, recebendo renovadas funções econômicas, ao passo em que o papel do Gabinete era reduzido. Importa ressaltar que, segundo Choi e Shaw (2010), se a política *Songun* de priorização militar foi desenhada principalmente para legitimar a consolidação de poder de Kim Jong Il sobre o Gabinete e o Partido, é possível supor que a posterior reemergência do Partido tenha representado um sintoma das complicações de saúde de Kim Il Sung e a potencial segunda transição de governo. Buscou-se, então, difundir o poder central, em um retorno da elaboração política a um processo de negociação regular, por meio da estrutura do Partido.

Durante os últimos anos de *Songun*, o regime tinha notavelmente revertido suas políticas domésticas de flexibilização e, em 2009, promulgou uma reforma monetária que afetou fortemente a classe média, que ascendera em consequência dos ajustes anteriores, gerando descontentamentos. É neste sentido que este período é conhecido pela oscilação das flexibilizações econômicas. Ao mesmo tempo, frente à deterioração da saúde de Kim Jong Il, a linha dura do exército era fortalecida com a expansão da Comissão Nacional de Defesa que, por meio de uma ratificação na Constituição em 2009, tinha a sua autoridade acrescida. A Constituição também passava a declarar formalmente o *Songun* como a ideologia orientadora do regime.

As Medidas de Melhoria à Gestão Econômica de 2002 incluíram reforma do sistema de precificação, visando a os elevar a níveis mais próximos dos preços de mercado. Para manter a reforma nos preços, o governo aumentou a renda média, provocou flutuações da taxa de câmbio, implementou uma fase de abolição do sistema público de distribuição, promoveu projetos privados e maior autonomia decisória aos empreendimentos, além de introduzir incentivos para remunerações baseadas no desempenho.

As medidas não representaram reformas estruturais, tendo como objetivo final a normalização da economia socialista – e não a promoção de um processo de transição para uma economia de mercado. Mesmo introduzindo ajustes limitados, a expansão das atividades não oficiais e ilegais levou o governo a reintroduzir políticas anti-mercado em 2005, temendo o enfraquecimento da capacidade de controle econômico-social por parte do Estado. A reforma monetária de 2009 representa a mais substancial reversão da

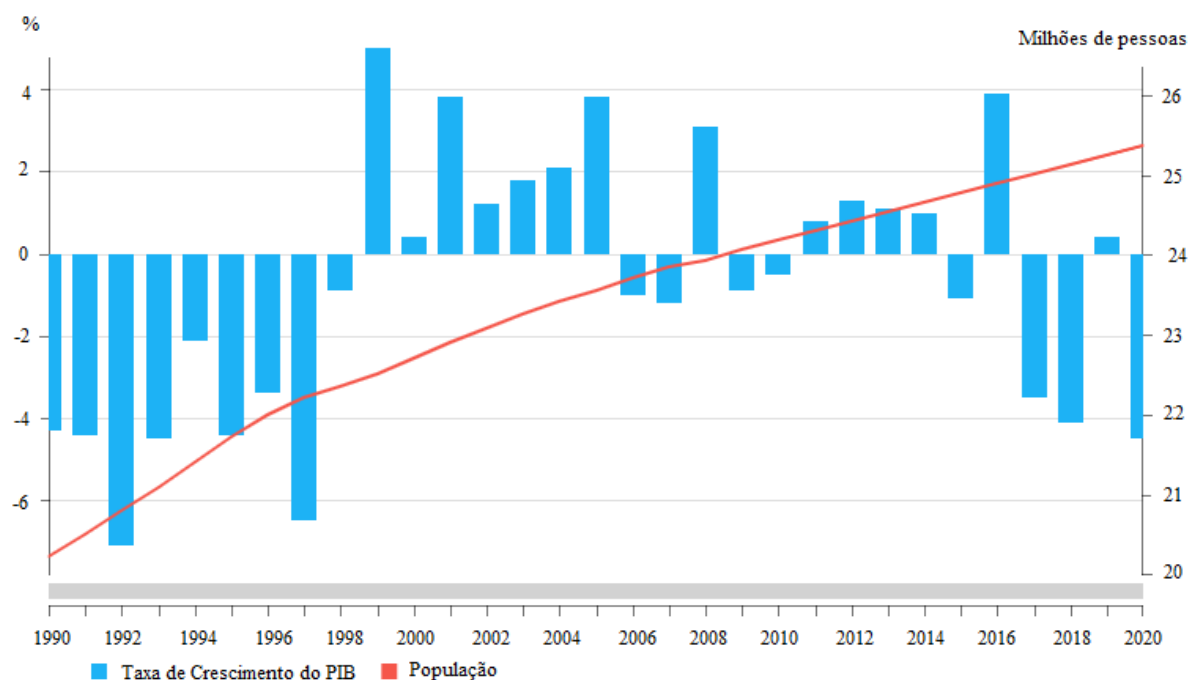
postura anterior. Conforme Kim Jong Il voltou as atenções para a sucessão de poder, também em 2009, o programa de reformas econômicas perderam impulso (CHO, 2020).

A situação exigia medidas dramáticas para aumentar a legitimidade da liderança. Tanto o Partido quanto o Gabinete precisavam passar por mudanças significativas de pessoal para demonstrar à população que os indivíduos na liderança estavam sendo responsabilizados e que a nova estrutura de liderança seria mais capaz de melhorar os meios de subsistência [...]. Assim, 2010 viu uma série de grandes reorganizações, prosseguindo por meio de uma sessão extra [...] da Assembleia Popular Suprema em maio e uma rara reunião de Delegados do Partido em setembro (CHOI; SHAW, 2010, p. 186, tradução nossa).

Conhecidamente, Kim Jong Il condenou as alas reformistas dos outros países socialistas, culpando-as pelo fim do bloco socialista e tecendo a elas uma série de críticas. Sobre os seus discursos e publicações, Quinones (2003) observa uma distinção entre o conceito de reformas e de mudanças. Para Kim Jong Il, a Coreia do Norte deveria adotar políticas que caracterizem mudanças, adaptações, que obrigatoriamente reflitam as condições específicas do país – e não formulações universais ditadas pela filosofia política ou princípios de grandes potências. Reconhecendo a inevitabilidade, ou necessidade, de adaptação, Kim Jong Il não buscava emular os modelos de reforma e abertura que o antecederam na história – como o modelo chinês, amplamente utilizado na literatura como exemplo para o potencial futuro econômico norte-coreano –, mas sim criar a sua própria política econômica de transição.

O gráfico abaixo apresenta a evolução histórica do PIB norte-coreano desde o início da década de 1990 até 2020. Podem ser observados o período de crise durante a Marcha Penosa, a relativa estabilização durante os anos 2000 e o retorno da queda do PIB como consequência do regime de sanções, especialmente a partir de 2016, do fechamento do complexo industrial de Kaesong, também em 2016, dos condicionantes internos ao crescimento; e, por fim, do fechamento da fronteiras e demais efeitos gerados pela pandemia de covid-19, em 2020. A taxa de crescimento populacional, conforme adicionalmente ilustrado pelo gráfico, apresenta elevação paulatina e modesta, sem demonstrar correlação direta com o crescimento do PIB.

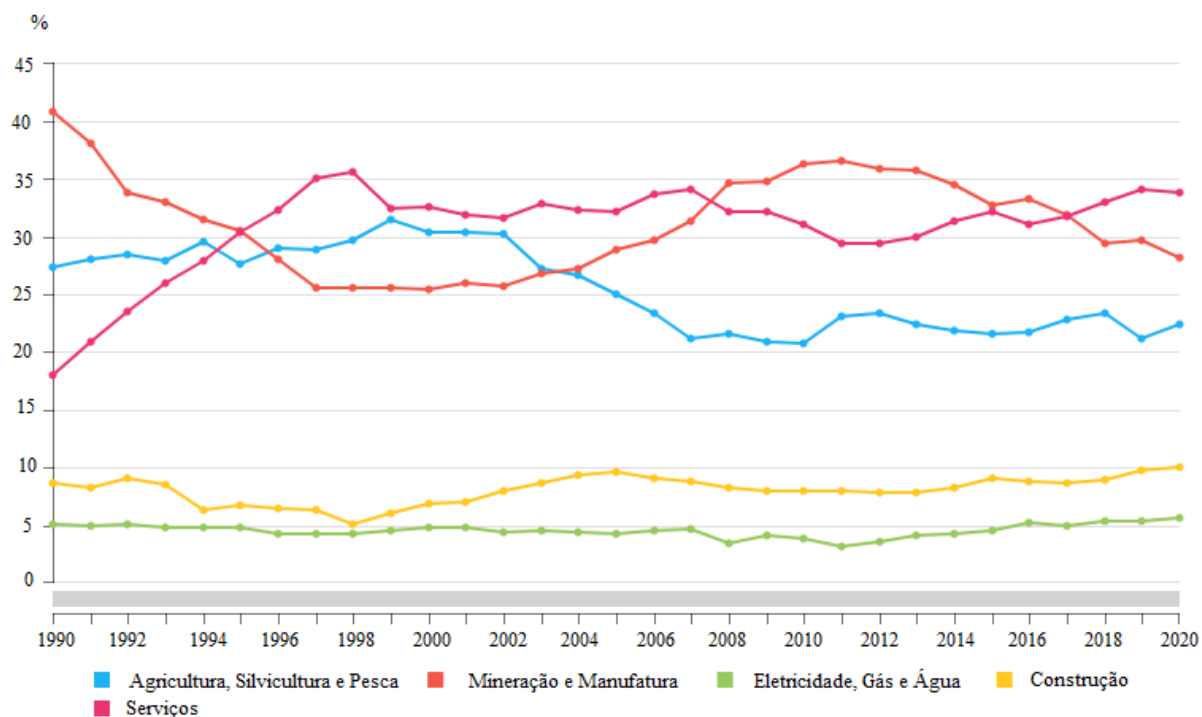
Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB e Avanço Populacional na Coreia do Norte (1990-2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco da Coreia (2022).

O gráfico seguinte demonstra a composição da estrutura industrial norte-coreana durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, segundo estimativas do Banco da Coreia. Destaca-se a ilustração da participação dos setores relativos à mineração e manufatura, bem como da indústria primária. Os números também representam o crescimento da participação do setor de serviços – como consequência das políticas econômicas e flexibilizações colocadas em prática desde a Marcha Penosa.

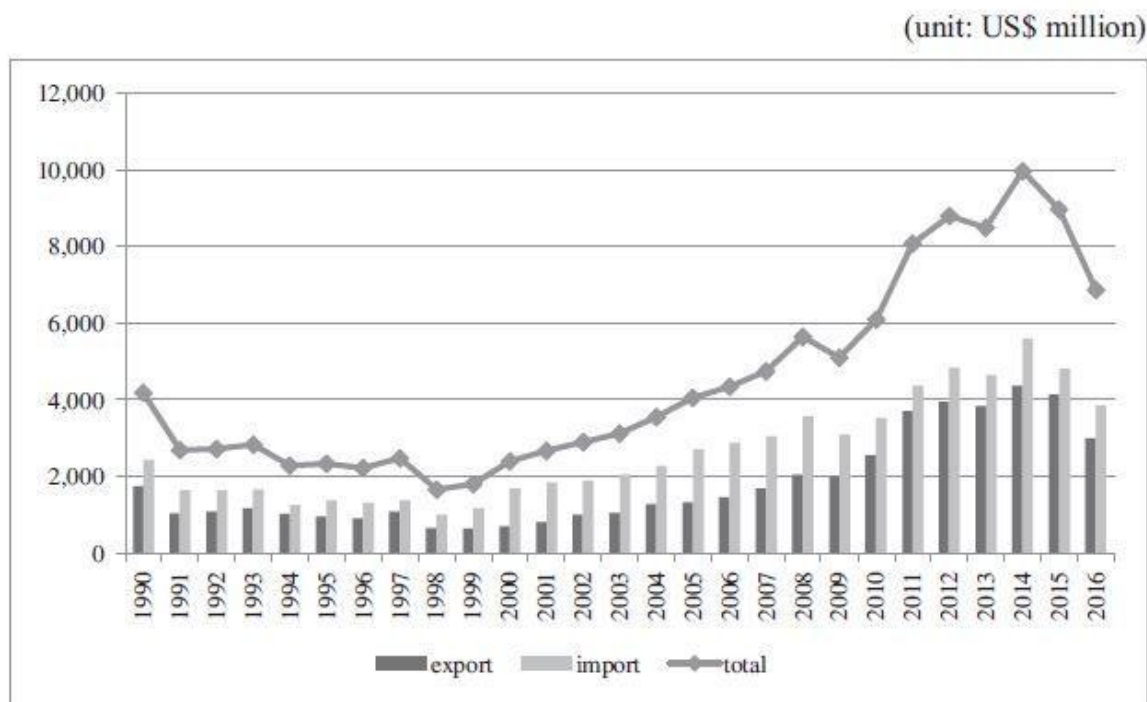
Gráfico 2 – Composição da Estrutura Setorial Norte-Coreana (1990-2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Banco da Coreia (2022).

Por fim, abrangendo o período entre 1990 e 2016, o gráfico abaixo produzido por Rhee; Messerlin (2020) ilustra o crescimento do comércio exterior norte-coreano após um período inicial de queda ao longo das crises dos anos 1990. O aumento das trocas externas a partir dos anos 2000 se deu de forma paulatina, alinhada ao crescimento do PIB norte-coreano. Ao fim do governo Kim Jong Il e início do governo Kim Jong Un, os níveis de comércio cresceram, seguidos pela queda gerada pelo avanço do programa nuclear e consequente regime de sanções, após 2013. O predomínio do aumento nos níveis de comércio externo a partir dos anos 2000 foi, em grande parte, decorrente do aumento das trocas com a China e a Coreia do Sul. O país apresenta déficit comercial desde a década de 1990 e, conforme aumentaram as trocas comerciais, cresceu também o déficit.

Gráfico 3 – Tendências do Comércio Externo Norte-Coreano (1990-2016)



Fonte: RHEE; MESSERLIN (2020)

As estatísticas disponíveis são turvas, porém, como aponta Lankov (2013), o crescimento médio de 1,4% ao ano representa a modesta, porém inegável, melhora da situação econômica na Coreia do Norte durante os últimos anos do governo de Kim Jong Il. As crescentes interligações entre a economia norte-coreana, a China e a Coreia do Sul representam importante marco deste período.

A Coreia do Norte não disponibiliza publicamente estatísticas econômicas nacionais, o que leva à maioria dos analistas a utilizar dados oficiais retidos por parceiros comerciais norte-coreanos, como fonte de informações espelhadas sobre as trocas externas do país. Desde 1991, o Banco da Coreia, baseado em Seul, lança dados básicos sobre o PIB da Coreia do Norte com base em informações do Ministério de Unificação Nacional e do Serviço Nacional de Inteligência, ambos sul-coreanos. Importa ressaltar que, embora amplamente consideradas no Ocidente como as fontes mais confiáveis, estas instituições não são capazes de avaliar especificidades que, no caso norte-coreano, apresentam considerável relevância para a sua sustentabilidade econômica. Torna-se impossível apresentar a imagem real das interações econômicas da Coreia do Norte com a economia mundial, uma vez que o país desafia o bloqueio

econômico por meio de atividades clandestinas, como a compra e venda de materiais bélicos, por exemplo.

Retomando a ascensão de Kim Jong Il ao poder, Choi e Shaw (2010) apontam que o processo se deu em duas fases. Após a sua designação não oficial como sucessor em uma reunião do Partido em 1974, até o falecimento de seu pai em 1994, Kim Jong Il assumiu uma série de posições de crescente relevância no Partido – lembrando que nesta época a importância do Partido em todos os níveis do governo era consideravelmente alta. Uma vez assegurada a sua posição na liderança do país, o Partido declinou e o controle direto do país foi assumido por meio da política *Songun*, permitindo que se desviasse do sistema de tomada de decisão do Partido e evitando, assim, que dele emergissem ameaças políticas, no futuro.

Os últimos anos do governo Kim Jong Il já demonstravam moderado crescimento econômico – tendência que foi mantida durante grande parte da primeira década da subsequente administração de Kim Jong Un. Nesta época, observou-se a expansão econômica nos anos de 2006 e 2007, mesmo período em que o país foi submetido a nova rodada de sanções seguindo o seu primeiro teste nuclear. Nesta época, observou-se a expansão de boutiques de produtos de luxo na capital, frequentadas por aqueles que haviam ascendido economicamente por meio da corrupção e de atividades envolvendo os mercados privados. A partir de 2010, o aumento do número de veículos circulando, de restaurantes, o crescimento no setor da construção civil e o dinamismo do mercado imobiliário em Pyongyang e em algumas outras cidades, são sinais das transformações no cotidiano econômico do país. Grande parte destas atividades são privadas e acontecem na ilegalidade ou semi-legalidade, nas brechas da legislação (LANKOV, 2014).

A segunda transição de poder da Coreia do Norte, em contraste, teve de ser realizada em menos tempo, e, após a designação de Kim Jong Un como o sucessor oficial, o regime buscou comprimir a sucessão, anteriormente realizada em duas etapas, em um processo único (CHOI; SHAW, 2010). Aos poucos, o Partido vai ser restaurado e recebe funções ativas no processo de elaboração política, permitindo que o sucessor ascenda e alcance legitimidade por meio da sua estrutura. Ao mesmo tempo, Kim Jong Il ainda mantinha controle direto sobre o país mediante a Comissão de Defesa Nacional. O novo equilíbrio que começa a ser formado, entre as instituições que compõem o governo, visa a prover maior controle durante o, sempre delicado, processo de sucessão de poder.

A primeira década do governo Kim Jong Il foi marcada por dificuldades, mas também pela habilidade em reverter, e positivar, os nove anos consecutivos de crescimento econômico negativo, durante a Marcha Penosa dos anos 1990. Algumas mudanças notáveis no que tange à maior participação norte-coreana na economia internacional, passaram em grande parte despercebidas em termos midiáticos, face aos debates levantados pela Segunda Crise Nuclear. Essas mudanças foram fundamentais para a formação da base que proveria estabilidade ao início da terceira administração norte-coreana.

3.3 A ASCENSÃO DE KIM JONG UN E A POLÍTICA BYUNGJIN

A segunda transição de poder norte-coreana aconteceu durante um espaço de tempo relativamente mais curto, ainda que esforços pela promoção de um ambiente mais favorável à sucessão política tenham sido iniciados durante os últimos anos da administração de Kim Jong Il. Com a superação das fases mais críticas em termos econômico-sociais, intensificou-se a busca pela estabilização interna e, para que a transição de poder obtivesse apoio das elites, deu-se início a um processo de renovação de alguns dos cargos de maior relevância dentro do regime. Transferiu-se, assim, parte do poder e da participação dos militares, de volta ao Partido Coreano dos Trabalhadores. O ambiente externo marcado pelo processo de ascensão asiática como centro dinâmico do capitalismo e o novo contexto doméstico de reabilitação econômica, possibilitaram a introdução da política *Byungjin*, o segundo ajuste político-ideológico nacional.

Ascendendo ao cargo de presidente da Coreia do Norte aos vinte e sete anos de idade, Kim Jong Un herdou um sistema político em construção há duas gerações em um contexto internacional complexo – porém mais favorável, em comparação com a sucessão realizada na década de 1990 –, em meio a um período de modesto crescimento econômico no país e após a realização dos dois primeiros testes de dispositivos nucleares, com significativas implicações para a capacidade de dissuasão do país. Contrariando as frequentes previsões de colapso do regime, Kim Jong Un logrou assegurar o processo de transição e projetar força.

Como interpretado por McEachern (2019), o ambiente de formulação política herdado de Kim Jong Il passou a ser gradativamente modificado para se aproximar ao

antigo estilo de Kim Il Sung. No lugar de buscar dividir as funções das instituições burocráticas, como praticado por seu pai em um momento de vulnerabilidade interna, Kim Jong Un buscou centralizar a formulação política e a tomada de decisões por meio da estrutura dominante do Partido, sob a sua liderança, em uma posição de relativa força no ambiente interno. Além da sólida lógica político-social, a nova administração demonstrou capacidade diplomática ao negociar com as potências regionais em meio a situações altamente adversas.

Durante o seu primeiro discurso de Ano Novo em 1º de janeiro de 2012, Kim Jong Un introduziu uma nova visão de futuro, almejando construir uma nação socialista civilizada (*sahoejūmunmyungguk*) – conceito que difere da noção de nação forte e próspera (*kangsŏngtaeguk*), apresentada por Kim Jong Il, estabelecendo o objetivo coletivo de aspirar por níveis culturais e educacionais mais elevados. Posteriormente, foram construídas instalações melhor equipadas e buscou-se fornecer recursos para que a população pudesse participar de atividades culturais e desfrutar de um estilo de vida tido como afluente. Construções de larga-escala, incluindo apartamentos e lojas de conveniência, foram lançados em Pyongyang a partir de 2013 – com destaque para a *Future Scientists Street* e a *Ryomyung Street* –, seguidos pela construção de parques de diversão e áreas de lazer (KIM, 2021).

Os campos da ciência e da educação receberam maior ênfase, levando à inauguração de estruturas mais modernas voltadas ao ensino em todo o país, bem como à reforma que levou ao estabelecimento da educação básica de doze anos compulsórios e ao estabelecimento de um complexo científico-tecnológico em Pyongyang em 2015. Como aborda Kim (2021), a preocupação com aspectos culturais e científicos pode ser melhor compreendida em termos da percepção do governo sobre as alterações sociais em curso no cotidiano da população e às novas aspirações ligadas ao consumo.

A nova realidade é consequência da velocidade informacional atrelada aos avanços tecnológicos na área da comunicação no século XXI e, especialmente, das atividades relacionadas ao processo de flexibilização econômica na esteira da Marcha Penosa dos anos 1990, que permitiu a emergência de uma classe média. As transformações socioeconômicas alcançaram um ponto de inflexão que demandou uma resposta proativa do regime, que, por sua vez, promoveu uma recalibração em sua estratégia, reconhecendo que este poderia representar um ponto crítico para a estabilidade nacional no futuro.

Quando Kim Jong Un assumiu o poder em 2011, se deparou com uma conjuntura interna de transição, sendo que as aspirações populares por mudanças sociais e reformas econômicas, ainda não atendidas, foram redirecionadas ao seu governo. A sua trajetória pessoal, tendo sido educado na Europa, foi benéfica, nesse sentido, para uma percepção positiva. A sua plataforma política doméstica foi sintetizada pela promessa de um novo futuro de prosperidade econômica e maiores oportunidades culturais. Além das reformas voltadas ao gerenciamento econômico, Kim Jong Un introduziu novos formatos de eventos culturais, como as celebrações de Ano Novo; criou áreas de lazer como o parque aquático *Munsu* (2013), o *resort* de esqui *Masikryong* (2013) e as águas termais *Yangdeok* (2020), além de promover incentivos ao turismo local. Se, por um lado, as políticas culturais predominantemente serviam para satisfazer o consumismo da classe média, por outro, visavam a criar perspectivas aspiracionais na população mais humilde (KIM, 2021).

Com a inauguração oficial da política *Byungjin* em 2013, o regime passou a enfatizar publicamente a ideia de que desenvolvimento nuclear e crescimento econômico não são objetivos contrários, porém complementares – rejeitando a noção de que acomodar as exigências de potências externas em questões securitárias seria o único meio de produzir crescimento econômico. Como ressalta McEachern (2019), a linha *Byungjin* foi articulada como uma política, acima de tudo, do Partido, sendo primeira responsabilidade dos oficiais do Partido levar a cabo a sua visão estratégica. Em discurso realizado em 2015, Kim Jong Un (2015, p.159) ressaltou:

É a determinação e a vontade do Partido dos Trabalhadores da Coreia construir um gigante econômico e uma nação civilizada por meio da ciência e tecnologia modernas o mais cedo possível. Devemos dar prioridade definitiva ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e também concentrar todos os nossos esforços na construção de uma nação socialista com uma economia poderosa e altos padrões de civilização, para que assuma todos os aspectos de um próspero país socialista (KIM, 2017, 159, tradução nossa).¹⁵

¹⁵ No original: *It is the determination and will of the Worker's Party of Korea to build an economic giant and civilized nation by dint of modern science and technology at the earliest date possible. We should give definite precedence to the development of science and technology and also concentrate all our efforts on building a socialist nation with a powerful economy and high standards of civilization, so that ours will assume all the aspects of a thriving socialist country* (KIM, 2017, p.159).

Compreender a estratégia nacional de dualidade que constitui a política *Byungjin* é essencial para que seja explicada a forma com a qual as autoridades norte-coreanas operam na economia. Anunciada durante a Reunião Plenária do Comitê Central do Partido Coreano dos Trabalhadores, em 31 de março de 2013, a linha *Byungjin* é diferente da política dual do passado em que a economia militar dirigia a economia civil. Como aborda Hong (2018), a premissa da *Byungjin* considera que para que haja desenvolvimento econômico, o desenvolvimento nuclear deve ser priorizado, pois as melhorias sociais somente podem ser materializadas quando a sobrevivência e a segurança estiverem garantidas. No mesmo sentido, o desenvolvimento nuclear possibilita que sejam reduzidos os custos militares – que antes sobrecarregavam o orçamento –, contribuindo para o crescimento econômico como um todo. Foram combinadas, assim, as necessidades de obter dissuasão por meio do desenvolvimento nuclear e de estabelecer uma liderança sólida por meio da imagem de um líder que busca melhorar as condições de vida da população.

3.3.1 O Reequilíbrio Institucional Doméstico

O governo de Kim Jong Un pode ser analisado sob a ótica institucional, a securitária e a econômica. As seções em que o presente capítulo se divide apresentam aspectos do reequilíbrio constitucional doméstico, da política nuclear e da transição econômica. Em conjunto, estas perspectivas auxiliam a interpretação da nova condição geopolítica da Coreia do Norte, alcançada na década de 2010, e que contextualiza a virada diplomática dos anos 2018-2019.

Ao longo de sua primeira década no poder, Kim Jong Un enfatizou uma posição mais central para o Partido, retomou a realização de suas conferências e desestimulou a competição por funções políticas entre as diferentes instituições nacionais. Deixando de depender quase exclusivamente de seus conselheiros próximos, passou também a utilizar mais amplamente as instituições formais no governo do país (MCEACHERN, 2019).

O fortalecimento das funções do Conselho Executivo em relação à política econômica ocorreu concomitantemente ao enfraquecimento relativo da influência militar. Lembrando que durante a administração de Kim Jong Il, de priorização da militarização sob a política *Songun*, o exército operava diversas empresas comerciais,

minas, fazendas e fábricas, além de ser importante responsável pela obtenção de moeda estrangeira (GRAY; LEE, 2021). O papel do exército na economia foi, no entanto, significativamente reduzido após a ascensão de Kim Jong Un.

As instituições nacionais paulatinamente retomaram a um ambiente de formulação política mais alinhado ao modelo de administração de Kim Il Sung. Voltou-se atrás, por exemplo, na expansão de poder concedida por Kim Jong Il à Comissão de Defesa Nacional, que foi enfraquecida e eventualmente eliminada por Kim Jong Un. O exército também foi orientado a se concentrar em assuntos militares – e não mais em todas as questões do cotidiano nacional. O Primeiro Ministro, por sua vez, passou a atender a uma agenda mais puramente tecnocrática, focada em questões econômicas específicas, voltadas à implementação das medidas centralmente formuladas. A importância do Partido passou a ser mais fortemente atrelada à defesa dos princípios nacionais, com a função partidária voltando a estar atrelada ao tradicional papel de prover instruções estratégicas para as mais diversas áreas, inclusive a economia, sob a orientação da liderança central, visando a alcançar os objetivos nacionais de longo prazo – representação que também se aproxima ao padrão utilizado durante o governo Kim Il Sung (MCEACHERN, 2019).

Para Choi; Shaw (2010), a revitalização do Partido está atrelada à necessidade de fornecer uma espinha dorsal à legitimidade da sucessão de Kim Jong Un. O reequilíbrio de poder entre as organizações, a retomada dos principais órgãos do Partido e a alocação estratégica de pessoas de confiança em posições sobrepostas em todas as organizações-chave do Partido e do exército promoveu maior coesão às elites e garantiu o controle do aparato do Estado por parte do novo governo.

Kim Jong Un refreou a política anterior que colocava os militares em primeiro lugar e que justificava a sua priorização nos processos de tomada de decisão, reorientando o seu dever de lealdade às causas do Partido Coreano dos Trabalhadores. O Exército norte-coreano deveria, assim, focar os seus esforços em sua própria esfera em vez de tocar em todas as decisões nacionais e suas implementações. Uma vez superada a crise aguda dos anos 1990, a fundação do regime havia sido restaurada e não havia mais a necessidade de se contar prioritariamente com o Exército para a superação das dificuldades. Trata-se de uma reinterpretação em que o papel dos militares é reduzido em uma série de questões da política nacional (MCEACHERN, 2019).

O Sétimo Congresso do Partido Coreano dos Trabalhadores, em maio de 2016, o primeiro em trinta e seis anos¹⁶, aconteceu quando Kim Jong Un já havia assumido todas as suas novas posições institucionais. A retomada da realização do evento reforçou a inclinação do novo líder, como aponta McEarchern (2019), a reerguer instituições do Partido utilizadas por seu avô, Kim Il Sung, mas marginalizadas durante a administração de seu pai, Kim Jong Il. A mudança institucional mais substancial aconteceu no mês seguinte, durante a Quarta Sessão da Décima Primeira Assembleia Suprema do Povo, em junho de 2016. Embora não represente uma organização com poder de tomada de decisão, a Assembleia detém papel importante no sentido de anunciar alterações institucionais e, nesta ocasião, anunciou a substituição efetiva da Comissão de Defesa Nacional pela Comissão de Assuntos do Estado. A alteração não se tratou de mera mudança na nomenclatura, com a nova instituição passando a incluir as figuras mais poderosas do país, com experiência de trabalho em atividades do Estado, do Exército e do Partido.

Apesar do aprofundamento das tensões geopolíticas no plano externo, foi evidente a substituição das lideranças econômicas por tecnocratas de perfil pragmático durante os primeiros anos de governo Kim Jong Un, que dispensou os conselheiros mais próximos de Kim Jong Il, entre eles Kim Kyong Hui e Jang Song Thaek – tia de Kim Jong Un e seu marido, respectivamente.

A reorientação em direção a formulação de uma política econômica mais pragmática foi também manifestada na renomeação de Pak Bong Ju em abril de 2013 à posição de Primeiro Ministro. Pak foi incumbido de promover melhorias no sistema de gerenciamento econômico na indústria e no setor agrícola [...] (GRAY; LEE, 2021, p. 174, tradução nossa).

A partir de uma posição interna de estabilidade, Kim Jong Un buscou governar por meio de um aparato político mais simplificado e consolidado, buscando demonstrar liderança direta ao retomar a imagem carismática de seu avô, aumentando o número de discursos públicos e, inclusive, atraindo atenção para a Primeira Dama, que passou a o acompanhar em eventos públicos. A visão estratégica volta a ser projetada e implementada por meio da função política centralizadora do Partido, tornando a

¹⁶ O último Congresso havia ocorrido em 1980 e apresentou Kim Jong Il como sucessor ao governo do país (MCEACHERN, 2019).

estrutura de formulação política melhor adequada ao estilo de governo de Kim Jong Un (MCEACHERN, 2019).

Também durante o Sétimo Congresso do Partido Coreano dos Trabalhadores, em maio de 2016, foi lançada a Estratégia Quinquenal para o Desenvolvimento Nacional (2016-2020), o primeiro plano deste tipo, desde o Terceiro Plano de Sete Anos (1987-1993) de Kim Il Sung. Até 2016, haviam se passado trinta e seis anos desde o último Congresso do Partido, e vinte e três anos desde o último plano econômico de longo-prazo. Para Gray; Lee (2021), a utilização do termo estratégia ao invés de plano, nesta ocasião, reflete o fato de que não foram divulgadas metas quantitativas de produção, indicando o perfil mais generalista do projeto, que buscava revitalizar a economia como um todo, equilibrar os setores e estabelecer as bases para a continuidade do desenvolvimento econômico nacional. Manteve-se a ênfase na solução dos problemas energéticos, em avanços na indústria e infraestrutura de base, e na expansão da produção alimentícia e da indústria leve. A estratégia anunciada na metade de 2016 declarava também como objetivo da política comercial norte-coreana a consolidação das relações econômicas internacionais do país.

Embora ainda se compreenda pouco sobre as dinâmicas de poder domésticas da Coreia do Norte, são visíveis os reajustes nos três pilares do poder estatal norte-coreano – o Gabinete, o Partido e o Exército – e a manutenção do papel do chefe de Estado. O anúncio da política *Byungjin*, de desenvolvimento simultâneo da dissuasão e da economia, ilustra o pragmatismo de Kim Jong Un, que também demonstra crescente preocupação com a imagem externa do país, como aborda Frank (2015), buscando diminuir o número de acusações que atrelam a Coreia do Norte a atividades internacionais ilícitas.

A partir do reequilíbrio institucional doméstico, Kim Jong Un colocou em prática uma nova etapa da estratégia norte-coreana, buscando alçar o país a uma nova condição internacional. Ciente da necessidade de avançar em termos socioeconômicos e também de garantir capacidade de dissuasão, é inaugurado um projeto de desenvolvimento concomitante da economia e do programa nuclear.

3.3.2 A Política Nuclear Norte-Coreana: do Isolamento ao Palco Central

A reestruturação institucional que tornou o Partido Coreano dos Trabalhadores a espinha dorsal da legitimidade de Kim Jong Un foi seguida pela inauguração da política *Byungjin*. Com vistas a avançar o projeto de dissuasão nuclear, Kim Jong Un aumentou o número de testes realizados, bem como a magnitude e o alcance dos dispositivos testados. A alteração do peso geopolítico do país impactou a correlação de forças entre os atores regionais.

Lançadas em 2013, as novas diretrizes anunciavam a busca pelo desenvolvimento paralelo do programa nuclear e da economia nacional. Por meio da política *Byungjin*, Pyongyang buscou responder a problemas energéticos, avançar em termos de tecnologia da ciência espacial, além de aumentar o peso geopolítico e o poder de barganha da Coreia do Norte, ao aumentar sua capacidade de dissuasão e buscar afirmar sua posição de potência nuclear (CHEON, 2013). Havendo se retirado do regime de não proliferação centralizado no TNP em 2003, o país rejeita a diferenciação entre as possíveis aplicações, civis ou militares, da energia nuclear.

Também em 2013, após a realização do terceiro teste nuclear, a consolidação da posição da Coreia do Norte como Estado detentor de capacidades nucleares é promulgada na legislação doméstica (SHIN; MOON, 2019). A lógica que orienta a política *Byungjin* estabelece que ao alcançar níveis mínimos de dissuasão militar e garantir a soberania do país, a Coreia do Norte pode transferir maiores esforços à pauta do desenvolvimento econômico. Até o momento, foram conduzidos seis testes nucleares, os dois primeiros sob Kim Jong Il, em 2006 e 2009, e os demais sob Kim Jong Un, em 2013, dois em 2016 e outro em 2017.

O ano de 2017 marca o desenvolvimento dos programas nucleares e missilísticos norte-coreanos. Em 4 de julho, o país realizou o seu primeiro teste de míssil balístico intercontinental (ICBM), o Hwasong-14, seguido por outro, do mesmo tipo, em 28 de julho e pelo sexto teste nuclear em 3 de setembro de 2017. Em reação aos testes, foram lançadas novas rodadas de sanções (2371 e 2375) pelo Conselho de Segurança da ONU, com escopo ampliado também às principais exportações norte-coreanas – carvão, ferro, produtos têxteis e frutos do mar. Com alcance estimado de mais de 10.000 km, o segundo Hwasong-14 lançado em 2017 demonstrou ser o primeiro a teoricamente capaz de atingir o espaço continental dos Estados Unidos. Kim Jong Un testou um número

exponencialmente maior de mísseis que seu pai (16) e seu avô (15), além de realizar quatro testes nucleares na primeira década do seu governo, demonstrando determinação em promover avanços em direção ao objetivo de transformar o país em um amplamente reconhecido Estado nuclear (SHIN; MOON, 2018; 2019).

A carta nuclear costuma ser utilizada pelos Estados como um sinal, para a diplomacia internacional, de que seus interesses vitais estão em jogo (HABIB; O'NEIL, 2009). A decisão de desenvolver um programa nuclear tem origem na busca por alterar os níveis de alavancagem, influência, barganha e prestígio nas interações regionais e globais norte-coreanas, tendo em vista a adoção de posturas mais assertivas.

O desenvolvimento de capacidades nucleares alçou a Coreia do Norte à frente das dinâmicas regionais, proporcionando níveis de alavancagem estratégica que a sua economia isolada e o seu território reduzido não seriam capazes de alcançar. Como consequência, as dinâmicas do Nordeste Asiático adentraram uma nova fase. A forma com a qual as potências regionais se ajustam ao novo *status* nuclear define as correlações de força na região.

Como argumenta Park (2010), segurança nacional e prosperidade econômica podem ser mutuamente contraditórias, especialmente no contexto da polêmica nuclear. A busca por armamentos nucleares se mostrou custosa – as repetidas sanções impostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus membros-chave têm negado a Pyongyang a oportunidade de se tornar um ator legítimo no mercado internacional. Por este motivo, o país adota uma abordagem dualística, que em alguma medida separa a política ideológica da política econômica, permitindo que sejam adotadas posições ativas na atração de empreendimentos e investimentos externos. Além disso, as barreiras externas ao desenvolvimento autônomo da Coreia do Norte reforçam a necessidade de estruturação de um projeto nacional que garanta maior independência e a autossuficiência nos diferentes âmbitos.

O prejuízo da controvérsia nuclear para a economia norte-coreana relembra continuamente o país sobre a importância de melhorar as relações com os Estados Unidos. Apesar disso, uma vez que considera sua segurança e sobrevivência atreladas à detenção de armas nucleares, Pyongyang não deve renunciar à sua estratégia por qualquer quantidade de incentivos econômicos (PARK, 2010). Na perspectiva de Pyongyang, o desenvolvimento de capacidades assimétricas como mísseis balísticos e armas de destruição em massa serve como *sine qua non* estratégico para a sua estratégia

de sobrevivência, equalizador em termos da competição por legitimidade e *status* com a Coreia do Sul (KIM, 2007).

Conforme elaborado por Kaplan (2012), ao invés de contribuir com a sustentação da liderança da atual estrutura de poder global, ao adquirir os últimos modelos dos armamentos produzidos no Ocidente, países como a China, a Coreia do Norte, a Índia e o Paquistão, estão desenvolvendo tecnologias disruptivas. A preservação da situação assimétrica, em que a maior potência militar do Leste Asiático não é um Estado asiático, mas norte-americano, depende do controle de armas – que se torna crescentemente vulnerável conforme países do Sul geopolítico acrescem suas capacidades militares.

A condição geopolítica norte-coreana é fator fundamental para a busca por maior autonomia no ambiente externo. Visando garantir a sobrevivência do regime, Pyongyang estruturou o seu projeto de desenvolvimento nuclear como forma de dissuasão em relação aos demais atores regionais. A dissuasão nuclear, por sua vez, diz respeito à capacidade de convencimento que um país detém frente ao objetivo de induzir ou moldar o comportamento dos demais atores conforme os seus interesses particulares.

Para Brites (2018), não se pode falar em grandes transformações em termos de política externa no governo Kim Jong Un. A tendência ao endurecimento-distensionamento que marca o *modus operandis* da Coreia do Norte, portanto, se manteve ao longo da primeira década de governo. Observa-se, contudo, um significativo ajuste no sentido de que o esforço empregado nas demonstrações de força foi ampliado exponencialmente em relação aos governos anteriores. Há também um salto qualitativo, uma vez que os testes a partir de novas plataformas – submarinos, especialmente – refletem o processo de transformação em curso.

A média de ações militares, que historicamente era de 3,87/ano passa para 14,5/ano. É um aumento de mais de três vezes da média histórica. Além disso, cabe salientar que a predominância dessas ações é relativa a testes militares, especialmente testes de mísseis. Ou seja, qualificando esses dados se observa que não se trata apenas de uma transformação no perfil dessas ações militares, que no governo Kim Il Sung, por exemplo, eram na sua grande maioria relativas a escaramuças com a Coreia do Sul. Isso representa que (i) há um amadurecimento do programa nuclear e missilístico, e (ii) o governo de Kim Jong Un procura consolidar o país como uma potência nuclear com mínimo poder dissuasório (BRITES, 2018, p.131).

Sobre a orientação de maiores recursos para a construção econômica enquanto também é fortalecida a defesa nacional por meio do desenvolvimento nuclear, Yong (2016, p.10, tradução nossa) elabora:

Esta não representa uma contramedida temporária adotada para lidar com a conjuntura em acelerada transformação, mas uma linha estratégica que será mantida permanentemente com vistas aos interesses [...] da revolução coreana. É uma herança [...] e um desenvolvimento em profundidade da linha de Kim Il Sung voltada a desenvolver simultaneamente a construção econômica e defensiva e a linha de construção militar de Kim Jong Il na era *Songun*.

Durante o décimo sétimo aniversário da fundação do Partido Coreano dos Trabalhadores, em 2015, Kim Jong Un ressaltou a centralidade do papel do Partido no fortalecimento do *status* da posição do país na arena internacional. Na ocasião, foi lembrada a teoria do destino geopolítico da península, constante foco de competição entre as potências mundiais, enfatizando a transformação da condição geopolítica do país alicerçada na dissuasão nuclear e guiada pelo Partido (KIM, 2017).

Por trás do desenvolvimento paulatino das capacidades dissuasórias e da política de barganha, está o objetivo estratégico de atingir o *status* de Estado nuclear, reconhecido pela ordem global. Fomentar tensões, como argumenta Go (2017), obriga os Estados Unidos a se manterem investidos em resolver a questão coreana. Ceder ao engajamento, por outro lado, ao reduzir as tensões, pode diminuir a pressão sob Washington para negociar diretamente com Pyongyang. Por este motivo, quando almeja obter respostas significativas de Washington, a Coreia do Norte orchestra o aumento das tensões, acrescentando a sua barganha para adentrar os diálogos em maior posição de força.

Durante o discurso de Ano Novo de 2018, Kim Jong Un realizou a conhecida declaração de que o território continental dos Estados Unidos já estaria dentro do alcance dos mísseis balísticos norte-coreanos. O discurso foi realizado em um contexto de escalonamento da crise na península, decorrente de testes nucleares e de mísseis, manobras militares e, até mesmo, de ameaças trocadas entre Kim Jong Un e Donald Trump. Nesta época, a economia passava a demonstrar os efeitos negativos das restrições impostas pelas sanções, agora direcionadas de forma mais abrangente às principais atividades econômicas do país, não mais focando em trocas comerciais

voltadas ao setor militar. Os desafios econômicos e seus reflexos nas condições de vida da população também foram reconhecidos durante a fala de Ano Novo. Conforme demonstrado por Frank (2021), os níveis declinantes nas trocas comerciais neste período dificultavam a disponibilidade de moeda estrangeira. O declínio nas importações atingiu particularmente a obtenção de petróleo bruto, recurso crucial e indisponível domesticamente. A contra-estratégia de Kim Jong Un incluiu renovar a ênfase na autossuficiência ao mesmo tempo em que era mantido o processo de cautelosa transição para um sistema de gestão econômica relativamente mais descentralizado.

A estratégia norte-coreana transformou um país neocolonial com reduzida influência e recursos econômicos em um Estado nuclear. Enquanto avança a sua estratégia de sobrevivência e segurança, o país também necessita cultivar um sistema econômico sustentável – tarefa especialmente complexa considerando a quantidade de sanções, condenações internacionais, ou clara indiferença em relação ao país (GRZELCZYK, 2018).

Pragmaticamente, engajar a Coreia do Norte unicamente sob o ponto de vista do desmantelamento de seu programa nuclear, não se demonstrou proveitoso. Na perspectiva norte-coreana, a questão do guarda-chuva nuclear provido pelos Estados Unidos à Coreia do Sul e a o seu entorno, também deve ser discutida. Assim como a Índia e o Paquistão se tornaram potências nucleares *de facto*, Grzelczyk (2018) aponta que eventualmente será necessário considerar a Coreia do Norte de forma semelhante e engajar o país em diálogos renovados, envolvendo a administração de armas nucleares, equipamento, infraestrutura e resíduos, por exemplo.

Por algumas décadas, a unificação da península sob o seu sistema foi um importante objetivo norte-coreano. Durante o período de crise socioeconômica na década de 1990, o foco teve de ser restringido e a canalização dos recursos passou a priorizar a sobrevivência do projeto nacional, que está relacionado à busca pelo desenvolvimento nuclear. Estratégias internacionais que almejam desnuclearizar a Coreia do Norte, assim, devem enfatizar medidas que conversem com os interesses e as necessidades domésticas do país. Entre as opções mais razoáveis, Ahn (2012) aponta a provisão de auxílio econômico para impulsionar a indústria e garantias sobre a segurança do regime, como iniciativas de *confidence-building* que promovam a cooperação política e econômica.

Para Pequim – mas também, em menor grau, para Seul, Moscou e Tóquio –, o regime de sanções contra a Coreia do Norte representa uma proposição pouco atrativa e

limitada, que pode gerar dois principais fatores problemáticos. Primeiro, demonstra pouca efetividade em controlar a proliferação nuclear, uma vez que fortalece a percepção das lideranças em Pyongyang sobre a necessidade de promover o seu desenvolvimento nuclear frente a um ambiente externo hostil. O segundo ponto, atrelado à desestabilização do regime norte-coreano como consequência das sanções econômicas, considera as potenciais ondas de refugiados aos países vizinhos, principalmente às províncias do nordeste chinês, Extremo Oriente russo e Coreia do Sul. Paradoxalmente, assim, o aumento das dificuldades em Pyongyang e o risco de colapso do regime, também crescem o poder de barganha do Norte (KIM, 2007). No mesmo sentido, Lankov (2013) argumenta que nenhum país gostaria de ver o arsenal norte-coreano abandonado em meio a uma situação de crise nacional.

O projeto de desenvolvimento nuclear norte-coreano é peça central da estratégia que busca atrair a atenção das grandes potências para a necessidade de renegociar a situação da península. A política nuclear e a manipulação dos níveis de tensões buscam manter o país no topo da agenda securitária regional e alavancar a sua posição relativa. Uma vez que os contornos das relações externas norte-coreanas são moldados por considerações fundamentais, a questão envolvendo o programa nuclear norte-coreano não pode ser resolvida sem que as necessidades e preocupações securitárias do país sejam endereçadas de forma estrategicamente credível.

3.3.3 O Projeto de Modernização Econômica

Com a ascensão de Kim Jong Un em 2011, emergiram especulações variadas sobre se o seu modelo de governo se provaria reformista e sobre o futuro dos ajustes econômicos e do projeto de militarização. Durante a primeira década de governo Kim Jong Un, ambos processos apresentaram continuidade e aprofundamento. A última seção do capítulo aborda a política econômica norte-coreana entre 2011 e 2021, os seus principais desdobramentos domésticos e funções em sua estratégia de sobrevivência.

O desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano resultou na aplicação de uma série de sanções individuais e também no âmbito da ONU. Ao bloquear a Coreia do Norte economicamente, o regime de sanções visa a inviabilizar a sustentabilidade de seu projeto nuclear. Este caminho de ação tem se mostrado limitado e não alcançou os seus objetivos no caso coreano. Em resposta, Pyongyang realizou ajustes político-

econômicos que promoveram relativo aquecimento às atividades econômicas internas, demonstrando resiliência e possibilitando a sua sobrevivência, ao menos a curto e médio prazo.

O estabelecimento de reformas visa, como apontam Pereira e Xerri (2020), a dinamizar a economia, haja vista que a construção do Estado com base em um projeto socialista demanda condições materiais suficientes para defender sua sobrevivência e prover condições de vida satisfatórias à população. Apesar dos ajustes, o regime norte-coreano segue representando uma economia centralizada liderada pelo Estado, que por sua vez se mantém como um princípio imutável em sua política econômica (KIM; SOHN; CHOI, 2020).

O principal plano de reforma econômica da administração Kim Jong Un, conhecido como Sistema de Gerenciamento Econômico (*Urishikkyungjegwanribangbup*), ou *Our Style Economic Management System*, remonta ao período imediato após a morte de Kim Jong Il. Como apresentado por Yang (2021), as pesquisas relacionadas ao projeto tiveram início ainda em dezembro de 2011 e o novo sistema foi implementado de forma gradual, passando por diferentes fases de ajuste. A implementação apresentou variação entre setores, sendo o comercial o primeiro a adotar o novo sistema em 2012, seguido pelo setor agrícola em 2013 e, então, pelo setor industrial em 2014. Tais medidas de reforma econômica foram sustentadas por criações e revisões legislativas, que aconteceram entre 2012 e 2015.

Conhecidamente, durante um de seus primeiros discursos, em abril de 2012, Kim Jong Un abordou a necessidade de evitar que a população volte a viver as dificuldades dos anos 1990 – em que a desintegração soviética, somada às catástrofes climáticas, resultou em um período de graves problemas socioeconômicos no país. Meses mais tarde, reportou-se que um conjunto de medidas de ajuste foi lançado, em um primeiro momento em condição de teste, como programas piloto. Em março de 2013, Kim Jong Un mencionou publicamente pela primeira vez o Sistema de Gerenciamento Econômico, nomenclatura que veio a encapsular a gama de ajustes econômicos planejados e executados em seu governo. Maiores detalhes sobre a política econômica foram obtidos apenas em maio de 2014, quando Kim Jong Un declarou o início da implementação efetiva das medidas (GRAY; LEE, 2021).

A política *Byungjin* e o novo Sistema de Gerenciamento Econômico foram anunciados publicamente pela primeira vez na mesma ocasião. Como braço econômico da política dual, foram promovidas reformas à administração econômica em setores não

estratégicos. No mesmo evento, Kim Jong Un enfatizou a necessidade de diversificar os parceiros comerciais e a importância das Zonas Econômicas Especiais e das Zonas de Desenvolvimento Econômico, demonstrando reconhecimento sobre a importância das conexões externas (HONG, 2018).

Kim Jong Un chegou ao poder na segunda década do século XXI, em um contexto internacional de transição para a multipolaridade e de acirramento da competição entre as grandes potências. Como argumenta Lankov (2021), Kim Jong Un entende que a única alternativa para o desenvolvimento norte-coreano passa pela reformulação do seu sistema político-econômico. Assumir o poder ainda muito jovem e em meio à conjuntura doméstica de recuperação econômica, diferente da situação durante a transição anterior, favoreceu a estruturação de estratégias de longo prazo. Promover maior desenvolvimento econômico é parte importante da agenda de governo de Kim Jong Un.

Na década de 1990, Kim Jong Il tomou a decisão estratégica de não iniciar reformas econômicas de larga escala. Kim Jong Un, no entanto, assumiu o poder algumas décadas mais jovem e, portanto, com um horizonte de planejamento mais longo. Para permanecer no governo por mais quarenta ou cinquenta anos, entendeu que seria necessário apresentar níveis de crescimento econômico. O dinamismo econômico regional e a crescente lacuna entre os níveis de desenvolvimento das Coreias também contribuíram para esta necessidade.

Em seus primeiros estágios, o projeto de ajustes colocado em prática por Kim Jong Un deu continuidade à postura econômica da administração anterior. Com o passar dos anos, as alterações sutis impactaram na forma com a qual o Estado gerencia a economia (YANG, 2021). As autoridades norte-coreanas evitam chamar as novas medidas de reformas econômicas, o que demonstra o seu caráter limitado e controlado, tendo em mente os condicionantes nacionais. Observar o alcance, as consequências e o *status* destes ajustes auxiliam a entender de forma mais aprofundada o contexto econômico doméstico. Em função das possíveis implicações políticas, o regime permaneceu cauteloso em relação às reformas e adotou ajustes, ciente da subsequente necessidade de retomar relações econômicas externas para obter níveis mais significativos de crescimento.

O projeto econômico doméstico de Kim Jong Un teve como base a busca por, nos limites de seu sistema e do regime de sanções, melhorar o padrão de vida da

população. Esta temática já recebia ênfase nos Editoriais de Ano Novo¹⁷ de 2010 e 2011, últimos anos da administração de Kim Jong Il. Enquanto mantinha os avanços dos programas nucleares e missilísticos, o foco foi paulatinamente reorientado à economia. A ênfase à indústria pesada e química deu lugar à produção de bens de consumo, demonstrando a necessidade de promover crescimento orientado para o consumo popular – uma vez que sua legitimidade política está atrelada ao desempenho econômico (FRANK, 2021). Neste sentido, investimentos de larga escala antes orientados para a indústria pesada e química foram transferidos para a agricultura e a indústria leve, que por sua vez apresentam retornos de curto-prazo garantidos (YANG, 2021).

Na Coreia do Norte, o Estado detém comando e controle sobre os sistemas econômicos de forma geral, que são direcionados conforme objetivos e metodologias particulares. No governo Kim Jong Un, a gestão estratégica dos projetos econômicos passou pelo mapeamento dos setores e unidades centrais de produção, de forma a concentrar os esforços em áreas-chave, com capacidade para melhor ativar a economia (KIM; SOHN; CHOI, 2020).

Desde que chegou ao poder, Kim Jong Un realizou revisões ao Sistema de Gestão Empresarial por meio de ajustes nas principais legislações econômicas, como a Lei de Planejamento da Economia Popular, a Lei da Fazenda, a Lei Empresarial, a Lei do Comércio e a Lei de Gerenciamento de Materiais. De modo geral, as mudanças indicam que, em setores pré-determinados, a orientação diretiva de cima para baixo é reduzida ou abolida, facilitando limitada descentralização do sistema econômico tradicionalmente planejado.

As mudanças receberam base legal por meio de uma série de atos criados ou alterados entre 2014 e 2015. Estes, autorizaram empreendimentos, unidades agrícolas de produção e entidades semelhantes, a estipular os seus próprios preços para o que fosse produzido fora do sistema de planejamento central. As reformulações dão continuidade aos ajustes colocados em prática a partir dos anos 2000 por Kim Jong Il, porém apresentam escopo ampliado, englobando pela primeira vez a descentralização de decisões envolvendo precificação, fornecedores, colaboradores, produção e contratos. Considerando as transformações em curso no país durante os primeiros vinte anos do

¹⁷ A prática de televisionar o discurso de Ano Novo foi descontinuada durante o governo de Kim Jong Il, que optou por Editoriais de Ano Novo, elaborados em conjunto com um time de escritores de alguns dos maiores jornais norte-coreanos. Em 2013, Kim Jong Un retomou a prática de televisionar estes discursos (FRANK, 2021).

século XXI, Ward (2021) aponta que os novos mecanismos de contratação e as iniciativas permitindo que as empresas estabeleçam os seus próprios preços reconhecem a realidade prática do gerenciamento de empreendimentos na Coreia do Norte, oficializando práticas que beneficiem o funcionamento econômico geral. Com pouco espaço de manobra, Kim Jong Un optou pelo caminho das reformas sem abertura.

Importa destacar que, diferente do caso das reformas econômicas chinesas, que foram acompanhadas por significativo nível de liberalização política, na Coreia do Norte este caminho é visto como excessivamente arriscado. Assim, enquanto seletivamente promoveu mudanças político-econômicas, o governo Kim Jong Un manteve e fortaleceu os níveis tradicionais de controle e administrou os níveis de isolamento ou inserção externa conforme as diferentes conjunturas.

Como aponta Hong (2018), a reforma do sistema de gestão econômica promovida por Kim Jong Un objetivou fundamentalmente aumentar a autonomia das empresas sem prejudicar a estrutura básica do sistema socialista. Ainda que apresentem maior alcance, os ajustes são limitados, mesmo em comparação com as fases iniciais das reformas promovidas pela China ao fim da década de 1970.

O Sistema de Gerenciamento Econômico de Kim Jong Un avançou mais que as Medidas de Melhoria à Gestão Econômica de 2002, em termos de extensão, profundidade e escopo das reformas.

Por exemplo, as Medidas 7.1 legalizaram os mercados, porém sob o título de “atividades econômicas fora do planejamento”, o que significa que não estavam dentro do foco principal do plano nacional. No entanto, sob o sistema *Our Style*, os mercados foram incorporados à economia planejada centralmente (YANG, 2021, p. 16, tradução nossa).

Os ajustes econômicos foram desenhados a partir da consideração de que a expansão da produção nacional passava por melhorias na coordenação das funções e responsabilidades entre os três principais atores econômicos – o governo, as empresas e a população. Como aponta Yang (2021), frente ao desafio de administrar interesses imediatos por vezes conflitantes, aprofundou-se o processo de transição, com o objetivo subjacente de institucionalizar práticas econômicas que ainda estavam fora dos arranjos legais. Visando a diminuir a lacuna entre o sistema oficial e a realidade, as reformas apresentaram efeito catalisador, criando um ambiente menos rígido e com maior margem de manobra para a atuação dos entes econômicos. O aumento da conexão entre

a economia planejada e as atividades privadas também ampliou os níveis de dependência mútua.

O principal objetivo por trás da revisão do sistema de gerenciamento econômico foi expandir a produção e melhorar os níveis de produtividade por meio da concessão de maior autonomia, responsabilidade e poder decisório às entidades econômicas individuais, tendo em mente melhorias qualitativas e quantitativas no seu desempenho geral. Ao receber maior espaço de ação, os atores econômicos tendem a se posicionar com vistas a adquirir recursos de forma mais eficiente, expandir a produção para vender os excedentes nos mercados privados, gerar maiores níveis de vendas e reinvestir os ganhos da produção. Os ajustes conseguiram dinamizar a economia nacional no curto-prazo, porém a expansão da capacidade de produção depende da inserção externa do país. O regime de sanções globais, especialmente a partir de 2017, impede a superação da escassez de recursos energéticos, matéria-prima e investimentos. Ao prejudicar o desempenho econômico, as sanções também forçam o governo central a mobilizar recursos estratégicos e aumentar o controle sobre as matérias-primas, possivelmente revertendo algumas das flexibilizações incentivadas pelo novo sistema (YANG, 2021).

A adoção da Nova Estratégia (2016-2020) representou uma adaptação face às novas rodadas de sanções que seguiram os testes nucleares de 2016 e 2017. Considerando o Estado como princípio imutável da política econômica do país, Kim Jong Un passou a incluir menções à economia do conhecimento (*knowledge economy*), agilização da gestão produtiva e à inserção no mercado internacional, em suas declarações. Neste sentido, Kim; Sohn; Choi (2020) destacam a identificação de setores prioritários e áreas centrais com capacidade de ativar o restante da economia.

A Nova Estratégia (2016-2020) englobou o período de aumento das sanções em função dos dois últimos testes nucleares realizados pela Coreia do Norte, um período de distensionamento internacional e, por fim, a pandemia de covid-19, que viria a resultar no fechamento temporário total das fronteiras norte-coreanas, resultando em consideráveis prejuízos e retrocessos econômicos.

A economia centralizada e planificada da Coreia do Norte adentrou um processo de transição discreta desde as crises da década de 1990 e atualmente apresenta um sistema singular. Embora mantenha a sua centralidade, especialmente em setores considerados estratégicos, a economia estatal diminuiu de tamanho. Dando continuidade às medidas de ajuste no gerenciamento econômico introduzidas por seus antecessores, as mudanças promovidas durante os primeiros anos de Kim Jong Un no poder

adicionaram profundidade e amplitude ao processo. Avanços subsequentes, contudo, dependem da progressão para um novo estágio, em que o projeto de modernização econômica possa ser fortalecido pela retomada das relações comerciais externas e do recebimento de investimentos.

Compreender as mudanças político-econômicas realizadas por Kim Jong Un é fundamental para explicar as relações regionais do país, a sua sobrevivência e a lógica da política *Byungjin*. Os principais ajustes da política econômica podem ser examinados no âmbito dos mercados privados, da agricultura, da política industrial e da política econômica externa.

Mercados Privados

Algumas das tendências econômicas mais relevantes da primeira década do governo Kim Jong Un incluem: a) a manutenção da tolerância em relação às atividades de mercado, e consequente expansão, em tamanho e quantidade, de mercados oficiais – gerenciados pelo Estado – e não oficiais; b) o avanço de privatizações e c) o aumento da dependência entre o regime e as atividades de mercado. Após 2016, particularmente, com o endurecimento significativo das sanções sobre o país, se tornou ainda mais difícil para as autoridades norte-coreanas manter o controle sobre os mercados que vinham impulsionando a economia. Destaca-se, assim, que:

Entre os especialistas, emergem opiniões de que as autoridades norte-coreanas parecem ir além da simples tolerância em relação aos mercados privados, ao ponto de liderá-los e conduzi-los. [...] A primeira possível razão para isso está no fato de que [...] as operações econômicas em si se tornam difíceis sem eles. [...] além disso, aproveitar o capital acumulado pelo setor privado, especialmente representado pelo “*donju*” no setor de construção, também contribuiu para saldar obrigações financeiras (HONG, 2018, p.37, tradução nossa).

A formação de uma nova classe média empreendedora estende o alcance das possibilidades de desenvolvimento e permite que os Estados estruturem instituições mais sofisticadas para a sua administração. Esta classe não pode ser criada e sustentada da noite para o dia, mas, uma vez que o este tipo de desdobramento social acontece, ele não pode ser facilmente revertido. Os processos são lentos, porém duradouros (BARU, 2012).

Os mercados privados trouxeram renovados impulsos à recuperação econômica norte-coreana, especialmente, como aponta Park (2018), em torno do setor de serviços. O setor manufatureiro representa o verdadeiro motor do desenvolvimento econômico e, alcançar uma retomada produtiva mais robusta, porém, depende da retomada de projetos de cooperação econômica internacional.

Em 2014, aproximadamente 75% da renda familiar era proveniente de atividades privadas, que em um primeiro momento foram tacitamente toleradas pelo controle central, buscando evitar o retorno da fome, a eclosão de descontentamentos e garantindo a restauração econômica. Em consequência, o país deixou de apresentar casos de fome, ao passo em que os mercados geraram níveis relativos de desigualdade (LANKOV, 2014). O mapa a seguir ilustra a distribuição geográfica dos maiores mercados privados norte-coreanos. Destaca-se as localizações estratégicas nas proximidades da fronteira terrestre chinesa, nas proximidades da região de Rason e, também da fronteira sul-coreana – além dos arredores da capital Pyongyang.

Mapa 3 – Localização dos Maiores Mercados na Coreia do Norte



Fonte: Ministry of Unification (2022).

O processo de flexibilização já perdurou por mais de suas décadas e, os chamados *donju* – termo coreano atrelado ao empreendedorismo – se tornaram parte integral do sistema, havendo *links* verticais de cooperação entre o Estado e os mercados.

O Estado norte-coreano mantém o monopólio dos recursos econômicos por meio do seu poder político e os empreendedores dependem, por sua vez, da proteção do Estado. Estes desdobramentos, bem como a rápida propagação do acesso a telefones móveis¹⁸ e a maior mobilidade social resultante do processo de difusão dos mercados privados, não levaram à criação de espaços econômicos ou sociais claramente independentes do Estado. Outra forma de impacto na estrutura social é evidenciada pela maior difusão de informação. Com o crescimento dos fluxos de comércio, a comunicação entre as cidades e regiões foi facilitada, com redes transfronteiriças chegando à China e à Coreia do Sul.

Agricultura

A habilidade de gerar alimentos e demais recursos necessários para sustentar um crescimento econômico de longo prazo. Mudanças agrárias e aumento da produtividade da terra e demais recursos naturais acelera o paço do crescimento econômico, facilita o desenvolvimento industrial e auxilia a assegurar a segurança alimentar (BARU, 2012).

As reformas administradas na Coreia do Norte apresentam algumas semelhanças em relação ao estágio inicial das reformas primárias chinesas, introduzidas por Deng Xiaoping ao final da década de 1970. Diferente dos desdobramentos chineses, porém, as reformas não assumiram caráter definitivo e, portanto, não foram realizados desmantelamentos totais das práticas anteriores –na China, por exemplo, as unidades agrícolas coletivas foram abolidas em 1982.

Na Coreia do Norte, o perfil das mudanças visou tornar o sistema produtivo menos rígido, aumentando os níveis de autonomia das cooperativas agrícolas e permitindo, por exemplo, que o excedente da produção – que não é vendida ao governo a preços fixos – fosse vendida a preços negociados ou de mercado. Neste sentido, uma vez que as obrigações relacionadas ao índice central fossem cumpridas, as cooperativas agrícolas detinham direitos sobre a distribuição e transferência de renda, o estabelecimento de preços e a venda da produção excedente. A flexibilização também atingiu a utilização de fundos governamentais, permitindo a orientação dos lucros para reinvestimentos e o recebimento de investimentos privados – fortalecendo a ligação entre a agricultura e o mercado (GRAY; LEE, 2021).

¹⁸ Com três provedoras de telecomunicações, 18% da população norte-coreana utilizava telefones móveis em 2020, o que equivale a 6 milhões de pessoas (KIM, 2020).

Além disso, foi aumentado o fornecimento de materiais agrícolas, como fertilizantes, pesticidas e sementes de maior qualidade importadas da China – demonstrando maior distribuição de recursos em favor da indústria agrícola. Como resultado dessas tendências, as colheitas demonstraram crescimento gradual durante os primeiros anos de governo.

O chamado Sistema de Responsabilidade no Campo (*Field Responsibility Systems*) – que continha precedentes nas reformas conduzidas no início dos anos 2000 – visava a aumentar os incentivos sob uma base legal. Na época, porém, tais medidas não foram implementadas em escala nacional. Como apontam Gray; Lee (2021), as reformas no setor primário enfrentaram uma série de desafios, alguns deles em consequência de sua própria configuração, como a inconsistência na implementação das medidas, que variou nas diferentes regiões. A incerteza sobre a durabilidade das medidas gerou resistências entre agricultores e burocratas.

Importa apontar que o acelerado aumento da produtividade agrícola chinesa, quando da implementação das reformas, não derivaram apenas de incentivos ou utilização mais eficiente da mão de obra, mas também se beneficiaram da importação de novas tecnologias e equipamento, o que não é uma opção para Pyongyang enquanto se mantiver o regime de sanções. A recuperação da agricultura depende também da recuperação da indústria nacional norte-coreana, da sua produção de energia e da disponibilidade de fertilizantes.

As reformas conseguiram aumentar a produção agrícola em 2,7% entre 2012 e 2014, antes de uma nova queda em 2015, provocada por altas temperaturas, períodos de seca e inundações. A queda foi seguida por uma recuperação relativa até 2018, quando as mesmas questões voltaram a provocar quedas produtivas, demonstrando que os incentivos promovidos pelas reformas nem sempre são capazes de, sozinhos, compensar a susceptibilidade da agricultura norte-coreana a eventos climáticos adversos (GRAY; LEE, 2021).

A Política Industrial

Em 2014, três anos após assumir a liderança do país, Kim Jong Un apresentava uma imagem híbrida, entre uma figura modernizadora e tradicionalista. Ao anunciar novas diretrizes de expansão do Sistema de Gestão das Responsabilidades Corporativas, designou maior responsabilidade às unidades econômicas individuais e promoveu maior

descentralização administrativa em setores empresariais não estratégicos do país. Segundo Frank (2021), durante o discurso que anunciou as medidas, Kim Jong Un preocupou-se em evitar que se criasse uma imagem que aludisse a mudanças radicais ou à adoção de reformas alinhadas ao modelo chinês.

Como resultado, o novo sistema de gerenciamento empresarial acabou formando o núcleo do programa de reformas econômicas, sendo sistematizado como o novo método de gerenciamento econômico do Estado na versão revisada da Constituição de 2019. As revisões legais formalizaram a redução do papel do governo central no planejamento da venda, do fornecimento de materiais e de orçamentos, além de aumentar o poder de decisão em empresas, fábricas, bancos e unidades cooperativas em setores não estratégicos – empresas estatais do setor de infraestrutura e da indústria pesada, portanto, tendem a não ser contempladas pelas flexibilizações.

Embora a política industrial de Kim Jong Un pareça manter padrões anteriores – de priorização da eletricidade, do carvão, do metal e do transporte ferroviário – uma observação sobre a distribuição dos recursos revela alterações. Destaca-se, assim, o aumento da atenção em relação ao nível de consumo da população. Segundo Hong (2018), isto é especialmente verdade no caso dos incentivos à indústria leve, diretamente ligada à melhoria das condições de vida dos norte-coreanos.

Textos publicados pelo governo em 2016 e 2017 demonstram a visão de que o país havia superado as piores dificuldades econômicas. Declarava-se, então, maior fomento à indústria do turismo, à atração de investimentos estrangeiros e ao desenvolvimento das zonas econômicas especiais. Estes foram apontados como os motores do desenvolvimento nacional. Especificamente, o regime pretendia dinamizar a indústria do turismo, modernizando as instalações turísticas, industrializando os serviços hoteleiros, designando zonas de desenvolvimento turístico e construindo bases de turismo ecológico. Esta estratégia parece ter sido uma tentativa de resolver a escassez de divisas, uma vez que a indústria do turismo é reconhecida como uma exceção ao regime de sanções econômicas (KIM; SOHN; CHOI, 2020).

As estratégias industriais iniciadas por Kim Jong Un nos diferentes setores indicam a direção e os objetivos específicos da estratégia econômica almejada pela Coreia do Norte. As menções, em discursos e artigos publicados no país, à era da economia do conhecimento e à construção de um Estado científico e tecnológico, indicam que novas preocupações se somam à já conhecida necessidade de manutenção do *status* estratégico das indústrias pesada e de defesa. Ciência e tecnologia passam a

ser vistos como recursos estratégicos importantes. Nesse sentido, Kim Jong Un instruiu que as principais universidades, incluindo a Universidade Kim Il Sung, fossem transformadas em universidades orientadas para a pesquisa, visando a atender às necessidades da chamada era da economia do conhecimento (KIM; SOHN; CHOI, 2020). Tanto no setor agrícola como na indústria, os problemas não podem ser solucionados inteiramente por meio de ajustes no gerenciamento da produção e incentivos, sendo o recebimento de investimentos externos pré-requisitos-chave para a sua recuperação.

Política Econômica Externa

No âmbito das relações econômicas externas se identificam alguns dos desenvolvimentos mais transformadores para a Coreia do Norte no século XXI. Muitos dos avanços mais marcantes aconteceram durante os primeiros anos do governo Kim Jong Un, quando a legislação relacionada ao comércio e investimentos externos passou por uma série de ajustes e atualizações.

Em novembro de 2013, foi anunciado o estabelecimento de mais de uma dúzia de novas Zonas Econômicas Especiais por todo o país. Em junho de 2014, o Ministério do Comércio Exterior foi reorganizado como o Ministério dos Assuntos Econômicos Externos por meio da fusão entre o antigo Ministério com a Comissão de *Joint Ventures* e Investimentos e o Comitê do Desenvolvimento Econômico Estatal. No mesmo sentido, feiras de comércio passaram a ser realizadas anualmente em Pyongyang e em Rason, enquanto os diplomatas norte-coreanos trabalhavam ativamente para atrair investidores internacionais (FRANK, 2015).

Os esforços norte-coreanos para atrair oportunidades se dividiam entre: a promoção do comércio exterior e de investimentos e a criação e desenvolvimento de zonas econômicas especiais. A região de Rason não é a única área que recebeu esforços centrais para a atração de investimentos externos e comércio por meio da modificação de regulamentações e de concessões. Muitos dos benefícios cedidos a Rason foram estendidos ao resto do país pela Lei sobre as Zonas Econômicas Especiais de 2013. Além disso, foi permitida a circulação de moedas estrangeiras e de lucros para dentro e para fora das zonas, investimentos em setores especiais receberam diminuições tarifárias e foram flexibilizadas questões relativas à aduana e imigração (HASTINGS, 2016).

Entre novembro de 2013 e dezembro de 2017, vinte e três novas ZEEs foram anunciadas, seguindo o princípio em que as ZEEs devam estar preferencialmente localizadas em regiões com características favoráveis à cooperação e ao intercâmbio externo e com condições de contribuir para o desenvolvimento econômico e científico do país. O propósito das ZEEs era, assim, beneficiar a indústria e a infraestrutura locais por meio da atração de investimento externo, conforme as vantagens comparativas de cada região.

Por exemplo, a Zona de Desenvolvimento Industrial de Hungnam, na província de Hamgyong Sul, buscou tirar vantagem do fato de que a cidade foi, desde os primeiros estágios da industrialização, um local-chave para as indústrias químicas e de maquinário. Como tal, esta ZEE foi designada como um distrito industrial especializado em processamento alfandegado, bem como na produção de produtos químicos, máquinas e produtos farmacêuticos. Por outro lado, as duas zonas de processamento de Jindo e Waudo em Nampo, na costa oeste, foram estabelecidas para aproveitar o papel central da cidade no comércio marítimo da Coreia do Norte (GRAY; LEE, 2021, p. 189, tradução nossa).

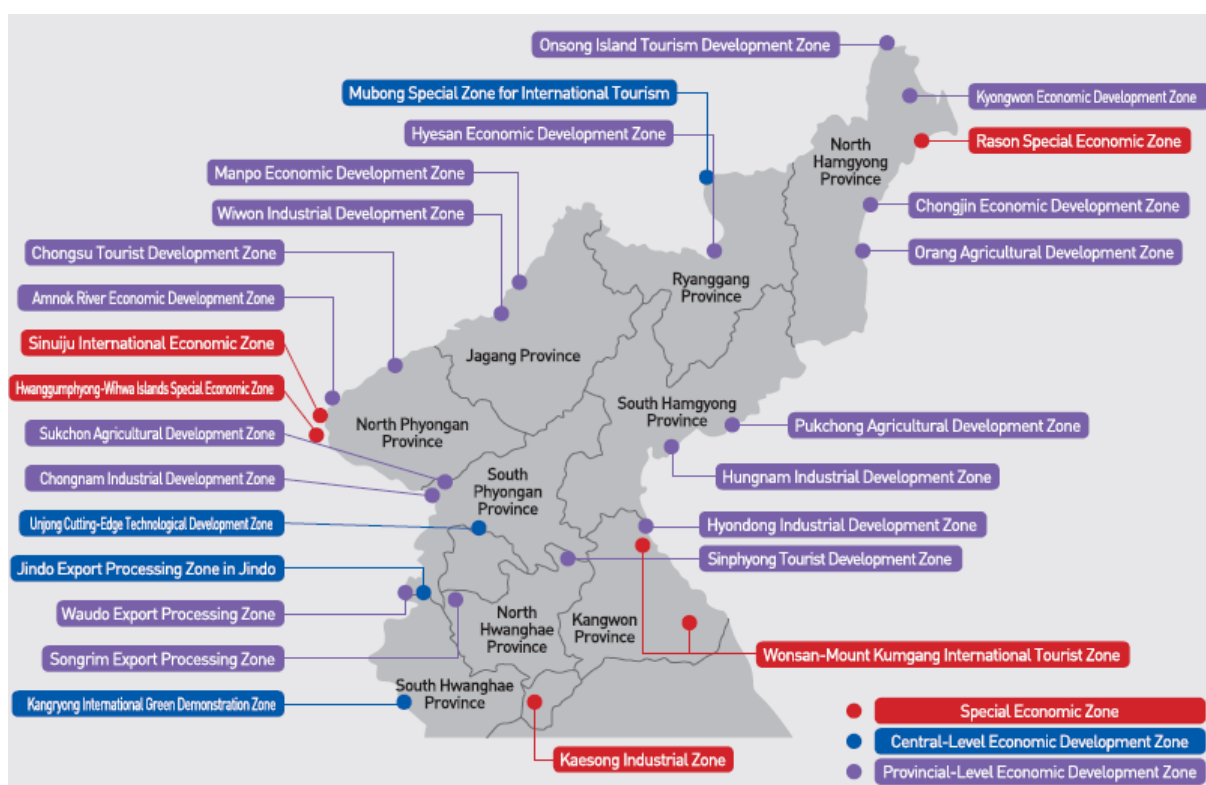
Visando atrair investimento chinês, também foram designadas ZEEs para a fronteira entre a China e a Coreia do Norte, incluindo a Zona de Desenvolvimento Industrial Wiwon – na província de Jagang – e as Zonas de Desenvolvimento Econômico de Hyesan – na província de Ryanggang –, de Kyongwon – na província de Hamgyong Norte e Manpo – também em Jagang. O aumento das sanções comprometeu o sucesso da maior parte destes empreendimentos, com a exceção dos projetos ligados ao turismo, que foram menos afetados e se mantiveram como canal legítimo para a obtenção de moeda estrangeira (GRAY; LEE, 2021).

Diferente da política de seu pai, Kim Jong Un estabeleceu novas ZEEs nos arredores de Pyongyang e suas cidades vizinhas, sugerindo uma atitude mais positiva em relação ao investimento externo.

Em particular, parte do distrito de Unjong, na periferia nordeste de Pyongyang, foi designada em julho de 2014 como a Zona de Desenvolvimento de Alta Tecnologia de Unjong. O distrito de Unjong funcionou como um centro de pesquisa científica e tecnológica norte-coreana devido ao fato de que a Academia Nacional de Ciências, a Faculdade de Ciências Naturais de Pyongsong e dezenas de instituições de pesquisa e empresas estavam localizadas lá. O objetivo do governo ao estabelecer sua primeira ZEE de alta tecnologia era promover o investimento de empresas estrangeiras em TI, nanotecnologia e engenharia biológica. Além disso, em 21 de dezembro de 2017, as autoridades designaram parte do condado de Kangnam, na parte sudoeste de Pyongyang, como zona de desenvolvimento econômico (GRAY; LEE, 2021, p. 188, tradução nossa).

O mapa a seguir apresenta a localização das Zonas Econômicas Especiais e das Zonas de Desenvolvimento, majoritariamente distribuídas próximas ao território chinês e distantes da capital administrativa em Pyongyang. As Zonas Especiais foram distribuídas principalmente ao longo de cidades costeiras, em função das vantagens ao transporte marítimo, e da fronteira com a China, em função da facilitação às conexões terrestres.

Mapa 4 – Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Desenvolvimento Econômico na Coreia do Norte



Fonte: Institute for Unification Education (2017).

A política de Kim Jong Un para as ZEEs demonstrou a intenção de utilizar recursos externos como meios para a facilitação da recuperação econômica. O interesse em dar seguimento aos projetos no longo-prazo foi refletido nas visitas de Kim Jong Un à ZEEs chinesas em 2018 e 2019. Durante a sua primeira visita (março de 2018), Kim Jong Un conheceu a Academia Chinesa de Ciências em Zhongguancun – distrito conhecido como o Vale do Silício chinês, na região nordeste. Em outras ocasiões, foram visitados o Parque Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Agrícola da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, bem como, a Zona Econômica e Tecnológica em

Yizhuang. As visitas sucessivas simbolizam a percepção norte-coreana sobre a necessidade de avançar nos campos do desenvolvimento científico e tecnológico e também na promoção de aberturas econômicas. A efetividade da utilização das ZEEs para amenizar dificuldades econômicas de longa data depende, porém, de significativas melhorias em suas relações externas (GRAY; LEE, 2021).

Antes da imposição de novas sanções, Frank (2015) aponta que o comércio exterior da Coreia do Norte obteve avanços na transição para uma estrutura estável e em acordo com as regras internacionais – o que inclui aspectos formais, porém também o fato de que os parceiros comerciais norte-coreanos compravam os seus produtos em função do seu preço e qualidade, e não por motivos políticos. As importações, por sua vez, ocorrem por meio de moeda forte e em grande medida pagando preços do mercado internacional, diferente do que acontecia até os anos 1990, durante a existência da União Soviética e do comércio subsidiado. A maior vulnerabilidade norte-coreana em termos de estrutura de comércio tornou-se a dependência em relação à China.

Destaca-se a dificuldade em atrair Investimento Externo Direto (IED) ao país – uma de suas maiores necessidades, considerando a impossibilidade de obter empréstimos ou financiamentos pelos caminhos convencionais. Os esforços realizados até o momento obtiveram resultados limitados. Projetos lançados nos anos 1990, como o Projeto da Zona Econômica Especial de Rajin-Sonbong, no Nordeste do país – que recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) –, ou a Zona Sinuiju, também no noroeste norte-coreano, não alcançaram os objetivos planejados (FRANK, 2015), embora marquem importantes avanços político-diplomáticos.

As redes comerciais norte-coreanas, que operam dentro e fora da clandestinidade, se tornaram crescentemente criativas e adaptáveis às diferentes conjunturas. Esta capacidade de resiliência se deve, como exposto por Hastings (2016), ao ambiente hostil em que as conexões externas se desenvolveram.

[...] a Coreia do Norte não tem um número ilimitado de possibilidades de países que atuem como corretores. Que o país tenha sido capaz de encontrar três na região para servir tanto como fornecedores para o seu programa armamentista, quanto como pontos de transbordo, é uma demonstração da relativa prosperidade da posição geográfica da Coreia do Norte, encravada entre países tecnologicamente mais avançados que, mesmo quando hostis, não necessariamente impediram a Coreia do Norte de engajar em atividades comerciais turvas. Primeiro o Japão e depois Taiwan se deram conta e quebravam este ciclo, e, com o complicado relacionamento com a Coreia do Sul, por volta de 2008, a Coreia do Norte foi forçada ao último grande ponto

de transbordo aos produtos que desejava – a China (HASTINGS, 2016, p. 177, tradução nossa).

As sanções impostas a Pyongyang após o teste nuclear de 2016 foram apoiadas pela China, o que causou ao menos algum tipo de paralisação temporária da exportação de minérios da Coreia do Norte para a China. A baixa prioridade dada por Pequim à aplicação contínua das sanções, no entanto, possibilitou a utilização da China como ponto de transbordo aos produtos sancionados.

As redes comerciais, ao garantir a manutenção das trocas necessárias aos programas armamentistas, permitiram que os líderes norte-coreanos obtivessem algum nível de alavancagem e maior confiança quanto à sua capacidade de resistir à pressão comercial de outros países. Pyongyang encontrou formas de se integrar às redes de comércio globais de maneira que coloca sob questionamento o entendimento convencional sobre as conexões envolvidas na produção e venda de armamentos nucleares (HASTINGS, 2016).

Como país independente e soberano desde 1948, a Coreia do Norte já negociou tratados com praticamente todos os países do globo. A forma com que administra as suas relações externas passou por adaptações e evoluções – enquanto no passado apenas tratava diretamente com Estados, hoje Pyongyang dialoga com Organizações Intergovernamentais e Não Governamentais, empresas e indivíduos. Grande parte da agenda internacional norte-coreana é ocupada pela preocupação sobre as melhores formas de se praticar independência em meio à interdependência global. Para navegar a extensa rede de sanções, o país conduz operações no mercado clandestino e envia trabalhadores ao exterior, com vistas a gerar divisas e garantir o envio de remessas de capital.

Neste sentido, Grzelczyk (2018) argumenta que a Coreia do Norte está engajada de diversas formas em organizações e processos globais, tendo logrado ganhos enquanto busca transmitir uma mensagem anti-hegemônica. Em última análise, o país deu passos em direção ao sistema financeiro global ao buscar maior modernização por meio de investimentos externos, oportunidades de telecomunicações e da educação da sua população.

Como sobreviver em um mundo hostil, repleto de armas e *realpolitik*? Das superpotências ao Terceiro Mundo, nenhum país jamais obteve prerrogativa sobre essa questão específica. Para a RPDC, sobreviver significa mais do que desafiar aqueles que chamam Pyongyang de Estado pária. Significou obter

garantias de segurança de parceiros durante a Guerra Fria, até que pudesse vender a sua tecnologia envelhecida e financiar as suas próprias instalações para a fabricação de armamentos, e emergir, após a queda da União Soviética e o abraço quase capitalista da China, como um pequeno Estado capaz de produzir armas nucleares. Se alguns tentaram impedir essa ascensão impondo sanções, outros ajudaram, e não deve surpreender que ocorra conluio entre os Estados que tentam desafiar a ordem internacional imposta por um punhado de países poderosos cujos valores são frequentemente rejeitados pela RPDC e os seus parceiros. Para transcender a sua fragilidade inicial, lutando por sua sobrevivência política e, posteriormente, com a ascensão da Coreia do Sul como a principal potência econômica na península coreana, a RPDC teve que comprometer e redefinir o seu compromisso com a autossuficiência (GRZELCZYK, 2018, p. 228, tradução nossa).

Kim Jong Un chegou ao poder após quase uma década de modesta, porém inegável, recuperação da situação econômica do país. Manter o seu projeto de Estado, no entanto, cobra o preço de prolongar a estagnação econômica e, conseqüentemente, aumentar a lacuna entre os níveis de desenvolvimento da Coreia do Norte e de seus vizinhos. Como aponta Lankov (2013), quantidade alguma de esforço por parte do governo pode reverter a situação econômica aos níveis das décadas de 1960 e 1970. A conjuntura geral era muito distinta durante a Guerra Fria. Internamente, a Coreia do Norte ainda possuía muitos recursos inexplorados e que poderiam ser mobilizados para as necessidades do setor industrial. O nível dos avanços tecnológicos da época, antes do advento da era digital, também permitia maior isolamento e controle ao acesso à informação.

O período de avanços na flexibilização econômica e de facilitação ao recebimento de investimentos externos foi freado pelo aumento das sanções econômicas, que seguiram o escalonamento militar nuclear de 2016-2017. Em 2018, durante a Plenária do Partido Coreano dos Trabalhadores, Kim Jong Un declarou que a nova linha estratégica colocaria todos os esforços no desenvolvimento econômico e propôs a convocação de diálogos multilaterais pela pacificação da península (DELURY, 2020). Apesar do peso diplomático das cúpulas e encontros de alto nível promovidos entre 2018 e 2019, as negociações não conseguiram avançar na solução da questão coreana. A normalização da península foi adiada mais uma vez. A manutenção da situação desfavorável no ambiente externo, combinado a novos desafios ambientais domésticos, prejudicou o desempenho econômico norte-coreano.

O encontro de 2019 entre Kim Jong Un e Donald Trump, em Hanoi, marca o fracasso em promover avanços nas negociações de alto nível e uma reversão nas dinâmicas do relacionamento norte-coreanos com os Estados Unidos e a Coreia do Sul.

Kim Jong Un voltaria a anunciar o fim da cooperação com o Sul em projetos turísticos e, embora tenha reconhecido publicamente a urgência de um ambiente externo propício para o crescimento econômico, anunciou que o país teria de encontrar um caminho para a prosperidade que não dependesse de alívios ao regime de sanções ou de atitudes externas, mas sim da retomada do controle (DELURY, 2020).

Em dezembro de 2019, durante a V Sessão Plenária do VII Comitê Central do Partido, Kim Jong Un voltou a mencionar a necessidade de buscar a autossuficiência econômica, estabilidade política e militar, além do controle do partido sobre elementos-chave (KIM; SOHN; CHOI, 2020). Os movimentos políticos internos que se seguiram confirmam os desafios enfrentados pelos norte-coreanos: a permanência das sanções econômicas, problemas climáticos envolvendo principalmente inundações, e a pandemia de covid-19. Embora as dificuldades econômicas da Coreia do Norte não sejam novas, e sim resultado de um acúmulo de problemas estruturais, estes desafios acabam interferindo ainda mais na capacidade do país de superar a situação de esgotamento da capacidade nacional de crescer economicamente sem progressos no âmbito externo.

Em 2019, o PIB norte-coreano voltou a crescer moderadamente (1.8%), após dois anos consecutivos de crescimento negativo em 2017 (-3.5%) e em 2018 (-4.2%) (HUAIGAO; KAISHENG, 2020). O ano marcou o novo reajuste da postura político-econômica de curto prazo do país, que voltou a enfatizar o objetivo de promover regeneração econômica por meio das próprias forças nacionais. Embora não houvesse sinais de crescimento significativo, mesmo com a continuação das pressões externas (DELURY, 2020), o país não apresentou sinais de crise e a estabilidade interna foi mantida.

O debate acerca das reformas na Coreia do Norte deve incluir o aspecto político da estratégia de sobrevivência do regime, uma vez que ter clareza sobre as limitações estruturais para a reforma econômica no país é diretamente relevante para as considerações envolvendo a questão nuclear. Como elaborado por Cho (2020), embora Kim Jong Un tenha introduzido uma série de novas medidas, havendo expandido as Zonas Econômicas Especiais, os mercados privados oficiais e promovido aquecimento ao setor da construção civil – o que lhe conferiu a imagem de líder mais orientado a reformas econômicas. A preocupação econômica, no entanto, não se traduz em busca pela abertura.

Apesar de ter realizado diversas viagens internacionais em um curto espaço de tempo, o objetivo principal se manteve voltado à negociação com os Estados Unidos e

os atores regionais. Parte dos oficiais do Partido e do Exército orientados à agenda reformista foram removidos do governo ou executados, entre eles Jang Song Thaek, marido da tia de Kim Jong Un, conhecido por defender a implementação de reformas semelhantes às chinesas na Coreia do Norte (CHO, 2020).

A busca por melhorar o nível de vida da população foi realizada por meio de ajustes limitados dentro do sistema existente, sem promover a abertura nacional. Apesar do reduzido avanço relativo nesse sentido, os esforços sinalizam a disposição norte-coreana em criar uma fundação sob a qual desenvolvimentos subsequentes pudessem ser construídos.

Embora Pyongyang utilize o modelo chinês como base, uma série de especificações geopolíticas do país impõem limites ao avanço da emulação das reformas iniciadas em 1979 na China. O regime entende as consequências políticas do caminho de reforma e abertura como prejudiciais ao seu sistema – efetivamente, podem significar o seu suicídio político (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015; CHO, 2020). Assim, no lugar de mudanças estruturais focadas na eficiência econômica, as reformas realizadas acabaram por manter contornos *ad hoc* e subordinação aos imperativos políticos. Para Lankov (2013), a elite norte-coreana se encontra presa em uma peculiar, porém inevitável, posição em que amplas reformas ou reformas baseadas integralmente no modelo chinês não são seguras, devido à natureza dividida de sua nação, e podem engatilhar o colapso do regime.

Com a permanência da realidade geopolítica norte-coreana, Kim Jong Un encara os mesmos dilemas de legitimidade que seu pai, e manteve o programa de reforma sem abertura. Por meio das novas oportunidades criadas pelas medidas de flexibilização, e também pelas atividades ilegais, observou-se a ascensão de uma nova classe média conhecida como *donju*. O governo Kim Jong Un foi mais permissivo e cooperativo com este segmento (CHO, 2020), buscando novas fontes de renda e de fornecimento básico para a população, especialmente com o enrijecimento das sanções sobre o país.

A China colocou o seu projeto de reforma e abertura em prática durante a bipolaridade da Guerra Fria, quando o Bloco Comunista não dava sinais de colapso, quando os canais de comunicação eram menos avançados e a difusão informacional menos acelerada, em meio a um território nacional consideravelmente mais vasto, facilitando a desconexão entre manifestantes em diferentes regiões (CHO, 2020). A realidade norte-coreana é quase oposta, além de não contar com uma aproximação diplomática com o governo norte-americano, como logrado por Pequim na década de

1970. A realidade de divisão da península e a existência da República da Coreia como competição nos mais diversos aspectos, representam limitadores essenciais à implementação de um processo mais abrangente de abertura.

Assim, as reformas colocadas em prática pelo governo Kim Jong Un, em função da singularidade geopolítica da Coreia do Norte, não reverberaram na abertura do país (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015) ao mercado internacional e tampouco alteraram o seu modelo de desenvolvimento. As mudanças político-econômicas objetivaram, porém, modernizar paulatina e limitadamente, o sistema produtivo nacional, promovendo flexibilizações em relação a atividades privadas e ao processo decisório em setores não estratégicos. Como resultado, observou-se uma maior monetização da economia, incrementos à produção agrícola e industrial, bem como melhorias no padrão de vida da população geral. A regulamentação das atividades, cuidadosamente orquestrada pelo Estado, combinada com duas décadas de flexibilizações, resultaram em uma gradual evolução para um sistema híbrido, aberto a constantes revisões. Este talvez represente um dos dilemas fundamentais do governo Kim Jong Un.

Os Efeitos da Pandemia de covid-19

Ao fim da primeira década do governo Kim Jong Un, a administração adentrou um dos períodos mais desafiantes de sua história. A frustração, ao menos temporária, da perspectiva de negociação da normalização da península – marcada pelo fracasso da cúpula de Hanoi – significou retrocessos na pauta econômica. A eclosão da pandemia de covid-19 contribuiu com o quadro geral de dificuldades, já complicado em função das sanções internacionais e períodos de enchentes.

O impacto das restrições causadas pela pandemia estreitou o espaço de adaptação e manobra em resposta às diversas crises enfrentadas pelo regime. O governo promulgou, em 2020, a Lei de Rejeição à Ideologia e Cultura Reacionárias, bem como uma nova Lei Emergencial de Quarentena. Embora a segunda possa ser interpretada como uma resposta à pandemia, a primeira engloba uma legislação mais rigorosa em termos de regulação de fluxos de informação, implicitamente destacando a necessidade de controle como forma de assegurar a estabilidade do sistema. Representando uma situação excepcional, a pandemia pode também estar sendo utilizada como justificativa para a mobilização de poder político tendo em mente a prevenção do contágio, mas

também a reversão de algumas tendências – voltando a enfatizar, por exemplo, a autossuficiência e o papel de jovens e mulheres – principais categorias envolvidas nas atividades privadas – na construção da nação socialista (KIM, 2021).

O Oitavo Congresso do Partido de 2021 – em que Kim Jong Un reconheceu a crise nacional e admitiu que os objetivos do plano quinquenal de desenvolvimento anterior, não haviam sido atingidos – deve ser interpretado neste contexto. Nesta ocasião, o governo direcionou o discurso para a necessidade de refortalecer a estabilidade econômico-social doméstica. Com recursos e opções políticas limitadas, o regime reverte as tendências de flexibilização e se volta para dentro, priorizando a recuperação das capacidades econômicas nacionais frente às triplas dificuldades – sanções, enchentes e covid-19 –, em lugar de demais transformações (KIM, 2021). Na esteira da rara realização do Congresso¹⁹ – normalmente ligada a momentos cruciais – a implementação de um novo Plano Quinquenal foi mencionada por Kim Jong Un, enfatizando a necessidade de aumentar a produção de ferro e aço, promover melhorias infraestruturais, no setor de transportes, construção, comércio e energia (CHA, 2021).

Frente aos diversos desafios que enfrenta, em discurso realizado em dezembro de 2021, conforme reportado pelo canal oficial do governo norte-coreano, comumente conhecido como *Korean Central News Agency* (KCNA), Kim Jong Un alertou sobre a chegada de um novo ano de dificuldades colossais, similar ao de 2021 (KCNA, 2022).

A pandemia de covid-19, ao representar um novo choque econômico-social e amplificar a importância de recuo das sanções para a recuperação do país, oportunizou uma nova janela para o engajamento com a comunidade internacional. Enquanto as engrenagens do engajamento não se movimentam, especialmente considerando as trocas de governo nos Estados Unidos e na Coreia do Sul, o governo de Kim Jong Un pode ser motivado a dar continuidade às provocações militares como tática de negociação (CHO, 2020).

Em 2021, o setor privado ultrapassou a indústria estatal em termos de desempenho econômico, passando a constituir 38% da economia norte-coreana. Entre 2011 e 2018, o número de mercados privados subiu de 338 para 1.368. No entanto, a situação se alterou consequência da pandemia de covid-19, com as trocas comerciais com a China apresentando queda de 90% em relação ao pico em 2014 (RAI, 2021).

¹⁹ Após um hiato de 36 anos, o Politburo anunciou o VII Congresso do Partido, a acontecer em maio de 2016. O Congresso anunciou o primeiro plano quinquenal desde a década de 1980. Em janeiro de 2021, foi realizado o VIII Congresso do Partido Coreano dos Trabalhadores.

Parte da estratégia econômica de Kim Jong Un visa a promover a normalização das relações com a comunidade internacional de forma a expandir suas relações econômicas e obter capital externo para os projetos modernizantes que visam a retomar algum nível de crescimento. Enquanto busca a melhorar o padrão de vida da população norte-coreana e manter a economia planejada centrada no Estado e no Partido, o regime sinaliza reconhecer a importância do desenvolvimento científico e da economia do conhecimento para a sua sustentação no longo prazo.

É consideravelmente provável que os testes nucleares e de mísseis de longo alcance sejam retomados no Norte, levando a novas tensões securitárias na península. A tendência é de repetição dos dilemas, uma vez que parece improvável que novas administrações nos Estados Unidos aceitem menos que a total e verificável desnuclearização da Coreia do Norte como pré-requisito básico para o avanço das negociações com o país. A ausência de avanços tangíveis traz instabilidade para a região como um todo. Apesar do encorajamento chinês, não há sinais de que o país irá assumir amplas reformas econômicas.

Ao fim da primeira década da administração Kim Jong Un, o pai enfrenta dificuldades de abastecimento e o panorama diplomático regional – com as alternâncias de poder nos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul – e o desvio da atenção internacional para demais crises – como a situação na Ucrânia e no Estreito de Taiwan – frustram, no curto e talvez médio prazo, o avanço de negociações e da inserção externa norte-coreana. É nesse contexto que se observou a retomada dos testes missilístico, em níveis acima do comum, em 2022. A falta de avanços diplomáticos pode levar a um retrocesso situacional aos níveis de 2016 e 2017, em que as provocações também envolveram testes nucleares. Lembrando que em 2018 um dos grandes incentivadores diplomáticos para os norte-americanos foi a necessidade de estabilizar uma fonte de tensão para voltar as atenções a outras questões prioritárias – como a guerra tecnológica com a China –, Pyongyang pode se sentir compelida a elevar o nível de tensão consideravelmente para que o engajamento diplomático volte a ser vislumbrado pelos principais líderes políticos do Ocidente.

Após as considerações sobre a política econômica norte-coreana ao longo de três lideranças e a apresentação da condição geopolítica obtida por Pyongyang durante a administração Kim Jong Un, as análises desta tese são reconduzidas ao palco regional. Tendo em vista o fornecimento de elementos para análises contemporâneas sobre as posições dos diferentes atores do Nordeste Asiático em relação à questão coreana, as

relações regionais são interpretadas a partir das negociações em torno do desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte realizadas em 2018 e 2019.

4 O NOVO PERFIL DE INSERÇÃO INTERNACIONAL NORTE-COREANO

Esboçar meios para a compreensão do desafio teórico representado pelo Estado norte-coreano e sua política externa pressupõe que sejam explorados elementos conjunturais que ilustram a capacidade e a natureza adaptativa de sua política externa. Importa superar a dicotomia normativa em que os formuladores políticos se comprometem a apoiar a continuação ou a queda do regime – ao que Smith (2000) chama de crise da imaginação diplomática. A respeito da divisão entre os estrategistas favoráveis ao isolamento ou ao engajamento de Pyongyang, Grzelczyk (2018) sugere a existência de uma espécie de dilema ético. De forma mais complexa, porém, as interações regionais dependem de condicionantes em diferentes níveis. A última seção desta pesquisa discorre sobre a fase mais recente das relações entre a Coreia do Norte e os países que compõem o seu entorno estratégico, referindo-se à virada diplomática desdobrada principalmente em 2018, e os seus motivadores centrais nas diferentes capitais.

A posição da Coreia do Norte no sistema internacional no século XXI é produto de um conjunto de movimentos sistêmicos e regionais, somados às trajetórias planejadas por Pyongyang tendo em vista objetivos de longo-prazo. No centro da geopolítica do Nordeste Asiático, é inevitável a interação entre os interesses das potências regionais, que se engajam ou constroem mutuamente, em torno da questão coreana, enquanto perseguem cursos autodeterminados na região.

Localizada no ponto de articulação, ou pivô, do complexo de segurança do Nordeste Asiático e em um dos mais importantes eixos estratégicos da Ásia-Pacífico, as visões sobre a Coreia do Norte costumam atrelar o país, de forma simplista, à parte do problema ou parte da solução para as dinâmicas do Nordeste Asiático. A deflagração de uma crise coreana, seja em função da hostilidade externa ou da instabilidade doméstica, é capaz de aprisionar as potências regionais em um grau de escalada de conflito que seus governos centrais preferem evitar (KIM, 2007). Esta preocupação estratégica é o objeto da manipulação política norte-coreana, que utilizou a diplomacia nuclear para se catapultar a uma das principais posições na agenda securitária do Nordeste Asiático.

Os objetivos estratégicos norte-coreanos podem ser traduzidos em uma trilogia fundamental, envolvendo a busca por legitimidade, segurança e desenvolvimento. Embora os pesos relativos e conteúdos substantivos tenham passado por mudanças – ora sutis, ora mais obviamente passíveis de observação – estes objetivos principais

constituem, conforme Koh (2004), dimensões contínuas da política externa da Coreia do Norte. Avanços econômicos, nesse sentido, sempre pairaram ao fundo do cálculo político do país, tanto externo quanto doméstico.

A deterioração econômica acarretada pelo fim do apoio soviético e o conjunto de tragédias climáticas dos anos 1990, levou à crescente interligação entre a questão da sobrevivência e a necessidade de promover níveis de crescimento, o que progressivamente dirige a política externa do país. As aproximações intermitentes com Washington ao longo das primeiras décadas do século XXI, nesse sentido, apresentam imperativos econômicos, em adição às questões de legitimidade e segurança.

O comportamento norte-coreano é pautado pela natureza dicotômica de seu Estado, que busca se desenvolver – em meio à contínua comparação à Coreia do Sul – enquanto também sustenta o seu projeto nacional autônomo. Embora as ações norte-coreanas sejam informadas por políticas históricas, Grzelczyk (2018) salienta que os padrões não necessariamente são repetidos ou reciclados, havendo constante ajuste às iniciativas voltadas à reversão do isolamento político-econômico.

Os engajamentos externos norte-coreanos começaram a ser desenhados sob o prisma da Guerra Fria, a partir das relações ortodoxas com a União Soviética e a China. Em seguida, emergiram as trocas com os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Ao seu modo, como aponta Grzelczyk (2018), a Coreia do Norte desenvolveu diversas formas de interdependência e engajamento externo, o que não necessariamente significa concordância com as normas da ordem internacional vigente ou a aceitação de imposições de grandes potências.

A situação em torno da península passou por uma inflexão de um pico de tensão, entre 2016 e 2017, para a histórica aproximação de 2018, resultando em uma vigorosa diplomacia de cúpulas com impacto sobre as dinâmicas geopolíticas e as discussões sobre o futuro da região. A administração Trump respondeu aos testes nucleares de 2016 e 2017, ameaçando o país com opções militares, o que foi seguido por declarações agressivas entre os dois líderes até que, durante o discurso de ano novo de Kim Jong Un, foi realizado o primeiro aceno que se desdobraria em uma série de encontros históricos, incluindo a primeira visita de um líder norte-coreano à Coreia do Sul e a primeira reunião entre presidentes da Coreia do Norte e dos Estados Unidos.

O cálculo estratégico que levou Pyongyang de volta à mesa de negociações foi gestado ainda antes do acentuado período de testes dos anos 2016 e 2017. Como apontou Sigal (2018), a própria política *Byungjin* foi anunciada em 2013 mencionando a

possibilidade de limitações aos testes nucleares e à produção de material físsil, caso a chamada política hostil de Washington fosse revisada. Outras declarações realizadas por diferentes órgãos do governo norte-coreano mencionavam a necessidade de conversações de alto nível entre oficiais dos Estados Unidos e da Coreia do Norte para estabelecer a normalização da península. Por meio de contatos informais, oficiais norte-coreanos já sinalizavam o curso que seria seguido nos anos seguintes, sugerindo discretamente a possibilidade de que, após o alcance de níveis de dissuasão considerados satisfatórios pelo regime, o objetivo de curto prazo teria sido alcançado e, então, haveria espaço para a suspensão dos testes. Ao não viabilizar aproximações na esteira destas declarações, Washington perdeu uma janela de oportunidade para limitar a capacidade diplomática de Pyongyang – que, por meio dos testes nucleares e missilísticos realizados em seguida, aumentou o seu poder de barganha.

O perfil de relacionamento entre os atores do Nordeste Asiático adentrou um período de relativa convergência a partir da segunda década do século XXI, incentivado por transições nas lideranças nacionais; pelos efeitos geoeconômicos do processo de ascensão chinesa; pela recentralização política na Rússia; pela estabilização econômica da Coreia do Norte; e catalisado pela competição entre a China e os Estados Unidos e o amadurecimento da fase de transição no ordenamento do sistema internacional. Frente a este cenário e visando estender os ajustes político-econômicos promovidos por Kim Jong Un também ao seu ambiente externo, a Coreia do Norte aproveitou a conjuntura para recalibrar os seus relacionamentos bilaterais em benefício do seu projeto de desenvolvimento nacional.

4.1. A COREIA DO SUL E A DIPLOMACIA DAS CÚPULAS

Na conjuntura da virada diplomática, a Coreia do Sul assumiu papel de mediador entre Pyongyang e Washington, como normalmente o faz, buscando convencer sobre a importância de romper as políticas de isolamento e engajar o Norte visando a promover maior estabilidade regional. A posição do país é complexa, pois precisa se equilibrar entre a dependência securitária da aliança com os Estados Unidos, a dependência econômica com a China e, ainda, a dependência que apresenta com o governo chinês no que tange à negociação com a Coreia do Norte. Ao mesmo tempo,

Seul precisa lidar com as provocações do Norte e a consequente divisão da opinião pública doméstica sobre a melhor forma de agir com relação a Pyongyang.

A Coreia do Sul é o ator mais fundamentalmente impactado pelos desdobramentos envolvendo a Coreia do Norte, sensível aos mais diferentes cenários. Além da identidade e história comum, a proximidade geográfica condiciona a vulnerabilidade sul-coreana em relação às dinâmicas regionais. A capital e maior centro industrial-financeiro do país, Seul, está localizada a menos de 70 km da fronteira com o Norte e dentro do alcance da artilharia norte-coreana. Altamente dependente de recursos externos, de países como o Japão, a impossibilidade de utilizar a ligação terrestre entre as Coreias acentua a importância das rotas marítimas regionais para Seul, bem como de articulações diplomáticas com os governos em Pequim e Moscou – o que, por sua vez, não é bem recebido em Pyongyang.

O país busca atuar como um coordenador na formatação das iniciativas e mecanismos de cooperação regional. Nas últimas décadas, o país vem desenvolvendo iniciativas de escopo regional, como o *Northeast Asia Balancer Diplomacy* de Roh Moo-hyun, proposto em 2005; o *New Asia Initiative* lançado em 2009 por Lee Myung-bak; o *Northeast Asia Peace and Cooperation Initiative* de Park Geun-hye, proposto em 2013; e o *Responsible Northeast Asia Plus Community*, lançada pela administração de Moon Jae-in. A busca por autonomia, contudo, é constrangida pela situação na península coreana, diminuindo o seu espaço de manobra (HUAIGAO; KAISHENG, 2020).

Sob esta perspectiva, busca-se ampliar o foco político-securitário para outros âmbitos, incluindo o engajamento econômico, visando a melhorar o relacionamento entre as Coreias e, assim, elevar a posição sul-coreana no equilíbrio estratégico regional em função da alavancagem que o país adquire ao demonstrar habilidade de influência no comportamento da Coreia do Norte. A cooperação, neste sentido, levaria a maior liderança e proeminência de Seul na ordem regional – uma ideia que detém apelo para o público doméstico, que não deseja ver o país assumindo papéis secundários no sistema de alianças do Leste Asiático (GO, 2017).

O fim da *Sunshine Policy* – ao início do mandato do conservador Lee Myung-bak em 2008 – deu-se na esteira da Guerra do Iraque e do reforço da postura hostil do governo de George W. Bush em relação ao de Pyongyang. Este representou um ponto de inflexão para as relações intercoreanas, que permaneceram intermitentes, atribuladas e, por vezes, inexistentes, até 2017. A última manifestação da cooperação entre os dois

países – e importante fonte de renda para Pyongyang – foi encerrada após o lançamento de um satélite norte-coreano, em fevereiro de 2016, quando do fechamento do Complexo Industrial de Kaesong por Park Geun-hye. Os contatos entre as Coreias foram temporariamente cortados, inclusive as linhas telefônicas (FORD, 2018). Conforme ilustrado pela tabela abaixo, a evolução do Complexo Industrial de Kaesong, ao longo de um período de dez anos, se deu de forma paulatina e constante, até o seu fechamento em 2016.

Tabela 1 – O Complexo Industrial de Kaesong

Categoria	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Número de Empresas Locatárias	18	30	65	93	117	121	123	123	123	125	125
Faturamento Anual (Dezenas de Milhares de USD)	1.491	7.373	18.478	25.142	25.648	32.332	40.185	46.950	22.378	46.997	56.330
Funcionários Contratados Norte-Coreanos	6.013	11.160	22.538	38.931	42.561	46.284	49.866	53.448	52.329	53.947	54.988
Funcionários Contratados Sul-Coreanos	507	791	785	1,055	935	804	776	786	757	815	820

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Ministério da Unificação (2022).

Após o *impeachment* da Presidente Park Geun-hye pela Assembleia Nacional Sul-Coreana, em dezembro de 2016, e a sua remoção do cargo em março de 2017, as eleições foram vencidas pelo progressista Moon Jae-in, que iniciou o período de transição do seu mandato em 09 de maio de 2017. A campanha presidencial revelou, como argumenta Easley (2017), profundas divisões acerca da política a ser adotada com relação à Coreia do Norte. Entre as diferentes posições, destacava-se a expectativa sobre o colapso do regime, confiança no poder coercitivo das sanções e visões pró-engajamento. Os mais conservadores tendiam a concluir que a mudança de regime ou, até mesmo, a unificação, seriam os únicos caminhos possíveis para a desnuclearização

da península. O candidato conservador Hong Joon-pyo, por exemplo, chegou a sugerir o retorno da alocação de armas táticas nucleares norte-americanas na Coreia do Sul.

Desde a inauguração da administração Moon Jae-in, porém, a pauta de engajamento e diálogo com a Coreia do Norte ganhou espaço, bem como a busca por políticas nacionais com maiores níveis de independência. Este representava a realização do paradigma progressista para a política externa sul-coreana, que não olha para a questão nuclear norte-coreana como o maior causador de instabilidade na região, mas sim como resultado de um contexto de conflito regional mais amplo envolvendo os Estados Unidos e a China (GO, 2017).

Como aponta Go (2017), a ala progressista sul-coreana presta particular atenção à competição entre as grandes potências em torno da questão da nuclearização norte-coreana e considera a implantação do sistema de defesa *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD) debilitante para o equilíbrio da Coreia do Sul entre Pequim e Moscou, além de não representar uma resposta efetiva à militarização da Coreia do Norte. Ainda nesse sentido, a pressão aplicada por Washington sobre Pyongyang, além de não gerar avanços tangíveis ao comportamento norte-coreano, acaba por aumentar o nível de exposição sul-coreano à competição entre Estados Unidos e China e, ainda, favorece os debates sobre a necessidade de militarização no Japão. Os progressistas tendem a considerar que a desnuclearização deva ser concebida como resultado final, diferente do quadro geral das negociações, em que a desnuclearização é apresentada como pré-condição para o avanço das discussões.

O lançamento dos mísseis de longo alcance, em julho e novembro de 2017, exacerbaram as percepções em Seul, frente às respostas contraditórias de Washington, sobre uma maior perda de controle sobre o destino das dinâmicas na península, bem como sobre a crescente marginalização dos seus interesses pelo estratagema norte-americano. Desde a eleição de Donald Trump, a base do combinado geral – em que Washington fornece apoio inquestionável a Seul em troca deste servir aos interesses norte-americanos – deu sinais de fragilidade. Preso entre as lógicas inexoráveis de Pyongyang e Washington, Moon Jae-in buscou uma terceira via de ação (FORD, 2018).

A política de Moon buscou alcançar entendimentos similares aos obtidos durante a administração de Kim Dae-jung, o primeiro a promover uma política de engajamento com o Norte. Em uma série de reuniões entre 1998 e 2001, o então Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton expressou apoio à *Sunshine Policy*, concordando com a primazia da diplomacia e do engajamento em relação à opção

militar. Na época, a coordenação entre os dois aliados assegurou a reciprocidade norte-coreana em relação aos acenos, resultando em tangível progresso nas relações intercoreanas (GO, 2017).

Conforme Hecker (2019), a administração sul-coreana realizou acenos secretos para o governo de Kim Jong Un ao final de 2017. Em tese, como aponta Ford (2018), a Coreia do Sul se opõe a reconhecer o Norte como um Estado nuclear, o que não impede a existência de nuances internas. Embora o *establishment* militar não estivesse necessariamente de acordo – e por vezes tenha agido para frustrar as políticas do Presidente –, Moon adotou uma postura baseada em quatro preceitos: não promover hostilidades contra o Norte; não haver intenção de atacar o Norte; não almejar o colapso ou a mudança de regime; e, por fim, a não existência de um plano artificial para a reunificação da península. O primeiro avanço foi obtido quando, como resposta aos aceno diplomáticos, Kim Jong Un realizou, durante seu discurso de Ano Novo, uma declaração dupla em que anunciou que o programa nuclear e missilístico norte-coreano estava completo e que, portanto, testes subsequentes estavam suspensos; e também ofereceu enviar uma delegação de oficiais do alto escalão e atletas, para os Jogos Olímpicos de Inverno em PyeongChang (FORD, 2018). Os esforços se desdobraram na virada diplomática representada pela série de cúpulas entre os diferentes líderes em 2018 e 2019.

Em seu discurso de Ano Novo (2018), Kim Jong Un declarou a vitória do país no âmbito nuclear, anunciando que, uma vez conquistado avanço satisfatório no desenvolvimento do programa nuclear, alteravam-se as prioridades e o foco de sua estratégia passaria a ser o desenvolvimento econômico. Kim Jong Un expressou interesse no diálogo, mandando um recado ao governo progressista em Seul e aproveitando a vontade política de Moon Jae-in em promover melhoras no relacionamento intercoreano e reduzir as tensões, em tempo para as Olimpíadas de Inverno em fevereiro de 2018 em PyeongChang (SHIN; MOON, 2019).

Com apoio sul-coreano, uma cúpula Kim-Trump passou a ser agendada, o que por sua vez forneceu alavancagem para que Kim Jong Un visitasse a Xi Jinping ao final de março de 2018, buscando apoio à nova estratégia de negociação com Washington e, ao mesmo tempo, demonstrando aos norte-americanos que detinham apoio chinês. Kim Jong Un, que desde a sua chegada ao poder não havia realizado viagens oficiais, participou em 2018 de três encontros com Xi Jinping, outros três encontros com o Moon Jae-in, além da histórica cúpula Kim-Trump em Cingapura (SHIN; MOON, 2019).

Em abril de 2018, Kim Jong Un e Moon Jae-in se encontraram na fronteira entre as Coreias, em Panmunjom, e assinaram a Declaração de Panmunjom (*Panmunjom Declaration for Peace, Prosperity, and Unification of the Korean Peninsula*), anunciando que as duas partes trabalhariam pela desnuclearização da península (HUAIGAO; KAISHENG, 2020). Já em junho de 2018, Moon realizou a primeira visita de Estado de um líder sul-coreano à Rússia desde 1999, motivada pelo interesse comum em aumentar seus respectivos níveis de influência e peso econômico no Nordeste Asiático e em assegurar que qualquer processo de transição envolvendo a Coreia do Norte, principalmente eventuais flexibilizações econômicas, não seja dominado pela China ou pelos Estados Unidos. Embora não compartilhem visões idênticas sobre as ações norte-coreanas, ambos buscam promover relações triangulares, de forma a fortalecer as suas posições. Para Putin, a iniciativa esteve alinhada à necessidade de fortalecer suas conexões com países como o Japão, a Índia e a Coreia do Sul, visando a mitigar as hostilidades vindas do Ocidente. Ao mesmo tempo, busca evitar a sobrecarga da atração gravitacional exercida pela economia chinesa (ATKINSON, 2018).

Em face às investidas diplomáticas realizadas por Pyongyang em relação à Seul e à Washington, Putin também realizou manobras para garantir a participação russa na construção de um futuro, a favor de seus interesses, para a península coreana. Diferente da maioria dos seus homólogos no Ocidente, Moon viu na Rússia um parceiro crucial na tentativa de revisar os alinhamentos econômicos e estratégicos nacionais. Em especial, busca-se evitar ser mergulhado na competição entre a China e os Estados Unidos, que prejudica a aproximação entre as Coreias e também as atividades econômicas. Eventuais fricções, como a instalação do sistema antimísseis THAAD na Coreia do Sul, levam a respostas chinesas que prejudicam a – altamente dependente de Pequim – economia sul-coreana, como se deu quando da redução do número de turistas chineses que viajam ao país. Agir nas brechas entre as grandes potências e buscar novos equilíbrios entre os atores regionais é uma prática comum entre as Coreias. Mesmo que a aliança com os Estados Unidos permaneça representando a base do sistema de segurança sul-coreano, o país demonstrou buscar maior neutralidade entre os Estados Unidos e seus adversários. Em termos geoeconômicos, destaca-se a importância de expandir a gama de alternativas em relação à China, para as exportações e investimentos sul-coreanos (ATKINSON, 2018).

Seul indicou calcular que poderia engajar outro ator regional interessado, de forma a tirar vantagens do rebalanceamento de forças resultante, maximizando os

benefícios para a Coreia do Sul. Uma reorientação nos laços econômicos sul-coreanos seria menos carregada que qualquer tipo de ajuste político-securitário, além de envolver uma gama mais ampla de parceiros. O centro do objetivo sul-coreano, como indica Atkinson (2018), está em criar renovados incentivos em termos de exportação e investimentos para as suas empresas na Coreia do Norte e também no Sudeste Asiático – refletido em sua Nova Política para o Norte (*New Northern Policy*) e na Nova Política para o Sul (*New Southern Policy*). A cooperação com a Rússia, neste sentido, é crucial para o novo impulso econômico, tornando o engajamento com Pyongyang mais tangível em termos político-econômicos.

Soma-se ainda, os interesses na potencial ligação entre as ferrovias, passando pela Rússia e pela Coreia do Norte, beneficiariam o já considerável comércio entre a Coreia do Sul e a Europa. Importações mais baratas de energia da Rússia também melhorariam os termos de troca sul-coreanos, enquanto a Rússia poderia representar fator de renovação ao setor do turismo. Similarmente, o desenvolvimento do Oriente Russo oferece novas oportunidades às empresas sul-coreanas.

O Presidente Moon foi claro em seus objetivos e na importância do relacionamento com a Rússia na busca pela normalização na península e na renovação das dinâmicas econômicas no Nordeste Asiático, mencionando inclusive o papel da cooperação trilateral, entre a Rússia e as duas Coreias. Seul buscou aproveitar a posição de poder de Moscou para incentivar o multilateralismo no Nordeste Asiático, centrado na Coreia do Sul (ATKINSON, 2018).

No longo prazo, a Coreia do Sul almeja recuperar a sua autonomia. Cresce, entre a classe política e a população, o reconhecimento acerca da necessidade de desenvolvimento de sua própria dissuasão nuclear – desdobramento que receberia considerável reação negativa de Pequim e cujos passos tenderiam a ser seguidos por Tóquio (FORD, 2018). A preocupação sul-coreana é de que chegue o momento em que os interesses de Seul e os interesses de Washington não estejam alinhados e que o Sul sofra as consequências de, por exemplo, a eclosão de um conflito na península, com consequências diretas inestimáveis à Coreia do Sul.

Recebe maior representação relativa, na Coreia do Sul, a visão de que o regime de sanções se afastou visivelmente da inicial abordagem, em que se buscava estimular o Norte a alterar o seu comportamento, e acaba por funcionar virtualmente como um bloqueio econômico com consideráveis impactos às condições de vida da população.

Além de afetar a classe média consumidora, as sanções podem resultar em miséria e fome nas regiões mais periféricas do país.

Nesse contexto, Pyongyang buscava avançar dois aspectos principais. Primeiro, esperava que Moon convencesse Washington a negociar de forma significativa – para além da retórica diplomática e com o objetivo de encontrar um roteiro para a paz negociada, o que começou a se tornar factível com a realização da Cúpula Kim-Trump. Em segundo lugar, o Norte buscava o engajamento econômico, indo além das simbólicas demonstrações de reconciliação envolvendo questões brandas como reencontros familiares. Ford (2018) aponta, por fim, que Pyongyang almeja reabrir o Complexo Industrial de Kaesong e a Zona Turística do Monte Kumgang, por exemplo, o que beneficiaria também aos comerciantes e oficiais que sofrem com os efeitos colaterais dos fechamentos das zonas de cooperação nas fronteiras com a Rússia e a China. Seriam também beneficiados os pequenos e médios negócios sul-coreanos que haviam investido nestes complexos econômicos e que já protestavam por sua reabertura.

Em claro contraste com as atividades na fronteira chinesa, as relações econômicas entre as Coreias são permeadas pelo envolvimento governamental, de ambas as partes, com as forças de mercado assumindo papel subserviente às políticas oficiais de engajamento ou distanciamento. A Declaração de Panmunjom (27 de abril de 2018) e a Declaração Conjunta de Pyongyang (19 de setembro de 2018) representam conquistas importantes ao demonstrar que as questões nucleares passam também a ser parte da agenda de diálogo intercoreano, superando as limitações da cooperação econômica e humanitária.

A partir de 2020, um plano de médio prazo voltado a realocar as funções governamentais para fora de Seul passou a receber maior atenção frente às dificuldades da política imobiliária de Moon Jae-in que gerou descontentamentos em função dos preços das habitações na capital. Uma nova capital administrativa foi proposta para a cidade de Sejong, a aproximadamente 120 Quilômetros de Seul, tendo em mente desconcentrar a distribuição de recursos entre Seul e o restante do país.

Reconhecida pelos coreanos como a capital da unidade política que abarcava toda a península durante o Império Choson – que se desfez em 1910 quando da anexação da Coreia ao Império Japonês – Seul esteve historicamente no centro dos debates sobre uma reunificação entre as Coreias. A transferência da capital sul-coreana para Sejong, geograficamente mais distante da linha divisora entre as Coreias, também

representa a tendência de engavetamento do projeto de reunificação coreana, que ao longo das gerações se tornava cada vez menos tangível.

Parte da campanha do Presidente sul-coreano Yoon Suk-yeol, eleito em março de 2022, foi pautada pela ideia de transferência da capital nacional. Em meio à aceleração das tensões entre as grandes potências a partir da segunda década do século XXI e da crise internacional inflamada pela pandemia de covid-19, a Coreia do Sul demonstra se voltar a preocupações econômicas de ordem interna, entre elas a desigualdade entre as diferentes regiões do país.

4.2 O PAPEL DA CHINA E OS LIMITES DA COOPERAÇÃO ECONÔMICA

A ascensão econômica chinesa, que se acelerou consideravelmente ao início do século XXI, representa o plano de fundo para a transição em curso desde os anos 2000 na Coreia do Norte. A viabilização de maior estabilidade econômica também resultou no aumento da dependência, dotando o relacionamento bilateral de maiores contradições. A Coreia do Norte representa um dos centros da competição estratégica entre a China e os Estados Unidos, e Pyongyang soube utilizar esta carta, buscando restaurar o apoio econômico e político de Pequim enquanto dava os primeiros passos na aproximação com Donald Trump.

O suporte econômico chinês é essencial para a sobrevivência do regime norte-coreano, especialmente frente às pressões externas. A natureza da cooperação econômica com a China passou por mudanças ao longo dos anos, evoluindo da assistência energética e econômica para investimentos externos e *joint ventures*.

Chineses e coreanos formaram laços próximos e complexos ao longo de vários séculos, durante os quais a Coreia logrou manter níveis de independência política, governando as atividades domésticas enquanto dependia do Império Chinês para assuntos de defesa e política externa. A relação especial entre a China e a península é circunscrita pelo passado e pela adjacência. Este senso de conexão excede os laços de Pequim com outros Estados em sua fronteira – detendo a visão de que a Coreia do Norte, por não ter sido controlada pelos Estados Unidos, representa o genuíno Estado coreano. A importância estratégica da Coreia do Norte para a China é reconhecida tanto por aqueles que argumentam que o caminho da unificação coreana passa por Pequim, quanto por aqueles que temem a predominância chinesa na península como resultado de um potencial enfraquecimento da aliança Washington-Seul (WESTAD, 2021).

Segundo Xuotong (2017), a China apresenta dois objetivos diferentes em relação à Coreia do Norte. O primeiro diz respeito à manutenção da paz e prevenção da guerra; e o segundo é a desnuclearização da península. No atual panorama e no curto prazo, Pequim é capaz de prevenir um conflito armado, mas não consegue remover as capacidades nucleares norte-coreanas. A principal preocupação securitária da China é a estabilidade regional, o que inclui a segurança física de suas regiões fronteiriças e a manutenção do equilíbrio estratégico no Nordeste Asiático. O apoio à desnuclearização da península se dá neste sentido e tendo esses objetivos em mente (SU, 2018). As ambições nucleares norte-coreanas resultaram em sutis, porém notáveis, problemas ao relacionamento entre Pequim e Pyongyang.

Embora não exista uma aliança formal entre a China e a Coreia do Norte, em 1961 os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, ratificando apoio entre os dois países em caso de ataques externos. Para Su (2018), este direito de intervenção é importante para a garantia da política chinesa dos três não em relação à península – não à guerra, não à instabilidade e não às armas nucleares. Assim, ao mesmo tempo em que mantém os princípios de política externa independente estabelecidos por Deng Xiaoping em 1982, no contexto da Guerra Fria, Pequim busca garantir o seu papel instrumental na configuração do regime de segurança na península.

Na questão coreana, o peso econômico chinês não é necessariamente traduzido em poder político ou diplomático. As crises relacionadas à questão nuclear representam desagradáveis lembretes sobre os limites de seu predomínio sobre Pyongyang. Nesse sentido, Pequim apoia negociações multilaterais e bilaterais acerca da desnuclearização da península, mas não apoia qualquer alteração ao modelo de desenvolvimento do país – ou pressões excessivas que possam levar a isso –, bem como não gostaria de carregar o peso de se tornar o garantidor do cumprimento dos acordos entre o Norte e o Ocidente (WESTAD, 2021).

A transição de liderança na China em 2012 representa um dos eventos que alterou as possibilidades políticas de Kim Jong Un. A ascensão de Xi Jinping representou uma renovação nas posturas externas da China, que passou a assumir maiores responsabilidades e obrigações internacionais. Após o terceiro teste nuclear norte-coreano em fevereiro de 2013, Xi Jinping recalibrou a política chinesa para a Coreia do Norte e passou a assumir posturas mais firmes em relação ao país. Sob a perspectiva chinesa, as provocações militares do Norte levaram à instalação do sistema de defesa antimísseis THAAD, o qual poderia colocar em jogo a capacidade de

dissuasão chinesa, levando a China a pressionar tanto à Seul quanto a Pyongyang a questão (DAEKWON, 2019).

A crescente agressividade da abordagem de Kim Jong Un dificultou o plano inicial em que Xi Jinping manteria a política de seu antecessor para a Coreia do Norte. O governo de Xi Jinping passou a adotar posições mais incisivas de política externa, que melhor expressavam o novo *status* do país na política internacional – o que também gerou efeitos ao relacionamento com Pyongyang. Os empreendimentos militares foram interpretados por parte das lideranças em Pequim como atos de desrespeito à China. Essa leitura foi atenuada após a execução por desobediência de Jang Song Thaek²⁰ em 2013, conhecido por sua proximidade com os líderes chineses. A China concordou com a nova rodada de sanções à Coreia do Norte e o criticismo público ao país se tornou mais frequente. Como forma de deixar clara a desaprovação a respeito do comportamento norte-coreano, a implementação das sanções na fronteira entre os dois países se tornou mais dura e, em 2017, o fornecimento de petróleo a Pyongyang foi consideravelmente reduzido. Em resposta, a mídia estatal em Pyongyang passou a associar ações chinesas à influência norte-americana (WESTAD, 2021).

A análise da cooperação econômica com a China pode ser fundamental para entender as mudanças modernizantes na Coreia do Norte. Como reflexo do interesse na estabilização regional, as críticas aos testes nucleares norte-coreanos têm feito parte do discurso chinês. Estrategicamente, a importância de manter a cooperação e a projeção de influência sobre Pyongyang seguem altas entre as prioridades de Pequim, uma vez que a Ásia contém alguns dos maiores contingentes de tropas norte-americanas no mundo, sendo o Japão o maior expoente. A Coreia do Norte representa uma zona tampão natural para o acesso por terra pela Manchúria.

Ainda que limitado, o comércio entre a China e a Coreia do Norte possibilita a sobrevivência econômica do regime – enquanto alguns comerciantes, que muito teriam a ganhar com amplas reformas econômicas no Norte, enriquecem por meio das trocas realizadas na região da Manchúria. Cresce o contrabando de um país para outro e, cada vez mais, maquinários e bens de consumo chineses conseguem entrar na Coreia do Norte apesar das sanções (WESTAD, 2021).

²⁰ A atuação de Jang Song Thaek foi chave durante o governo Kim Jong Il, sendo ele um dos principais responsáveis pela ponte estabelecida com oficiais e investidores chineses, por meio da negociação e introdução de grandes projetos de desenvolvimento econômico.

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, também interferiu no endurecimento da posição de Pequim em relação à adesão às sanções. Imediatamente após a sua vitória nas eleições norte-americanas, Donald Trump quebrou um protocolo diplomático de longa data com Pequim ao realizar uma chamada de telefone com a recém-eleita líder de Taiwan, Tsai Ing-Wen, colocando em questão a continuidade da política em que os Estados Unidos reconhecem apenas um Estado como a legítima China (*One China policy*). Somando-se à série de reclamações e acusações realizadas à China durante a sua campanha eleitoral, Donald Trump também repetidamente acusou Pequim de financiar o regime norte-coreano e de desrespeitar o regime de sanções internacionais, afirmando que a China teria capacidade para solucionar os problemas envolvendo a península. Sob crescente pressão, Xi Jinping acomodou algumas das demandas de Washington e adentrou parcialmente a campanha de pressão contra a Coreia do Norte. Xi Jinping votou a favor da Resolução 2094 do Conselho de Segurança da ONU, que fortaleceu e expandiu o escopo das sanções contra o país; suspendeu uma conta de Pyongyang no Banco da China; e, ainda, em sua primeira visita à península, se encontrou com o Presidente sul-coreano Park Geun-hye em 2014, quebrando a tradição de visitar o Norte primeiro. Em resposta ao quinto teste nuclear norte-coreano, votou a favor da Resolução 2321 e passou a endurecer o controle sobre a aplicação das sanções, realizando patrulhas noturnas para tentar barrar o comércio ilegal a nível individual – inclusive oferecendo recompensas às denúncias de situações de contrabando (DAEKWON, 2019).

Entre as ações particularmente críticas, Daekwon (2019) destaca a decisão de Pequim de suspender a importação de carvão da Coreia do Norte em fevereiro de 2017, que representava um terço das receitas provenientes das exportações norte-coreanas. Com a escalada das tensões Pyongyang-Washington, a China aumentou ainda mais as restrições ao Norte e, durante a segunda metade de 2017, Pequim votou a favor das Resoluções 2356, 2371, 2375 e 2397, banindo as exportações de produtos de petróleo, têxteis, fechando negócios norte-coreanos na China e expulsando trabalhadores norte-coreanos do país. Como resultado, a economia norte-coreana encolheu 3,5% em 2017 – a maior queda reportada desde 1997, durante a Marcha Penosa (DAEKWON, 2019).

Considerando a crescente dependência do comércio com a China, a tradicional tática norte-coreana de buscar assistência econômica alternativa em momentos de crise com Coreia do Sul e na Rússia, já não traria mais mudanças significativas à situação do país. Tornou-se crescentemente evidente que Kim Jong Un não poderia mais contar com

o patrocínio chinês como base para o crescimento econômico norte-coreano. Com poucas alternativas, era necessário que Kim entrasse em negociação direta com os Estados Unidos para tentar o levantamento ou relaxamento das sanções, obter potenciais auxílios econômicos energéticos, em troca do congelamento paulatino de suas instalações nucleares (DAEKWON, 2019).

A China se beneficiaria de um processo de reestruturação, reforma e abertura semelhante ao seu, na Coreia do Norte e busca demonstrar os ganhos oportunizados por esta transição durante as visitas oficiais norte-coreanas, com vistas a convencer a liderança em Pyongyang. Uma série de visitas de Kim Jong Il à China durante a primeira década dos anos 2000, tinha como roteiro principal a apresentação dos resultados da transformação econômica chinesa, como um modelo de aproveitamento do potencial econômico nacional – o que, segundo Schortgen (2017), era por vezes percebido como intransigência pelo Norte.

Durante o Congresso do Partido de 2016, Kim Jong Un delineou um novo plano econômico quinquenal, com o objetivo declarado de auxiliar o país a se tornar uma potência científica, tecnológica, econômica e altamente civilizada. Concomitantemente, o jornal oficial do regime, Rodong Sinmung, publicava editoriais anunciando as dificuldades socioeconômicas que poderiam assolar o país nos próximos anos, realizando comparações ao período de crise dos anos 1990 (SCHORTGEN, 2017).

A proeminência de Beijing nas arenas geopolíticas e geoeconômicas em conjunto com a alteração do ambiente securitário internacional – com impacto particular sobre os países enquadrados por George W Bush no Eixo do Mal –, fizeram crescer a divergência entre os dois países nas considerações de interesse nacional (SCHORTGEN, 2017). A paulatina inserção chinesa na ordem internacional liberal como uma potência do *status quo* – ainda que com projeto de Estado próprio – aumentou a percepção em Pyongyang sobre os riscos da dependência da China, que ascendia na economia mundial buscando apresentar-se como um ator responsável, buscando estabilidade como forma de fornecer condições para o seu crescimento nacional.

Diferente de Pequim, Pyongyang inicia o século XXI com a fundamental questão acerca da sobrevivência do seu regime ainda sem garantias ou negociação, o que significa que, para a Coreia do Norte, o objetivo ainda não era a estabilidade – ao contrário, o país buscava ser lembrado por meio da manipulação das tensões

envolvendo o seu programa nuclear, atraindo a atenção internacional para as suas prioridades particulares.

Com o seu próprio projeto de modernização em curso, manter estabilidade de longo-prazo no Nordeste Asiático é fundamental para a China. Em relação à questão nuclear norte-coreana, o país busca atingir uma paz duradoura, negociada multilateralmente, incluindo também a assinatura de um Tratado de Paz (HUAIGAO; KAISHENG, 2020).

A distribuição geográfica das trocas comerciais da Coreia do Norte se tornou crescentemente concentrada na China. No início dos anos 2000, as porcentagens de participação da Coreia do Sul, da China e do Japão eram similares e, em conjunto, somavam 60% do comércio total. A dependência comercial com a Coreia do Sul e a China continuou aumentando após a imposição de sanções pelo Japão em 2006, sendo que o Sul se manteve como um importante parceiro até 2015 – antes do fechamento do Complexo Industrial de Kaesong em fevereiro de 2016. Em 2015, as participações chinesa e sul-coreana contabilizavam 63,7% e 30,3%, respectivamente, e em 2016, 88,2% e 4,8%. Desconsiderando as atividades em Kaesong, o comércio intercoreano havia quase se extinguido após o incidente envolvendo o navio de guerra da marinha sul-coreana *Cheonan* e o bombardeio da Ilha Yeonpyeong (RHEE; MESSERLIN, 2020).

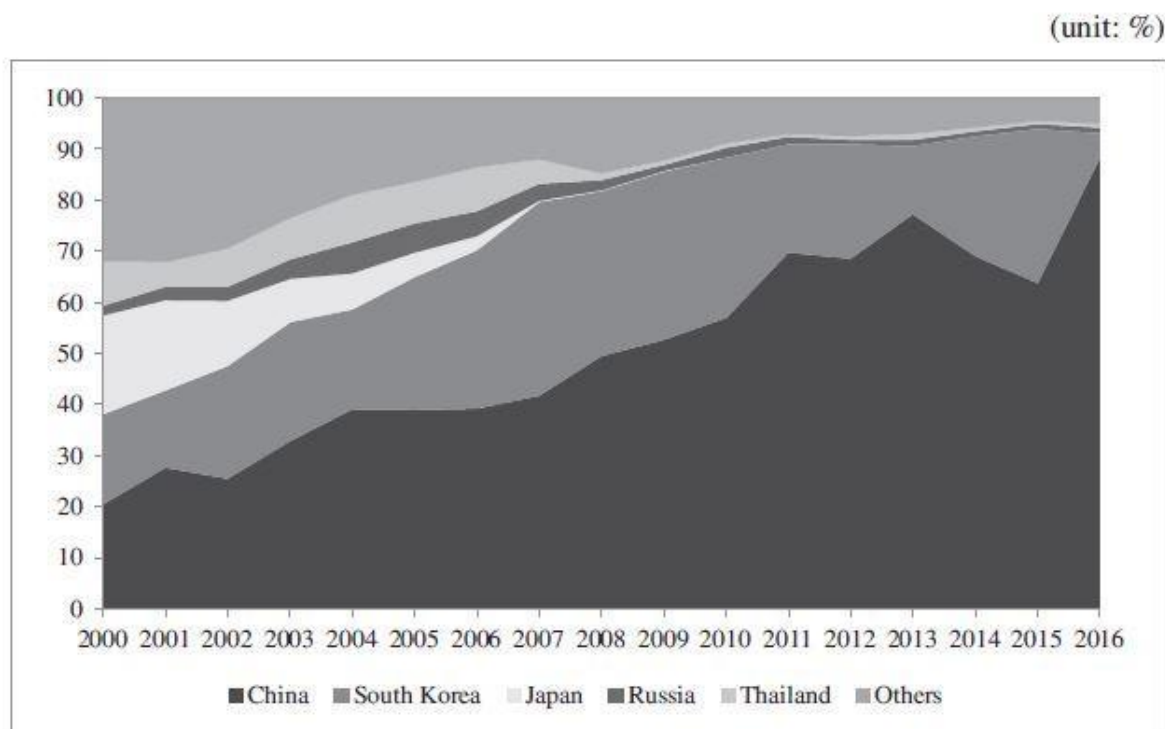
A Tabela 2 e o Gráfico 4 demonstram a relativa distribuição do comércio exterior norte-coreano entre seus principais parceiros comerciais no início do século XXI, o aumento da participação sul-coreana entre 2000 e 2012 e o crescimento da concentração no mercado chinês. A Tabela 2 também expõe a retração da diversificação dos parceiros, como a perda de espaço entre os países de fora do Nordeste da Ásia.

Tabela 2 – Concentração do Comércio Exterior Norte-Coreano entre 2000 e 2016 (%)

	<i>China</i>	<i>South Korea</i>	<i>Japan</i>	<i>Combined</i>
2000	20.4	20.5	19.4	60.3
2001	27.6	15.1	17.8	60.5
2002	25.4	22.1	12.7	60.2
2003	32.8	23.2	8.5	64.5
2004	39.0	19.6	7.1	65.7
2005	38.9	26.0	4.8	69.7
2006	39.1	31.1	2.8	73.0
2007	41.7	38.9	0.2	80.8
2008	49.5	32.3	0.1	81.9
2009	52.6	33.0	0.1	85.7
2010	56.9	31.4	0.0	88.3
2011	70.1	21.3	0.0	91.4
2012	68.5	22.4	0.0	90.9
2013	77.2	13.4	0.0	90.6
2014	69.0	23.5	0.0	82.5
2015	63.7	30.3	0.0	93.7
2016	88.2	4.8	0.0	93.0

Fonte: RHEE, MESSERLIN (2020).

Gráfico 4 – Maiores Parceiros Comerciais da Coreia do Norte entre 2000 e 2016 (%)



Fonte: RHEE, MESSERLIN (2020).

Cresceu também a concentração dos produtos trocados, com as exportações sendo dominadas por produtos minerais – recursos subterrâneos corresponderam a 50,3% das exportações em 2016, o que também é um reflexo do mercado chinês, que absorve principalmente carvão e minério de ferro. Já os itens com destino à Coreia do Sul eram principalmente compostos por bens de consumo, chegando a 82,9% das importações do país provenientes da Coreia do Norte, especialmente em função do tipo de operações em curso em Kaesong, envolvendo a indústria leve e principalmente voltada a produtos de vestuário (RHEE; MESSERLIN, 2020).

As importações de recursos energéticos mais baratos com destino ao norte chinês, provenientes também são afetadas pelas sanções. Acesso rápido ao porto de Rajin encurtaria as rotas marítimas da China ao Japão, às cidades ao sul chinês e também aos países do Sudeste da Ásia. Os principais bens transportados por meio de Rajin eram madeira, carvão e materiais de construção que em grande parte perderam participação sob as sanções da ONU (SU, 2018).

Colocar um ponto final formal na Guerra da Coreia passa pela negociação de um acordo de paz, o que implica na complexa tarefa de endereçar uma ampla gama de questões envolvendo interesses diversos, como a presença de tropas norte-americanas na Coreia do Sul, a atuação dos Estados Unidos no Nordeste Asiático – além do já conhecido dilema sobre a desnuclearização da Coreia do Norte. Pyongyang depende do apoio chinês para aumentar a sua barganha. Com importantes interesses em relação à península, Pequim busca garantir que os seus interesses estejam representados. Esta dinâmica foi retratada na primeira visita de Kim Jong Un à China, em março de 2018, em que foi reiterado o caráter estratégico da amizade Pequim-Pyongyang e da importância de manter os vínculos mútuos inalterados (SU, 2018).

Para a China, a Coreia do Norte representa uma espécie de amortecedor geográfico à influência dos seus vizinhos – e aliados norte-americanos –, bem como em relação à própria presença militar dos Estados Unidos no Nordeste Asiático. A China lutou a favor dos norte-coreanos durante a Guerra da Coreia (1950-1953) e os dois países apresentam heranças mútuas históricas. A existência de um programa nuclear, no entanto, não é aprovada por Beijing, que tende a preferir a manutenção do *status quo* na península – ou seja, sem avanços nucleares subsequentes –, inclusive pela possibilidade de fortalecer a pauta de remilitarização no Japão e na Coreia do Sul.

A geografia coreana interessa muito à China, que se beneficiaria de saídas adicionais para o Pacífico na região próxima à Rússia, bem como de obter domínio

sobre a região do Rio Tumen na intersecção entre a China, a Coreia do Norte e o Extremo Oriente Russo, com vantajosas instalações portuárias de frente para o Japão. O interesse e as preocupações chinesas sobre os desdobramentos na Coreia, sob uma perspectiva de longo prazo, não dependem necessariamente, porém, da permanência da atual elite no poder. Pequim apresenta, assim, visões próprias para a península (KAPLAN, 2012).

Na conjuntura da virada diplomática, Kim Jong Un visitou a China quatro vezes entre março de 2018 e janeiro de 2019 (HUAIGAO; KAISHENG, 2020), refletindo a reaproximação entre Pyongyang e Pequim após o período de escalonamento das tensões entre 2016 e 2017. A parceria econômica com a China pode ser fundamental para que se compreenda as transformações norte-coreanas. Questionando a assertividade das críticas chinesas aos testes nucleares do país, Martins et al. (2014) relembra a importância da garantia de influência sobre a península – zona tampão natural para o acesso por terra pela Manchúria – aos interesses de Pequim, especialmente considerando a presença na Ásia de um dos maiores contingentes de tropas norte-americanas.

O apoio de Pequim à implementação completa das últimas sanções da ONU a Pyongyang deve ser interpretado, portanto, dentro dos limites da questão nuclear, e diferindo da anuência a conflitos armados ou ao colapso do Estado norte-coreano – cenários caóticos que vão de encontro aos interesses estratégicos chineses.

A lógica que explica os limites da cooperação econômica Pequim-Pyongyang está atrelada tanto à postura de ator responsável adotada pela China, quanto pela relutância norte-coreana em adotar reformas completas – o que está diretamente ligado à manutenção de seu regime político. Busca-se, assim, trilhar um caminho próprio para o desenvolvimento de sua economia, priorizando a sobrevivência de seu projeto de Estado. A Coreia do Norte reconhece a singularidade de sua posição geopolítica – que em muito difere da situação em Pequim quando do seu respectivo processo de reforma e abertura. Pyongyang demonstra tentar se equilibrar entre a dependência econômica com a China e as suas estratégias particulares. A crescente fricção entre os Estados Unidos, China e Rússia, em diferentes conjunturas nos anos 2020, tende a favorecer a cooperação Pequim-Moscú-Pyongyang. Este fenômeno não excluiu, porém, a percepção em Pyongyang sobre a dispersão do foco estratégico das potências para longe da península – o que tende a ser interpretado como um obstáculo ao projeto norte-coreano de inserção externa.

4.3 DONALD TRUMP E A ESTRATÉGIA POR TRÁS DA VIRADA DIPLOMÁTICA

A virada diplomática dos anos 2018-2019 foi em grande medida orquestrada pelas administrações coreanas em Pyongyang e em Seul; em seguida, recebeu o consentimento e o apoio chinês; e, ao lograr engajar os Estados Unidos, permitiu que a série de encontros e cúpulas acontecesse, marcando a primeira década do governo Kim Jong Un em níveis domésticos e internacionais. Buscando vitórias políticas e a diminuição das tensões na península, o Presidente Donald Trump aceitou o convite à aproximação e entrou para a história como o primeiro Presidente norte-americano a visitar a Coreia do Norte durante o mandato.

A transformação mais significativa da posição militar global dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria teve início com a declaração da Secretária de Estado Hillary Clinton sobre o Século da América no Pacífico, anunciando o distanciamento das guerras no Iraque e no Afeganistão. A alteração do foco estratégico para a Ásia Pacífico refletiu o reconhecimento da região como principal motor econômico e político global, habitada por mais da metade da população mundial.

Garantir os interesses norte-americanos sobre esta região, neste sentido, tornou-se uma prioridade. O Pivô para a Ásia, estratégia norte-americana anunciada ao fim de 2011 pelo Presidente Barack Obama, segundo Cumings (2020), não repercutiu em efeitos perceptíveis para a política do país para a Coreia do Norte – embora possivelmente tenha representado motivação extra para o projeto nuclear norte-coreano. A postura conhecida como Paciência Estratégia de Obama acabou por criar frustrações ao fim de sua segunda administração, gerando um ambiente propício a posturas mais agressivas para o seu sucessor em Washington.

Chamando a atenção para a forma com que parte da mídia internacional parece presa em um eterno presente em que cada nova crise é tratada como um evento isolado, Cumings (2020) relembra as históricas violações de Washington aos acordos firmados com a Coreia do Norte. Em especial, o autor destaca o *Agreed Framework*, assinado por Bill Clinton e que resultou no congelamento da produção de plutônio por Pyongyang entre 1994 e 2002. Em outubro de 2000, os dois países reafirmaram o seu comprometimento com o *Agreed Framework* e assinaram um novo documento, declarando que não assumiriam posições hostis entre si. Com a transição de poder nos Estados Unidos, a administração Bush conhecidamente quebrou os acordos prévios.

Com base nesta pontual recapitulação, Bruce Cumings argumenta que “O simples fato é que Pyongyang não teria armas nucleares hoje se os acordos de Clinton tivessem sido mantidos por Washington” (CUMINGS, 2020, p. 87-88).

Segundo o cientista nuclear Siegfried Hecker (2021), o mais prevalente entre os mitos envolvendo a questão nuclear norte-coreana é a ideia de que o país teria burlado todos os acordos nucleares que assinou. Esta concepção não apenas é falsa, como também não contribui para o avanço da situação na península – incentivando que os Estados Unidos evitem a introspecção necessária para ponderar sobre as reais razões pelas quais os esforços despendidos falharam. As administrações norte-americanas, nesse sentido, não compreenderam, ou não reconheceram, que a estratégia da Coreia do Norte é o desenvolvimento nuclear, mas também, adicionalmente, a diplomacia. O foco na desnuclearização unilateral descarta que um meio termo político seja aceito como sinônimo de sucesso. Ao interpretar algumas das ações norte-coreanas, perderam-se oportunidades em momentos cruciais.

Desde o início do período pós-Guerra Fria foi estabelecido, ainda por Kim Il Sung, que Pyongyang exploraria um relacionamento estratégico com os Estados Unidos por meio da diplomacia – a acomodação com Washington é vista, neste sentido, como o melhor caminho para a sobrevivência frente ao fim da bipolaridade. Esta acomodação tem como base a projeção de força, o que explica a visão em que o programa nuclear é utilizado como fonte de alavancagem durante os esforços diplomáticos.

O antagonismo Pyongyang-Washington tem como pilar central a presença militar dos Estados Unidos na península coreana. Na perspectiva norte-coreana, demonstrada por meio da retórica que se manteve ao longo das décadas, esta é a origem da divisão entre as Coreias e consequente constante instabilidade – acentuada pelo apoio e rearmamento do Japão e o tratado de defesa assinado com a Coreia do Sul. Conforme argumenta Grzelczyk (2018), a Coreia do Norte já articulou de forma clara o seu principal imperativo, atrelado à remoção do poder militar norte-americano da região, de forma a permitir que a península tome agência sobre os seus assuntos e divisões – quando articulado em 1960, este objetivo parecia mais tangível.

Ao longo das décadas que seguiram à Guerra da Coreia, Pyongyang realizou diversas solicitações de contatos bilaterais com os Estados Unidos, propondo acordos de paz e pedindo pela remoção de suas tropas do Sul. Em março de 1974, a Assembleia Popular Suprema enviou uma carta ao Senado dos Estados Unidos, pedindo por (a) uma promessa de não agressão entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos; (b) a mútua

interrupção dos esforços de incremento armamentista; (c) a remoção das forças da ONU da península; e (d) a retirada de todas as tropas estrangeiras da península (GRZELCZYK, 2018).

Apenas no período 2018-2019, a Coreia do Norte logrou realizar encontros bilaterais, sem conseguir, no entanto, que suas necessidades historicamente articuladas fossem consideradas – com Washington defendendo, como ponto de partida para um avanço nas negociações, que Pyongyang concorde em pôr um fim, de forma completa, verificável e irreversível, ao seu programa nuclear.

Em dezembro de 2018, após os vagos comprometimentos com a desnuclearização que resultaram da aproximação entre Kim Jong Un e Donald Trump, Pyongyang voltou a deixar claro que não desistiria de seu projeto nuclear enquanto a presença militar norte-americana permanecesse – gerando questionamentos sobre se os dois líderes haviam concordado sobre alguma coisa durante os recentes encontros (CUMINGS, 2020).

A irreversibilidade tem sido tipicamente adicionada às demandas de desnuclearização, o que é de improvável realização pois, conforme Hecker (2021), a Coreia do Norte detém extensiva experiência com a totalidade do ciclo de combustível nuclear e o histórico de seis testes nucleares que facilitariam a reconstituição do programa nuclear. Para o cientista, o conceito de desnuclearização não é suficientemente definido e o foco das negociações deveria também estar na busca pela normalização do relacionamento, para o qual Washington não tem demonstrado esforços, insistindo na constante pressão sistêmica e na imposição de sanções – incompatíveis com a noção de normalização mantida por Pyongyang (HECKER, 2019).

A estratégia norte-americana com relação à Coreia do Norte se mantém, a grosso modo, muito semelhante há décadas, tendo como base a variação entre vagas ameaças de uso da força, pressão econômica, pacotes de incentivos e isolamento econômico-diplomático, como forma de obter a desnuclearização do país e sua adesão às normas da ordem internacional vigente. Esta estratégia, porém, está assentada sobre suposições que têm se provado limitadas. A primeira seria o domínio de Washington sobre as ferramentas necessárias para barganhar uma desistência nuclear de Pyongyang; e, a segunda, seria que a chave para o convencimento, ou coerção, viria de Pequim. Estas ideias não coincidem com as opiniões de especialistas e diplomatas norte-americanos

que, desde 1991, avaliavam²¹ a ineficácia das sanções em relação ao programa nuclear da Coreia do Norte, por exemplo (GARLAUSKAS, 2021).

Conforme Garlauskas (2021), os Estados Unidos encontraram-se presos aos métodos pouco frutíferos em parte pelos riscos que descartá-los teria para os seus interesses quanto à estabilidade regional, ao regime global de não proliferação e ao seu relacionamento com a China. Os partidos Republicano e Democrata concordam sobre o apoio à desnuclearização total da Coreia do Norte e, como apontam Fuchs; Bard (2019), os Estados Unidos dificilmente abandonariam este objetivo ou agiriam de forma a dar a entender que o país está satisfeito ou conformado com a manutenção do programa nuclear norte-coreano. As preocupações sobre a proliferação e a erosão das normas do principal tratado internacional sobre armas nucleares e o uso pacífico da energia nuclear – o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968 – somam-se a motivações políticas em que a realização de concessões poderia ser percebida como sinal de fraqueza – uma imagem à qual nenhum líder norte-americano deseja estar atrelado.

Com o aumento dos testes missilísticos e nucleares durante o governo de Kim Jong Un, para a preocupação de Xi Jinping, também foram acrescidos os esforços dissuasórios de Washington no Nordeste Asiático (CUMINGS, 2020). A estratégia de remendar os laços com a Coreia do Sul e a Rússia em busca de auxílio econômico demonstrava seus limites na segunda metade de 2017, incapaz de gerar efeitos econômicos significativos para Pyongyang. Como elabora Daekwon (2019), a falta de alternativas levou à necessidade de buscar contato direto com os Estados Unidos para amenizar as sanções – fazendo com que Kim Jong Un retornasse à mesa de negociações.

Por trás do aceite de Donald Trump em dialogar com Kim Jong Un, encontra-se um ponto de maior prioridade à estratégia dos Estados Unidos, volvendo a competição com a China e também os crescentes problemas socioeconômicos domésticos. Ao diminuir as tensões na península, Washington pôde voltar a concentrar esforços no relacionamento com Pequim. Donald Trump buscou iniciativas para reparar as consequências neoliberais das décadas anteriores, em uma tentativa de conter e reestabelecer o equilíbrio de poder discrepante frente ao desequilíbrio de forças,

²¹ Conforme Memorando elaborado pelo Escritório Nacional de Inteligência para o Leste Asiático e coordenado por representantes dos maiores órgãos de serviços militares e de inteligência dos Estados Unidos (CIA, 1991).

causado pela concentração na indústria tecnológica, nas estruturas da economia política internacionais, como demonstram Pecequilo; Marzinotto Jr. (2022).

Para manter a liderança tecnológica na quarta revolução industrial em curso, os EUA precisam garantir a inovação constante, investir em P&D e proteger-se da transferência de informações privilegiadas aos rivais. A constituição de monopólios é um fator que atrapalha esses objetivos estratégicos e geopolíticos, o que justifica a atuação estatal por um maior controle na “era dos dados”, assim como ocorreu na “era da informação” do século XX. (PECEQUILO; MARZINOTTO JR., 2022).

Para Hecker (2019), do ponto de vista da ciência nuclear, abordar o processo de desnuclearização não é simples, destacando três componentes principais de um arsenal nuclear: o combustível; o armamento em si (desenho, construção e testes); e a capacidade de entrega dos mísseis. Ao manter a produção de plutônio e o enriquecimento de urânio, a Coreia mantém os avanços em termos de produção de material físsil, ou seja, combustível. As interrupções dos testes nucleares e de mísseis de longo alcance, no entanto, representam concessões significativas em si, pois o país não apenas deixa de realizar progressos, mas também o faz justamente em um momento em que se conquistavam maiores níveis de sofisticação e poder de alcance e destruição dos dispositivos que testavam, concluindo-se que o regime também retrocede parcialmente suas atividades nucleares, em termos do desenvolvimento de dispositivos com utilidade militar.

Nesse sentido, a virada diplomática de 2018 é vista como a direção adequada a ser tomada tendo em vista a diminuição das tensões, refutando a visão de que as cúpulas realizadas com o governo norte-coreano representam concessões dadas a Kim Jong Un sem o recebimento de contrapartidas. Não surpreende, assim, que a produção de material físsil na Coreia do Norte não tenha sido descontinuada (HECKER, 2019) enquanto não acontecem avanços tangíveis em relação ao que está em jogo nas negociações.

O fato de que não testou nenhum míssil em 2018 apresentou consequências ao processo de desenvolvimento nuclear norte-coreano. O caminho para maiores retrocessos, contudo, é longo e complexo, como aponta Hecker (2019), especialmente em função da desconfiança mútua, além da falta de diferenciação, no diálogo, sobre as diferentes possibilidades de aplicação da energia nuclear e de temáticas sensíveis e correlatas como o recuo dos Estados Unidos em relação ao acordo nuclear negociado com o Irã.

Há décadas, Pyongyang busca um fechamento formal à Guerra da Coreia que, devido à complexidade de suas implicações, ainda não foi garantido. O fim do armistício e a assinatura de um Tratado de Paz privaria a aliança entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul de sua *raison d'être*, debilitando a presença contínua das forças norte-americanas na península (EBERSTADT, 2021) – com efeitos à estratégia norte-americana para a região, especialmente durante o mandato de Donald Trump.

Em resposta à consolidação da China como potência regional e de alcance global, os Estados Unidos buscaram fortalecer as suas alianças e parcerias militares bilaterais ou trilaterais – não sem questionar os custos destes empreendimentos. As tensões geopolíticas entre as maiores potências globais nos anos 2020, contribuem com esta tendência ao aumentarem a dependência da estratégia global dos Estados Unidos ao seu sistema de alianças. Embora a coexistência norte-coreana com os Estados Unidos se torne menos desfavorável conforme se consolidam as tendências multipolares do sistema internacional, a reaproximação entre os aliados constantemente adiciona componentes de tensão à questão coreana – que depende dos Estados Unidos para uma resolução.

4.4 A REEMERGÊNCIA RUSSA E OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO INFRAESTRUTURAL DO EXTREMO ORIENTE

A Rússia está historicamente inserida nas dinâmicas de poder do Leste Asiático. No século XXI, a península coreana representa parte fundamental da política de retorno ao Oriente, auferindo crescente relevância aos laços envolvendo Pyongyang e Seul. Ainda que não seja a prioridade das políticas externas das Coreias, Moscou representa importante fonte de equilíbrio, especialmente em relação à China, em seus relacionamentos externos.

Por meio de sua estratégia para a Ásia, a Rússia objetiva se estabelecer como importante e reconhecido ator asiático e que também seja consultado para a resolução de grandes questões. Os projetos de integração ferroviária e energética, de longo prazo, representam o pilar da posição russa em relação às crises coreanas – Blank (2018) argumenta que, ao buscar garantir avanços em relação a estes projetos, a Rússia visa a se manter relevante e garantir os seus interesses em relação à península antes que os demais atores negociem outras soluções – que por sua vez não os considerem – para a

questão coreana. Embora seja um parceiro importante para Pyongyang, a Rússia não oferece a segurança e o apoio militar antes garantidos pela União Soviética.

A origem das relações contemporâneas entre a Rússia e a Coreia do Norte, segundo Rinna (2021), encontra-se na Declaração de Krasnoyarsk, de setembro de 1988, em que Mikhail Gorbachev anunciava a mudança da política soviética para a península coreana. Iniciava-se, então, a busca pelo estabelecimento de relações diplomáticas também com a Coreia do Sul – sinalizando o fim da política de reconhecimento diplomático exclusivamente para Pyongyang – visando a aproveitar o rápido crescimento econômico sul-coreano para atrair investimentos à declinante economia russa.

A cúpula entre Kim Jong Il e Medvedev em 2011 foi responsável por uma reaproximação após o início dos testes nucleares e consequente estagnação do relacionamento bilateral. Já nos anos seguintes, durante o governo de Kim Jong Un, como forma de diminuir a dependência com a China, empresas russas receberam vantagens econômicas. O ano de 2014 marca o aumento dos contatos bilaterais, a partir da viagem de Kim Yong-nam, Presidente da Assembleia Popular Suprema, para os Jogos Olímpicos em Sochi – aos quais a Presidente sul-coreana Park Geun-hye não se apresentou. Alguns meses depois, o Ministro das Relações Exteriores norte-coreano realizou uma visita de dez dias para a Rússia, incluindo viagens para quatro regiões do Extremo Oriente russo. Nesta ocasião, o Ministro Ri Su Yong enfatizou o interesse norte-coreano em projetos que visem a aumentar a produção, em detrimento da assistência econômica (ROZMAN, 2018).

Quando Vladimir Putin assumiu o poder e reformulou a política externa colocada em prática desde o fim da Guerra Fria na Rússia, buscou-se aos poucos retomar os laços historicamente construídos com a Coreia do Norte. Em 2000 foi assinado o Tratado de Amizade que, em certa medida, substituía o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua assinado entre a União Soviética e a Coreia do Norte em 1961 e formalmente terminado em 1995. Propositamente, o novo acordo não obriga militarmente a Rússia a intervir em caso de um ataque à Coreia do Norte. O relacionamento apresentou avanços limitados durante a primeira década do século XXI, com a condenação russa aos testes nucleares norte-coreanos e apoio às sanções econômicas conforme as resoluções da ONU (RINNA, 2021).

Na cooperação com a Rússia, o Norte busca projetos agrícolas de longo prazo e também investimento em infraestrutura para o transporte. Havendo perdoado a dívida

norte-coreana de USD 11 bilhões, Moscou insiste que Pyongyang pague pelos investimentos e importações por meio do suprimento de carvão e demais recursos minerais. Dessa forma, possibilita-se que a Rússia compre carvão e o venda no mercado internacional enquanto participa da modernização da indústria mineral, rodovias e ferrovias e investe nas Zonas Econômicas Especiais norte-coreanas. Caso os recursos financeiros sejam excedidos, espera-se ainda poder contar com investidores sul-coreanos, também interessados na construção de corredores de conexão (ROZMAN, 2018).

Na perspectiva russa, como aponta Toloraya (2015), uma unificação coreana sob a liderança de Seul está cada vez mais distante dos interesses de Moscou, uma vez que resultaria em uma brusca alteração no equilíbrio de poder regional. Posicionando-se contra a política de pressão e isolamento, a questão nuclear também não seria a prioridade, nesse sentido, mas sim os objetivos de estabilidade, diálogo, cooperação e eventual reconciliação entre as Coreias.

As forças que orientam a contemporânea reaproximação entre Moscou e Pyongyang envolvem o crescente isolamento econômico e diplomático norte-coreano, além da necessidade de superar a dependência econômica em relação ao apoio chinês. A importância de Pyongyang também está atrelada ao papel essencial que a projeção de influência russa sobre a península coreana detém para objetivos domésticos, regionais e globais de Putin. As esferas securitárias e econômicas são as mais relevantes da cooperação entre os dois atores – sendo a normalização da península pré-condição para que o potencial econômico conjunto seja mais produtivamente explorado (RINNA, 2021).

Uma veia de cooperação econômica – centrada em torno da exploração de recursos naturais no Extremo Oriente Russo e no potencial norte-coreano como corredor para o transporte aos mercados da Coreia do Sul e do Japão – permanece bloqueada pelas condições econômicas ainda prevalentes na região oriental da Rússia e, principalmente, pelo regime de sanções das Nações Unidas (RINNA, 2021).

Embora exista uma identificação entre Moscou e Pequim em relação a aspectos de nível global e ainda que ambos contraponham a agenda liberal na Ásia, regionalmente os dois países buscam suas próprias linhas de influência. Em relação à questão coreana, os dois países compartilham os objetivos de prevenir o colapso do regime em Pyongyang e de desnuclearização da península. Apesar de terem apoiado as sanções impostas pela ONU, Rússia e China também subsequentemente defenderam a

redução das medidas de punição econômica. Há convergência na consideração de que o desenvolvimento nuclear norte-coreano perpetua a senso de incerteza que paira sobre a segurança do Nordeste Asiático, provendo uma *rationale* para que os Estados Unidos posicionem os seus próprios sistemas de defesa antimísseis na península e no Japão, potencialmente minando os seus respectivos sistemas de dissuasão (BLANK, 2018).

A ascensão de Kim Jong Un ao poder trouxe novo ímpeto ao relacionamento bilateral, com a declaração norte-coreana de que o ano de 2015 marcaria a amizade Pyongyang-Moscou. Ao longo de 2015, nesse sentido, foram articuladas áreas antes bilateralmente negligenciadas, resultando em trocas de cunho militar, bem como no estabelecimento de um Conselho Empresarial RPDC-Rússia. O primeiro encontro entre Putin e Kim Jong Un aconteceu em abril de 2019 em Vladivostok, em meio à frustração gerada pela última cúpula Kim-Trump em Hanói, em fevereiro do mesmo ano, e à percepção de Pyongyang sobre a necessidade de equilibrar as cúpulas regionais – uma vez que já haviam sido realizados três encontros com Xi Jinping desde o início de 2018 (RINNA, 2021).

No coração das relações econômicas entre Moscou e Pyongyang está o desenvolvimento do potencial econômico do Extremo Oriente russo. Em virtude de sua localização geográfica, a Coreia do Norte detém a chave para o acesso russo ao Pacífico – tanto como ponte terrestre para a Coreia do Sul, como por meio de instalações portuárias livres de gelo. Nesse sentido, em 2012, foi estabelecido o Ministério para o Desenvolvimento do Extremo Oriente, com funções cruciais para o avanço da política russa para a Ásia-Pacífico. A estabilidade do Nordeste da Ásia, ao qual o Extremo Oriente russo está economicamente integrado, é essencial aos objetivos de promover melhorias securitárias e viabilidade econômica desta região do território russo – o que, por sua vez, é crucial para a realização do objetivo nacional russo de reestabelecer a Federação Russa ao *status* de potência do Leste Asiático (BLANK, 2018).

O pilar da cooperação comercial entre a Coreia do Norte e a Rússia está nos projetos infraestruturais. A Coreia do Norte oferece acesso aos mercados da Ásia-Pacífico por meio do porto de Rason, que está ferroviariamente ligado à cidade de Khasan. O trecho comumente referido como Rason-Khasan representa o ponto focal de antigas iniciativas econômicas multilaterais do Nordeste da Ásia, como a Iniciativa para o Grande Rio Tumen. De maneira ampla, a fronteira terrestre de 17 Km entre a Coreia do Norte e a Rússia abre possibilidades para o desenvolvimento de demais projetos relacionados à infraestrutura, incluindo a transmissão elétrica, bem como sistemas para

o transporte energético (gasodutos, oleodutos) e ferroviário transcoreano. Além disso, em um cenário de normalização coreana, abre-se a possibilidade de conexão entre as duas coreias e a Rússia por meio da ligação da ferrovia intercoreana com a Transiberiana (BLANK, 2018).

A região de Raseon – também conhecida como Rajin-Seonbong –, geograficamente distante do centro nervoso do regime norte-coreano em Pyongyang, apresenta importância geoestratégica para as potências regionais. Localizada na extremidade nordeste da península coreana, na fronteira com a província de Jilin (China) e Primorsky Krai (Rússia), a região configura o ponto asiático mais ao norte livre de gelo durante todo o ano (SNYDER, 2010). Embora a sua atratividade para investidores externos tenha sido limitada desde a sua criação em 1991, cresce o interesse em Raseon enquanto porto de trânsito para o comércio russo, chinês, sul-coreano e japonês (JO; DUCRUET, 2007), em um cenário de abrandamento das sanções.

Raseon foi a primeira ZEE a ser estabelecida, tendo representado ponto focal dos periódicos esforços de Pyongyang para experimentar reformas econômicas quando a área foi nomeada zona de livre comércio econômico, ao final de 1991. Nessa época, o porto de Rajin era parte essencial de um esforço de desenvolvimento regional patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU), conhecido como o Projeto de Desenvolvimento da Área do Rio Tumen – *Tumen River Area Development Project (TRADP)* – que abrangia áreas da China, Mongólia, Rússia e das Coreias (SNYDER, 2010).

A região de Raseon é abundante em recursos naturais, incluindo carvão, minério de ferro e minerais como níquel, cobre e alumínio. O aspecto mais importante, contudo, é a localização de Raseon, na junção geográfica entre China, Coreia do Norte e Rússia. O porto de Rajin, por sua vez, compreende 380.000 metros quadrados e três píeres operacionais com capacidade de movimentar 4 milhões de toneladas métricas. Além de um quarto píer em construção, há planos para aumentar a sua capacidade ainda mais com a construção de dois píeres adicionais (STRATFOR, 2012). Rajin tem 9,8 metros de profundidade e nove berços de atracação. Empresas chinesas arrendaram o uso do primeiro píer para o transporte de carvão e do segundo para contêineres. Em 2008, uma empresa russa teria contratado, por 49 anos, o terceiro píer, concordando em investir aproximadamente 1 bilhão de dólares (USD) no porto (ABRAHAMIAN, 2014).

Como declarado por Kim Il Sung nos primeiros anos após a fundação da República Popular Democrática da Coreia, independência e autossuficiência não são incompatíveis com o comércio externo. Nesse sentido, Raseon foi idealizada para se tornar um importante *hub* comercial e econômico, com instalações produtivas orientadas para a exportação, um terminal petrolífero em Sonbong, além de outros portos especializados (COTTON, 1996).

O desenvolvimento de Raseon voltou a ganhar força a partir da liderança de Kim Jong Un, que supervisionou uma reestruturação nos arranjos institucionais que governam a zona. Externamente, Pequim incorporou Raseon em seu plano de desenvolvimento para a província de Jilin, baseando-se nos acordos anteriores firmados entre os governos da China, Rússia, Coreias e Mongólia para desenvolver a área do rio Tumen. Em 2012, o governo norte-coreano revisou as leis que regem o investimento em Raseon para tornar a zona mais atrativa para investimentos estrangeiros (HABIB, 2013).

Em 2001, um consórcio de empresas chinesas sob a orientação da província de Jilin, começou a pavimentar a estrada que liga o porto de Rajin à fronteira chinesa. A estrada foi concluída dois anos depois e forneceu infraestrutura fundamental para as empresas chinesas terem acesso ao mar. Enquanto isso, a Rússia investiu em torno de 250 milhões de dólares (USD) para reformar a ferrovia de 54 quilômetros que liga o porto de Rajin à cidade russa de Khasan. O terminal portuário foi lançado em julho de 2014. A Coreia do Sul compartilha do interesse no porto, sendo que a cúpula Putin-Park em novembro de 2013 levou a um acordo pelo qual um consórcio de empresas sul-coreanas poderia adquirir até 50% da maioria russa da RasonKonTrans, a *joint venture* Rússia-RPDC que supervisiona a ligação ferroviária – na época a Rússia detinha 70% e a Coreia do Norte 30% do investimento (ABRAHAMIAN, 2014).

A localização estratégica norte-coreana, com potencial para funcionar como um *hub* de transbordo, torna os atores regionais mais receptivos à projetos que atualizem e modernizem a dilapidada sua infraestrutura de transporte – corroborando à consideração geopolítica da Coreia do Norte como o pivô estratégico da segurança do Nordeste Asiático e tornando a península coreana parte da geoestratégia de todas as potências envolvidas (KIM, 2007).

Como abordam Vinokurov e Libman (2016), conexões terrestres (transcontinentais) e marítimas (transoceânicas) apresentam expressivas diferenças em termos de infraestrutura, política e governança. Apesar de normalmente ser a opção mais econômica, a rota terrestre exige consideráveis investimentos na construção e

manutenção da infraestrutura, que necessita do acordo entre os diferentes atores envolvidos. Ademais, ao atravessar fronteiras de múltiplas jurisdições, o comércio transcontinental depende inevitavelmente de um nível mínimo de cooperação. A importância da estabilização coreana para o avanço dos projetos de integração está associada a essas condições.

Em Pyongyang, os laços com a Rússia são valorizados em parte por diminuíram a dependência em relação à China, além de contrabalancear as ações dos Estados Unidos – na península e também em outras regiões do globo. A Coreia do Norte também detém interesse nas possibilidades econômicas que podem resultar da abertura de sua fronteira nordeste (BLANK, 2018).

Destacando a interconexão entre aspectos securitários e comerciais do relacionamento bilateral, Blank (2018) aborda a interpretação russa de que a intensificação das sanções pode gerar instabilidade e minar a realização dos projetos de conexão infraestrutural. O Kremlin busca, assim, encontrar equilíbrio entre o apoio às sanções multilaterais, sem prejudicar os próprios interesses *vis-à-vis* o Norte, condenando um bloqueio econômico *de facto* do país e defendendo que medidas punitivas sejam voltadas a alvos mais segmentados, de forma a não afetar diretamente os meios de vida da população geral. A Rússia também assegurou disposições, em meio ao regime de sanções, que permitissem a continuação das operações da *joint-venture* RasonKonTrans – com dois terços de participação russa –, que detém propriedade e opera ativos ferroviários, um terminal de carvão, e instalações portuárias para containers na Zona Econômica Especial de Rason. Demais projetos que teriam estas instalações como base não obtiveram avanço em função das sanções.

Embora as sanções tenham praticamente congelado a utilização do porto de Rajin e o desenvolvimento de Raseon, uma melhoria nas relações intercoreanas e potencial estabilização da península ampliam a possibilidade de retomada das atividades na região. O desenvolvimento de Raeson, assim como diversas outras questões, depende, assim, da melhoria das relações entre as Coreias e da subsequente normalização da situação norte-coreana em relação à comunidade internacional. Apesar da quantidade ainda limitada de informações sobre os reais desdobramentos envolvendo a ZEE de Raseon e o porto de Rajin, pode-se verificar que os avanços foram comprometidos, em grande parte, pelo padrão de impasses que começa a ser alterado. Faz-se importante destacar que a obtenção de estabilidade depende do reconhecimento, por parte dos atores regionais, dos amplos imperativos que impulsionam o

desenvolvimento nuclear norte-coreano e, seu atual estado de força e condição de Estado nuclear.

Tradicionalmente mais voltados à Europa, os esforços de política externa russos têm crescentemente se voltado ao oriente, ciente de que no longo prazo o país terá que adotar um engajamento mais substancial para a região, o que ecoou no anúncio de sua virada de política externa ao Oriente (*turn to the East*) em 2010. Em 2015, a Rússia lançou o Fórum Econômico para o Oriente (*Eastern Economic Forum*), com vistas a apoiar o desenvolvimento econômico do Extremo Oriente e expandir a cooperação com a região da Ásia-Pacífico. O país não se envolve de forma aprofundada na questão nuclear norte-coreana, mas utiliza o seu *status* como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU para buscar contemplar os seus interesses (HUAIGAO; KAISHENG, 2020).

As propostas de integração física por meio de ferrovias, oleodutos e gasodutos representam um dos pilares das posições russas em relação às crises na península coreana, com vistas a promover o desenvolvimento de seu Extremo Oriente e, também, melhor posicionar o porto de Vladivostok como um *hub* global no Nordeste Asiático. Outro ponto fundamental que envolve Pyongyang está atrelado à resistência russa em manter um projeto de desenvolvimento por vias autônomas e, especialmente após o início da Guerra na Ucrânia, a criação de redes alternativas de cooperação.

4.5 OS INTERESSES DO JAPÃO NA QUESTÃO COREANA

Nas palavras do conselheiro do exército prussiano Klemens Meckel, a Coreia representa um punhal apontado para o coração do Japão (RICHEY; EASLEY, 2021). Amenizar esta ameaça pressupunha, historicamente, dominar a península e também a Manchúria – evitando que outros atores – especialmente Rússia e China – obtivessem controle sob o punhal. Tanto a Primeira Guerra Sino-Japonesa quanto a Guerra Russo-Japonesa tiveram como ponto fulcral frustrar a projeção de influência do inimigo japonês sobre a península coreana. Os desenvolvimentos em torno da península coreana, que serviu como intermediário entre os contatos entre a China e o Japão, tiveram impactos significativos sobre Tóquio ao longo da história.

Ao estabelecer relações diplomáticas com a Coreia do Sul em 1965, o Japão passou a reconhecer legitimamente apenas o governo sul-coreano, anulando em 1967 os

Acordos de Calcutá, assinados com o Norte, sobre a repatriação de residentes japoneses de origem coreana deslocados durante o período colonial. Importa ressaltar que, como argumenta Grzelczyk (2018), além do aspecto humanitário e simbólico, as repatriações apresentavam um elemento econômico, crucial para Pyongyang, atrelado ao conhecimento que os cidadãos coreanos haviam adquirido no Japão e que contribuiria com o desenvolvimento industrial norte-coreano, que carecia de capital intelectual e *know-how*. O dano econômico e político do reconhecimento exclusivo da Coreia do Sul resultou em interações e cooperação consideravelmente limitada entre o Japão e o regime norte-coreano, sendo que o reconhecimento oficial da Coreia do Norte nunca foi assinado entre os dois países.

Engatilhado à política de engajamento sob o progressista Kim Dae-jung, a *Sunshine Policy*, Pyongyang rapidamente melhorou o seu relacionamento com as potências do Nordeste da Ásia e da União Europeia ao longo dos anos 2000. Frente ao limitado progresso no relacionamento bilateral entre o Japão e a Coreia do Norte, o Japão – que antes temia a resistência representada pela Coreia do Norte – passou a se preocupar com os efeitos de uma Coreia do Norte acomodável que viesse a negociar com os demais atores regionais. A histórica cúpula entre o Primeiro Ministro Junichiro Koizumi e Kim Jong Il em setembro de 2002 é reflexo deste contexto e marcou a primeira visita de um Primeiro Ministro Japonês ao Norte. A Declaração de Pyongyang, que resultou desta ocasião, mencionava a normalização das relações bilaterais – ressalta-se que, neste momento, a política norte-americana para a Coreia do Norte já havia sido ajustada, auferindo ainda maior significado à aproximação entre Tóquio e Pyongyang. Desde então, porém, os avanços militares e nucleares norte-coreanos, bem como a confirmação norte-coreana sobre casos de abduções de cidadãos japoneses, descarrilaram a iniciativa de engajamento de Koizumi (SAKAKI, 2021).

Ainda que a maior parte dos estudos sobre as relações entre o Japão e as Coreias enfoque os seus relacionamentos bilaterais com o Norte e o Sul, Sakaki (2021) chama a atenção para dificuldades no relacionamento entre Tóquio e a península como um todo. A volatilidade das relações entre o Japão e a Coreia do Sul é intrigante quando são considerados similaridades e interesses que os tornariam parceiros ideais – sendo o legado colonial responsável por muitas das fricções. A perspectiva japonesa sobre a península é, por sua vez, orientada por cálculos mais amplos sobre o equilíbrio de poder, no contexto das dinâmicas regionais – ainda que as abordagens individuais de Tóquio para cada uma das Coreias sejam pautadas por demais fatores.

Considerada pelo Japão como importante amortecedor para ações da China ou da Coreia do Norte, a Coreia do Sul – apesar do aliado em comum – representa um desafio para Tóquio em função dos conflitos envolvendo problemas históricos que remontam à colonização. A condição geopolítica da Coreia do Sul também difere da japonesa – Seul depende de Pequim para obter avanços reais em relação a Pyongyang. Aproximações entre a China e a Coreia do Sul, por sua vez, preocupam os japoneses, que muito seriam prejudicados caso perdessem sua zona tampão para a cooperação com a China, especialmente frente ao crescimento do aparato de defesa sul-coreano. A Coreia do Sul também optou por não fazer parte da estratégia japonesa *Free and Open Indo-Pacific Strategy* (FOIPS). As contradições do relacionamento entre a Coreia do Sul e o Japão foram refletidas no raso desenvolvimento da cooperação trilateral Tóquio-Washington-Seul, que não parece deter visão comum sobre o futuro (ITO, 2020). Conforme crescem as tensões entre Washington, Pequim e Moscou, porém, estas tendências apresentam potencial de inflexão.

Conforme Sakaki (2021), a posição do Japão é pautada por preocupações sobre a alteração do *status quo* na península coreana, o que foi confirmado pela resposta japonesa ao engajamento intercoreano iniciado durante as os Jogos Olímpicos de 2018 – embora tenha se absterido de criticar o curso adotado por Moon Jae-in, Tóquio adotou uma postura alternativa à dos demais atores regionais ao voltar a enfatizar políticas rígidas baseadas no regime de sanções.

Desde a primeira crise nuclear dos anos 1990, enraizou-se certo ceticismo no Japão sobre a normalização da península coreana no curto ou médio prazos, levando ao seu relativo distanciamento dos processos de engajamento, diálogo e aproximação com o Norte. Como aponta Ito (2020), o Japão se manteve cauteloso durante o processo de engajamento de 2018-2019, limitando-se a suspender temporariamente os exercícios militares agendados e rebaixar os níveis de alerta dos sistemas antimísseis japoneses. Grande parte dos especialistas japoneses concorda sobre a manutenção da estratégia de não envolvimento na península enquanto não se detém os meios para influenciar as decisões envolvendo a questão. Conforme se aprofunda a competição entre a China e os Estados Unidos, no entanto, esta perspectiva é desafiada.

No Japão, episódios de aumento das tensões trazem à tona questões mais amplas e importantes sobre a política externa japonesa de forma geral e, em particular, sobre a aliança com os Estados Unidos. Entre as principais questões, ressalta-se o nível de autonomia japonês ao depender inteiramente do aparato de segurança norte-americano e

até que ponto os interesses e as soluções aos problemas securitários dos Estados Unidos são necessariamente convergentes com as preocupações japonesas. Outros pontos de reflexão envolvem o custo, em termos de cálculos financeiros e também de flexibilidade diplomática; oportunidades políticas; orgulho nacional e progresso democrático. As problematizações crescem junto com as rápidas transformações do ambiente estratégico, em que as questões securitárias nem sempre são claramente definidas (TEO, 2019).

Enquanto adota posições de apoio aos Estados Unidos e à Coreia do Sul e evita tomar iniciativas envolvendo a estrutura de segurança ou o engajamento ativo, o Japão tem aproveitado a vantagem estratégica de ter a Coreia do Sul como espécie de zona tampão enquanto rapidamente desenvolve suas capacidades militares sob o regime da aliança Japão-Estados Unidos e o princípio da defesa exclusiva, sem carregar o fardo dos custos de defesa. Conforme diminuiu a distância entre os mísseis norte-coreanos e o território japonês, somando-se à expansão militar chinesa e disputa sobre as ilhas Senkaku, cresceu a percepção de ameaça no Japão. Visando responder ao cenário externo desfavorável, a partir de 2013 foram realizados esforços para recalibrar a política de defesa japonesa, incluindo o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança, do Secretariado Nacional de Segurança e da Estratégia Nacional de Segurança. Além disso, a administração de Abe decidiu interpretar o Artigo 9 da Constituição de forma restritiva, permitindo que o país exerça o direito de autodefesa coletiva. Em 2016, foi lançada a estratégia de cooperação diplomática e securitária *Free and Open Indo-Pacific Strategy* (FOIPS), inicialmente voltada ao conjunto de Estados que em 2007 formaram, junto ao Japão, o *Quadrilateral Security Dialogue*, conhecido como *Quad* – Estados Unidos, Índia e Austrália (ITO, 2020).

A Constituição japonesa pós-Segunda Guerra proibia o estabelecimento de forças terrestres, navais ou aéreas de autodefesa, ao passo em que o acordo pós-Guerra forçado sobre o país pelos Estados Unidos limitava os gastos com defesa a 1% do PIB nacional, além de manter dezenas de milhares de soldados norte-americanos no país – dos quais, aproximadamente 50 mil seguem em território japonês. Com o passar dos anos, tornou-se norma realizar interpretações flexíveis da Constituição, permitindo a paulatina modernização das forças do Japão – especialmente considerando a ascensão chinesa, que auferiu nova importância às capacidades militares dos aliados dos Estados Unidos no Pacífico.

Desde que o Japão foi utilizado como principal base de apoio logístico aos Estados Unidos durante a Guerra da Coreia, ficou claro aos formuladores políticos em

Tóquio que o Japão – em função da aliança com Washington – teria de fazer parte de qualquer contingência na península, como base operacional. Os desenvolvimentos envolvendo a península são, assim, de fundamental interesse do Japão (SAKAKI, 2021).

O desenvolvimento conjunto, entre Japão e Estados Unidos, do sistema *Theatre Missile Defense* (TMD) desde 2003, a partir da percepção da Coreia Norte como uma ameaça securitária direta ao Japão, porém, não é um ponto de convergência entre o Japão e a China. A preocupação chinesa está atrelada ao fato de que tal sistema tenha a capacidade de tornar obsoleto o seu reduzido número de armas nucleares – instrumento de dissuasão de Pequim, por exemplo, contra Taiwan (LAM, 2017).

As negociações realizadas em 2018 e 2019 entre o líder norte-coreano Kim Jong Un e o Presidente Donald Trump foram recebidas com surpresa pelo Japão, que esperava ter sido previamente consultado, de forma a garantir que seus interesses fossem levados em consideração caso um acordo fosse alcançado. O Japão também prefere que as negociações sejam feitas a partir de uma frente unida e coesa, de forma a resolver os problemas entre os principais atores regionais, sem privilegiar os interesses de um país sobre os demais em um tema sensível. Para o Japão, por exemplo, apenas a desativação dos mísseis de longo-alcance e o fim dos testes nucleares não são resultados suficientes, pois ainda deixariam o país dentro da faixa de alcance dos mísseis norte-coreanos de curso e médio alcance (TEO, 2019).

O papel do Japão nos processos de engajamento ou normalização coreana está atrelado, como elaboram Fuchs e Bard (2019), ao potencial oferecimento de incentivos financeiros a Pyongyang caso se chegue a um acordo com o Norte, além de expertise técnica, em um cenário de avanço de um projeto de modernização econômica. O consenso geral entre formuladores políticos e autoridades, no entanto, é de apoio às linhas duras de ação em relação à Coreia do Norte. Além disso, a abdução de cidadãos japoneses durante os anos 1970 e 1980 se mantém no topo das prioridades japonesas envolvendo a península – com a opinião pública dando maior atenção a estes casos, atrelando-os aos direitos humanos, do que à questão nuclear.

Embora represente o pilar da política externa de Tóquio, a aliança com Washington apresenta relevantes contradições. A retirada dos Estados Unidos da Parceria Trans-Pacífico (TPP) – nos moldes dos questionamentos da administração Trump aos custos do sistema de alianças – por exemplo, contribuiu com os debates internos sobre a capacidade dos Estados Unidos em bancar os interesses do Japão.

Assim como outros membros, o Japão investiu considerável capital político para superar a oposição doméstica e aprovar o TPP. Com a decisão de se retirar do acordo que fazia parte do chamado rebalanceamento dos Estados Unidos para a Ásia, Washington prejudicou as percepções regionais sobre a credibilidade de suas iniciativas.

Os avanços nucleares e missilísticos realizados por Pyongyang também acentuam os questionamentos sobre arranjos de defesa coletivo e a necessidade de desenvolver maior autonomia de defesa. A importância da península coreana, como um todo, para o Japão, por sua vez, é claramente representada pelas guerras que travou para garantir o seu controle. Mais recentemente, apesar do histórico interesse sobre as Coreias, o Japão se distancia das negociações e representa o ator de menor atuação ativa no que tange ao diálogo com Pyongyang. Enquanto teme que uma Coreia unificada leve a um equilíbrio de poder desfavorável a si, acima de tudo, o Japão busca a estabilidade – particularmente para garantir que a China não exercite influência excessiva sobre a península. Com a competição entre a China e os Estados Unidos, a península será chave para as transformações regionais e pode receber maior atenção por parte de Tóquio.

O último capítulo da tese buscou apresentar as posições relativas dos atores regionais, por meio de análises conjunturais especialmente voltadas à virada diplomática de 2018-2019 e os respectivos interesses das potências do Nordeste Asiático divididos em temáticas específicas. Ainda que a nova administração norte-americana tenha mantido as portas para o diálogo oficialmente abertas, desde a eleição do Presidente Joseph Biden, poucos esforços foram realizados para voltar a engajar a Coreia do Norte, que por sua vez tem ignorado ações diplomáticas de pouca profundidade. Demonstrando ceticismo sobre o potencial de conclusão de um acordo de paz com os Estados Unidos, Pyongyang voltou à arena de testes de armamentos. Os lançamentos de um míssil balístico por parte dos Estados Unidos, bem como a decisão de transferir tecnologia à Austrália por meio de submarinos movidos à energia nuclear, são considerados por Pyongyang como exemplos da hostilidade norte-americana, bem como da existência de padrões duplos, inclinados a condenar exclusivamente as ações norte-coreanas.

Eventos recentes também lembraram que a cooperação econômica é vulnerável a retrocessos nas relações políticas. A fase de aproximações estratégicas e de diálogo foi frustrada, por ora, por alguns fatores pontuais. Em primeiro lugar, a dificuldade em avançar a negociação Pyongyang-Washington que obteve tração entre 2018 e 2019 – em grande medida causada pela ausência de qualquer tipo de revisão às

sanções aplicadas sobre a Coreia do Norte. Embora já receba o apoio de Pequim e de Moscou, este processo deve ser liderado pelos norte-americanos. Segue-se a este fator a eclosão da pandemia de covid-19, que além de levar ao fechamento total das fronteiras norte-coreanas em sua fase inicial, também acarretou na aceleração de importantes tendências globais, levando à desaceleração da economia mundial e, mais especificamente, contribuiu com a histórica tendência norte-americana de não formular uma política específica para a Coreia do Norte e aguardar pelo colapso do seu regime.

As negociações esfriaram consideravelmente entre 2019 e 2020, com a realocação das prioridades estratégicas dos principais atores. A partir de 2021, com a aproximação das eleições sul-coreanas, as duas Coreias voltaram a realizar acenos à necessidade de evitar perder o *momentum* de diálogo iniciado há apenas alguns anos e retomar as negociações acerca da questão nuclear e do futuro da península. A troca de liderança no Japão em 2020, o lançamento do AUKUS ao final de 2021, a eclosão da Guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022 e a eleição de um presidente conservador na Coreia do Sul em março do mesmo ano, a nova crise no Estreito de Taiwan a partir de agosto do mesmo ano e a retomada dos exercícios militares conjuntos entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul, reforçaram a interpretação de Pyongyang de que precisa trabalhar para manter sua relevância no topo da agenda das potências globais.

O ano de 2022 viu a retomada de uma série de testes militares pela Coreia do Norte, que voltou a tentar orientar a atenção da comunidade internacional à necessidade de engajamento e renegociação da questão coreana. Uma renovada conjuntura de tensões na península pode desencadear novos testes nucleares, a depender da resposta que será fornecida pelo Ocidente a Pyongyang.

O último capítulo da presente tese analisou os interesses, os condicionantes sistêmicos e domésticos e políticas nacionais dos principais atores do Nordeste Asiático em relação à Coreia do Norte. O novo período de negociações forneceu oportunidade para a apreciação das complexas contraposições regionais por meio da análise da participação de cada um dos atores ao longo do processo de diálogo e aproximação diplomática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como ponto de partida a busca por explicar a estratégia de política externa norte-coreana em seus objetivos de curto, médio e longo prazo, nos níveis nacionais, regionais e sistêmicos. O fio condutor que historicamente permeia a política externa do país revela os mecanismos por meio dos quais o país logra manter o seu projeto político-econômico em meio ao regime de sanções que marca a oposição ao seu sistema. A partir de considerações regionais e históricas, o estudo é construído de forma a fornecer elementos para a apreciação da primeira década de governo de Kim Jong Un (2011-2021), dando ênfase a aspectos político-econômicos domésticos e a sua conexão com o ajuste externo promovido neste período. Contextualiza-se, assim, a virada diplomática que teve ápice em 2018 e envolveu as potências do Nordeste da Ásia, buscando realizar reflexões que forneçam elementos de análise e auxiliem a interpretar a questão coreana nas próximas décadas.

Em grande medida, concluiu-se que Pyongyang entende o potencial que detém para deslocar as placas tectônicas da segurança regional e que utiliza desse poder de alavancagem buscando estabelecer aproximações mais duradouras com o Ocidente, no longo prazo. Esta estratégia se tornou mais perceptível durante a diplomacia das cúpulas de 2018 e 2019. O recrudescimento político-securitário internacional que as seguiu, no entanto, frustra, ao menos a curto prazo, a guinada diplomática iniciada em 2018. Recria-se, aos poucos, um cenário estratégico em que as atenções estão voltadas para pontos de tensão fora da península – o que pode ser interpretado por Pyongyang como o retorno da necessidade de atrair atenção internacional à questão coreana e tende a levar à condução de novos testes nucleares.

Parte do desafio analítico atrelado à compreensão e explicação da sobrevivência do Estado norte-coreano – frequentemente subestimado ou superficialmente interpretado – vem da singularidade do seu sistema. Especialmente desconsideradas na literatura são as capacidades de adaptação pragmática e de inovação econômica – responsáveis pela constante obtenção de novas fontes de moeda estrangeira por meio de extensas redes e esquemas comerciais ocultos.

A imagem equivocada de um país isolado e sem capacidade de empreendedorismo econômico, não encontra respaldo nas frequentes aparições em noticiários internacionais como uma ameaça à segurança global e, ainda, não explica satisfatoriamente de que forma um país retratado há décadas como à beira do colapso

logra gerar periódicas tensões regionais. Esta caracterização tampouco explica como a Coreia do Norte mantém o seu curso, metodicamente acumulando poder de barganha. Indispensável para que se chegue mais perto de desvendar as estratégias norte-coreanas é a compreensão de sua economia e seus respectivos braços regionais – instrumentos que possibilitam tanto a sobrevivência do regime, quanto a manipulação dos níveis de tensão regional que promove. A compreensão da história político-econômica norte-coreana é indispensável ao avanço do entendimento sobre as estratégias que adota contemporaneamente, suas conexões internacionais e a lógica por trás da manipulação dos níveis de tensão regionais.

Neste sentido, entende-se a necessidade de superar o que Bruce Cumings chamou de “[...] eterno presente, em que cada nova crise é tratada como *sui generis*” (CUMINGS, 2020, p. 87) e contextualizar a questão coreana em relação aos fenômenos geoeconômicos regionais e globais. Pressupôs-se, assim, que a Coreia do Norte é um ator racional e que a sua atuação externa pode ser explicada se analisados os seus imperativos domésticos e condicionantes geopolíticos. A estratégia colocada em prática por Pyongyang, em graus variados, tem manipulado o ambiente securitário do Nordeste da Ásia por décadas, sobrevivendo e impactando as dinâmicas regionais ao longo das variadas crises nacionais, regionais e internacionais em curso desde a sua fundação em 1948 e inerentes à transformação sistêmica em curso desde a década de 1990.

Embora considere períodos históricos longos e espaços geográficos complexos, a presente tese se comprometeu a organizar e disciplinar o conhecimento de forma a explicar processos e conjunturas cruciais para a compreensão acerca da estratégia de sobrevivência do Estado norte-coreano e sua busca pela inserção externa no século XXI. Para substanciar a explanação da construção político-econômica da Coreia do Norte, seus objetivos de curto, médio e longo prazo e o impacto que as suas políticas suscitam às dinâmicas de poder em seu entorno, buscou-se priorizar análises multidimensionais e pontuais, em relação à descrição extensiva. Considerando a complexidade dos fenômenos abordados e a singularidade das questões envolvendo o país, entende-se que um único paradigma não daria conta dos esclarecimentos aos quais o presente trabalho se pretendeu.

Como metodologia para a pesquisa de vertente qualitativa e de tipo explicativa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo de abstrações teóricas que, por meio da documentação indireta, foram fundamentadas por alguns marcos principais. Para dar conta dos objetivos do trabalho, as principais categorizações teórico-conceituais

envolveram considerações sobre a lógica própria em que operam as relações interestatais no Leste Asiático, o impacto dos Estados revolucionários ao curso do sistema internacional e as interações entre tempo, espaço e componentes materiais que formam as unidades políticas e, conseqüentemente, informam as estratégias externas que adotam.

A originalidade do trabalho está principalmente atrelada à lente político-econômica que utiliza e às apreciações a respeito das microrrelações entre os diferentes atores e setores da elite político-econômica-militar norte-coreana. Buscou-se contribuir com o preenchimento das lacunas existentes nos estudos voltados à política externa da Coreia do Norte, introduzindo perspectivas que possam auxiliar a complementar a literatura disponível, em especial colaborando à produção de visões brasileiras acerca da temática.

Em meio a um ambiente externo desfavorável ao seu modelo de desenvolvimento, Pyongyang demonstrou habilidade diplomática e sofisticado cálculo estratégico – somados à, já mais amplamente abordada pela literatura, política de provocação nuclear. As ações adotadas pelo governo norte-coreano estão inseridas em um contexto mais abrangente, o que expõe os limites de interpretações que as retratam como eventos isolados e dissociados de um projeto nacional de longo prazo que observa e responde às tendências e movimentações do sistema internacional.

Os argumentos são apresentados de forma a disputar a ideia de que o engajamento de 2018-2019, mais particularmente a aproximação entre Moon Jae-in, Donald Trump e Kim Jong Un, ocorreu como resultado da política de pressão hegemônica, ou, de maneira impulsiva. Tratou-se de um ajuste realizado diante de novas dinâmicas e novas correlações de forças, que foram aproveitadas por Pyongyang visando a criar novas condições de interação regional. Da mesma forma, os demais atores do Nordeste Asiático também realizaram cálculos específicos que os levaram a responder aos sinais dados pela diplomacia norte-coreana e a buscar garantir os seus interesses durante a fase de diálogo.

A ordem regional do Leste Asiático é aglutinada por compreensões comuns atreladas à lógica que regulou as interações entre as suas unidades políticas por muitos milênios – em que a hierarquia formal, em relação à China, convivia com a real independência, ou, igualdade informal. A considerável latitude permitida às unidades secundárias e a falta de confrontação externa proveniente de outras civilizações comparáveis em termos de escala ou sofisticação, tiveram influência sobre o

pensamento diplomático dos países do Leste Asiático (KANG, 2019). A herança comum ratifica o foco regional, mais especificamente, no Nordeste da Ásia, das análises aqui propostas.

Aproximadamente um século depois de entrar em contato com o sistema ocidental, caracterizado por Cumings (2005) pela igualdade fictícia e subordinação real, a ascensão asiática se dá em meio a um contexto internacional que passou por uma série de alterações normativas e estruturais. No século XXI, o padrão de interações descola dos moldes da bipolaridade da Guerra Fria e se reestrutura em meio à transição do ordenamento internacional. Altos níveis de penetração hegemônica e de articulações econômicas e produtivas marcam a singular complexidade do Nordeste da Ásia. Considerar a Coreia do Norte por meio das lentes da Guerra Fria acaba por gerar uma fotografia simplista, como um rascunho em preto e branco de Pyongyang. As análises realizadas ao longo desta tese propuseram-se a adicionar componentes que permitam narrativas mais abrangentes e, em última análise, mais úteis à compreensão da questão coreana. Importa, assim, entender que conforme as circunstâncias internacionais foram transformadas, Pyongyang buscou elevar a sua posição de negociação para um novo patamar.

Frente à encruzilhada em que se encontra, cercada por grandes potências e portanto inserida no nexos regional-global do Nordeste Asiático, ao mesmo tempo em que encara o dilema da permanência do estado legal de guerra – evidenciada pela manutenção da presença militar dos Estados Unidos na península – a Coreia do Norte buscou fortalecer a sua posição relativa por meio de controladas medidas socioeconômicas domésticas; do estabelecimento de elaboradas redes para as suas interações econômicas nas margens do regime de sanções; e do seu aparato diplomático – que envolve tanto contatos informais entre oficiais do governo, quanto a utilização de seus projetos de desenvolvimento militar e nuclear para a criação de emergências diplomáticas e obtenção de maior barganha durante as negociações.

O presente trabalho se desenvolveu em contraponto a perspectivas que reduzem a economia norte-coreana a um campo negligenciado por Pyongyang. Também se superou a repetição de cenários colapsistas sobre o regime, buscando explicar de que forma a Coreia do Norte sobreviveu às transformações sistêmicas e ao padrão de seu relacionamento, marcado pela hostilidade, com o centro da ordem internacional capitalista e globalizada. O processo de transição sistêmica em curso nas últimas três décadas se dá de forma crescentemente acelerada e demonstra, principalmente a partir

da segunda década do século XXI, novas tendências relacionadas às recentralizações econômicas e tecnológicas – diferente do cenário imediato pós-Guerra Fria.

A primeira fase do desenvolvimento econômico norte-coreano após a Guerra da Coreia foi dominada pela industrialização pesada, com investimentos na produção de ferro, cimento e maquinário. A partir dos anos 2000, no lugar da rígida resistência ao crescimento espontâneo das atividades econômicas relacionadas aos mercados privados, flexibilizações administrativas foram adicionadas à legislação, buscando entregar necessárias melhorias ao mesmo tempo em que se respondia moderadamente à lacuna econômica existente entre as Coreias – cuja expansão torna o sistema norte-coreano mais vulnerável a instabilidades.

Importa destacar que não são disponibilizados indicadores ou estatísticas oficiais sobre as condições macroeconômicas norte-coreanas desde 1965. Um pequeno número de instituições sul-coreanas é considerado, de forma geral, como fonte razoáveis para a obtenção de dados básicos – o Banco da Coreia, o Ministério da Unificação e a Agência de Promoção do Comércio e Desenvolvimento (KOTRA). Existem, nesse sentido, muitos aspectos ainda opacos sobre a atividade econômica norte-coreana que não podem ser quantificados adequadamente. É possível, no entanto, identificar fatores macroeconômicos que indicam direcionamentos gerais, por meio da análise de discursos oficiais, explicações dos especialistas que visitam o país quase anualmente e relatórios da inteligência sul-coreana. Ainda que não esclareçam todas as questões envolvendo a economia da Coreia do Norte, esses conteúdos contribuem para a visualização de direções e tendências na evolução da política econômica nacional. Em missão acadêmica realizada ao país em 2019, foi possível observar projetos de construção civil em andamento, o acesso da população a bens de consumo provenientes da fronteira com a China, além de modernas instalações educacionais e científicas.

A política externa adotada por Pyongyang demonstra que, no longo prazo, o país precisa de crescimento. Mais imediatamente, porém, precisa manter a estabilidade nacional. O programa nuclear representa uma forma de obter avanços securitários com custos mais baixos – em comparação com aparatos militares convencionais –, enquanto possibilita a realocação de recursos para o campo econômico. Além disso, por vezes, na política internacional, avanços são obtidos por meio da provocação – lembrando que o principal foco da política externa norte-coreana são as relações com os Estados Unidos.

Somente no século XXI, após a superação dos desafios mais críticos à sua sobrevivência econômica, Pyongyang se retirou do TNP, em 2003, e realizou o seu

primeiro teste nuclear, em 2006. A política de desenvolvimento das capacidades militares e nucleares permitiu, por sua vez, que o país transitasse em direção a uma nova fase de sua política externa e econômica, com a retração relativa da ênfase do setor militar em favor da modernização econômica, visando a diminuir vulnerabilidades sociais.

A revitalização da economia sob o governo Kim Jong Un teve o Partido como espinha dorsal, funcionando como base para a legitimidade do novo líder. Após a estabilização macroeconômica, buscou-se rejuvenescer diferentes setores da economia e incluir a indústria leve e a agricultura à lista de prioridades, de forma a aumentar o nível de vida da população. A economia foi movimentada de forma a mitigar deficiências, sem causar abalos ao equilíbrio de forças doméstico que garante a sustentação do regime político. A elevação dos índices econômicos e sociais estão, neste sentido, no cerne da formulação das políticas externa e de segurança da Coreia do Norte.

Diferente das transições que ocorreram na China ou no Vietnã, a Coreia do Norte não realizou esforços para atrair investimento externo privado em peso, preferindo avançar o seu projeto de modernização por meio de projetos de larga-escala de natureza política, nos moldes da cooperação realizada em grande medida com a Coreia do Sul, a China e a Rússia. As principais atividades econômicas ou financeiras realizadas pela Coreia do Norte fora de suas fronteiras, até então, podem ser categorizadas como politicamente predeterminadas – projetos de cooperação e trocas comerciais subsidiadas –, além das atividades clandestinamente executadas nas margens do regime de sanções da ONU. Ao buscar a inserção externa do país, Pyongyang sinalizou o objetivo de ampliar as suas fontes de financiamento.

As políticas adotadas na primeira década do governo Kim Jong Un aprofundaram o processo de modernização militar e buscaram retomar algum nível de crescimento econômico. Ao recalibrar a sua estratégia de inserção externa, provocou-se redimensionamentos às interações regionais. Este processo se deu em meio à solidificação da estratégia de contenção da China por parte dos Estados Unidos desde a segunda década do século XXI – que gerou a alteração da postura de Washington para a península, migrando da paciência estratégica para a incerteza estratégica durante o governo Trump – que se desdobrou na guerra comercial e competição tecnológica Pequim-Washington. Observa-se, assim, que a inclusão de um membro, não oficial, ao grupo dos Estados nucleares – o que Pyongyang considera ter sido alcançado em 2017, após a intensa fase de testes que demonstrou avanços qualitativos e quantitativos em

termos nucleares e missilísticos (BRITES, 2018) – remodela o balanço estratégico regional e redimensiona a importância da península para as considerações estratégicas das maiores potências globais.

Ao final da primeira década do século XXI, aspectos da transição interna de poder e da possibilidade de melhora do relacionamento Pyongyang-Washington constituíram variáveis-chave para a determinação da forma com a qual a política econômica norte-coreana viria a ser atualizada. Tendo em mente a criação de condições para a manutenção da legitimidade do governo que sucederia Kim Jong Il, a Coreia do Norte realizou visíveis avanços no sentido de criar garantias securitárias enquanto buscava condições para a subsequente melhora da situação econômica.

Os estrategistas da Coreia do Norte aprenderam – com as lições deixadas pela experiência soviética – que o ritmo das transformações é crucial para os resultados finais. A retomada econômica foi limitada, porém suficientemente forte para permitir que o passo da evolução militar fosse acelerado, aproximando o país de seu objetivo dissuasório antes do que as avaliações da inteligência ocidental presumiam ser possível em tal conjuntura. Ao mesmo tempo, as paulatinas flexibilizações garantiram movimentação econômica suficiente para estabilizar o ambiente doméstico.

De particulares implicações para a formulação das políticas externas dos países do Nordeste da Ásia, a geografia política encarada pela Coreia do Norte, que compartilha fronteiras terrestres e marítimas com a Coreia do Sul, a China, a Rússia e o Japão, a situa de forma singular nas dinâmicas regionais, tornando-a peça central para a compreensão das estratégias nacionais sobrepostas. Interpretar a lógica no cerne da política externa da Coreia do Norte é crucial porque Pyongyang detém a chave para a estabilidade da península, que por sua vez é central para a ordem do Nordeste Asiático e da Ásia-Pacífico – que, ao envolver os interesses das grandes potências mundiais, tornam a questão global.

As estratégias norte-coreanas respondem ao meio em que estão inseridas, apresentando estreitas margens de manobra. Conforme as conjunturas externas, Pyongyang realiza os acenos necessários para que se retorne às negociações sobre a criação de condições para a normalização de suas relações com a comunidade internacional. Momentos de aproximação aconteceram, de forma intermitente, desde a década de 1980, tendo como principais expoentes a *Sunshine Policy*, as *Six Party Talks*, as cúpulas intercoreanas e, mais recentemente, as cúpulas Kim-Trump.

A virada diplomática observada em 2018 resulta de uma posição de força do regime, possibilitada pelas mudanças político-econômicas introduzidas até então, e fazem parte da estratégia expressa no *Byungjin*, que por sua vez dá continuidade às políticas nacionais anteriores, ajustando-as ao século XXI. Progressos diplomáticos dependem da contemplação das visões de todas as capitais envolvidas e as suas condições de convencer as opiniões públicas domésticas de que um acordo com Pyongyang representa uma vitória importante. A evolução das negociações também pressupõe o ganho de profundidade nos diálogos pela normalização, de forma a garantir que as partes permaneçam investidas no processo conforme ele avança, comprometendo-as suficientemente com os resultados.

O Nordeste da Ásia é marcado, também, por clivagens intercapitalistas, cuja constante complexificação é acelerada no início da terceira década do século XXI. A retirada dos Estados Unidos do Afeganistão e o conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia levaram, por exemplo, ao aumento ao apoio da opinião pública sul-coreana à posse de arsenais nucleares independentes, para além do atual guarda-chuva nuclear norte-americano – debate que já transcorre mais vigorosamente em Tóquio. O estabelecimento do Pacto de Segurança entre a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos (AUKUS) também contribuiu nesse sentido.

Os avanços securitários norte-coreanos, ao aumentarem os riscos e as consequências de uma eventual defesa norte-americana a Tóquio e Seul, contribuem, propositalmente, com as divisões entre Washington e seus aliados asiáticos, ao produzir efeitos variados aos debates domésticos sobre militarização. Em meio a este cenário e aos problemas de credibilidade enfrentados pelo sistema de alianças – já inflamados durante a administração Trump –, o Presidente Joseph Biden demonstrou buscar reengajar os aliados norte-americanos na Ásia.

Após a estagnação das negociações sobre a questão coreana em 2019, a sucessão de fricções internacionais envolvendo as grandes potências aumentou a convergência sobreposição de interesses entre Pequim, Moscou e Pyongyang, intensificando intenções políticas e projetos de cooperação – como demonstrado pelo crescimento do intercâmbio de visitas de alto nível entre estes atores. Políticas de isolamento acabam por aprofundar as atividades econômicas que operam na sombra da economia mundial, bem como os laços entre os países excluídos ou bloqueados por organizações tradicionais.

A análise da região que integra a Coreia do Norte contextualiza a conjuntura em que se desenvolveram as tratativas diplomáticas envolvendo Pyongyang no século XXI, bem como substanciam discussões mais generalistas a respeito da formação de correlações de forças que condicionam em nível sistêmico uma nova geografia econômica, que se desdobra – e recebe retaliações – em países não centrais. Em Pyongyang, os processos envolvendo as emergentes correlações de força do início do século XXI levaram ao ajuste de sua política externa, cujas causas, formatos e desdobramentos, a presente tese buscou explicar.

Há implicações estruturais mais profundas em jogo na renovada competição entre grandes potências, fundamentalmente significando o fim da preponderância norte-americana no Leste da Ásia. A crise financeira de 2008 catalisou a transição de poder na região, com a formação de alternativas às instituições de *Bretton Woods* que reforçaram a globalização centrada nos Estados Unidos. Novos polos de poder ganham proeminência no sistema internacional crescentemente multipolar – o que, no longo prazo, pode ser mais favorável ao projeto de Estado norte-coreano.

Destaca-se o processo de formação de uma nova geografia econômica na periferia do sistema internacional capitalista, liderada por Pequim e Moscou, mas que também envolve os demais países emergentes como a Índia, o Brasil e a África do Sul, que compõem eixos ascendentes em busca de maior influência e protagonismo internacional. Conforme crescem as tensões entre as potências estabelecidas e as emergentes, Washington busca revigorar suas tradicionais alianças securitárias, como a OTAN, o AUKUS e o Quad, por meio da expansão de suas atribuições – o que se relaciona com uma estratégia mais ampla para o Indo-Pacífico. Organizações e fóruns regionais representam importante lócus para a construção de novos regimes e compromissos.

O presente trabalho almejou demonstrar a existência de um fio condutor na política externa norte-coreana, com ênfase em sua fase mais recente, em que a partir de redefinições estratégicas, inaugurou-se um novo perfil de relações diplomáticas com os atores regionais. Por meio de ajustes a aspectos político-econômicos chave e respectiva reflexão na adaptação de sua política externa, a Coreia do Norte logrou sobreviver ao fim da bipolaridade no cenário sistêmico e não demonstra sinais de instabilidade mesmo em meio ao isolamento em relação à comunidade internacional; ao aumento da competitividade econômico-tecnológica entre grandes potências; e às crises atreladas à pandemia de covid-19, que marcam as primeiras décadas do século XXI. Paralelamente

ao desenvolvimento da capacidade de dissuasão, as políticas econômicas buscaram criar condições mínimas de desenvolvimento fora da ordem internacional capitalista globalizada enquanto também se ganhava tempo – e *momentum* – para articular possibilidades à inserção externa em termos menos distantes de seus objetivos nacionais de longo prazo.

Os objetivos da Coreia do Norte são regionais e visam primeiramente à sobrevivência e à segurança, seguidas pelo objetivo de desenvolvimento econômico-social – o qual depende, em seu estágio atual, da renegociação diplomática com as potências regionais. Sem pretensões globais, os esforços militares e nucleares visam especialmente a evitar a dominação por outros Estados. O governo conhece o destino de outros antigos aliados soviéticos, cujas deposições aconteceram nas últimas décadas. Kim Jong Un precisaria ter certeza de que, ao contrário de Saddam Hussein no Iraque ou Muammar Gaddafi na Líbia, existem garantias de sobrevivência ao seu regime após a desnuclearização. Alternativamente, Pyongyang almeja que a nuclearização do país seja amplamente considerada fato consumado.

Diferente do que pode ser pressuposto a partir das ilustrações do regime como ator irracional, existe uma coreografia ensaiada que inclui a execução de testes, desfiles e discursos bélicos. A literatura sobre o tema é dominada por recomendações políticas de tratamentos de choque e bloqueios – de grande prejuízo à população mais vulnerável na Coreia do Norte. Poucos estudos demonstram a baixa efetividade das sanções, a relevância do engajamento ou o simples aceite de que o colapso não é, de fato, iminente.

À revelia da especulação a respeito do futuro do regime norte-coreano – que se tornou uma espécie de esporte diplomático –, o país deve continuar em constante processo de transformação, o que não significa que se deva antecipar alterações nos demais aspectos de sua política e sociedade no curto ou médio prazos. Inserida no contexto regional e global de transição sistêmica e intrínseca alteração das correlações de força, Pyongyang opera complexos horizontes decisórios, calculando e recalculando as suas estratégias de curto e médio prazo, visando a fins históricos.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMIAN, Andray. **The ABCs of North Korea's SEZs**. Washington: US-Korea Institute at SAIS, 2014.

ADSHEAD, S. A. M. **China in World History**. London: Macmillan/Palgrave, 2000.

AGNEW, John. **Geopolitics: re-visioning world politics**. 2 ed. Londres: Routledge, 2003.

AHN, Mun Suk. what Is the Root Cause of the North Korean Nuclear Program? **Asian Affairs: An American Review**, v.38, n.4, p.175-187, 2011.

AMIN, Samir. **Global history: a view from the south**. Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazuka Press, 2011.

AMINEH, M. P.; HOUWELLING, H. China and the Transformation of the Post-Cold War Geopolitical Order. In: AMINEH, M. Parvizi. **State, Society and International Relations in Asia**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 215-271.

ARMSTRONG, Charles K. Epilogue. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 257-261.

ARMSTRONG, Charles K. **Necessary enemies: anti-americanism, Juche ideology, and the torturous path to normalization**. Washington: U.S.- Korea Intitute at SAIS, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. A ascensão do Leste Asiático e a desarticulação do sistema político mundial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 99 – 131, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: lineages of the Twenty-First Century**. London/New York: Verso, 2007.

ATKINSON, Joel. In Russia, South Korea's Moon Eyes a Major Realignment for Northeast Asia. **World Politic Review**, jun. 2018. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/in-russia-south-korea-s-moon-eyes-a-major-realignment-for-northeast-asia/?share=email&messages%5B0%5D=one-time-read-success>. Acesso em: 12 mai. 2022.

BAE, Chong-Ryei. The First Ten Year of Kim Jong-II's Economic Policy: changes and future direction of North Korea's economic policy. **International Studies Review**, v. 5, n. 2, Oct., p. 1-21, 2004.

BANK OF KOREA. Economic Statistics System 2022. Disponível em: <<http://ecos.bok.or.kr>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

BARU, Sanjaya. Geo-economics and Strategy. **Survival: Global Politics and Strategy**, v. 54, n.3. p. 47-58, 2012.

BEESON, Mark. Geoeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy. **Economic and Political Studies**, v.6, n.3, p. 240-256, 2018.

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BLANK, Stephen. Making Sense of the Russo-North Korea Rapprochement. In: ROZMAN, Gilbert; RADCHENKO, Sergey. **International Relations and Asia's Northern Tier: Sino-Russian Relations, North Korea and Mongolia**. Cingapura: Palgrave, 2018. p. 283-299.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRITES, P.; JAEGER, B. Geoeconomics in the light of International Political Economy: a theoretical discussion. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 22-36, 2020.

BRITES, P. V. P. **As dinâmicas regionais do Nordeste Asiático e o pivô norte-coreano**. 2018. 270 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y política**. México: Siglo XXI, 1974.

BUSH, George W. **State of the Union Address**. Jan, 2002. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20020201185324/http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em: 02 mai. 2022.

CALDER, Kent E. **Geopolitical Change in Northeast Asia: implications for the Korean Peninsula of New Relationships Between World Powers**. Asia Research Report, Japan Center for Economic Research, 2016. Disponível em: https://www.jcer.or.jp/jcer_download_log.php?f=eyJwb3N0X2lkIjo0MzA2MywiZmlsZV9wb3N0X2lkIjo0NDMwODEifQ==&post_id=43063&file_post_id=43081. Acesso em: 02 abr. 2021.

CALDER; Kent E.; YE, Min. **The Making of Northeast Asia**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES. South Korea's infrastructure vision. 2018. Disponível em: <https://reconnectingasia.csis.org/analysis/entries/south-koreas-infrastructure-vision/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CHA, SANGMI. North Korea's Kim calls for thorough implementation of five-year economic plan. Reuters. 8 de Fevereiro de 2021. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/us-northkorea-politics-idUSKBN2A82KQ>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CHEON, Seong-Whun. The Kim Jong-Un Regime's 'Byungjin' (Parallel Development) Policy of Economy and Nuclear Weapons and the 'April 1st Nuclearization Law'. 2013. Online Series CO 13-11, Korea Institute for National Unification. Disponível em: <http://lib.kinu.or.kr/wonmun/003/0001458456.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CHIANG, Min-Hua. **Contemporary China-Japan Relations**: the politically driven economic linkage. *East Asia*, v. 36, p. 271-290, 2019.

CHO, Sungmin. Why North Korea Could Not Implement the Chinese Style Reform and Opening? The Internal Contradiction Between Economic Reform and Political Stability. **Journal of Asian Security and International Affairs**, v.7 n.3, p. 305-324, 2020.

CHOE, Su Nam; PAK, Kum Il. **DPRK**: Seven Decades of Creation and Changes. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House, 2018.

CHOI, Jinwook; SHAW, Meredith. The Rise of Kim Jong Eun and the Return of the Party. **International Journal of Korean Unification Studies**, v. 19, n. 2, p. 175-202, 2010.

CHUN, Chaesung. Why is there no non-Western International Relations theory? Reflections on and from Korea. In: ACHARY, Amitav; BUZAN, Barry. (Ed.). **Non-Western International Relations theory**: perspectives on and beyond Asia. Oxfordshire: Routledge, 2010. p. 69-91.

CIA. North Korea: likely response to economic sanctions. National Intelligence Council. 1991. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0005380437.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

CLEGG, Jenny. **China's Global Strategy**: towards a multipolar world. Londres: Pluto Press, 2009.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics**: the geography of International Relations. 3. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

COTTON, James. The Rajin-Sonbong free trade zone experiment: North Korea in pursuit of new international linkages. **Working Paper No. 1996/9**, Australian National University, 1996. Disponível em: <https://openresearchrepository.anu.edu.au/bitstream/1885/40379/4/96-9.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

CUMINGS, Bruce. The Origins and Development of the Northeast Asian Political Economy: Industrial Sectors, Product Cycles, and Political Consequences. **International Organization**, v.38, n. 1, p. 1-40, Winter, 1984.

CUMINGS, Bruce. Power and Plenty in Northeast Asia: the evolution of U.S. policy. **World Policy Journal**, v. 5, n. 1, p. 79-106, Winter, 1987.

CUMINGS, Bruce. **Korea's Place in the Sun: a modern history**. New York: Norton & Company, 2005.

CUMINGS, Bruce. **Obama, Trump and North Korea**. In: TURNER, Oliver; PARMAR, Inderjeet. *The United States in the Indo-Pacific: Obama's Legacy and the Trump Transition*. Manchester: Manchester University Press, 2020. p. 79-93.

DAEKWON, Son. Bringing North Korea to the Negotiating Table: unstable foundations of Kim Jong-un's North Korean regime. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 0, n. 0, 2019. p. 1-31.

DELURY, John. North Korea in 2019: a year of strategic adjustment. **Asian Survey**, v. 60, n. 1, p.69 – 78, 2020.

DITTMER, Lowell. **China's Rise, Global Identity, and the Developing World**. In: DITTMER, L.; YU, George T. *China, the Developing World, and the New Global Dynamic*. Londres, Lynne Rienner Publishers, 2010. p. 203-230.

DUDDEN, Alexis. **Japan's colonization of Korea: Discourse and Power**. Honolulu: University of Hawaii, 2005.

EASLEY, Leif-Eric. From Strategic Patience to Strategic Uncertainty. **World Affairs**, v. 180, n.2, Summer, 2017. p. 7-31.

EBERSTADT, Nicholas. Biden and Moon are Getting North Korea Wrong. *The New York Times*, Mai. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/05/26/opinion/north-korea-biden-moon-jae-in.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

EDWARDS, Paul M. **Historical dictionary of the Korean War**. Maryland: Scarecrow Press, 2010.

FIORI, José Luís da Costa. Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p.10-17, 2018.

FOOT, Rosemary; GOH, Evelyn. The International Relations of East Asia: a new research prospectus. **International Studies Review**, v.0, n. 0, p. 1-26, 2018.

FORD, Glyn. **Talking to North Korea: ending the nuclear standoff**. Londres, Pluto Press, 2018.

FRANK, Rüdiger. Socio-economic Change in the DPRK and Korean Security Dilemmas: The Implications for International Policy. **North Korean Review**, v. 11 n. 2, p. 7-24, outono, 2015.

FUCHS, Michael H.; BARD, Abigail. The Time is Right for a Deal with North Korea. Report. Center for American Progress. Jun, 2019. Disponível em: <https://www.americanprogress.org/article/time-right-deal-north-korea/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: The Free Press, 1992.

GARLAUSKAS, Markus. **It's Time to Get Real on North Korea**. United States Institute of Peace. Fevereiro, 2021. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2021/02/its-time-get-real-north-korea>. Acesso em: 26 mai. 2022.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GO, Myong-Hyun. Moon's North Korea Policy: reengaging North Korea to regain strategic initiative. Issue Brief, Asan Institute for Policy Studies, 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAY, Kevin; LEE, Jong-Woon. North Korea and the Geopolitics of Development. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

GRYGIEL, Jakub J. **Great Powers and Geopolitical Change**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

GRZELCZYK, Virginie. **North Korea's New Diplomacy: challenging political isolation in the 21st century**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

HABIB, Benjamin. Rogue proliferator ? North Korea's nuclear fuel cycle & its relationship to regime perpetuation. **Energy Policy**, v. 38, n. 6, p. 2826-2834, jun. 2010.

HABIB, Benjamin. Strategic player, economic outlier: regional integration and North Korea's place in Northeast Asia. **Griffith Asia Quarterly**, Brisbane, v.1, n. 2/3, p. 1-23, 2013. Disponível em: <https://www104.griffith.edu.au/index.php/gaq/article/view/408>. Acesso em: 02 nov. 2015.

HABIB, Benjamin; O'NEIL, Andrew. North Korea's emergence as a nuclear weapons state and the end of the disarmament paradigm. **Global Change, Peace & Security**, London, v. 21, n.4, p. 377-387, oct. 2009.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. London: Macmillan Press, 1994.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics: the rise and fall of the sixth great power**. London: Macmillan Press, 1999.

HARRISON, Selig S. **Korean Endgame: a strategy for reunification and U.S. disengagement**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

HASTINGS, Justin V. **A Most Enterprising Country: North Korea in the Global Economy**. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 2016.

HECKER, Siegfried. **North Korea in 2018: a Q&A with Siegfried Hecker**. Stanford, Center for International Security and Cooperation. 2019. Disponível em: <https://cisac.fsi.stanford.edu/news/north-korea-2018-qa-siegfried-hecker>. Acesso em: 26 fev. 2022

HECKER, Siegfried S. **The North Korean Nuclear Question Revisited: facts, myths and uncertainties**. Global Asia, set. 2021. Disponível em: https://globalasia.org/v16no3/cover/the-north-korean-nuclear-question-revisited-facts-myths-and-uncertainties_siegfried-s-hecker. Acesso em: 17 mai 2022.

HONG, Jae-Hwan. **North Korean Economy in the Kim Jong-un Regime**. Study Series. Seoul: Korean Institute for National Unification, 2018.

HUAIGAO Q.; KAISHENG L. The Shifting Power Structure of Northeast Asia and China's Strategic Choices in the 2020s. **Journal of International Analytics**, v. 11, n. 2, p. 45-67, 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. Why International Primacy Matters. **International Security**, v. 17, n.4, p. 68-83, Spring, 1993.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Nova York: Simon & Schuster Inc., 1996.

INOGUCHI, Takashi. Korea in Japanese Visions. In: ARMSTRONG, C. K. et al. (Ed.). **Korea at the center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 5-14.

INSTITUTE FOR UNIFICATION EDUCATION. Understanding North Korea 2017. Seoul, Research and Development Division, out. 2017. Disponível em: <www.unikorea.go.kr>. Acesso em: 18 mai. 2022.

ITO, Kohtaro. **Japan's Security Pledge in the Korean Peninsula**. In: PANDA, Jagannath P. **The Korean Peninsula and Indo-Pacific Power Politics: status security at stake**. Abingdon: Routledge, 2020. p. 57-71.

JO, Jin-Cheol; DUCRUET, César. Rajin-Seonbong, new gateway of Northeast Asia. **Springer Verlag**, v. 41, n. 4, p. 927-950, jun. 2007.

KANG, David. **North Korea's Quest for Economic and Military Security**. In: KOH, Byung Chul. **North Korea and the World: explaining Pyongyang's Foreign Policy**. Seoul: Kyungnam University Press, 2004a. p. 61-89.

KANG, Eliot C. S. North Korea's international relations: the successful failure? In: KIM, Samuel S. (Org.). **The international relations of Northeast Asia**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2004b. p. 281-299.

KANG, David C. **China Rising: peace, power and order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KANG, David C. **East Asia before the West**: five centuries of trade and tribute. New York: Columbia University Press, 2010.

KANG, David C. Getting Asia wrong: the need for new analytical Frameworks. **International Security**, v.27, n. 4, p. 57-85, Spring, 2013. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic787492.files/Kang%20Getting%20Asia%20Wrong.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

KANG, David C.; MA, Xinru. Power Transitions: Thucydides didn't live in East Asia. **The Washington Quarterly**, .41, n. 1, p.137-154, Spring, 2018.

KAPLAN, Robert D. **The Revenge of Geography**: what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate. Nova Iorque: Random House, 2012.

KHANNA, Parag. **The Future is Asian**: commerce, conflict and culture in the 21st century. New York, London, Toronto, Sydney, New Delhi: Simon & Schuster, 2019.

KIM, Jong Un. On the 70th Anniversary of the Founding of the Workers' Party of Korea (4 Out, 2015). Discurso. In: For the Prosperity of the Country. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House, 2017.

KIM, Samuel S. Northeast Asia in the local-regional-global nexus: multiple challenges and contending explanations. In: KIM, Samuel S. (Ed.). **The International Relations of Northeast Asia**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004. p. 3-61.

KIM, Samuel S. Inter-Korean Relations in Northeast Asian Geopolitics. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center**: dynamics of regionalism in Northeast Asia. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 167 – 182.

KIM, Samuel S. **North Korean Foreign Relations in the post-Cold War World**. Strategic Studies Institute, The U.S. Army War College. 2007. Disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/display.cfm?pubID=772>. Acesso em: 23 mai, 2018.

KIM, Soohyon; SOHN, Wook; CHOI, Changyong. The North Korean Economy: sustainable or muddling-through? **Sustainability**, v. 12, n. 20, 2020. p. 1 – 23.

KIM, Sung Kyung. Change and Continuity: North Korean Society at a Crossroads. **Global Asia**, v. 16, n. 3. 2021, p. 50-57.

KIM, Tae Woon; LEE, Kang Bok Lee. Changes and Future Prospects in the Industrial Structure of North Korea. **The Journal of Asian Studies**, v. 11, n. 2, 2008, p. 107-134. Disponível em: www.dbpia.co.kr/journal/articleDetail?nodeId=NODE06681944. Acesso em: 24 mai. 2022. (em coreano). 김태운, 이강복. (2008). 북한의 산업구조 변화 추이와 향후 전망. *아시아연구*, 11(2), 107-134.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **World Order**: reflections on the character of nations and the course of history. New York: Penguin Press, 2014.

KOH, Byung Chul. **Understanding North Korean Foreign Policy**: an overview. In: KOH, B. C. *North Korea and the World: explaining Pyongyang's Foreign Policy*. Seoul: Kyungnam University Press, 2004. p. 01-33.

KOREAN CENTRAL NEWS AGENCY. 5th **Political Bureau Meeting of 8th C.C.**, WPK Held. 2022. Disponível em: <<http://www.kcna.kp/en/article/q/1da2a842278b49f1184256bfcfb697b.kcmsf>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

KOTKIN, S.; ARMSTRONG, C.K. A Socialist Regional Order in Northeast Asia After World War II. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center**: dynamics of regionalism in Northeast Asia. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 110-125.

LAM, Peng Er. **Japan's Relations with China**: facing a rising power. Abingdon: Routledge, 2006.

LAM, Peng Er. **China-Japan Relations in the 21st Century**: antagonism despite interdependency. Singapore: Pargrave Macmillan, 2017.

LANKOV, Andrei. **The Real North Korea**: life and politics in the failed Stalinist utopia. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

LANKOV, Andrei. **North Korea and the Myth of Starvation**. Al Jazeera. 2014. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/opinions/2014/3/27/n-korea-and-the-myth-of-starvation/>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

LANKOV, Andrei. Masters of Survival: North Korean leadership in a hostile world. In: BUZO, Adrian (Ed.). **Routledge Handbook of Contemporary North Korea**. Abingdon: Routledge, 2021. p. 42-55.

LEW, Young Ick. **A brief history of Korea**: a bird's eye view. New York: The Korea Society, 2000.

LI, Minq. **The Rise of China and the Demise of Capitalist World-Economy**. New York: Monthly Review Press, 2008.

LIMA, Manolita C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LUTTWAK, Edward N. From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, Summer 1990.

MANSOURV, Alexander Y. The origins, evolution, and current politics of the North Korean Nuclear Program. **The Nonproliferation Review**, Spring-Summer, 1995. p. 25-38.

MARTINS, J. M. Q. et al. Nova Conjuntura na Ásia: da Comunidade do Leste Asiático à Competição Estratégica, **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 4-16, 2014.

MARTINS, J. M. Q.; GEIGER, L. M. Japão: Barganha na Interdependência Complexa. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 9, n. 18, p. 31-36, 2020.

MCEACHERN, Patrick. Centralizing North Korea Policymaking under Kim Jong Un. **Asian Perspective**, v. 43, n. 1, p. 35-67, 2019.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail: the rise and fall of the liberal international order. **International Security**, v. 43, n. 4, p. 7-50, 2019.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Raízes Estruturais da Crise Financeira Asiática e o Enquadramento da Coreia. **Economia e Sociedade**, v. 7, n.2, p. 151-172, 1998.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 1981.

METRI, Mauricio. **Imperativos Geoestratégicos: o (geo)político, o (geo)econômico e o (geo)monetário**. 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais: perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição. Belo Horizonte, 2017.

Disponível em:

https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499117196_ARQUIVO_Metri-ArtigoAbri2017versa%26%23771;ofinal.pdf. Acesso em: 16 mai. 2021.

MINISTRY OF UNIFICATION. Data and Statistics, 2022. Disponível em: https://www.unikorea.go.kr/eng_unikorea/relations/statistics/. Acesso em: 18 mai. 2022.

MINISTRY OF UNIFICATION. Understanding North Korea, 2012. Institute for Unification Education, Seul, dez. 2012.

NAHM, Andrew C. **Historical Dictionary of the Republic of Korea**. Metuchen: Scarecrow Press, 1993.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, H. A.; MIYAZAKI, S. Y. M. **Japão: estratégias de inserção internacional**. Curitiba: Juruá, 2018.

PARK, Han S. Military First (Songun) politics: implications for external policies. In: PARK, KYUNG-AE. (Ed.). **New challenges of North Korean foreign policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 89-109.

PARK, Young-Ja. Eight Changes in North Korean Economy and Society under the Kim Jong Un Regime. Seul, Korea Institute for National Unification, 2018.

PECEQUILO, C. S.; MARZINOTTO JUNIOR, F. L. O Poder dos Estados Unidos e as Multinacionais Tecnológicas na Era Digital: uma análise da oligopolização nos governos Obama e Trump (2009-2021). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, v. 11, n. 21, jan/jun. p. 41-76, 2022.

PEREIRA, Analúcia D; XERRI, S. G. O Sistema Mundial Contemporâneo: uma contribuição para o debate sobre desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo.

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, v. 9, n. 18, Jul./Dez. 2020. p. 41-65.

QUINONES, C. Kenneth. **Beyond Collapse:** continuity and change in North Korea. In: CHOI, Kwan; KIM, E. Han; MERRILL, Yesook. *North Korea in the World Economy.* Londres: RoutledgeCurzon, 2003.

RAI, Arpan. **North Korea's Private Sector Overtakes State for First Time Under Kim Jong-un.** *The Independent.* 2021. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/asia/east-asia/north-korea-kim-jong-un-private-sector-b1977299.html>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

RHEE, Yeongseop; MESSERLIN, Patrick. **North Korea and Economic Integration in East Asia.** Abingdon: Routledge, 2020.

RINNA, Anthony. **Revival of an Old Friendship:** contemporary North Korea- Russia relations. In: BUZO, Adrian. *Routledge Handbook of Contemporary North Korea.* Abingdon: Routledge, 2021. p. 171-178.

ROZMAN, Gilbert. **The Russian Pivot to Asia.** In: ROZMAN, Gilbert; RADCHENKO, Sergey. *International Relations and Asia's Northern Tier: Sino-Russian Relations, North Korea and Mongolia.* Cingapura: Palgrave, 2018. p. 283-299.

SAKAKI, Alexandra. **Troubling neighborhood:** Japan's perspective on the Korean Peninsula. In: RICHEY, Mason; PANDA, Jagannath P.; TIZZARD, David A. *The Future of the Korean Peninsula: Korea 2032 and beyond.* Abingdon: Routledge, 2021. pp. 81-97.

SCHOLVIN, Sören; WIGELL, Mikael. **Geo-economic power politics: na introduction.** In: WIGELL, M; SCHOLVIN, S; AALTOLA, M. **Geo-economics and power politics in the 21st century:** the revival of economic statecraft. New York: Routledge, 2019.

SCHORTGEN, Francis. **The Political Logic of Economic Backwardness in North Korea.** *North Korean Review* , v. 13, n. 2, Fall 2017. p. 48-65.

SCHWEKENDIEK, Daniel. **A Socioeconomic History of North Korea.** McFarland, 2011.

SHIN, Gi-Wook; MOON, Rennie J. **North Korea in 2017: closer to being a nuclear state.** *Asian Survey*, Berkeley, v. 58, n.1, p. 33-42, Jan/Feb. 2018.

SHIN, Gi-Wook; MOON, Rennie J. **North Korea in 2018: Kim's Summit Diplomacy.** *Asian Survey*, Berkeley, v. 59, n.1, p. 35-43, Jan/Feb. 2019.

SMITH, Hazel. **Bad, Mad, Sad or Rational Actor? Why the "Securitization" Paradigm Makes for Poor Policy Analysis of North Korea.** *International Affairs*, v. 76, n.1, Jan. 2000. p. 111-132.

SNYDER, SCOTT. **The Korean Peninsula and Northeast Asian Stability**. In: SHAMBAUGH, David; YAHUDA, Michael. *International Relations of Asia*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2008.

SNYDER, Scott. **Rajin-Sonbong: a strategic choice for China in its relations with Pyongyang**. *China Brief*, Washington, v. 10, n.7, p. 4-6, apr. 2010.

STRATFOR. **Chinese benefits from investing in Rason**. Feb, 2012. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/chinese-benefits-investing-rason>. Acesso em: 24 mai. 2018.

SU, Fei. **China's Potential Role as Security Guarantor for North Korea**. 38 North, out. 2018.

TEO, Victor. **Japan's Arduous Rejuvenation as a Global Power: democratic resilience and the US-China challenge**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019.

THE ECONOMIC RESEARCH INSTITUTE FOR NORTHEAST ASIA. **Maps of Northeast Asia**. 2020. Disponível em: <<https://www.erina.or.jp/en/data/asia/map/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

TOLORAYA, Georgy. **Korean Security and Unification Dilemmas: a Russian perspective**. Korea Economic Institute of America, Academic Paper Series, June 11, 2015. Disponível em: <https://keia.org/publication/korean-security-and-unification-dilemmas-a-russian-perspective/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

UNESCAP. **Trans-Asian Railway Network Map**. 2016. Disponível em: <<http://www.unescap.org/resources/trans-asian-railway-network-map>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

VINOKUROV, Evgeny; LIBMAN, Alexander. **Eurasian Integration: challenges of transcontinental regionalism**. Hampshire, Palgrave Macmillan, 2016.

VISENTINI, P. G. F. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VISENTINI, P. G. F. **As Relações Diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

VISENTINI, P. G. F. **A Ásia no sistema internacional e a China como pivô**. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 83-91, 2014.

VISENTINI, P. G. F. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

VISENTINI, P. G. F. **Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano**. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. p. 111-129.

VISENTINI, P. G. F. Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 8, n. 15, jan./jun. 2019. p. 9-25.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

XUETONG, Yan. **Strategic Challenges for China's Rise**. Carnegie Endowment for International Peace. Fevereiro, 2017. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2017/02/23/strategic-challenges-for-china-s-rise-pub-71208>. Acesso em: 20 mai 2021.

YANG, Daqing. Japanese Colonial Infrastructure in Northeast Asia: realities, fantasies, legacies. In: ARMSTRONG, C.K. et al. (Ed.). **Korea at the center: dynamics of regionalism in Northeast Asia**. New York: M.E. Sharpe, 2006. p. 92 – 109.

YANG, Moon-Soo. **The Economic Reform of North Korea in the Kim Jong Un Era: status & evaluation**. Working Paper. Korean Development Institute. Junho, 2021.

YONG, Han Su. **Understanding Korea: defence**. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House, 2016.

WARD, Peter. The Structural Transformation of the North Korean Economic Planning System. In: BUZO, Adrian (Ed.). **Routledge Handbook of Contemporary North Korea**. Abingdon: Routledge, 2021. p. 77 – 96.

WESTAD, Odd Arne. **Empire and Righteous Nation: 600 years of China-Korea Relations**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2021.

ZHANG, Yongjin. **China in the International System 1918-20: the Middle Kingdom at the periphery**. New York: Palgrave Macmillan, 1991.